

Nº

01751



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

GREVE 1981 e 1980

PT 1074.131

1980

JORNAL: <i>Diário de Povo</i>
<i>P. Aguiar</i>
Data <i>27 09/80</i> Estado <i>PE</i>

Residentes avaliam movimento grevista

BELO HORIZONTE — (AE/GP) — “A greve de dois dias dos médicos residentes foi vitoriosa porque atingiu seus objetivos de denunciar boicote do governo à regulamentação didática e trabalhista da classe, esclarecer à população sobre a situação em que vivem hoje os residentes, e unificar os médicos e os residentes num movimento para pôr fim à exploração dos recém-formados”. A afirmação foi feita por Marcos Aguiar, presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, entidade que iniciou na noite de ontem uma reunião do Conselho de Representantes de 14 Estados “para avaliar o nível de mobilização da categoria e discutir se é hora ou não de iniciar uma greve geral por tempo indeterminado”.

Segundo Marcos Aguiar, a proposta dos residentes do Rio Grande do Sul e de Brasília de continuar a greve “é muito séria e será discutida na reunião do conselho”, que durará até amanhã, quando, por consenso, será deliberada a decisão “tomada em Congresso da categoria, mas sem determinar a época em que o movimento seria deflagrado, pois depende do nível de organização e preparo dos residentes”. O presidente da Associação Nacional dos Residentes disse também que o Rio Grande do Sul e Brasília “poderão encabeçar a greve por tempo indeterminado, já que os residentes destes locais ainda não encerraram o movimento previsto inicialmente para dois dias”. Marcos Aguiar descartou a possibilidade de Minas Gerais ser o Estado líder da nova greve, “porque a residência médica é feita mais em hospitais particulares do que em hospitais federais”. Ressaltou, no entanto, que, se o Conselho da Associação Nacional decidir pela greve nestes próximos dias, Minas Gerais “fará tudo para apoiar o movimento”.

O Conselho de Representantes da Associação Nacional dos Médicos Residentes, que está reunida em Belo Horizonte na sede da Associação Mineira dos Médicos Residentes, poderá decidir pela greve por tempo indeterminado se os 14 Estados concordarem que o nível de mobilização da categoria é suficiente para sustentar o movimento, cujo objetivo principal é pressionar a aprovação do substitutivo do deputado paulista Mário Hato, que dá garantias trabalhistas aos médicos residentes e salário inicial de seis mínimos regionais.

DOPS solta líderes dos professores

Belo Horizonte — Cansados, abatidos e "com dores no corpo todo", consequência da greve de fome de oito dias no DOPS, os cinco líderes dos professores foram recebidos com festa na sede da UTE (União dos Trabalhadores no Ensino de Minas) e hoje devem assumir as negociações com o Estado. Eles ficaram presos de 13 dias a 16 dias.

Os professores Luís Soares Dulci, Ísis Magalhães, Antônio Carlos Pereira, Fernando Cabral e Luís Fernando Carceroni foram soltos às 7h45m, saíram pela porta dos fundos do DOPS e carros de chapa fria os levaram para casa. Hoje todos os professores voltam às escolas, após 18 dias de greve. Até os 494 demitidos ou suspensos tentarão retornar às aulas.

REPRESSÃO

"A classe volta às aulas não pelo atendimento de suas reivindicações, mas pela repressão que se abateu sobre o professorado", afirmou o presidente da UTE, Luís Soares Dulci, em entrevista coletiva (a polícia aconselhara aos cinco para que não dessem entrevistas). "A decisão de acabar com a greve foi justa, diante da pressão e da força policial de 7 mil homens."

"O Governo trabalhou com a mentira durante toda a greve, mascarando a crise da educação mineira. Desde o ano passado, prometeu os 15% de reposição salarial, mas esta reposição teria de ser sobre o custo de vida, e por isso reivindicamos o aumento de 104,1%", disse o Sr Luís Soares Dulci. "Todos os problemas anteriores à greve permanecem e o Governo não chegou a enfrentar as causas; preferiu reprimir e esmagar os professores."

Depois que o presidente da UTE anunciou para o dia 17 uma assembléia-geral, o Sr Fernando Cabral revelou que o Estado gastou Cr\$ 10 milhões por dia no esquema de repressão: "Foram instalados aparelhos de telex em todas as Delegacias de Ensino e mais de 7 mil soldados colocados em todas as escolas do Estado."

Acrescentou que os professores apuram denúncia de que as diretoras das escolas receberam Cr\$ 50 mil, cada, para que "sufocassem a greve": "O Governo gastou pelo menos Cr\$ 400 milhões para arrasar o professorado, quando deveria ter evitado a greve apenas com a disposição de dialogar."

"O único incitador da greve dos professores foi o Sr Francellino Pereira", afirmou o Sr Fernando Cabral, apoiado pelo Sr Luís Dulci: "Em nenhum momento fechamos o bloco. Fomos 17 vezes à Secretaria de Educação; tínhamos conseguido entrar em contato quase 90% das escolas. É claro que o Governo não quer resolver, preferiu reprimir. Se mantivermos a greve, a situação só piorará de mais."

Empresas do ABC demitem 5 mil mas líderes fazem acordo

As indústrias de São Bernardo do Campo e Santo André demitiram, por justa causa, sem quaisquer direitos, mais de 5 mil metalúrgicos apontados como ativistas na última greve, mas já fizeram acordo com quase todos os da diretoria do Sindicato de São Bernardo. Cada um resolveu da forma que melhor lhe conveio, sua situação.

O Sr Luis Inácio da Silva, Lula, sob alegação de inexistência de vaga em sua função — contramestre Júnior — foi licenciado pessoalmente pelo Sr Carlos Villares, vice-presidente do Grupo Villares, por 12 meses, com todos os direitos assegurados. Os demais diretores concordaram em receber o pagamento de salários de até 10 meses, mais fundo de garantia e férias, para serem demitidos.

Levantamento feito junto à diretoria efetiva deposta mostra que até o dia 13 último só os Srs Nelson Campanholo e Devanir Ribeiro tinham sua situação indefinida. O primeiro sofre um processo administrativo na Karman-Ghia e Devanir Ribeiro estuda ainda uma proposta de pagamentos entre três e oito meses, enquanto ele pede uma licença remunerada de 12 meses ou a volta imediata ao trabalho.

Esses acordos, segundo os diretores depostos, estão sendo feitos porque todos têm dúvidas sobre se conseguirão, na Justiça, fazer valer a estabilidade de 12 meses prevista para todo dirigente sindical após o fim de mandato. Outra justificativa é a de que eles dificilmente conseguirão emprego no setor metalúrgico da região e que esses acordos lhes garantirão a sobrevivência, pelo menos durante algum tempo.

MAIS DE 5 MIL

Oficialmente, são 599 os metalúrgicos demitidos por justa causa em São Bernardo e Diadema e aproximadamente 700 na região abrangida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. No entanto, os ex-diretores, depostos pela intervenção, reconhecem que esse número está distanciado da realidade. Existem mais de 3 mil demitidos em São Bernardo e outro contingente em Santo André, o que eleva o número de dispensas a mais de 5 mil em todo o ABC.

As portas das fábricas, todas as manhãs, são o retrato do desemprego no ABC motivado, principalmente, pela greve, conforme reconhecem os ex-diretores. O Sr Devanir Ribeiro, integrante da diretoria destituída do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, explica:

"Essa é uma época de muitas dispensas, todos os anos. Mas, este ano, naturalmente, temos o refluxo da greve, com muita gente sendo mandada embora sem direito e outros com direitos, mas que terão muita dificuldade em arranjar emprego".

Segundo ele, logo após o dissídio coletivo, que dá aos trabalhadores de São Bernardo um aumento maior que o dos metá-

gicos demitidos. No momento, os organizadores desse fundo promovem quermesses, no estádio de Vila Euclides, nos dois fins de semana deste mês e, também, um show beneficente com a presença de artistas famosos visando a arrecadar dinheiro para comprar alimentos.

FALTA DE CONFIANÇA

O número exato de demitidos é inestimável. No sindicato, sob intervenção, o Departamento Jurídico tem 599 processos de pessoas que procuraram os advogados porque sofreram dispensa por justa causa. Mas os advogados da entidade — que são os mesmos, chefiados pelo Sr Maurício de Almeida — sabem que muitos trabalhadores deixam de procurá-los, em virtude da intervenção, desconfiados de que seus processos não terão o encaminhamento normal.

O interventor, Oswaldo Batista, não alterou a rotina do Departamento Jurídico, que continua atendendo normalmente os trabalhadores que o procuram para tratar de problemas de demissões ou outros quaisquer.

Muitos operários têm recorrido a advogados particulares, o que dificulta o estabelecimento do número exato de demitidos.

Na opinião de funcionários do Departamento Jurídico do Sindicato de Santo André, também sob intervenção, as empresas estão utilizando um "critério inteligente", que não chega a caracterizar dispensa em massa, mas constante. Diariamente são feitas dezenas de homologações no sindicato e aqueles funcionários receiam que, a médio prazo, o volume de demissões será intenso.

O problema das dispensas é, atualmente, o maior fator de continuidade da mobilização dos trabalhadores, segundo Djalma de Souza Bom, ex-diretor do sindicato de São Bernardo. Em São Bernardo, principalmente, há mais de 1 mil trabalhadores em contato diário, frequentando o salão paroquial da Igreja Matriz, onde funciona o Fundo de Assistência aos Demitidos. Eles comparecem à igreja para saber das novidades, encontram-se com Lula e os demais ex-diretores, que se revesam diariamente nesses contatos.

Na última sexta-feira, esse grupo compareceu ao sindicato com o objetivo de cobrar do interventor Oswaldo Batista uma posição oficial diante das demissões, uma vez que o Ministro Murilo Macedo havia prometido não permitir dispensas em massa como consequência da greve. O interventor não admitiu que a reunião fosse realizada e houve tumultos na frente da entidade.

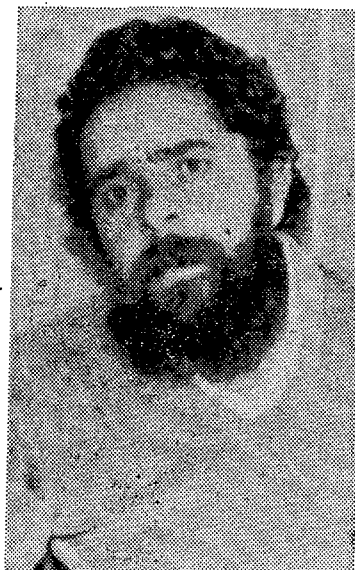
Essas agitações tendem a aumentar, segundo Gilson Corrêa de Menezes, outro ex-diretor, porque os demitidos, além de sofrerem a perda dos direitos, estão impossibilitados de arranjar emprego em fábricas do ABC, em virtude da lista negra



As indústrias do ABC já demitiram mais de 5 mil empregados, considerados ativistas

Arquivo/07/02/80

A situação de cada diretor



Luis Inácio da Silva, o Lula, está licenciado, com remuneração, da Equipamentos Villares, de onde é funcionário desde 1966. Atualmente, sua função é a de contramestre-júnior, com salário de Cr\$ 40 mil. Sua profissão é torneiro-mecânico e, durante 12 meses, poderá dedicar-se a outras atividades, a não ser que seja convocado

pois como secretário-geral, 2º secretário e finalmente como 1º secretário.

A Karman-Guia propôs um acordo pelo qual ele receberia cinco meses. A proposta não foi aceita. Como consequência, foi aberto o processo. O único diretor que não foi preso é a quem a empresa para a qual trabalha não propôs um acordo vantajoso.



Rubens Teodoro Arruda, o Rubão, é o mais antigo dirigente sindical da diretoria deposta. Foi fundador da entidade, em 1959, e vem ocupando cargos na diretoria desde 1967 como suplente, membro do conselho fiscal e, durante três gestões — inclusive esta última — como vice-presidente. É funcionário da Mercedes-Benz há 20 anos. Ingressou na fábrica como praticante (aluno de uma escola interna de formação profissional), depois passou a funileiro, furador e, ultimamente, foi promovido — já como diretor do sindicato — a supervisor de produção. Seu salário: Cr\$ 37 mil.

Quando saiu da prisão e procurou a Mercedes, recebeu a proposta de acordo: pagamento de salários de 10 meses, além de seus direitos. Aceitou.

Rubens afirma que não foi maltratado ou "encostado na parede" pela indústria. No entanto, sua função — após a promoção que recebeu mesmo distante da fábrica — é de chefia e, portanto, "de ter que dar ordens, mandar embora inclusive por justa causa e coisas assim. Uma posição inaceitável para mim, após todo esse tempo de sindicato", disse.

Rubens tem 41 anos, três filhos e não sabe ao certo o que fará daqui para a frente. Vai tentar, durante algum tempo, arranjar novo emprego como metalúrgico. Senão der certo,

Lula diz que a abertura não é a dos trabalhadores, mas saiu fortalecida da greve

São Paulo — O presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Sr Luis Inácio da Silva, disse que a abertura do Presidente João Figueiredo "que está na cabeça do Murilo Macedo", saiu de fato fortalecida da última greve, mas ressaltou que "essa abertura não interessa a classe trabalhadora. É a abertura da burguesia nacional que não teve seus interesses prejudicados, enquanto aos trabalhadores restaram cacetetes sobre suas cabeças".

Lula fez essas afirmações em réplica ao depoimento do Ministro do Trabalho no Senado, na última sexta-feira. E disse que espera ser convidado pelos mesmos Senadores para explicar "a verdade sobre a greve".

POLITIZAÇÃO

Lula contestou a afirmação do Ministro de que ele saiu politicamente fortalecido com a greve. "Não estive e não estou interessado em projeção política. Quem procura essa projeção é o Ministro Murilo Macedo, que deseja ser Governador de São Paulo. Eu não tenho pretensões políticas" — afirmou.

Para ele, "tanto a classe trabalhadora quanto os empresários ganharam experiência com a greve. Os metalúrgicos ganharam politização". Não discordou das afirmações do Ministro de que a greve não foi feita unicamente com o objetivo de melhoria salarial dos trabalhadores.

"Sabíamos, antecipadamen-

te, que não poderíamos garantir nenhuma conquista se não tivéssemos a garantia sindical", diz Lula, acrescentando que "o Governo quer que o trabalhador se preocupe com aumento de salário, deixando as outras coisas ao prazer das autoridades".

"Temos certeza" — prosseguiu — "de que para eles era mais fácil dar 15 por cento de aumento e depois repassá-lo para o custo do produto. Além disso, é fácil também mandar trabalhadores embora, reduzir salários e incrementar a rotatividade da mão-de-obra. Daí porque demos prioridade, na campanha nas portas de fábricas, muito mais as garantias sindicais do que ao próprio aumento de salário."

Procurador ainda não denunciou

O Procurador de Justiça Militar, Dácio A. Gomes de Araújo, da 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, ainda não ofereceu denúncia no inquérito policial procedente da Divisão de Ordem Social do DOPS, relativo à greve dos metalúrgicos do ABC, que a Justiça do Trabalho considerou ilegal e no qual estão indiciados Luis Inácio da Silva, o Lula e outros dirigentes do sindicato da classe, em São Bernardo do Campo e Diadema.

As informações esclarecem que o representante do Ministério Público, que dispunha do prazo regular de 30 dias para sua manifestação, requereu e obteve do Juiz-Auditor Nelson da Silva Machado Guimarães,

dilatação tripla de prazo, o que significa mais 45 dias para seu pronunciamento. Mas, conforme solicitação do Juiz, esse inquérito aguarda diligências pedidas à autoridade policial, o diretor da Divisão de Ordem Social do DOPS, delegado Edsel Magnotti. A principal delas é a remessa de laudos da polícia técnica sobre fitas gravadas nas reuniões de laudos da polícia técnica sobre fitas gravadas nas reuniões e assembleias dos metalúrgicos, que são bastante numerosas. O primeiro laudo já está no DOPS, contido em relatório de 63 páginas. Faltam outros laudos em número imprevisível, os quais o DOPS continua aguardando para cumprir a determinação judicial.

Segundo ele, logo após o desfecho coletivo, que dá aos trabalhadores de São Bernardo um aumento maior que o dos metalúrgicos de São Paulo, há uma demanda natural de trabalhadores da Capital para o ABC. E o inverso também ocorre, especialmente porque nas indústrias da região há uma lista negra, segundo apontam os ex-diretores, de nomes fornecidos pela polícia às empresas.

A quase totalidade dos dispensados por justa causa tiveram seus nomes apontados nesta lista, que nasceu dos boletins de ocorrências firmados pela polícia durante a greve. Até pessoas que estavam passando pelas proximidades das áreas de conflito e que foram envolvidas nesses boletins de ocorrência perderam seus empregos.

O fundo de greve, que chegou a atender mais de 400 famílias num só dia durante o movimento, continua ativado, agora entregando gêneros aos metalúrgicos.

Suplentes estão nos dois casos

O serralheiro Jaime Vianna de Barros, suplente da diretoria deposta, não teve oportunidade de fazer acordo. Quando retornou ao trabalho, na TRW Gemmer — onde trabalhava há 17 anos — foi demitido. Seu salário era de Cr\$ 25 mil, por mês. Jaime não foi dispensado por justa causa, mas não recebeu nada além de seus direitos como funcionário comum.

Outro suplente, Juracy Magalhães, com 29 anos, um filho, fez acordo na Mercedes-Benz, em que trabalhava como conferente, antes de assumir o sindicato. Seu salário era de Cr\$ 23 mil e conseguiu receber adiantados 10 meses.

Mauro Massani, solteiro, apontador na Volkswagen com salário de Cr\$ 22 mil também fez acordo, recebendo seis meses. O ferramenteiro Gilson Correa Menezes, 31 anos, duas filhas, era funcionário da SAAB-Scania há sete anos, com salário de Cr\$ 36 mil mensais. Foi um dos primeiros a fazer o acordo, recebendo nove meses adiantados, além de seus direitos. Gilson era membro do conselho fiscal da diretoria deposta. Outro integrante desse conselho, Cláudio Roberto Rosa, 29 anos, casado, dois filhos, era ferramenteiro na Mercedes-Benz há quatro anos. Fez um acordo, recebendo também 10 meses adiantados.

Há dois indefinidos entre os integrantes da diretoria não efetiva deposta: Manoel Anísio Gomes, 34 anos, quatro filhos, inspetor de qualidade na Polimatic, com salário de Cr\$ 33 mil, está em negociações com a empresa, mas, até agora, não aceitou qualquer proposta de acordo. E Gilberto Souza Cunha, 29 anos, um filho, electricista na Brastemp está suspenso, por tempo in-

definido. Segundo ele, logo após o desfecho coletivo, que dá aos trabalhadores de São Bernardo um aumento maior que o dos metalúrgicos de São Paulo, há uma demanda natural de trabalhadores da Capital para o ABC. E o inverso também ocorre, especialmente porque nas indústrias da região há uma lista negra, segundo apontam os ex-diretores, de nomes fornecidos pela polícia às empresas.

Para o Sr Gilson Menezes, "um homem com família e desesperado, pode criar muitos problemas". Acrescentou que, no caso de São Bernardo e Diadema, "existem milhares nessas condições".

Há um movimento organizado, inclusive com material impresso, convocando nova assembleia para o próximo dia 20 no sindicato. Nessa assembleia, novamente será cobrada do interventor e do Governo uma posição diante das demissões e, também, a devolução do sindicato aos trabalhadores.

Segundo o ex-presidente Luís Inácio da Silva, essas reuniões no sindicato serão cada vez mais frequentes, assim como será mantida a organização do salão paroquial da igreja Matriz, transformado, agora, num verdadeiro sindicato.

determinado, até que a empresa o convoque para um acordo ou para o trabalho.

Além dos membros da diretoria efetiva do sindicato, outros sete integrantes da entidade — suplentes, membros do conselho fiscal e do conselho da Federação — também foram atingidos por problemas decorrentes da greve. Apenas seis continuam trabalhando. Vasile Volcov Filho é um dos que estão trabalhando e não sofreu consequências da paralisação. Com 35 anos, pai de três filhos, é funileiro na Chrysler, ganhando Cr\$ 23 mil e era suplente da diretoria do sindicato desde 1972. Também está trabalhando um outro ex-suplente, José Joeste Fontes, 33 anos, dois filhos, inspetor de qualidade na Ford, com salário de Cr\$ 24 mil. Esse foi seu primeiro mandato no sindicato.

Situação idêntica é do membro do conselho fiscal, torneiro mecânico Mariano Palma Vilata, que trabalha na Forjaria São Bernardo (da Volkswagen), com salário de Cr\$ 40 mil. Ele tem dois filhos e está na empresa há nove anos. No sindicato, assumiu juntamente com Lula, nesta segunda gestão.

José Venâncio Souza Luz é solteiro, também membro do conselho fiscal e voltou ao trabalho, reassumindo sua função de conferente. Ganha Cr\$ 23 mil mensais e realizava sua primeira gestão no Sindicato. José Dilermando, o Ratinho, 42 anos, cinco filhos, na Ford há seis anos como colocador de ferramentas, com salário de Cr\$ 19 mil mensais, também voltou ao trabalho.

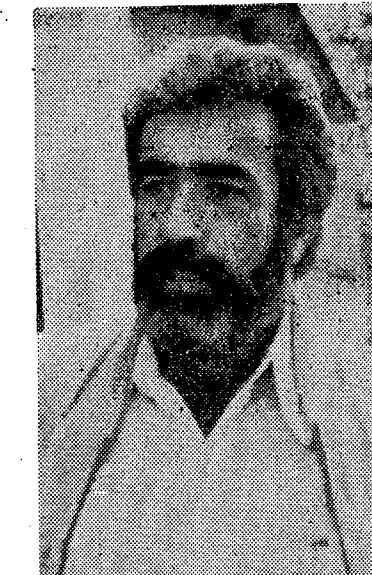
Celso dos Santos — Outro suplente — também trabalha na Ford. Com 30 anos, solteiro, ele é inspetor de qualidade e ganha Cr\$ 25 mil mensais, permanecendo no emprego.

são e torneiro mecânico e, durante 12 meses, poderá dedicar-se a outras atividades, a não ser que seja convocado para assumir o trabalho, conforme ficou combinado com o Sr Carlos Villares, no acordo verbal mantido quando Lula saiu da prisão. Lula diz não saber seu destino, após passados os 12 meses em que está licenciado, com vencimentos.

Aos 34 anos — 14 na Villares — Lula ingressou na profissão de metalúrgico depois que concluiu um curso no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Durante muito tempo não se interessou por atividades sindicais até que, por influência de seu irmão mais velho, José Ferreira da Silva, o Frei Chico, Lula integrou uma chapa da diretoria, então presidida pelo Sr Paulo Vidal Neto, como suplente. A partir de então, desenvolveu intensa atividade no Departamento Jurídico da entidade — setor que, ao lado do atendimento médico, tem mais contato com a base e, na gestão seguinte, lançou-se candidato à presidência.

A gestão interrompida pela intervenção era a segunda de Lula como presidente. Sua mulher, Marisa, alimentava esperanças de que, a partir do desfecho da última greve, Lula pudesse dedicar mais algum tempo para os filhos Marcos (9 anos), Fábio (5 anos) e Sandro (2 anos). "Mas percebo que isso nunca mais vai ocorrer", disse dona Marisa, já acostumada com o telefone de sua casa, que toca ininterruptamente durante o dia, noite e até mesmo em algumas madrugadas.

Lula diz que vai apoiar uma chapa que se lançar à direção do sindicato, assim que a intervenção for levantada, "caso meu nome seja inelegível". Caso contrário, já disse, sairá candidato novamente. Enquanto isso, desenvolve intensa atividade na formação do Partido dos Trabalhadores — PT.



O primeiro secretário da diretoria deposta, Sr Nelson Campanholo, foi o único que não foi preso. Por isso, continuou conduzindo as assembleias durante o período em que os demais dirigentes estavam distantes da classe.

Aos 41 anos, com dois filhos, Nelson é funcionário da Karman-Ghia há 13 anos e, há uma semana, teve uma surpresa: a empresa abriu um processo contra ele, na Justiça do Trabalho, por "falta grave" visando a despedi-lo por justa causa.

No sindicato, Nelson ocupava cargos de direção desde 69, inicialmente como membro do conselho fiscal, de-



Severino Alves da Silva, secretário-geral da diretoria deposta tem 41 anos e, aparentemente, está disposto a voltar a sua terra natal, Pernambuco. Durante as duas últimas semanas, Severino esteve por lá e, de volta neste fim de semana, dirá à família se vai ou fica.

Com dois filhos, Severino também fez acordo com a Saab-Scania após ter sido informado que a empresa não tinha nenhum interesse em sua permanência na fábrica. Com salário de Cr\$ 29 mil, Severino recebeu nove meses adiantados, além de seus direitos. Ele trabalhava na Scania há sete anos e estava no sindicato há cinco anos. No primeiro mandato, ocupou a função de suplente.

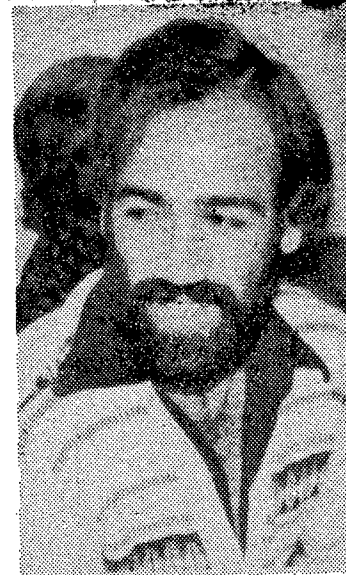


Devanir Ribeiro, 36 anos, dois filhos era o 2º Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos e estava ocupando cargos na diretoria desde 75, quando iniciou sua carreira sindical como 2º suplente. É funcionário da Volkswagen há 10 anos e sua situação está indeferida.

A Volkswagen propôs um acordo pagando entre três e oito meses de seu salário de Cr\$ 22 mil, na função de funileiro. Devanir disse que quer uma licença, nos mesmos moldes da que foi dada para Lula, na Villares. Após ouvir que era *persona non grata* naquela indústria, Devanir foi informado, também que a disposição da empresa é demiti-lo por justa causa, caso não aceite o acordo proposto.

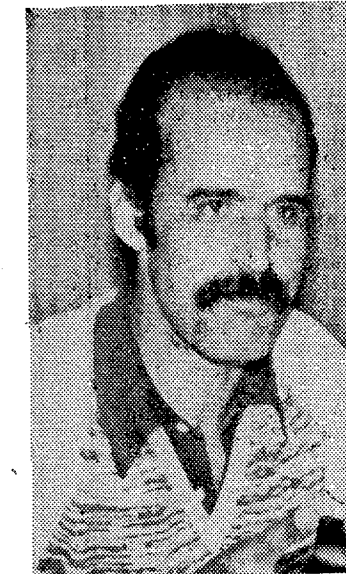


como "metalúrgico". Senão der certo, irá "montar algum comércio".



Expedito Soares Batista é o mais novo integrante da diretoria deposta. Tem 25 anos, é casado e pai de três filhos. Esta era sua primeira gestão no sindicato, ocupando a função de 2º tesoureiro.

É funcionário das Indústrias Ardeb, de São Bernardo, há quatro anos e conseguiu uma licença remunerada até dezembro. A Ardeb foi a primeira indústria do ABC a entrar em greve, dois dias antes da eclosão do movimento geral, no dia 1º de abril.



Djalma de Souza Bom, o tesoureiro do sindicato, tem 41 anos e trabalhava na Mercedes Benz do Brasil há 15 anos como controlador de peças, ganhando Cr\$ 29 mil mensais. Esse era seu segundo mandato como dirigente e, assim como alguns outros diretores, foi considerado *persona non grata* na empresa em que trabalhou.

Fez um acordo, aceitando o pagamento de 10 meses de seu salário, porque, segundo ele mesmo diz, tem responsabilidade com a mulher Idalina e os dois filhos. Assim como os demais que fizeram acordo, Djalma vai procurar manter-se vinculado à classe, conseguindo emprego de metalúrgico, o que ele mesmo reconhece ser difícil ou até impossível. E, para garantir a sobrevivência enquanto o emprego não é encontrado, pensa em abrir uma banca de jornal.

JORNAL: <i>de Brasil</i>
<i>P. Greves</i>
Data: <i>16.06.80</i> Estado <i>Rj</i>

4

Professores marcam para 14 de julho, em S. Paulo, primeira reunião nacional

Salvador — Reunidos no final de semana nesta Capital, professores de 10 Estados do país, escolhidos num encontro da classe em março, em Belo Horizonte, marcaram para 14 a 17 de julho, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Professores, que pretende unificar as lutas do magistério e tentar a organização de uma entidade nacional, que agrupe os professores dos primeiro e segundo graus, universitários, da rede oficial e privada.

Foi estabelecido também o temário do Congresso. Haverá painel sobre a questão educacional. Dia 14: avaliação do movimento do professorado nos Estados, suas campanhas e organização da classe, dia 15; organização nacional e repressão ao movimento de professores, dia 16 e plenária sobre as entidades, encerramento e forró, dia 17.

DEMISSÕES

A greve e a passeata de protesto do dia 19 de maio levaram a Prefeitura de Volta Redonda a demitir, por justa causa, sete professoras contratadas e a instituir comissão de inquérito para apurar o envolvimento de outras oito, apontadas por uma comissão de sindicância como ativistas do movimento para fixação do piso de três salários mínimos para as professoras municipais.

Cerca de 30% das 1 mil 10 professoras da Prefeitura não compareceram ao trabalho no dia 19 de maio, mas uma suspensão de um dia foi aplicada apenas contra as 40 que participaram de uma passeata de protesto. O Prefeito Aluizio de Campos Costa aceitou o pedido de demissão da diretora do Departamento de Educação e exonerou três diretoras e uma coordenadora escolar.

A nova diretora do Departamento de Educação da Prefeitura de Volta Redonda, professora Mayrce Braga Maciel assume hoje, em substituição à professora Marizinha Félix Teixeira de Lima, que embora tenha pedido exoneração no dia 19 de maio, permaneceu ocupando o cargo até a última sexta-feira.

Os primeiros atos da nova diretora de ensino serão em cumprimento às últimas portarias assinadas pelo Prefeito, demitindo por justa causa as professoras Eloá Jane Rubim Batista, Deborah Salles de Miranda, Elvi Vasconcelos, Neuza Maria Prado, Celi Vasconcelos da Silva, Maria José Ruela e Cleuza de Almeida; e advertindo as diretoras das escolas da Rede Municipal que, segundo despacho do Prefeito, "foram omissas nos fatos que deram origem ao movimento grevista".

PM volta a proibir reunião de operários



Apesar da oposição dos agentes de segurança, os funcionários da Tupi se instalaram no Salão Negro do Congresso.

Congresso abriga grevistas da Tupi

Da Sucursal e do Serviço Local

“Estamos iniciando agora uma greve de fome que só terminará com a solução dos problemas da Rede Tupi ou com a morte de todos nós por inanição”, afirmou ontem, às 16 horas, o presidente do Sindicato dos Radialistas de São Paulo, Alberto Freitas, logo após a caravana de 73 funcionários da rede se instalarem no Salão Negro do Congresso Nacional.

A chegada da caravana não foi pacífica, pois ainda na rampa do Congresso os grevistas foram informados por funcionários da segurança da Câmara que não seria permitida a abertura de faixas nem a entrada do grupo no Salão Verde. O líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, veio recebê-los na rampa e logo após comunicar que todos os recursos do partido estavam à disposição dos grevistas, conduziu-os ao Salão Negro.

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio, após a interferência do líder Freitas Nobre e do deputado Audálio Dantas, veio ao Salão Negro e desmentiu a proibição dos grevistas circularem pelas dependências do Congresso, mantendo todavia a proibição do “acampamento”.

Dos 73 funcionários da Tupi que integram a caravana, 71 permanecerão em greve de fome até que a situação seja resolvida, enquanto o presidente do Sindicato dos Radialistas e o jornalista Humberto Mesquita, tentarão negociar uma solução “com qualquer órgão do governo que se dispuser a receber os representantes dos 980 funcionários em greve legal há 46 dias.”

Humberto Mesquita disse que agora os funcionários da Rede Tupi em greve não querem apenas receber seus salários, mas também uma solução definitiva para os problemas da emissora. Fazendo um paralelo do comportamento governamental na greve dos metalúrgicos, quando reprimiu os trabalhadores e prendeu seus líderes, o representante dos grevistas reclamou uma posição oficial contra o senador João Calmon que “há mais de 20 anos não paga o INPS, desde 67 não recolhe e FGTS e deve ao Imposto de Renda mais de um bilhão, além de pagar salários com 900 cheques sem fundos”.

ASSEMBLÉIA EM SP

Em São Paulo os grevistas continuam em assembleia permanente na sede do Sindicato dos Radialistas. Ontem grupos de pessoas discutiam indignadamente “a situação de penúria” dos funcionários da Tupi, depois da tentativa de suicídio de um câmera-man e do enfarte sofrido por um cinegrafista.

Os grevistas têm esperanças, entretanto, de que nos próximos dias seja dada uma solução para suas dificuldades, pois na semana passada o empresário Paulo Pimentel, um dos interessados na compra da Tupi, manteve um encontro com o ministro Golbery do Couto e Silva. Segundo informações, o ministro teria pedido um prazo de 10 dias para dar uma resposta ao empresário.

Soldados da Polícia Militar impediram ontem a realização de nova reunião dos metalúrgicos demitidos por justa causa de São Bernardo. Mais de 200 policiais, que ocupavam três caminhões de tropa e várias viaturas do Tático-Móvel, concentraram-se nas proximidades do sindicato. Os metalúrgicos que já estavam no interior do prédio foram forçados a sair pela polícia, e as viaturas acompanharam os trabalhadores até a praça da igreja matriz, onde cerca de cem demitidos fizeram sua reunião.

“A interventoria sente-se no dever de comunicar a todos que, por imposição legal, não se torna possível a liberação das dependências sindicais para qualquer tipo de reunião”, era o aviso pregado na porta do sindicato. Na reunião na praça da matriz, os metalúrgicos confirmaram que tentarão realizar uma reunião geral da categoria nesta sexta-feira na sede do sindicato, e insistiram na necessidade de que o maior número possível de trabalhadores compareça.

Manoel Anísio Gomes, um dos membros da diretoria destituída, esteve no início da tarde reunido com o interventor Osvaldo Pereira Batista, discutindo a possibilidade de negociar com as empresas a extensão do acordo que a Mercedes Benz fez com os demitidos por justa causa, pagando todos os direitos menos o aviso prévio. Na reunião realizada na semana passada, o interventor afirmou que iria fazer os contatos com as empresas, mas ontem ele propôs que os trabalhadores solicitassem a convocação de mesa-redonda com os empresários, que seria realizada na Delegacia Regional do Trabalho.

Os metalúrgicos rejeitaram a proposta, porque ela implicava em que eles assinassem uma procuração para o interventor o que, na opinião de Manoel Anísio, significava um reconhecimento da interventoria.

CEGONHEIROS

Na sessão de abertura do 1.º Encontro Nacional de Carreiros, em São Bernardo, cerca de 200 cegonheiros — carreiros que transportam veículos 0 km — aprovaram a reivindicação de 42% de aumento nos fretes, que será apresentada às empresas transportadoras. O Encontro é promovido pela Associação dos Carreiros Agregados às Empresas de Transporte de Veículos do Brasil e será encerrado amanhã.

JORNAL	<i>Ap. do povo</i>
	<i>P. Neves</i>
Data	<i>29.06/80</i> Estado <i>PR</i>

Demitidos impetram mandado contra interventor do ABC

SÃO BERNARDO (AE-GP) - Os 18 funcionários demitidos por justa causa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidiram na tarde de ontem impetrar mandado de segurança contra o interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista, apontado como responsável pelos últimos acontecimentos na sede da entidade. Mas essa decisão depende ainda de estudos que serão realizados no transcorrer dessa semana, para verificar a viabilidade de aplicação da medida.

A decisão foi tomada por cerca de 50 pessoas reunidas na sede do Sindicato dos Empregados da Construção Civil e Mobiliário de São Bernardo do Campo e Diadema, entre eles membros da diretoria deposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Durante o encontro, a portas fechadas, foi discutida também a proposta da comissão de representantes dos funcionários - dois dos quais também demitidos - de ir a Brasília denunciar ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, a situação dos desempregados e os motivos pelos quais foram demitidos.

Segundo Tarcísio Tadeu Garcia Pereira, um dos

membros da comissão, também demitido por justa causa, embora tivesse estabilidade por dois anos no sindicato, acredita que é necessário saber do próprio Ministro o porquê das demissões. Também o advogado Raimundo Simão de Melo, outro membro dessa comissão que deveria ir a Brasília, embora demitido disse que "a atitude do interventor foi arbitrária. Existe uma portaria que determina que o interventor, para efetuar qualquer dispensa, necessita ter autorização do Ministério do Trabalho ou convocar uma assembléia da categoria". "Em Brasília - acrescentou Raimundo Melo - tentaremos saber se veio essa autorização. Se isso não ocorreu, entendemos que está caracterizada a arbitrariedade pois somente o interventor não tem legitimidade para dispensar os empregados da entidade. Ele não é nosso patrão".

Nelson Campanholo, membro da diretoria deposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, também presente à reunião, reafirmou a posição de Luiz Inácio da Silva, presidente deposto da entidade, de formar uma chapa para concorrer às próximas eleições sindicais.

JORNAL: Folha de São Paulo
P- Greves
Data: 29.07.80 Estado SP

2

Arruda explica sua atuação na greve

No processo a que ex-dirigentes sindicais do ABCD respondem perante a Justiça Militar, foi ouvido ontem, pelo Conselho Permanente de Justiça da 2.^a Auditoria da 2.^a Circunscrição Judiciária Militar, o ex-vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Rubens Teodoro de Arruda, que considerou sem fundamento a imputação que lhe é feita.

Disse que no dia da prisão de Luís Inácio da Silva, "Lula", como vice-presidente que era, assumiu a presidência do Sindicato, e afirmou jamais ter usado as palavras "dar continuidade ao trabalho de repressão aos fura-greves"; pelo contrário pediu que não houvesse violência contra ninguém, mesmo contra os que queriam voltar ao trabalho.

Arruda garantiu que sua intenção, nos discursos que pronunciou, foi a de mostrar a real situação do trabalhador brasileiro e se fez críticas ao Governo é porque existem reparos a fazer. Contou ainda um episódio da greve, quando teve uma audiência com o ministro do Trabalho, Murilo Macedo que lhe garantiu, ao final, que não passava m de boatos as informações de que haveria intervenção nos sindicatos.

8

Pageta de Livro	
P. Grezes	
Data 30/07/80	Estado P

Transportadores votam greve no País, dia 6, em Curitiba

PORTO ALEGRE — (AE/GP) — Os transportadores de carga de todo o país poderão paralisar temporariamente suas atividades em agosto. A deflagração da greve será votada no dia 6 do mês que vem em Curitiba, durante o encontro nacional de sindicatos com a Associação Nacional de Empresas de Transportes de Carga. O movimento grevista seria uma forma de os empresários protestarem contra o veto do General João Figueiredo ao projeto de lei que instituiu a nacionalização obrigatória das empresas de carga, sempre que houvesse aumento de capital. Também serviria para pressionar o Congresso a derrubar o veto.

O presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Rio Grande do Sul, João Adelar Schiavi, disse ontem, em Porto Alegre, que sua entidade "não pode se infiltrar em greve", por que isto seria ilegal. Mas confirmou já ter recebido uma série de pedidos de outros sindicatos do país para apoiar a proposição de greve nacional durante o encontro de Curitiba.

Schiavi falou que "a classe está muito decepcionada com o veto do presidente" e que certamente os empresários do Rio Grande do Sul vão aderir ao movimento se ele for deflagrado. O senador Pedro Simon (FMDB-RS) considerou "profundamente estranho" o veto presidencial, já que a matéria fora aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, através de um acordo entre as lideranças de todos os partidos.

Tudo, segundo Schiavi, começou em abril do ano passado, quando o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) apresentou um projeto de lei restringindo a participação de capital estrangeiro no transporte de carga. Pelo seu projeto, só seria permitida a instalação de novas empresas com um mínimo de 80% de capital nacional. As demais, teriam um ano para se nacionalizar, repassando a brasileiros 80% de suas ações quando houvesse aumento de capital.

O vice-líder do governo, José Lins, apresentou, no entanto, uma emenda ao projeto de Cunha Bueno. Por ela, a nacionalização só deveria ocorrer quando houvesse aumento direto de capital. No caso de empresas que aumentassem seu capital por reserva de lucro, a maioria acionaria poderia permanecer com estrangeiros. Em junho deste ano, os empresários de carga fizeram uma passeata em Brasília contra a emenda, que não foi aprovada no Congresso.

Através de um acordo de lideranças, foi apresentada, então uma subemenda. Esta estabelecia que, quando uma empresa estrangeira corrigisse seu capital por reserva de lucro, deveria repassar no mínimo 51% de suas ações para brasileiros. A subemenda foi aprovada por unanimidade e vetada pelo Presidente Figueiredo.

João Adelar Schiavi disse que os empresários temem agora que deputados do PDS mudem de posição sobre o assunto e que não haja os dois terços de parlamentares necessários dispostos a derrubar o veto presidencial. A greve seria uma forma de pressão para a sua derrubada.



Koialanskas: o movimento é nacional

Transportadores podem ir à greve

Na 23.ª Reunião do Conselho Nacional de Estudos e Tarifas das Empresas de Transporte de Carga a ser realizada entre os dias 6 e 8 em Curitiba, pode ser decretada greve geral do setor de transporte de carga no País porque "os sindicatos (alguns revoltadíssimos) foram traídos pelas lideranças políticas nacionais (Senado) e pelo veto do presidente Figueiredo ao projeto de lei PLC-42, cuja parte do artigo 4.º dizia que as empresas deveriam ter ações ordinárias nominais com subscritores brasileiros até um limite máximo de 51%. O veto foi uma *cama de gato* dada pelo presidente nos transportadores" - diz o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado do Paraná, Waldomiro Koialanskas Filho.

Ele diz que todos os sindicatos e associações de transportes de carga, "os mais revoltados", têm apoio da Associação Nacional das Empresas Transportadoras de Carga, com sede em São Paulo (NTC). Embora admita que o assunto não esteja em pauta, Koialanskas não descarta a possibilidade da decretação da greve nacional, cuja aspiração fundamental é "transformar gradativamente a empresa estrangeira do setor em grupo nacional, pensamento também do governo, segundo o senador José Lins, e endossado pelo líder da maioria Jarbas Passarinho. Só que houve o veto do presi-

transportadoras defendem o capital estrangeiro, desde que seja aplicado em atividades e necessidades mais carentes do País, onde falte tecnologia. Mas não no setor de transportes: até já exportamos tecnologia para os países latino-americanos como o Paraguai, Argentina, Uruguai e Chile, onde o grupo brasileiro Coral tem subsidiárias. Além de tudo, o setor de transporte é um assunto de Segurança Nacional: o presidente Salvador Allende caiu do governo em 73 no Chile por causa de uma greve nos transportes".

Acrescenta que as médias e grandes empresas também serão absorvidas pelo grupo TNT. "se continuar esse mesmo processo". O sindicato do Paraná consegue dialogar à nível estadual com o governo (os políticos paranaenses tentam audiência com o presidente, através do ministro da Justiça Abi-Ackel) mas "alguns sindicatos de outros Estados estão revoltados porque não têm condições de diálogo com os respectivos governos estaduais e já tentam uma forma mais radical de manifestação, com a qual não concordamos. Mas é certo que a NTC (que congrega associações e sindicatos à nível nacional) está enfrentando problemas para evitar essa radicalização".

PROJETO

O projeto-lei PLC-42, que gerou tanta celeuma entre os transportadores, diz no seu artigo primeiro que, "a exploração do transporte rodovia-

...do espírito do projeto-lei, isso há um mês. Agora há penetração cada vez mais intensa da Thomaz Nationwide Transport - o segundo maior grupo transportador do mundo (é australiano), que já está ameaçando muitas empresas pequenas”.

RECORRÊNCIAS

Koialanskas já denunciou diversas vezes que a TNT pratica o chamado “dumping”, que se caracteriza, no caso desse grupo econômico, em forjar preços mais baixos (dos transportes de carga) do que os do mercado, eliminando assim as concorrentes nacionais que não tem estrutura nem capital de giro para suportar esse tipo de pressão econômica. - Geralmente os transportes de carga são cobrados à vista (uma espécie de venda à vista). Só eventualmente as empresas transportadoras nacionais dão um prazo de 30 dias para o cliente pagar o transporte. Mas nenhuma empresa tem condições de prorrogar esse prazo para 60 dias. O transportador nacional não tem capital de giro suficiente para aguentar esse prazo de um mês a mais. Porém, a TNT oferece prazos de até 90 dias, caracterizando outro tipo de “dumping”, porque consegue diversificar seu transporte em várias empresas, que distribuem remédios, pacotes e cargas em geral. Se a TNT perde numa dessas empresas, ganha noutra. Perde pouco, porém, só até eliminar o concorrente” - diz Koialanskas.

Segundo ele, com o veto presidencial ao projeto-lei que procura amenizar a influência das multinacionais no setor de transportes, a “TNT intensificou sua penetração. Nossa preocupação agora é com as pequenas empresas que não podem aguentar por falta de capital de giro e até por falta de infra-estrutura, isso porque a TNT já atende o Brasil todo e as pequenas são empresas localizadas, de atendimento local. Aliás, a TNT chegou até a transportar livros para o Ministério da Educação e Cultura em 79 a todo o País. As

no de carga e privativa de transportadoras brasileiras, ou a estas equiparadas por lei ou convenção, e de pessoas jurídicas que tenham sede no Brasil e pelo menos 4/5 (quatro quintos) do capital social, com direito a voto, pertencente a brasileiros; e direção e administração confiada exclusivamente a brasileiros”.

O parágrafo primeiro diz que, “havendo sócio estrangeiro, a pessoa jurídica de que trata este artigo será obrigatoriamente organizada sob a forma de Sociedade Anônima, sendo o seu capital social representado por ações nominativas. O parágrafo segundo acrescenta que, “na hipótese do parágrafo anterior, os estatutos sociais não poderão contemplar qualquer forma de tratamento especial ao sócio estrangeiro, além das garantias normais, previstas em lei para proteção dos interesses dos acionistas minoritários”. O parágrafo terceiro acrescenta ainda que o “disposto neste artigo não se aplica às pessoas jurídicas que, na data da publicação desta lei venham explorar o transporte rodoviário de cargas, as quais ficam obrigadas a integralizar 4/5 dos futuros aumentos de capital social em ações ordinárias nominativas com subscritores brasileiros”.

Até aí o projeto de lei não desagradava às empresas nacionais do setor. No parágrafo quarto as coisas começam a complicar. Nele se lê que “é dispensada a obrigatoriedade referida no parágrafo anterior, no caso de aumentos relativos à correção de expressão monetária do capital ou devidas à incorporação de reservas e lucros”. A parte vetada pelo presidente Figueiredo, segundo Koialanskas, foi a seguinte (o que seria continuação do parágrafo 4.º): “Desde que seja integralizada em ações ordinárias nominativas com subscritores brasileiros até um limite mínimo de 51%.” - Foi a cama de gato nos transportadores brasileiros de carga - conclui Waldomiro Koialanskas Filho.

Transportadores estão ameaçando greve geral

Frustrados pelo veto do presidente Figueiredo no projeto que restringiria a participação de empresas estrangeiras no setor, representantes de 36 sindicatos e associações de todo o País que participam da 23.ª Reunião do Conselho Nacional de Estudos de Tarifas (Conet) e da Intersindical do Transporte Rodoviário de Cargas devem definir hoje sua posição oficial na questão. "Se qualquer sindicato parar, pára o Brasil", disse ontem o vice-presidente do sindicato paulista e um dos diretores da Associação Nacional das Empresas Transportadoras de Carga (NTC), Thiers Fattori Costa.



Decididos pela greve já se manifestaram os sindicatos do Rio Grande do Sul, que representa cerca de 1.500 empresas, e do Rio de Janeiro, com mais de duas mil transportadoras. Mas, segundo Thiers, a classe (cerca de 20 mil empresas mais 200 mil transportadores autônomos no Brasil) "não pode nem vai tomar uma atitude ao calor das emoções". Para Thiers, o presidente Figueiredo não recebeu todas as informações necessárias para sancionar a lei, "o que o levou a um julgamento errado. Nossa função agora é levar ao presidente as verdades que se escondem atrás das razões".

A intenção dos empresários brasileiros é de esclarecer o presidente convenientemente para que, ou o veto seja derrubado, ou Figueiredo venha a enviar uma mensagem ao Congresso "corrigindo o que distorceu". Esta possibilidade é vista por Haroldo Zacarias, também diretor da NTC, como "uma boa oportunidade do presidente mostrar que há abertura no País, pois até agora não se permitia a correção de um veto presidencial".

ACORDO COM AUSTRÁLIA

O projeto 42/79, agora transformado na lei 6.813, foi intensamente negociado pelos transportadores brasileiros com as

Os líderes tentam conciliar os transportadores indignados com o veto

lideranças do governo, através do senador Jarbas Passarinho e do deputado Nelson Marchezan. Neste processo chegou-se ao consenso de que as multinacionais já instaladas no Brasil, todas as vezes que se processasse o aumento de capital por correção monetária e reaplicação de lucro estes teriam que ser feitos na proporção de 51 por cento de capital pertencente a brasileiros. Isto faria com que, gradativamente, as multinacionais fossem se nacionalizando. Levado para sanção no Executivo, "para surpresa nossa, numa sexta-feira e durante o recesso parlamentar o projeto foi vetado", conforme sublinha Haroldo Zacarias, justamente na parte dos 51 por cento de segurança para as empresas nacionais. Assim, os transportadores vencidos observam terem perdido a confiança no governo.

A maior preocupação do setor é com a empresa australiana TNT - Thomaz Nationwide Transport - que já abrange dois por cento do transporte brasileiro e que, além de praticar o "dumping", forçando preços mais baixos, "tem todo um esquema montado para, em três ou cinco

anos, tomar até 50 por cento do mercado brasileiro", denuncia o presidente do sindicato paranaense, Waldomiro Koialanskas. Já que foram surpreendidos pelo veto presidencial, os transportadores acreditam na veracidade das informações de que as facilidades criadas para as multinacionais - e principalmente a TNT, que já opera no País - estejam ligadas a um comprometimento do governo australiano em investir na área da Sudene, mais especificamente fornecendo know-how para a área da seca no Nordeste.

Além da posição oficial contra a decisão presidencial, os empresários também vão discutir em Curitiba outros assuntos ligados ao transporte de carga, como a elaboração de um código de ética para o transportador (uma espécie de auto-regulamentação para o setor, uma vez que o transporte de carga ainda não é regulamentado oficialmente), a elaboração de uma tabela nacional para o carreteiro e os detalhes finais para o processo que será movido contra a General Motors e a Ford, em função da qualidade dos motores Detroit, usados por aquelas montadoras.

JORNAL: *J. Est. de Paraná*
p. *Greves*
n.º *07 08 80* ESTADO *PR*

Reajuste semestral fez cessar greves

BRASÍLIA (AE/O ESTADO) — Depois de uma reunião de quase uma hora com o ministro Golbery do Couto e Silva, no Palácio do Planalto, o ministro Murillo Macedo voltou ao Ministério do Trabalho dizendo que “a solução a ser encontrada para a reforma da política salarial não pode prejudicar empregados, empregadores e a economia nacional”. Segundo ele, “a questão está sendo estudada, mas como o assunto é muito sério, não pode ser prejudicado pela pressa”. Os estudos que estão sendo realizados incluem, segundo o ministro, consultas a empresários e empregados, além de um minucioso levantamento, por parte de seus assessores, de tudo que cercou o assunto até o momento.

Na opinião de Murilo Macedo, “a atual política salarial tem sido de significação muito grande, uma vez que trouxe tranquilidade social”. E, continuando na defesa de seu ponto de vista, perguntou se “alguém tem conhecimento de uma greve hoje no País”. Ele ainda garantiu que desde que foram adotadas as modificações hoje vigentes “o número de greves decresceu consideravelmente, o que avaliza a política salarial”.

O ministro disse ainda ter recebido “um grande número de telegramas protestando contra a revogação dos reajustes semestrais, tanto de empregados quanto de empregadores, o que aconselha um estudo detalhado do assunto”. De qualquer forma, o clima sentido ontem no Ministério do Trabalho, especialmente entre os assessores do ministro Macedo, era de certo otimismo, inclusive com alguns comentários que davam conta de uma possível vitória das teses contrárias ao que pensa o ministro Delfim Neto.

A principal dificuldade para definir um valor adequado, a partir do qual os reajustes dos salários ficarão de fora do regime semestral e passarão a ser negociados livremente entre patrões e empregados, reside na obtenção de um equilíbrio entre a necessidade de abranger o maior universo possível de assalariados dentro do sistema em vigor, dos reajustes semestrais, e ao mesmo tempo reduzir substancialmente as distorções apresentadas pela legislação salarial, e que estão provocando desemprego, sobretudo entre os empregados de salários mais elevados.

JORNAL: Folha de Londrina
 P. Quares
 Data 07/08/80 Estado PR

Transportadores de cargas votarão proposta de greve

Será votada amanhã a proposta de greve nacional dos transportadores de cargas caso não seja retirado o veto sobre o projeto 42/79, que disciplina o capital estrangeiro no transporte de carga no Brasil. Os empresários pedirão, também, audiência com o presidente João Figueiredo, que julgam ter sido mal informado sobre as intenções da lei, vindo a vetá-la parcialmente.

Dos 36 representantes sindicais presentes à 23a. Reunião do Conselho Nacional de Estudos de Tarifas e Intersindical do Transporte Rodoviário de Cargas, apenas os do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro declararam-se abertamente favoráveis à paralisação nacional. O presidente da Associação Nacional de Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas (NTC), Osvaldo Dias de Castro, mostrou-se ponderado, mas declarou que se for decidida a greve, ela será realizada.

A batalha dos transportadores brasileiros é dirigida principalmente contra a TNT Transportes Ltda., empresa de capital australiano e que — segundo eles —

possui 2 por cento do mercado nacional, mas com esquema montado para absorver 50 por cento, se até o dia 15 de setembro — quando expira o prazo — o presidente não retirar seu veto ao projeto de nacionalização. Ontem a TNT divulgou edital em vários jornais do País, onde seu diretor, William Martin, faz esclarecimentos ao público, dizendo ser sua empresa atacada “com inverdades por parte de alguns empresários insuficientemente informados”.

Osvaldo Dias de Castro alegou que dos 13 itens do esclarecimento, a única novidade encontrada pelos transportadores foi o pagamento dos empréstimos feitos no exterior. E duvidou da afirmação do diretor da TNT, de que o faturamento do grupo é de 0,2 por cento e não 2 por cento “como vem sendo noticiado”. “Tudo depende de onde se começa a conta. Se o cálculo do faturamento é feito sobre os 9,7 por cento do PNB, tem-se uma percentagem menor, mas se formos medir seu faturamento dentro do transporte de carga no Brasil, teremos mesmo os 2 por cento de absorção”.

Transportadores de cargas rebelam-se contra veto

CURITIBA (Da sucursal) — Uma posição oficial do transporte de cargas no Brasil contra o projeto do presidente da República, João Figueiredo, ao projeto que restringia o capital estrangeiro no transporte rodoviário de carga, será um dos principais assuntos a serem discutidos durante a 23ª Reunião do Conselho Nacional de Estudos e Tarifas (Conet) e do Intersindical de Transportes Rodoviários de Cargas, que conta com a presença de 36 representantes de sindicatos e associações presididos pelo presidente da Associação Nacional de Transportes de Cargas — Osvaldo Dias de Castro. O encontro teve início ontem, em Curitiba, e — segundo um dos diretores da NTC, Thiers Fattori Costa — os empresários transportadores acreditam que o presidente tenha assinado tal veto “por falta de informação sobre os prejuízos que ele acarretará aos empresários nacionais”. A posição dos transportadores continua sendo de confiança no presidente, acreditando que ele possa ou retirar o veto ou enviar mensagem ao Legislativo permitindo correção no ponto distorcido pelo veto. Os empresários, no entanto, admitem a possibilidade de uma paralisação

de cargas, como forma de pressão para a retirada do veto. O sindicato do Rio Grande do Sul trouxe essa proposta para a reunião intersindical, e — conforme Thiers Fattori Costa — “se um Estado parar, o Brasil parará”.

O PROJETO

Sanção presidencial transformou em lei o projeto 42/79, que estabelecia participação de 100 por cento de capital nacional das empresas que exploram o transporte de carga no País. No Senado, a Comissão de Segurança Nacional reduziu de 100 por cento para 80 por cento o índice necessário de capital brasileiro. Quando a matéria já estava pronta, o senador José Lins (PDS-Ceará) sugeriu emenda determinando que as empresas estrangeiras só teriam que obedecer os 80 por cento de capital nacional quando fizessem aumento de capital por novas injeções financeiras. Isso possibilitava às multi permanecer no Brasil sem nacionalizarem o capital.

A subemenda da Comissão de Economia estabeleceu que, para as multi já instaladas no Brasil, o aumento de capital por correção monetária e reaplicação de lucros, teria que ser feito na proporção de 51 por cento do

e 49 por cento a estrangeiros, o que obrigaria as empresas estrangeiras a se nacionalizarem gradativamente.

No Palácio do Planalto, o presidente Figueiredo assinou o projeto vetando a subemenda à Comissão de Economia, fazendo prevalecer a emenda de José Lins. A principal empresa estrangeira de transportes de carga que opera no Brasil é a TNT (australiana) que — segundo Waldomiro Koialanki, presidente do sindicato paranaense — “está com esquema montado de norte a sul do País, esperando que a lei assinada pelo presidente seja colocada em prática, para passar a dominar 50 por cento do mercado de transporte de carga em 3 ou 5 anos”. Os empresários especulam em torno do fato de estar o Governo australiano comprometido em investir na área de saúde. O transporte de carga no Brasil, atualmente, é formado por 20 mil empresas e 200 mil transportadores autônomos “e não podemos discutir esse assunto ao calor das emoções — lembra Thiers Fattori Costa — “mas encaramos o veto presidencial como uma verdadeira ameaça ao sistema e à segurança nacional”.

PT 1074.131

P. Alves
07/08/80 Estado PR

Transportadores contra multinacional

"O capital estrangeiro quando não direcionado para setores carentes de capital ou de tecnologia, é nocivo ao setor econômico em que penetra, além de contribuir para o agravamento da balança de pagamentos". Oswaldo Dias de Castro, presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga - NTC, pronunciou-se desta forma na abertura da 23.ª Reunião do Conselho Nacional de Estudos de Tarifas e Intersindical das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas, ontem na sede da Federação das Indústrias do Paraná.

O presidente da NTC, em seu discurso, disse ainda que "procuramos transmitir o nosso entendimento de que, sendo o setor de transportes vital para a economia e segurança nacionais, não poderia ficar sujeita a interesses econômicos ou estratégicos estabelecidos além das nossas fronteiras". Assim - considerou ainda - surgiu o deputado Antonio Henrique da Cunha Bueno, que com seu projeto 58/79 preservava ao transportador brasileiro e à empresa com capital

100% nacional, o exercício da atividade do transporte rodoviário de carga. O consenso dos empresários transmitido aos seus representantes no parlamento, resultou na aprovação do projeto de lei, por unanimidade, em todas as comissões técnicas e no plenário da Câmara.

Entretanto, quando de sua tramitação no Senado Federal - acrescentou o presidente da NTC em seu pronunciamento de abertura - nos contatos desenvolvidos junto a órgãos do Executivo, paralelamente ao Senado, argumentaram-nos de que a exigência de capital 100% para um setor econômico, mesmo tendo neste caso tão defensável quanto necessário - poderia refletir negativamente no exterior.

Os empresários afrouxaram em suas solicitações, atendendo o Executivo nacional, com a redução da exigência para 80%, acreditando na aprovação desta nova proposta. Mas, Oswaldo Castro afirmou mais adiante que no dia da votação da emenda pelo Senado, foi apresentada a emenda do líder do governo no Senado, José

Lins (PDS-Ceará), que veta a restrição de capital estrangeiro no setor de transportes do país. Os transportadores renegaram-na, o que resultou num entendimento com a classe e o Executivo; de "além de redução da exigência de capital para 80% para as novas empresas, seria estabelecida a nacionalização progressiva das que já operavam no país".

"A partir do momento em que o projeto", foi encaminhado ao Executivo, partiram mensagens de governadores dos Estados dando apoio ao projeto; assinalou o presidente da NTC. Ao ser sancionado pelo presidente da República - considerou - ficou mutilado das propostas da liderança do governo no Senado, reservando mercado às empresas estrangeiras que já operam no país, impedindo a sua nacionalização, o que provocou a discordância dos transportadores.

ESCLARECIMENTO

Ainda, a propósito da nota de esclarecimento pela TNT (empresa transportadora que opera no país com capital australiano), publicada por alguns jornais, Oswaldo Castro

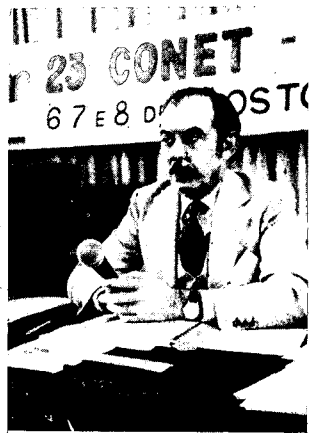
afirmou que, quem vem a público esclarecer alguma coisa, é prova de que há algo pesando em si. Contudo, o presidente da NTC garantiu que os transportadores vencerão a luta, já que eles acreditam que o veto presidencial foi resultante de um erro jurídico em sua redação.

A respeito da hipótese de o governo australiano ter se comprometido em investir na Sudene, Oswaldo Castro disse que o senador José Lins já foi presidente daquele órgão, "motivo este que vem reforçar as nossas conclusões". Concluiu que os transportadores foram até o chefe da Casa Civil da Presidência da República, apresentar suas reivindicações ao gen. Golbery do Couto e Silva, mas não tiveram tempo de fazê-lo. Por outro lado - afirmou - dias antes da aprovação do projeto, o embaixador da Austrália foi quem mais transitou no gabinete de Golbery do Couto e Silva. Por fim, disse que quando esgotar os fins pacíficos, os transportadores vão aderir a uma paralisação e não por uma greve, já que há diferença na definição das duas.

CONTRA CAPITAL ESTRANGEIRO



Os transportadores de carga estão estudando uma greve nacional.



Oswaldo Dias de Castro denunciou as multinacionais

Transportadores decidem dialogar com Figueiredo

Ao abrir a 23ª Reunião do Conselho Nacional de Estudos de Tarifas (Conet), ontem às 10 horas no auditório da Fiep, com a presença do governador em exercício Hosken de Novaes, o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga (NTC), Oswaldo Dias de Castro, mostrou-se favorável à uma paralisação das atividades do setor, em repúdio ao veto do presidente Figueiredo ao projeto que restringiria a participação das empresas estrangeiras no setor. Mas ele é totalmente contra a greve geral dos transportes no País.

Disse que o setor de transportes, "independentemente da defesa legítima dos seus direitos, posiciona-se em favor de uma filosofia: o capital estrangeiro, quando não direcionado para setores carentes de capital ou tecnologia, é nocivo ao setor econômico em que penetra, além de contribuir para o agravamento da balança de pagamentos. Procuramos transmitir nosso entendimento de que, sendo o nosso setor vital para a economia e segurança nacionais, não poderia ficar sujeito a interesses econômicos ou estratégicos estabelecidos além das nossas fronteiras".

DISCURSOS

Antes dele, o vereador Donato Gulin, presidente da Câmara dos Vereadores, foi aplaudido de pé pelos quase cem transportadores presentes à reunião, quando disse que "é preciso dedicar ao setor uma política de subsídios e linhas de crédito e beneficiá-lo contra a prepotência do capital multinacional. São dez mil empresas de transportes que dão sustento a 12 milhões de pessoas no País. E temos quase 200 mil carreteiros no Brasil" - disse ele.

Depois do presidente do Sindicato do setor no Paraná Waldomiro Koialanskas Filho dizer que, apesar do frio, "nossos corações estão quentes", Oswaldo Dias de Castro iniciou seu discurso, dizendo que "o setor de transportes é o mais democrático da nossa economia, composto de aproximadamente 20 mil empresas e por mais de 150 mil transportadores autônomos, pulverizando sua atividade por todas as comunidades do País".

Sem qualquer benefício, o setor nasceu, se desenvolveu e alcançou o estágio de principal sistema de transporte brasileiro, "em virtude de sua garra, com a utilização de capital próprio, e com o reinvestimento do seu lucro que nunca ultrapassou o índice médio de 7%. Além do baixo índice de endividamento, este setor é o que detém o maior percentual de nacionalização e privatização - 98%. Sustentando que o transportador rodoviário de carga convive com as diferentes culturas do povo, ele disse que, "sentindo-se ameaçado por comportamentos aéticos de empresas de capital estrangeiro (que aqui se instalaram após passado o período de sacrifícios), mobilizou-se em defesa da nacionalização do setor. Surgiu então o projeto de lei 58/79, que preservava ao transportador e à empresa com capital 100% nacional, o exercício da atividade do transporte rodoviário de carga. O consenso dos empresários, carreteiros e frotistas resultou na aprovação dessa lei".

Sobre o despertar do transportador para a sua importância no contexto sócio-econômico brasileiro, Oswaldo de Castro disse que poucas categorias econômicas têm esta capacidade de se unir, se congregarem e se movimentarem. Lembrou que inicialmente os transportadores concordaram com a ideia

do Executivo em reduzir para 80% a exigência de capital nacional nas empresas, muitos achando que isso era um recuo. A emenda José Lins foi renegada imediatamente pelos transportadores. Houve então o acordo no sentido de que, além da redução da exigência do capital para 80% às novas empresas, seria estabelecida a nacionalização progressiva das que já operavam no País, inegável demonstração de espírito conciliatório. Os governadores de todo o País enviaram mensagens de apoio ao projeto. E a mensagem que mais se destacou foi a do governador Ney Braga. Nada disso adiantou. O projeto foi sancionado pela presidência com um veto parcial, que o mutilou exatamente na proposta da liderança do governo no Senado, e que recebeu a concordância dos demais líderes dos partidos da oposição e da nossa classe empresarial".

Além de reservar mercado às empresas estrangeiras que já operam no País, o veto impede a sua nacionalização, com o que não concordamos, tendo em vista que foi o comportamento aético destas empresas que motivou a classe a defender a nacionalização do sistema - disse ele, confiando na aprovação do projeto pelo presidente Figueiredo, "que vetou por falha da assessoria. Alguns jornais veicularam a notícia que Figueiredo seria pela rejeição de seu próprio veto. A situação ficou desagradável porque a classe política assumiu publicamente um compromisso. A NTC se compromete a continuar a luta na defesa da classe, juntamente com os setores nacionais que possibilitaram o surgimento da primeira lei para o transporte rodoviário de carga, pois como transportadores e brasileiros, não podemos concordar que os interesses de uma multinacional possam prevalecer contra os legítimos interesses de toda uma classe e de uma Nação - completou Oswaldo Dias de Castro, bastante aplaudido.

PARA ESCLARECER

À tarde, pouco antes de iniciar os trabalhos do Conet no salão nobre da Sociedade Thalia, o presidente da NTC comentava não ser possível entender como o governo leva à aprovação o Estatuto dos Estrangeiros e veta, na lei do transporte, a restrição feita a empresas estrangeiras com o propósito de proteger a exploração do setor. Oswaldo Dias de Castro também comentou sobre o anúncio publicado ontem, nos jornais de maior circulação do País, pela empresa australiana TNT Transportes Ltda. e assinado pelo diretor William Martin.

"Só vem a público quem tem alguma coisa para esclarecer" - disse o presidente da entidade nacional dos transportadores, salientando que "a única novidade para nós é que a TNT pagou seus empréstimos". Mas os empresários brasileiros ainda discutem um dos pontos esclarecidos pela TNT quanto ao que representa o faturamento do grupo no mercado nacional.

Segundo a nota da empresa australiana, "o transporte rodoviário de carga representa 9,7% do PNB, que é de 175 milhões de dólares. O faturamento do grupo é de 33 milhões de dólares anuais, correspondendo a 0,2% (dois décimos de porcentagem) e não 2% como vem sendo noticiado". Para Oswaldo Dias de Castro este percentual "depende de onde se começa o cálculo: se for sobre o PNB encontra-se uma importância pequena", o que acontece de forma totalmente contrária se a base do cálculo for especificamente sobre o setor de transportes.

Transportadores decidem pela greve

Os transportadores rodoviários de carga decidiram paralisar as suas atividades no próximo dia 28 de agosto, em reunião fechada entre todos os líderes sindicais da classe nos Estados.

Nos debates até agora, onde a imprensa não pôde ter acesso, da 23.ª Reunião do Conselho Nacional de Estudos de Tarifas e da Intersindical das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas, ficou estabelecido que naquele "Dia de Protesto" poderão haver passeatas, demonstrações públicas e todas as fórmulas possíveis de manifestar o repúdio da classe pela promulgação da Lei n.º 6.813, pelo Presidente da República, instituindo "uma autêntica reserva de mercado, em benefício das multinacionais dos transpor-

tes já instaladas em nosso país".

Enquanto uns dirigentes sindicais asseguravam que o protesto no dia 28 de agosto será dos mais veementes possíveis, outros afirmavam que será pacífico e visando apenas sensibilizar o governo federal pela situação em que ficou a classe, face o sancionamento da lei. Entretanto, alguns transportadores foram mais incisivos, adiantando que no "Dia do Protesto" os caminhoneiros poderão até estacionar os seus veículos nas estradas, de forma a impedir todo o tráfego, cuja fórmula de protesto não foi confirmada oficialmente, já que o líder absteve-se em informar qualquer detalhe a respeito da greve.

Envolto em dúvidas e hipóteses, como o tem sido até agora, a 23.ª Reunião do CONET o "Dia do Protesto" tem somente duas alternativas de ser evitado, a de o Presidente da República revogar a lei n.º 6.813 ou a de vetar o item quatro da emenda sancionada — conforme assegurou um dos líderes sindicais.

Os participantes do encontro editaram ontem um texto denominado "Carta de Curitiba", a ser enviado ao Congresso Nacional, apontando a indignação da classe ante ao procedimento do governo federal em promulgar a lei. E para justificar a greve, aparece em seu texto que "a solução adotada pelo governo é tão absurda que a indignação dos transportadores brasileiros não poderia ficar circunscrita a

uma simples nota oficial. Ela será manifestada em todos os quadrantes do país, no próximo dia 28 de agosto, data escolhida para marcar a irrisignação dos transportadores ante a afronta tão flagrante aos interesses nacionais e aos direitos inalienáveis de toda uma classe".

Deixa explícito ainda que "independentemente do que possam fazer o Poder Executivo e o Congresso Nacional para restabelecer os objetivos do projeto original, saibam as multinacionais do transporte que a sua vida no Brasil não será fácil; nem longa..." E conclui: "embora respeitadas os estritos limites da legalidade, elas serão combatidas — sem trêgua nem descanço — em todos os níveis, em todas as frentes, em todos os lugares e em todas as horas".

Transportadores declaram guerra às multinacionais e não irão a Figueiredo

Présidentes dos 36 sindicatos de transporte rodoviários de cargas do Brasil anunciaram ontem, em Curitiba, que farão "muito mais" que uma paralisação de 24 horas, se o Governo insistir no veto parcial ao projeto 42/79, que disciplina o capital estrangeiro no setor.

Eles definiram o dia 28 próximo como data nacional de protesto, mas recusaram-se a divulgar a proporção de seu movimento.

Na "Declaração de Curitiba", que lançaram ontem, os transportadores afirmaram que, no dia previsto, marcarão "de forma indelevel" seu protesto ao ato presidencial, e ameaçaram as multinacionais (18, em todo o país) com um combate árduo e intenso, "em todos os níveis, em todas as frentes, em todos os lugares e horas".

O presidente da Associação Nacional de Empresas Transportadoras de Cargas, sr. Oswaldo Dias de Castro, ressaltou que o transporte rodoviário de carga é fundamental para a segurança nacional, "e não nos interessa que ele caia em mãos de multinacionais". Julgando "queimados" os

canais de diálogo que tinham com o Governo — "que deixou resquícios de que tudo no veto vinha sendo combinado" — os transportadores eliminaram a hipótese de um contato direto com o presidente João Figueiredo, como estava previsto anteriormente "agora" só dialogaremos quando o Governo der sinal de que deseja falar conosco". E prometeram, na "Declaração", tornar a vida das multinacionais no Brasil "difícil e curta".

"Admitimos que o Brasil não pode prescindir do capital estrangeiro, mas não há necessidade de comprometimento do transporte rodoviário de cargas". Citando como exemplos movimentos realizados no Chile e Estados Unidos, o presidente da ANETC lembrou que este setor pode causar muitos problemas à economia de um país, "seja ele qual for".

No Brasil, as transportadoras rodoviárias de carga são responsáveis pela movimentação de 80 por cento de suas riquezas, e, para o presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, sr. Newton Soares, uma paralisação causaria, "com certeza, um colapso".

JORNAL: *de Brasília*
P. Opções
Data: *09/08/80* Estado *RR*

ET

Transportador ameaça com “muito mais” que a greve

Curitiba — Presidentes dos 36 sindicatos de Transporte Rodoviários de Cargas do Brasil anunciaram, ontem, que farão “muito mais” que uma paralisação de 24 horas, se o Governo insistir no veto parcial ao Projeto 42/79, que disciplina o capital estrangeiro no setor. Eles definiram o dia 28 de agosto como Dia Nacional de Protesto, mas recusaram-se a divulgar a proporção de seus movimentos.

Na “Declaração de Curitiba”, que lançaram ontem, os transportadores afirmaram que, no dia previsto, marcarão “de forma indelével” seu protesto ao ato presidencial e ameaçaram as multinacionais (18 em todo o país) com um combate árduo e intenso “em todos os níveis, em todas as frentes, em todos os lugares e horas”. O presidente da NTC, Sr Osvaldo Dias de Castro, ressaltou que o transporte rodoviário de carga é fundamental para a segurança nacional “e não nos interessa que caia em mãos de multinacionais”.

Sem diálogo

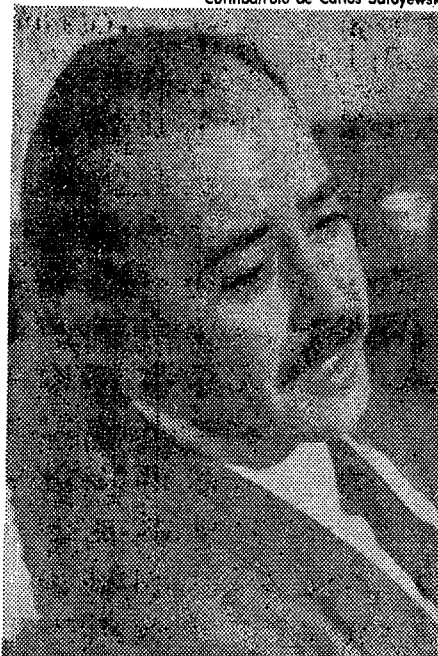
Julgando “queimados” os canais de diálogo que tinham com o Governo — “que deixou resquícios de que tudo no veto vinha sendo combinado” — os transportadores eliminaram a hipótese de um contato direto com o Presidente Figueiredo, como estava previsto anteriormente — “agora só dialogaremos quando o Governo der sinal de que deseja falar conosco” — e prometeram, na Declaração tornar a vida das multinacionais no Brasil “difícil e curta”.

“Admitimos que o Brasil não pode prescindir do capital estrangeiro, mas não há necessidade de comprometimento do transporte rodoviário de cargas.” Citando como exemplos movimentos realizados no Chile e Estados Unidos. O presidente da NTC lembrou que este setor pode causar muitos problemas à economia de um país, “seja ele qual for”. No Brasil, as transportadoras rodoviárias de carga são responsáveis pela movimentação de 80% de suas riquezas e, para o presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, Sr Newton Soares, uma paralisação causaria, “com certeza, um colapso”.

Monopólio

Um dos temores dos transportadores é o da formação de um monopólio do transporte rodoviário de carga e que ocorrerá — se o veto persistir — a partir da ampliação da TNT Transporte Ltda. empresa de capital australiano que detém atualmente 2% do mercado no Brasil. Para o Sr Osvaldo Dias de Castro, as 20

Curitiba/Foto de Carlos Sdroyewski



Osvaldo de Castro

mil empresas brasileiras não suportarão a concorrência e nem mesmo uma investida de compra. “Nossas empresas, por não possuírem direito a financiamento, não têm capacidade de endividamento, e não há como competir com multinacionais como a TNT, que possui aval da matriz para realizar empréstimos no exterior”.

Para ele, as demais empresas multinacionais não perturbam tanto como a TNT, porque são menores e muitas foram “criadas de última hora, já sabendo que nosso projeto seria vetado”. Ele considera o setor de transporte rodoviário de carga como o mais livre na economia brasileira, subsistindo com seus próprios recursos, por isto tornando-se auto-suficiente. A luta dos transportadores contra as multinacionais, a seu ver, pode ser comparada “à da quitanda contra o supermercado”. “Só como um exemplo, ao sair de São Paulo soube que duas empresas estavam fechando por não suportar a concorrência com a TNT”. Daqui a alguns dias todos os caminhões que transportam cargas, pertencentes a empresas nacionais, levarão na carroceria cartazes anunciando o Dia Nacional do Protesto e explicando o problema que levou os transportadores a marcá-lo.

JORNAL: *de Brasil*
P. Opus
n.º *13 08 80* Estado *Rf*

82

Transportadores vão decidir parada simbólica esta semana

São Paulo — O presidente da NTC (Associação Nacional dos Transportadores de Carga), Osvaldo Dias de Castro, negou ontem que o setor já tenha decidido realizar uma greve em protesto contra a Lei 6 813, que limita a participação das empresas estrangeiras nos transportes do país. Confirmou, porém, que "ainda esta semana decidiremos sobre a realização, no dia 28, de uma parada simbólica ou de um dia nacional de protesto".

O Sr Osvaldo Dias de Castro revelou que hoje cedo irá a Brasília — onde permanecerá por dois dias — e realizará diversos contatos com as autoridades governamentais. O presidente da NTC não quis dizer com quais autoridades vai falar, alegando que seria "antiético", mas informou que foi chamado para esses encontros.

Repúdio

— Não existe greve marcada, mas confirmo o memorial emitido no encontro de Curitiba, que reflete o repúdio da classe à Lei nº 6 813. Nesse documento a classe se declara disposta a lutar, até que seus objetivos sejam atendidos. Pedimos, antes de o projeto ser feito e enviado ao Congresso, que houvesse a reserva do mercado para as empresas nacionais e que as multinacionais se nacionalizassem no prazo de um ano. Mas o projeto foi aprovado sem que as empresas estrangeiras fossem obrigadas a se tornarem nacionais.

O presidente da NTC destacou que "o nosso setor está proibido de fazer greve, mas não de fazer um protesto. Uma parada simbólica tem um início e um fim. Já a greve só tem começo. O seu fim ninguém sabe quando ocorre". Comentou que as empresas de transporte não poderiam mesmo realizar uma greve e sim, um lock-out, enquanto os carreteiros, por serem autônomos, poderiam fazer uma greve. Mas, repito, nada disso está decidido".

O Sr Osvaldo Dias de Castro explicou que a categoria se reunirá esta semana na sede da NTC, em São Paulo, para decidir como será o

protesto do dia 28. "Podemos fazer desfiles de caminhões pelas cidades, com faixas nos veículos, mas tudo isso dependerá da decisão da classe", acrescentou. Ele comentou que "em Curitiba, nós vestimos a camisa da democracia e todos do setor de transportes podem falar o que sentem."

O dirigente da NTC informou que o Brasil tem 18 empresas multinacionais, que detêm 2% do faturamento global no transporte de cargas do país, "segundo o último número de Quem É Quem, da revista Visão. O faturamento do setor representa 9% do PNB. No Brasil existem 6 mil empresas comerciais e 7 mil empresas frotistas, que reúnem cerca de 500 mil caminhões; 140 mil carreteiros autônomos; e, ainda, 200 mil caminhões de carga própria das empresas.

Eliseu defende a observância da lei

Brasília — "Os transportadores podem fazer o que for permitido por lei", disse o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, ao ser indagado sobre a ameaça dos transportadores rodoviários de entrarem em greve, caso a lei que disciplina a participação de capitais estrangeiros entre em vigor com o veto presidencial.

— Da parte do Governo, do Poder Executivo — acrescentou — não há nada a ser feito. O assunto está agora no Congresso Nacional, a quem caberá apreciar o veto presidencial. Embora o Ministro não quisesse manifestar opiniões a respeito das providências que o Governo poderia adotar se concretizada a greve no setor de transporte, que é proibida por lei, seus assessores admitem que uma dessas providências seria o cancelamento do registro do transportador no DNER, o que impediria a execução dessa atividade no país.

JORNAL *Folha de São Paulo*
8- *Greves*
Data *20 de 1980* Estado *SP*

52

Sociologia e Política pode entrar em greve

Os professores da Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo ameaçaram ontem deflagrar uma "greve branca" a partir da próxima segunda-feira, dia 25, se não receberem até sexta-feira, dia 22, os salários que estão atrasados há um mês. O diretor de Assuntos Administrativos da instituição, Amilcar Mattei, negou no entanto, que a escola tenha deixado de pagar os docentes no último mês.

Segundo disse, aqueles salários serão pagos até o final desta semana, uma vez que o pagamento das mensalidades dos alunos foi encerrado no último dia 15 e que somente agora a escola tem condições de pagar seus funcionários.

Para Amilcar Mattei, a denúncia dos professores referente ao atraso no pagamento dos vencimentos "não passa de uma briga interna na escola". Explicou que os professores não querem mais receber o pagamento na sede da escola de Biblioteconomia, considerada "apenas um órgão arrecadador da instituição".

Sempre negando o atraso dos salários, o diretor informou, entretanto, que a situação financeira da fundação é "preocupante", pois a escola ainda não recebeu a subvenção do governo federal, estimada em Cr\$ 3 milhões. Em vista disso, "a Fundação tem feito grande esforço junto à rede bancária para efetuar os pagamentos regularmente", segundo ele. A diretora pedagógica, Maria Antonieta Ferraz, porém, confirmou o atraso dos salários, mas disse ignorar a mobilização dos docentes.

Segundo alunos da escola, cópias da carta contendo a ameaça dos professores foram enviadas aos diretores da instituição e da fundação. Os estudantes, solidários às reivindicações do professorado, criticaram as "inadequadas instalações da escola" e o "clima policialesco" existente na instituição de ensino, cuja diretoria prometeu impedir o ingresso na escola de alunos que fizerem reivindicações ou atrasarem o pagamento das mensalidades". As queixas do corpo discente foram igualmente desmentidas pelo diretor Mattei.

OBT do Paraná

P. Greve

22 08 80 Estado PR

20

Greve nacional será dia 10 de setembro

Estudantes dos vários departamentos se reuniram ontem a partir das 10 horas no pátio da Faculdade de Filosofia da UFP (reitoria) em assembléia geral para formalizar a participação paranaense na greve nacional dos estudantes a ser realizada entre os dias 10 a 12 de setembro em todos os Estados brasileiros, "por mais verbas para educação", assunto que interessa diretamente à própria reitoria da UFP.

Segundo um dos três coordenadores do DCE-Livre da UFP, Marco Antônio Bessa, a proposta dos paranaenses no primeiro dia da greve nacional (dia 10) é que cada curso promova discussões de seus problemas específicos, para fortalecer os argumentos para o segundo dia (11), em que serão debatidos amplamente assuntos sobre os problemas da Universidade — autonomia e reforma universitárias — por exemplo — "para que o estudante saia com uma visão clara da crise da Universidade". No terceiro dia — diz ele — haverá sessão plenária para aprovação de um relatório e uma carta aberta à população, baseada nas discussões dos três dias da greve. Na tarde do dia 12 de setembro, "haverá manifestação pública dos estudantes e uma possível passeata".

GREVE GERAL

Marco Antônio Bessa diz ainda que no dia 12 haverá greve nacional dos professores universitários do País e já "houve uma reunião da classe no Rio confirmando que essa greve será mesmo realizada com a participação inclusive dos secundaristas, embora a Associação dos Professores não tenha assumido nada ainda. Mas boa parte dos professores da UFP, por exemplo, já



A mobilização para a greve já começou.

assumiu a idéia. Será uma luta em conjunto".

A estudante Martina Grasel, também coordenadora do DCE-Livre da UFP, diz que todos os estudantes dos diversos departamentos da Universidade Federal do Paraná "estão entusiasmados pela idéia da greve, o que constatamos quando visitamos sala por sala nesses dias".

Martina e Bessa disseram que a greve pretende unificar os estudantes para direcionar reivindicações num sentido único. Alguns estudantes denunciaram que houve ameaças através de telefonemas da chamada Falange Pátria Nova, a mesma que se responsabilizou pelos atentados às bancas de revistas no Paraná. A ameaça telefônica foi dirigida ao Centro Acadêmico Hugo Simas (Faculdade de Direito) e ao Dascisa

(Medicina). Os estudantes disseram que os "falangistas" ameaçaram jogar uma bomba no CAHS.

A reivindicação de mais verbas para a educação foi aprovada no Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb) da UNE. Temas como democratização, financiamento, autonomia e autarquização universitárias, foram "aprofundados no Seminário Nacional sobre a Universidade, de 2 a 6 de julho no Rio. O aprofundamento desses temas é fundamental para as deliberações do Conselho Nacional das Entidades de Base, no sentido de oferecer um referencial concreto da situação em que se encontra a Universidade hoje.

O eixo da luta é o de mais verbas para educação e a exigência de 12% do orçamento da União para a Educação".

PT 1074-131

Folha São Paulo
Greves
Data 26/08/80 Est. SP

Residentes de todo o País ameaçam greve

21

Os médicos residentes poderão recorrer a uma greve nacional, a partir de setembro, como forma de pressionar o Congresso para que aprove um substitutivo, elaborado pela categoria, ao projeto de lei, de autoria do governo e em tramitação no Legislativo, que regulamenta a residência médica.

A informação é de Paulo Camargo da Silva, diretor da Associação dos Médicos Residentes no Estado de São Paulo (Ameresp). Ele explicou que o projeto de lei foi elaborado por uma comissão do governo integrada por representantes do Ministério da Educação, do Inamps, das Forças Armadas, SNI, Associação dos Hospitais e dos Residentes, mas não atende os interesses da categoria.

Os médicos — observou Camargo da Silva — estão interessados em trabalhar em regime de tempo integral e não com dedicação exclusiva, como prevê o projeto governamental; além disso, classifica os residentes como autônomos, mas a categoria prefere vínculo empregatício, pela CLT.

Por isso, a Associação Nacional dos Médicos Residentes elaborou um substitutivo, também em tramitação no Congresso e já aprovado pelas Comissões de Saúde, Justiça e Trabalho, que assegura aos residentes vínculo empregatício, com todos os direitos garantidos pela CLT, piso de seis salários-mínimos mensais, horário máximo de trabalho, além de outras vantagens legais.

PDS BOICOTA

Paulo Camargo da Silva explicou que o substitutivo, embora aprovado por diversas Comissões do Congresso, "está sendo boicotado pelo PDS, pois o partido do governo impede sua discussão em plenário".

Por esse motivo, os médicos residentes estudam a possibilidade de recorrer à greve, mas a decisão só será tomada no fim desta semana, durante reunião do Conselho Nacional de Representantes dos Médicos Residentes, que se reunirá em Belo Horizonte nos dias 29, 30 e 31 próximos.

RECEIO

Antes, porém, a proposta de greve será discutida em São Paulo, depois de amanhã, no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP, pois os residentes a encaram como último recurso para pressionar o Congresso.

Roseli Aparecida Rodrigues Silveira, também diretora da Ameresp, disse ontem que, em São Paulo, os três mil médicos residentes estão receosos de realizar uma nova paralisação, após as represálias sofridas durante a greve de novembro de 1979, quando 800 vagas de residência foram eliminadas no Estado. Mas, até agora, a disposição da categoria, em Minas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é pela greve.

PT 1074-131

Diário da Tribuna do Paraná
P. Ojeves
06 09 80

SETEMBRO DE 1980

TRIBUNA DO PARANÁ

Piquete foi desfeito pela Polícia Militar

GREVISTAS DETIDOS

Handwritten notes and signatures:
S)
Cogni
10/09/80

BRASÍLIA (AE) — A Polícia Militar do Distrito Federal prendeu na manhã de ontem 52 grevistas do setor da construção civil de Brasília, quando caminharam das cidades satélites de Taguatinga e Cruzeiro, para uma tentativa de paralisação dos trabalhadores das obras do plano piloto. A greve, que já está no seu sexto dia, tende, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário do Distrito Federal, José Sérgio Dias, a se alastrar por todo o DF,

caso o Sindicato Patronal não apresente, conforme prometeu, uma contraproposta considerada "razoável" à que foi apresentado pelos trabalhadores.

As prisões foram feitas no momento em que os trabalhadores tentavam paralisar as obras de uma caixa d'água no pátio do Palácio do Buriti, sede do governo local. Os agentes de segurança chamaram um pelotão de choque, que cercou os grevistas e os levou para a 2.ª Dele-

gacia de Polícia, onde foram identificados e liberados depois de algumas horas. A Secretaria de Segurança comunicou ao presidente do sindicato grevista que, "apesar da greve ser ilegal, serão toleradas concentrações em sete pontos por ela determinados. Caso contrário, os trabalhadores que forem às ruas ou fizerem piquetes serão presos".

A proposta encaminhada ao Sindicato Patronal do Sindicato dos Trabalhadores é de um reajuste de 60 por cento e não o estabelecido

pelo INPC, que foi de 33,5 por cento neste mês. Os trabalhadores alegam que nos últimos seis meses o custo de vida teve um acréscimo de 58,1 por cento, segundo dados divulgados pela Secretaria do Planejamento do Distrito Federal. Além disso, eles reivindicam a padronização do preço da alimentação nos canteiros de obra e transporte gratuito para o local de trabalho, benefício que é concedido por cerca de metade das firmas construtoras do Distrito Federal.

Residente mantém greve

SANTO ANDRÉ — (AE/ O ESTADO) — Os residentes e internos do Hospital Municipal de Santo André decidiram, na manhã de ontem, manter a greve iniciada há uma semana e nomear um intermediário para falar com o secretário da Saúde Municipal, Aldo Fazzi, que se nega a recebê-los em sua secretaria.

Há cerca de três meses Aldo Fazzi evita dialogar com os estagiários. "As cartas reivindicatórias encaminhadas à Secretária Municipal de Saúde não foram respondidas", reclamam os grevistas. Mas o que mais os revoltou — segundo afirmações feitas após a assembleia — foi a atitude de Fazzi tomada na semana passada, ao receber em seu gabinete uma comissão representativa dos residentes e internos do hospital. Segundo descreveram posteriormente, o secretário, além de rasgar a carta reivindicatória, apontou a porta de saída para os profissionais, como forma de encerrar o rápido diálogo. Ontem mesmo, Fadlo Fraige comprometeu-se a entrar em contato com o secretário de Saúde. Hoje, durante realização de nova assembleia, a partir das 9 horas, Fadlo Fraige deverá participar aos estagiários os resultados do encontro mantido com Fazzi.

A decisão foi tomada durante a assembleia realizada no anfiteatro do Hospital, onde 132 residentes e internos estiveram reunidos a portas fechadas, durante cerca de 3 horas. Segundo alguns estudantes, durante a assembleia o diretor clínico do Hospital, Fadlo Fraige Filho, embora discordando do movimento de paralisação, se propôs a conversar com o secretário municipal da Saúde e apresentar-lhe a única reivindicação da categoria, para que haja a imediata contratação de instrutores de clínica médica e pronto socorro.

Semana de Luta e Mobilização do Magistério

Docentes param e exigem verbas

Das Sucursais, dos Correspondentes e do Serviço Local

A Semana de Luta e Mobilização dos professores das universidades federais foi iniciada ontem em todo o País, com apoio das Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e de Campinas, e da Universidade Metodista de Piracicaba. Enquanto em algumas instituições, como a Universidade Federal de Juiz de Fora, as atividades já foram paralisadas, na maior parte a greve dos professores será deflagrada de amanhã até sexta-feira, coincidindo com a paralisação das aulas organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

As Associações de Docentes que participam da Semana de Luta e Mobilização reivindicam, basicamente, mais verbas para a Educação. Nas universidades federais essas reivindicações incluem reajuste salarial de 48%, com vigência a partir de março passado, aprovação sem modificações do anteprojeto de reestruturação da carreira do magistério e revogação da Lei n.º 6.733, que confere ao presidente da República poderes para nomear os dirigentes das fundações federais, caso de quatorze universidades. Outras dezenove universidades são autarquias e oito instituições de ensino superior federais são isoladas.

A Semana de Luta e Mobilização foi decidida no último dia 3, quando se reuniu em Brasília a Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários, que congrega entidades docentes de universidades federais, católicas e particulares.

Segundo o professor Oscar Acsehrad, da diretoria da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o projeto de reestruturação da carreira do magistério, elaborado pelo Ministério da Educação com a inclusão das reivindicações dos professores, está pronto desde março, mas sofreu modificações no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e na Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

"Nos caminhos da burocracia — disse Acsehrad — a proposta original foi substituída por outra, que, por exemplo, não inclui os atuais auxiliares de ensino e professores-colaboradores.

"Interrupção do diálogo"

RIO (Sucursal) — O ministro da Educação, Eduardo Portela, condenou ontem a greve dos professores das universidades federais do País, afirmando que a atitude do magistério "representa a interrupção do diálogo a que está disposto o governo".

Reconheceu, porém, que "o Ministério da Educação não estava dispoondo de formas efetivas para o atendimento às reivindicações" do professorado. Portela reafirmou sua intenção de "não abandonar" o projeto de reestruturação da carreira do magistério, mas explicou que "o aumento salarial não é o mais importante do projeto".

Segundo o ministro da Educação, "o magistério deve ter uma estrutura de carreira que realmente abra um horizonte para o docente, que se sente inconvencionalmente bloqueado. Mas o princípio que deve nortear a carreira é a predominância do nível de desempenho do professor sobre o nível da titulação. Isso não significa que a titulação deva ser abandonada, mas o fato é que ela sozinha privilegia apenas o diploma, que é um

Movimento em São Paulo

As associações de docentes de São Paulo que aderiram ao movimento nacional dos professores universitários iniciaram, ontem, campanha no sentido de divulgar a Semana de Luta e Mobilização e preparar a greve convocada pela Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários.

A Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina — escola federal — realizou assembléia de representantes da entidade, para analisar a proposta de paralisação das aulas, quando foi decidido que

velho vício do sistema educacional brasileiro", disse.

NOTA OFICIAL

O Ministério da Educação, através do secretário do Ensino Superior, prof. Tarclisio Della Senta, distribuiu ontem a seguinte nota oficial:

"O MEC, através de sua Secretaria de Ensino Superior, está acompanhando atentamente os movimentos de paralisação das atividades acadêmicas que se registram em algumas universidades brasileiras. Ao mesmo tempo em que intensifica seus esforços visando a encontrar soluções para os problemas que atingem o ensino universitário no País, o MEC está mantendo estreito e permanente contato com os reitores das universidades, intermediários do diálogo necessário para que possam ser superadas as dificuldades existentes. O MEC tem a firme convicção de que o diálogo será o principal instrumento de condução dessas manifestações de docentes e estudantes e está trabalhando intensamente, confiante em resultados positivos para o fortalecimento do ensino superior brasileiro."

derais, e que a concretização desse apoio seja efetivado através da discussão dos problemas da universidade brasileira e em especial, da USP, nos dias 10, 11 e 12, como preparação ao Congresso da USP".

O presidente da Adusp, prof. Brás José de Araújo, destacou também a importância da participação de alunos, professores e funcionários nesse Congresso (15 a 19 de setembro) que será "uma demonstração de vigor, potencialidade e das alternativas para a USP".

Greve por tempo indeterminado será discutida

A Semana Nacional de Luta e Mobilização começou ontem na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com reuniões de 3.200 professores em todas as escolas e institutos, como preparação para uma assembléia geral que será realizada amanhã, quando será discutida a possibilidade de greve por tempo indeterminado, até que o governo atenda as reivindicações do magistério federal. A Associação de Docentes da UFRJ também está organizando um ato público, a ser realizado no centro da cidade, com participação de representantes de todos os partidos políticos.

Na Universidade Federal Fluminense, a paralisação será a partir de hoje. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro não haverá greve, porque ainda está sendo feita reposição de carga horária referente ao primeiro semestre, devido à paralisação das aulas pelos alunos.

MINAS GERAIS

Em Belo Horizonte, os 2.800 professores da Universidade Federal de Minas Gerais farão greve de amanhã até sexta-feira e informaram ontem que se até o próximo dia 15 o governo não atender as reivindicações do magistério federal poderá ser deflagrada uma paralisação por tempo indeterminado.

Em Juiz de Fora, cerca de mil professores paralisaram as atividades ontem e disseram que manterão o movimento até sexta-feira. Segundo o presidente da Associação

Congresso da USP é organizado

Estudantes, funcionários e professores da Universidade de São Paulo vão promover, de 15 a 19 deste mês, o 1.º Congresso da USP. Nesse encontro serão debatidos os problemas da universidade, desde as condições de ensino, pesquisa, salários e falta de verbas até o relacionamento da comunidade universitária e a sociedade em geral.

As discussões para elaboração do programa, bem como dos problemas específicos de cada unidade, vêm sendo feitas desde o dia 1.º de agosto. As três entidades que promovem o Congresso — dos alunos, DCE-Livre; dos funcionários, Asusp; e dos docentes Adusp — iniciaram ontem a distribuição dos cartazes com a programação e os jornais com os textos básicos dos problemas.

Hoje, a Comissão de Graduação, do Conselho de Ensino e Pesquisa da Reitoria, vai estar reunida para decidir se considera o Congresso como atividade extracurricular oficial, dispensando, nesse caso, professores e funcionários do ponto e os estudantes das aulas.

O 1.º Congresso da USP, será aberto, às 9 horas do dia 15, no Anfiteatro da USP, com a participação de representantes da SBPC, OAB, ABI, IAB, Sindicatos, senadores oposicionistas, Fiesp e do reitor da Universidade, Valdir Muniz Oliva.

No mesmo dia, à tarde, no prédio da Faculdade de História e Geografia, haverá um debate sobre "a crise de verbas na USP". À noite, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, outro debate, sobre "universidade para uma sociedade democrática".

Mobral festeja 10.º aniversário e rebate crítica

RIO, (Sucursal) — O décimo aniversário do Mobral e o anúncio de sua nova linha de atuação foram festivamente comemorados ontem pela sua direção com um coquetel para seus funcionários e convidados, além da colocação de várias faixas em quase todos os bairros do Rio, alusivas ao "novo Mobral, ação comunitária". Para Arlindo Lopes Correa, presidente do Mobral, a instituição agora estará voltada para os problemas mais imediatos da comunidade, como alimentação, emprego e saúde.

"Queremos apenas que a comunidade diga quais são seus problemas e nós tentaremos atender. Este nosso novo enfoque talvez até revigore o programa de alfabetização, só que agora cada comunidade vai definir o seu caminho", explicou o dirigente.

Em dez anos de atuação, o Mobral alfabetizou quatorze milhões de brasileiros, estando presente em 3.096 municípios. O próprio presidente da instituição reconhece que, atualmente, ainda existem 7,5 milhões de analfabetos no País, com idade superior a 15 anos. Entretanto, ele rebate as críticas de que o Mobral não teria cumprido seu papel e culpa o sistema de ensino

regular pela existência de tal índice.

"Anualmente, quinhentas mil crianças completam 15 anos analfabetas. O analfabetismo teria que ser atacado pelos dois lados — sistema de ensino regular e Mobral. Entretanto, o sistema de ensino formal não cumpriu a sua parte e nós fizemos a nossa", argumenta Arlindo Lopes Correa.

INVERSAO E PARALELISMO

A inversão — a linha de atuação do Mobral poderá provocar um paralelismo com vários programas de ação comunitária já em execução. Mas Arlindo Lopes Correa rechaza esta possibilidade e diz que "outros programas governamentais estão atuando apenas em duzentos ou trezentos municípios brasileiros, enquanto que o Mobral chega a 3.096".

Arlindo Lopes Correa reclama das reduzidas verbas de que a instituição dispõe e diz que o programa de alfabetização requer muito mais recursos que o de ação comunitária, que pode utilizar o Fundo de Desenvolvimento Comunitário, tendo também uma receita basicamente gerada pela própria comunidade.

Elogios e censuras

BRASILIA (Sucursal) — O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), líder do governo e ex-ministro da Educação,

prosseguiu — de que o Mobral foi um êxito impressionante e, como tal, reconhecido pela Unesco, ainda

regional divulgou sua nova proposta para a reestruturação do magistério universitário federal, a Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários emitiu documento explicando, em onze pontos, por que os professores repudiam a proposta. São as seguintes as razões:

1. O projeto desvirtua totalmente as concepções do projeto discutido na reunião realizada em março, promovida pelo MEC, com as associações;

2. Implica na manutenção dos chamados "incentivos funcionais" como elementos de "valorização" do exercício profissional do magistério superior;

3. Não resolve a defasagem salarial dos professores, pois não atinge a todos os docentes;

4. Os incentivos funcionais não constituem direitos jurídicos e trabalhistas docentes, mas concessões de um órgão burocrático que, a qualquer tempo, podem ser suprimidas pelas mais variadas razões que se possam alegar (falta de verbas, prioridades privilegiadas, perseguições de chefias autoritárias ou de natureza político-ideológica);

5. Investe, drasticamente, contra a autonomia das universidades, ao fixar percentuais rígidos e arbitrários para a lotação das classes integrantes da categoria funcional do magistério superior;

6. Fixa, arbitrariamente, um percentual para contratação dos chamados instrutores, destinados a atender necessidades eventuais do ensino, incluindo, nesse percentual, os atuais professores colaboradores, os atuais auxiliares de ensino, os quais, além do mais, não exercem apenas atividades de caráter eventual;

7. Inclui os atuais ocupantes do emprego de professor colaborador e de auxiliar de ensino em tabelas especiais em extinção que devem ser submetidas à aprovação do presidente da República, através do Dasp, burocratizando enormemente a solução de um problema criado pelo próprio governo;

8. Os atuais auxiliares de ensino e colaboradores serão inscritos ex-officio em concursos para professor-auxiliar, para se habilitarem a empregos que já exercem de fato;

9. Ignora totalmente a progressão horizontal proposta no projeto;

10. Nega reivindicações trabalhistas fundamentais contempladas no projeto original, como aposentadoria com proventos integrais e reajustes semestrais de salário;

11. Atinge a estabilidade dos docentes devido à criação de um órgão, a CPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente), que será definido posteriormente por meio de decreto, e pela possibilidade da exoneração de docentes depender desta CPPD e do colegiado do departamento, que normalmente tem uma composição não-democrática.

PT 1074.131

Em boletim assinado pela diretoria da ADEPM, a convocação à greve é feita através de uma análise da situação atual da Educação e da categoria. O boletim destaca "a profunda inquietação dos docentes diante do processo inflacionário que vem corroendo o nosso salário".

Na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), a greve será de dois dias, a partir de amanhã. A Associação dos Professores da PUC também está convocando a greve através de boletins, onde assinala que "as atividades normais dos professores da PUC serão substituídas por debates e mesas-redondas sobre a democratização interna e a crise financeira da Universidade".

A diretoria e o conselho de representantes da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) aprovaram ontem, moção de apoio "total e irrestrito aos colegas das universidades fe-

UNE faz greve nacional

Universitários de todo o País iniciam amanhã greve nacional, convocada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que prevê a paralisação das aulas por três dias, a fim de reivindicar mais verbas para a Educação, exigir o fim do repasse às anuidades, dos reajustes dos professores e protestar contra o ensino pago.

A greve nacional foi decidida em julho deste ano, no Rio de Janeiro, durante reunião do Conselho de Entidades de Base (Coneb) da UNE. Na última semana, 41 entidades estudantis gerais (UEEs e DCEs), que formam o Conselho de Entidades Gerais da UNE (Coneg), estiveram reunidas, em Macelió, para encaminhar as deliberações tomadas em julho.

Segundo o vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo, Marcos Galvão, "a avaliação feita durante o Coneg mostra que a preparação da greve, até agora, foi muito boa e, por esta razão, estamos prevendo uma adesão significativa em todo o País".

Na reunião do Coneg, em Macelió, confirmaram participação no movimento a maioria das escolas dos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Goiás, Mato Grosso (Norte e Sul), Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Segundo Marcos Galvão, foram detectados problemas na

Paraná, a Associação dos Professores (Aprofaap) informou que fará assembleia geral hoje, às 18 horas, na própria escola, para decidir sobre a paralisação das aulas.

UNIMEP

Em Piracicaba, a Associação dos Docentes da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba) informou ontem que 360 professores paralisarão suas atividades nos dias 10, 11 e 12. Segundo o prof. Renato Sérgio Maluf, presidente da Adunimep, serão feitas reuniões nesses três dias, cumprindo-se o seguinte programa: dia 10, discussão sobre o ensino público e gratuito e universidades particulares, com tomada de posição sobre a questão de verbas públicas para escolas particulares; dia 11, debate sobre propostas da Igreja Metodista para a Educação, com participação do bispo metodista do Rio de Janeiro, Paulo Aires; dia 12, debates sobre estatutos, currículos escolares e contratação de professores.

mobilização dos estudantes de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

Em São Paulo, o problema maior — segundo o vice-presidente da UEE — está na mobilização dos estudantes das escolas particulares, "onde normalmente — afirmou — as mobilizações ocorrem quando há cobrança do repasse às anuidades. Como o repasse será cobrado a partir do próximo mês, muitas escolas encontram-se desmobilizadas". Mas, Marcos Galvão prevê que, no Estado de São Paulo, "mais de 50% das escolas particulares paralisarão as aulas".

ENCAMINHAMENTOS

Para coordenar a greve, a nível nacional, os quinze diretores da UNE estão desde o fim de semana distribuídos por vários Estados. A orientação é a mesma para todas as universidades: nos dois primeiros dias, amanhã e quinta-feira, os estudantes de cada instituição devem elaborar as suas atividades. Sexta-feira, no entanto, a UNE pretende que haja, em todo o País, manifestações de rua, para informar a população sobre o movimento. Em São Paulo, a manifestação será feita através de ato público, no dia 12, às 13 horas, no Largo de São Francisco.

Para acompanhar o movimento em todo o País, a UNE montará uma Central da Greve na sede do Grêmio Politécnico, na Cidade Universitária, em São Paulo.

de Professores da UFOP. Marcelo Antônio de Oliveira, durante a paralisação serão discutidos problemas específicos de cada faculdade, autonomia e perspectivas da universidade.

Em Ouro Preto, os 1.600 estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto distribuíram ontem carta-aberta aos professores, clamando-os a entrarem em greve. A universidade tem 300 professores, que não participam do movimento da Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários.

MATO GROSSO DO SUL

Os professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul decidiram realizar um seminário interno sobre o papel da universidade na vida nacional, de amanhã até sexta-feira, e definiram seu movimento como "simbólico". A informação de docentes é que o movimento em Mato Grosso do Sul não terá caráter reivindicatório, situando-se no plano da solidariedade aos demais professores universitários do País.

Segundo a Reitoria da UFMS, essa posição explica-se pelo fato de ser ainda recente o processo de federalização da universidade, onde os padrões salariais atendem às necessidades da categoria.

O seminário interno implica na paralisação das aulas nos campus de Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas. Dez itens foram incluídos na pauta do seminário: ensino pago, currículo escolar, sistema de avaliação, carreira universitária, política salarial, ingerências políticas, autonomia interna, orçamento-base, universidade como empresa, e didática e metodologia de ensino.

CEARA E PARÁ

Professores dos cursos de Letras e Educação da Universidade Federal do Ceará paralisaram as aulas ontem à noite, enquanto a professora Ivonele Mala, da Associação de Docentes, informava que a greve somente deverá ser oficializada hoje de manhã em assembleia geral no campus da UFC, no bairro do Pici.

Em Belém, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará marcou o início da paralisação para amanhã, mas não puderam dar aulas, ontem, os alunos, dizendo que estavam apoiando os professores, não compareceram às aulas.

Apeoesp pede

a manutenção

dos descontos

A diretoria da Associação dos Professores do Ensino Oficial (Apeoesp) entregou, ontem, ofício ao chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda, Ibraim João Elias, reiterando o pedido para que não sejam interrompidos os serviços pelos quais a Companhia de Processamento de Dados do Estado (Prodesp) desconta, nas folhas de pagamento, as mensalidades dos professores devidas à entidade. O chefe de gabinete prometeu submeter com a maior urgência o pedido ao secretário Afonso Celso Pastore.

O documento do secretário foi motivado pela recente cassação da liminar concedida em medida tutelar promovida pela Apeoesp e que mantinha o direito aos serviços prestados pela Prodesp. A interrupção do desconto, segundo a Apeoesp, acarretará a queda da receita e a consequente demissão imediata de médicos, advogados e de dezenas de funcionários administrativos que trabalham na sede central e sub-sedes do Interior, com o fechamento dos Departamentos Médico e Jurídico e da colônia de férias mantida pela entidade.

ATO POLÍTICO

No entender da diretoria, a Apeoesp "está sendo alvo de uma clara intervenção que busca a inviabilizá-la como órgão representativo do magistério".

Quanto ao aspecto administrativo da questão, a Apeoesp lembra que o próprio laudo do perito, citado como base para a decisão judicial, "traz considerações claramente favoráveis à atual situação da Apeoesp: reconhecimento dos esforços da diretoria para a recuperação financeira da entidade; os balanços, atrasados na administração anterior, estão sendo colocados em dia; o depósito das mensalidades é efetuado no Banespa; a entidade implantou o sistema de computação na contabilidade".

10.º aniversário do Mobral, que o censo deste ano será "a prova dos nove de sua eficiência". Em 1970, quando o órgão foi implantado, o cálculo oficial era de que existiam no País 18 milhões de analfabetos.

O líder do Partido Popular, senador Gilvan Rocha (SE), ex-presidente da CPI sobre o Mobral, não tem, porém, qualquer dúvida de seu fracasso. Os dados da pesquisa da amostragem domiciliar do IBGE, citados pelo senador Jutai Magalhães (PDS-BA), lembrou, demonstram que o analfabetismo aumentou em várias cidades.

O senador Jarbas Passarinho, por sua vez, recordou que o censo de 1970 apontou a existência de 18 milhões de analfabetos adultos. Em números absolutos, mais que em 1960.

"O Mobral — disse Passarinho — que teve no professor Mário Henrique Simonsen seu presidente, deve a esse ilustre brasileiro a sua estruturação que, em pouco tempo, empolgava o País e se fazia presente em quase todos os municípios brasileiros."

"Temos a convicção —

das. O recenseamento do corrente ano provará se esse extraordinário esforço foi bem sucedido ou não. Estamos no limiar da prova dos nove. Aguardemos."

ANALFABETISMO SUPERIOR

"O que o Mobral conseguiu foi levar o analfabetismo para a Universidade Brasileira." Essa opinião, manifestada pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), reflete o pensamento da Oposição brasileira quanto ao papel desempenhado nos seus dez anos de existência pelo órgão criado com a finalidade específica de erradicar o analfabetismo no País.

Outro deputado do PMDB, Euclides Scalco, do Paraná, considerou o Mobral um "pseudotrabalho de alfabetização de adultos que teve como exclusivo objetivo acomodar apaniguados políticos".

AVALIAÇÃO DIFÍCIL

Embora sem querer manifestar-se contra, o deputado governista Paulo Lustosa (CE), também negou méritos ao programa oficial de alfabetização.

Semana de Luta e Mobilização do Magistério

Aumentam as adesões à greve

Dos Sucursais, dos Correspondentes e do Serviço Local

A Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários, sediada na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, informou ontem que a Semana de Luta e Mobilização dos professores das universidades federais já recebeu a adesão de 28 instituições de ensino superior, sendo 19 federais e nove particulares. A previsão inicial era de participação de 20 instituições.

Aderiram à paralisação os docentes das seguintes universidades federais: Rio Grande do Norte, Paraíba (campos de João Pessoa e de Campina Grande), Espírito Santo, Juiz de Fora, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Fluminense, Santa Catarina, Santa Maria, Bahia, Goiás, Pará, Alagoas, Ceará, Pernambuco, São Carlos, Escola Paulista de Medicina, Pelotas e Rio Grande do Sul.

Participam do movimento, com paralisação das atividades, os professores das Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e de Campinas, da Fundação Armando Álvares Penteado e da Universidade Metodista de Piracicaba, no Estado de São Paulo; das Fundações de Ensino Superior de Passo Fundo, Caxias do Sul, São Leopoldo e Rio Grande, no Rio Grande do Sul; e da Federação Universitária da Região de Joinville, em Santa Catarina.

Os professores universitários reivindicam, fundamentalmente, mais verbas para a Educação. Nas universidades federais, querem também reajuste salarial de 48%, com vigência a partir de março passado; aprovação, sem modificações, de projeto de reestruturação da carreira do magistério; e revogação da Lei n.º 6.733, que concede poderes ao presidente da República para nomear os dirigentes das fundações federais (caso em que se enquadraram quatorze universidades) sem consulta à comunidade universitária. O nível salarial nas universidades que sob o regime de fundação é superior ao das universidades autárquicas (estas são 19) e



A Polícia Militar dispersou a manifestação de alunos e docentes.

Polícia impede a passeata em Goiás

Em Goiânia, a mobilização de efetivos policiais para reprimir a passeata de solidariedade ao movimento dos docentes provocou alguns incidentes: três estudantes foram presos e o repórter-fotográfico Juvêncio Nunes da Cota, do jornal Opção, teve o braço quebrado, sofreu escoriações e seu equipamento foi destruído.

A agressão ao repórter provocou da parte de jornalistas de Goiânia, protestos e pedidos de providências ao presidente João Batista Figueiredo, ao ministro da Justiça, Abi Ackel, e ao governador de Goiás, Ari Valadão.

Apesar da proibição imposta às manifestações anunciada na segunda-feira pela Secretaria da Segurança, cerca de dois mil alunos e professores reuniram-se na manhã de ontem no pátio da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Goiás, para um protesto contra a falta de verbas para a Educação. A instituição foi cercada por cerca de mil soldados da Polícia Militar e os manifestantes tentaram romper o cerco, sem sucesso, quando decidiram sentar no meio da rua. A PM, então, lançou bombas de gás lacri-

Paulo Roberto da Silva, Elias Rafi Neto e José Eronides de Souza Pequeno.

A greve dos professores universitários começa hoje, envolvendo cerca de mil docentes da Universidade Federal de Goiás.

MARANHAO

Um grupo de oito estudantes universitários e secundaristas foi preso na madrugada de ontem, em São Luís, quando colavam cartazes comemorativos do primeiro aniversário da vitória pelo passe escolar nos ônibus urbanos da Capital maranhense. Entre os detidos estava o ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Maranhão, Juarez Medeiros Filho.

Hoje, o secretário de Segurança do Maranhão, Raimundo Marques, deverá reunir-se com lideranças estudantis para discutir a programação dos estudantes para os três dias da greve organizada pela União Nacional dos Estudantes e para comemorar o primeiro aniversário da vitória da luta pelo passe escolar. Ontem, o secretário

Ato público de professores do Rio de Janeiro

Os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em greve desde segunda-feira, organizaram ontem ato público no centro da cidade, em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, como parte da programação da Semana de Luta e Mobilização. Participaram do ato aproximadamente 300 pessoas, incluindo representantes das Associações de Docentes da Universidade Federal Fluminense (pára hoje) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (não pára), além de diretores da União Estadual dos Estudantes e deputados de oposição.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense os professores farão assembleias gerais amanhã, para discutir a proposta de greve por tempo indeterminado, apresentada por docentes da Universidade Federal da Bahia e que deverá ser discutida a nível nacional no dia 10 de outubro, quando voltará a se reunir em Brasília a Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários.

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que não vai parar suas atividades, a situação é considerada especial, segundo o prof. Valdomiro Neves, da Associação dos Docentes, já que, em função da greve realizada este ano por estudantes, o primeiro semestre letivo só terminará no dia 2 de outubro, devido à necessidade de reposição de aulas.

MINAS GERAIS

Os 2.800 professores da Universidade Federal de Minas Gerais entram hoje em greve, por três dias, e informaram ontem que distribuirão carta-aberta à população de Belo Horizonte, na qual explicarão que o movimento é motivado pelo aviltamento de seus salários e pela falta de verbas para ensino e pesquisa.

Em Juiz de Fora, os mil professores da Universidade Federal de Juiz de Fora estão em greve desde segunda-feira. Ontem, o prof. Carlos Alberto Hargreaves Botti, da Associação dos Professores Universitários de Juiz de Fora, informou que a entidade vai propor amanhã ao Conselho Nacional

USP decide não dar a dispensa para Congresso

O Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade de São Paulo — um dos órgãos colegiados da instituição — não vai dispensar alunos, professores e funcionários de suas atividades para participarem do Congresso da USP, que se realizará de 15 a 19 próximos. A decisão foi tomada ontem, em reunião presidida pelo reitor Valdir Muniz Oliva, que já decidiu, também, não participar da sessão de abertura do Congresso, para a qual foi convidado.

O pedido de dispensa havia sido feito pelas associações organizadoras do Congresso (DCE-Livre, Associação dos Docentes da USP e Associação dos Servidores), para garantir maior participação da comunidade universitária nos trabalhos. Agora, frente à decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa, a comissão organizadora deverá se reunir para tratar do problema, informou ontem o presidente da Adusp, prof. Brás José de Araújo.

PREPARAÇÃO

Esta semana, a atividade de alunos, professores e funcionários da USP está voltada para a preparação do Congresso — o primeiro a se realizar na Universidade de São Paulo. Em todas as unidades do campus da Capital e em alguns do Interior, estão sendo discutidos o currículo escolar, as condições de ensino, pesquisa e trabalho na Universidade e os problemas relacionados com a profissionalização e mercado de trabalho para os recém-formados. Os funcionários estão fazendo reuniões sistemáticas há cerca de dez dias e ontem realizaram uma assembleia, para debater não só o Congresso como também a reivindicação — que é de todo o funcionalismo público estadual — de reajustes semestrais de salário.

Para eles, o Congresso sig-

no debate sobre democratização da USP e questionam o fato de não terem representantes nos órgãos colegiados da instituição.

Os estudantes, através do DCE-Livre, comprometem-se a fazer do Congresso "um grande acontecimento, com repercussão estadual e nacional, mas principalmente com repercussão nas nossas escolas, nas salas de aula".

Os principais temas de debates são: Universidade para uma sociedade democrática; O poder na Universidade; Universidade e cultura; Hospital Universitário; Segurança no trabalho e insalubridade; Assistência à comunidade; Creche; Regimes de trabalho; Ensino, pesquisa e currículo; Ensino público e gratuito.

No dia 18 à tarde haverá assembleias das associações de docentes e funcionários e, na manhã seguinte, sessão plenária de encerramento, da qual participarão cem delegados de cada setor envolvido no Congresso — estudantes, professores e funcionários. A tarde, os participantes do Congresso realizarão ato público em frente ao Palácio dos Bandeirantes para reivindicar mais verbas para a USP, para a Educação e Saúde e extensão dos reajustes semestrais aos funcionários públicos do Estado.

PT 1074.431

As atividades em São Paulo

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a greve de dois dias dos professores será marcada por debates. Hoje, às 9 horas, docentes discutirão eleições à Reitoria e estudarão as formas de institucionalizar esse processo nos estatutos do estabelecimento. As 14 horas o debate se repete. As 20 horas, no auditório 134 do campus da rua Monte Alegre, os membros da Comissão do Novo Estatuto estarão reunidos com representantes da Reitoria, dos professores, do DCE e da associação de ex-alunos.

Na Fundação Armando Álvares Penteado, os docentes decidiram paralisar suas atividades amanhã, com a realização de debates, às 10 e às 19 horas, sobre "Educação e Sociedade".

Na Universidade Federal de São Carlos, três assembleias serão realizadas hoje, a partir das 9 horas, pelos docentes, funcionários e estudantes. Será debatida a revogação da lei 6.733 e o envio do anteprojeto de reestruturação da carreira, elaborado pelo MEC, ao Congresso e redigido documento sobre a necessidade de mais verbas para a Educação. A tarde, às 14h30, será realizado ato público, em frente à Reitoria, por alunos, funcionários e docentes, que irão levar suas reivindicações ao reitor.

Na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, os docentes farão reunião hoje à tarde para discutir a participação no movimento nacional. Antes de qualquer decisão, entretanto, alguns professores já se declararam favoráveis à paralisação em conjunto com os estudantes.

APOIO DAS ESTADUAIS
As Associações de Docentes das três Universidades estaduais paulistas — Unesp, Unicamp e USP — manifestaram apoio irrestrito ao movimento dos professores de escolas federais e particulares, participando da Semana, entretanto, através de conferências, mesas-redondas e debates.

A Associação de Docentes da Unesp (Adunesp) realizará, em todas as regionais, discussões sobre a situação da universidade e assembleias de mobilização.

Os membros da Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp) convocaram assembleia ontem, quando decidiram manifestar todo apoio ao movimento das Federais e particulares, realizando debates, mesas-redondas e seminários.

A Associação de Docentes da USP (Adusp) também manifestou solidariedade à Semana e programou para hoje, amanhã e sexta-feira, vários debates.

A greve nacional dos estudantes é iniciada

Estudantes de todo o País iniciam hoje, na maioria das universidades greve de três dias, a fim de reivindicar mais verbas para a educação, exigir o fim dos repasses às anuidades dos aumentos salariais dos professores e protestar contra o ensino pago. Os universitários, orientados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), realizarão nos dois primeiros dias — hoje e amanhã — atividades específicas a cada universidade; no último dia, sexta-feira, a orientação da UNE é para que haja, em todos os Estados, manifestações de rua.

Em São Paulo, a União Estadual dos Estudantes (UEE) havia recebido até ontem à noite a confirmação de cerca de 20 instituições que aderiram à greve convocada pela UNE. Nas escolas que confirmaram a paralisação estima-se um total de 150 mil alunos.

Segundo Mauro Lopes, diretor da UEE, as instituições paulistas que haviam confirmado a adesão à greve são as seguintes: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Organização Santamarense de Educação e Cultura (OSEC), Faculdade Ibero-Americana, Fundação Getúlio Vargas, Faculdade de Belas Artes, Escola Paulista de Medicina, Escola de Sociologia e Política, PUC de Campinas, Faculdade de Medicina de Marília, curso de Arquitetura da Universidade Mackenzie, Faculdade Casper Libero, Faculdade Biomédicas de Araras, Faculdade Belas Artes, Arquitetura da Brás Cubas e Moji das Cruzes e Faculdades de Medicina e Engenharia de São José do Rio Preto. Várias assembleias estavam programadas para a noite de ontem, nas quais escolas do Estado de São Paulo iriam discutir se paralisavam ou não suas atividades.

Em Campinas, a Unicamp (com 8 mil alunos) e a Pucamp (17 mil estudantes) programaram em conjunto as atividades que serão desenvolvidas durante os três dias de paralisação. Na sexta-feira, encerramento da greve, os estudantes das duas universidades realizarão, às 17 horas, uma concentração em frente ao prédio do curso de Direito da PUC. Em seguida, às 18 horas, sairão em passeata pelas ruas centrais da cidade e promoverão ato público no largo do Rosário. PT 1024.131

USP E UNESP

As outras duas universidades estaduais paulistas — USP e Unesp — não programaram as atividades que serão realizadas durante a greve. Na Cidade Universitária, em São Paulo, a preocupação das entidades estudantis era a de organizar o Congresso da USP, que será iniciado no próximo dia 15. Os Centros Acadêmicos da USP marcaram uma reunião para a noite de ontem, no Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (Caoc), a fim de decidir sobre as atividades durante a greve.

Na PUC de São Paulo, o diretor do DCE, Ricardo Gobrin, anunciou a paralisação total das atividades discentes nos próximos três dias. Hoje, os alunos realizarão reuniões, por cursos, a fim de debater a situação específica de cada um. Amanhã, haverá um debate entre os professores, os alunos e a Reitoria da PUC, sobre a crise financeira das universidades.

Na FGV, os estudantes decidiram paralisar as aulas e convocar uma nova assembleia para o próximo sábado, quando pretendem discutir a continuidade da greve naquela instituição, a fim de encaminhar suas reivindicações específicas.

NOS ESTADOS

No Rio estudantes universitários de escolas federais e particulares iniciam hoje a greve de três dias, que será encerrada na sexta-feira, com um ato público, às 15 horas, no pátio do prédio onde funcionava o Ministério da Educação.

Também os estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais iniciam hoje, juntamente com os professores, a greve convocada pela UNE. Em Ouro Preto, os 1.600 alunos da Universidade Federal distribuíram carta aos professores, na qual explicam os motivos da greve que iniciam hoje. Os sete mil estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora também vão paralisar as aulas.

Em Pernambuco, os alunos da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda decidiram entrar em greve.

Em Manaus, alunos da Universidade Federal do Amazonas iniciam hoje a greve de três dias, cujo encerramento, na sexta-feira, será um ato público, a ser realizado, às 17 horas, na praça São Sebastião.

Em Campo Grande, os estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul informaram ontem terem aderido a greve convocada pela UNE.

ESPIRITO SANTO

Em Vitória, os professores da Universidade Federal do Espírito Santo iniciam hoje a greve com uma reunião para discutir a estrutura do poder nas universidades, no auditório da Sub-reitoria Comunitária. As aulas, porém, estão paralisadas desde a semana passada, quando os estudantes entraram em greve reivindicando mais verbas para a Educação.

ALAGOAS

Em Maceió, os professores da Universidade Federal de Alagoas iniciaram a greve segunda-feira para, segundo o presidente da Associação de Docentes, prof. Marcelo Lavenere, "demonstrar totalmente a nossa insatisfação pela situação em que nos encontramos, relegados a um descaso que não dá mais para suportar". A Ufal tem 700 professores, que marcarão ato público para hoje, em frente ao prédio da Reitoria.

PERNAMBUCO

Em Recife, onde os alunos da Universidade Federal de Pernambuco estão em greve desde segunda-feira da semana passada, reivindicando suplementação de verbas para a instituição, os professores também já paralisaram suas atividades mas fizeram questão de ressaltar que "não é uma greve". Segundo os docentes, durante esta semana eles comparecerão à universidade para discutir os problemas de cada setor, condições salariais do magistério, condições de ensino e pesquisa e situação econômica do País.

PARAIBA

Em João Pessoa, a maioria dos professores da Universidade Federal da Paraíba paralisou suas atividades. Em alguns departamentos, porém, como os de Engenharia Civil e de Medicina Interna e Cirurgia, foram ministradas aulas isoladas. Como parte da programação dos docentes para o período de greve, estão sendo realizadas assembleias no campus de João Pessoa e mesas-redondas sobre temas diversos.

RIO GRANDE DO NORTE

Em Natal, professores e estudantes paralisaram as aulas desde segunda-feira na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O movimento, segundo o presidente da Associação dos Docentes, prof. Hermano Ferreira Lima, é uma grande vitória da categoria, por ter sensibilizado estudantes e "até a população".

CEARA

Em Fortaleza, cerca de quinhentos docentes da Universidade Federal do Ceará realizaram assembleia, na qual decidiram paralisar as aulas em todos os cursos até sexta-feira. A greve é deflagrada enquanto o reitor Paulo Elídio de Menezes Neto, encontra-se nos Estados Unidos, a convite do governo norte-americano, em visita a diversas universidades. O vice-reitor, José Anchieta Esmeraldo Barreto, anunciou ontem que amanhã manterá encontro e debate com os professores, quando os problemas da Universidade Federal do Ceará serão discutidos.

paço dentro da Universidade, onde poderão discutir os problemas que os afetam diretamente. Nesse sentido, os funcionários têm interesse

UNIVERSITÁRIO EM GREVE

Os estudantes universitários mantiveram reunião na sede do Dascisa, ontem à noite, para discutir os últimos preparativos da greve nacional que inicia hoje, cuja reivindicação básica é aumento das verbas para a educação. Segundo o coordenador geral do DCE-Livre da Universidade Federal do Paraná, Mário Leal, já estava confirmada ontem a paralisação dos universitários de Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Pato Branco. Em Curitiba, além da UFP, aderiram a Faculdade Isolada de Serviço Social e Ciências Sociais, a Tuiuti, sendo que a Escola de Belas Artes teve recesso decretado pelo diretor, assim como a Universidade Católica e o Centro Federal de Educação Tecnológica.

Decretada pelo Conselho de Entidades de Base da UNE, nos dias sete

e oito de agosto, a greve nacional mobilizou praticamente todo o País, tanto o corpo discente como o docente das universidades, na opinião dos estudantes. Para Mário Leal, "isso mostra que a UNE se consolidou a nível nacional e estadual". Ele espera a participação de pelo menos 40 mil dos 60 mil universitários do Paraná, nos três dias da paralisação.

A programação prevista para hoje está a cargo dos diretórios, onde serão discutidos os problemas referentes a cada curso. Amanhã, haverá um debate no Centro Politécnico, na parte da manhã, sobre a "Universidade e o Compromisso com o Povo", e à tarde, no mesmo local, debate sobre verbas para a educação, com a participação de cientistas, políticos e professores.

No último dia da greve (dia 12),

os estudantes farão um ato público seguido de passeata, com início às 17 horas, no pátio da reitoria. Eles seguirão pela Rua das Flores até a Praça Osório, onde irão se juntar aos professores estaduais do 1.º e 2.º graus, que nesse dia estarão paralisados reivindicando, entre outras proposições, o reajuste salarial semestral e o cumprimento do Estatuto do Magistério. O coordenador do DCE da UFP não acredita na possibilidade de repressão durante a passeata ou atos públicos, "porque o atual momento político não está para isso".

ENSINO PRECÁRIO

Mário Leal classifica a situação do ensino no Brasil como "precaríssima", consequência da política de verbas adotada a partir de 1964. "Houve uma redução de 12 por cento no

orçamento federal para a educação naquele ano, para 3,6 por cento em 1980, o que levou as escolas particulares a cobrarem taxas abusivas. Os estudantes se mobilizaram durante o primeiro semestre por causa disso, surgindo a necessidade da reconstrução da União Paranaense dos Estudantes, com congresso já marcado para outubro".

Nas escolas federais, a reivindicação básica do corpo discente é a suplementação de verbas. Diz o coordenador do DCE que a redução de verba sofrida pela UFP foi em torno de 50 por cento nesse ano. "E por causa dessa situação que estamos paralisando as aulas e hoje estarão em Brasília, para uma manifestação e entrega de uma carta de reivindicações ao MEC, representantes da UNE e de todos os DCEs e UEEs do Brasil".

Ministro leva as reivindicações

Em entrevista coletiva ontem às 10 horas na Secretaria da Agricultura, o ministro Amaury Stábile disse que não depende dele atender as reivindicações financeiras de mais de um bilhão de cruzeiros feitas pela Seag no documento intitulado "Situação e Perspectivas da Agricultura Paranaense, Problemas e Pleitos", entregue a ele pelo secretário Reinhold Stephanes. — "Mas pleitearei junto aos ministérios da área financeira" — disse ele.

O mercado da soja é favorável no Exterior: "Alcançaremos dois bilhões e 200 milhões de dólares na exportação de soja, que terá sua produção aumentada, embora o preço mínimo não tivesse acompanhado o mesmo percentual do milho e do feijão, porque o preço internacional da soja determina o preço interno. A área de plantio de soja, porém, aumentará discretamente. A próxima safra será a mesma,



O ministro Stábile.

com acréscimo para feijão e milho, que está dentro das preocupações do governo para eliminar problemas na área dos produtos de subsistência".

Informou que o governo quer eliminar o problema das importações sucessivas de milho, feijão e leite. Na área da triticultura, disse que o preço de sustentação a 474 cruzeiros a saca de trigo estimula o plantio, que será de três milhões de hectares, com produção prevista acima de 3 milhões de toneladas.

Associação está contra a greve

"A greve é um movimento institucional e funcionário público não pode fazê-la. Sou admirador do diálogo e da conversação, e considero a greve uma última medida, quando todas as demais estão esgotadas". Para o presidente em exercício da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, Francisco Moraes Silva, não há porque

aderir ao movimento grevista dos professores de universidades federais, que iniciou hoje no Brasil, já que a APUPFR já divulgou sua posição em favor das reivindicações da classe e encaminhou documento nesse sentido ao ministro da Educação, ao ministro Golberri do Couto e Silva e aos deputados federais representantes do Paraná.

JORNAL: *do Brasil*
L. Alves
Data *11/09/80* Estado *RJ*

87

Greve nacional tem adesão de 90% dos estudantes do Rio

Cerca de 120 mil universitários do Rio e 10 mil do interior — 90% dos estudantes do ensino superior do Estado — entraram em greve que se prolonga até amanhã, de acordo com a União Estadual de Estudantes. Eles reivindicam 12% do orçamento da União para a Educação, melhores condições de ensino e nenhum aumento nas anuidades acima do estabelecido pelo CIP — 35%.

No Rio pararam todas as universidades e, das escolas isoladas, só não aderiram as Faculdades Cândido Mendes do Centro e de Ipanema — param amanhã — e a Celso Lisboa. A adesão à greve dos 22 mil alunos da SUAM e dos 24 mil da Universidade Gama Filho foi considerada pelo presidente da UEE, Amâncio de Carvalho, uma das maiores vitórias, porque os estudantes são pouco mobilizados e normalmente

não participam dos movimentos estudantis.

GREVE GERAL

Na maioria das escolas não houve atividades paralelas e, na PUC, por exemplo, que tem 12 mil alunos incluído o curso de pós-graduação, apareceram mais de 100 estudantes.

Também aderiram à greve nacional dos estudantes os 4 mil 500 alunos da Universidade Rural que este ano já paralisaram suas atividades durante 108 dias em protesto contra a demissão de um professor.

O primeiro dia da greve nacional dos estudantes por mais verbas para a educação transcorreu normalmente na Universidade Gama Filho e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Houve apenas uma aula no curso de Direito da Gama Filho e outra, com 10 alunos, no curso de Engenharia da UERJ.

PMs assistem reunião de professor na Rural

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro amanheceu com camburões e joaninhas da Polícia Militar espalhadas do portão de entrada ao prédio central, restaurante e alojamento dos estudantes. A assembleia dos professores — que decidiram por paralisação das aulas até sábado — teve a presença de policiais armados, inclusive de metralhadoras, alguns dos quais tentaram interferir nos debates.

A Associação de Docentes da Universidade denunciou em nota a presença policial. Hoje os professores da UFRJ, além de representantes da Rural e da UFF, participam de assembleia para discutir os próximos passos do movimento da classe por reajuste semestral, aumento de 48% retroativo a março e envio, ao Congresso Nacional, do anteprojeto do MEC de reestruturação da carreira universitária.

MEMORIAL

"A crise na universidade brasileira é um fato muito triste, muito atual. No momento em que a luta contra a subdesen-

realidade, a falta de recursos inviabiliza qualquer atitude mais decisiva da universidade nesse processo."

É o que afirma memorial entregue por um grupo de universitários da UERJ ao Secretário do Governo Marcial Dias Pequeno, que prometeu entregá-lo ao Governador Chagas Freitas. Disse o Secretário que "as universidades têm sido as prioridades do Governador".

O motivo principal da ida dos estudantes ao Palácio Guanabara, segundo a estudante de Engenharia Lúcia Regina dos Santos Reis, "é a crítica situação financeira da universidade". Ela explicou que o Reitor Ney Cidade Palmeiro vem alegando falta de verbas para fechar cursos e "daqui a pouco a UERJ terá de parar".

Secundaristas de 12 colégios e cursos do Rio esperaram das 14h às 17h, em frente à Secretaria de Educação, o Secretário Arnaldo Niskier, a quem apresentariam reivindicações e pediriam explicações sobre os três aumentos de 88% ocorridos



Foto de Delfim Vieira

Na Universidade Gama Filho, só houve uma aula, no curso de Direito

Portella reconhece problemas

Brasília — Em nota oficial distribuída ontem à tarde, o Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, reconhece que não foram ainda alcançadas soluções para os problemas que afetam o ensino universitário.

"O MEC tem a exata dimensão do que constitui hoje a preocupação dos docentes e estudantes brasileiros. Grande esforço tem feito e continua fazendo para o equacionamento das questões fundamentais da educação nacional, particularmente dos problemas acumulados ao longo dos anos e que afetam o ensino universitário. Reconhece que as soluções não foram ainda alcançadas no prazo desejado em virtude das dificulda-

des financeiras que o país enfrenta. De qualquer modo, o MEC está trabalhando confiante e intensamente buscando alternativas, que compatibilizem possibilidades e oportunidades, para que possam ser superados os obstáculos existentes. Ao mesmo tempo, o MEC está atento aos movimentos de paralisação das atividades acadêmicas nas universidades brasileiras, mantendo permanente contato com os reitores, intermediários do diálogo extremamente necessário para a normalidade da vida universitária. A compreensão e a serenidade são exigências do momento para a manutenção do diálogo produtivo e descortinador de novos rumos para o sistema de ensino superior no Brasil" — diz a nota.

UNE faz manifestação no MEC

Brasília — No Ministério da Educação e Cultura, esvaziado por causa de dois alarmas falsos de bombas que, segundo telefonema anônimo, deveriam explodir às 15h15m e 15h30m, houve manifestação da UNE, cujos representantes queriam entregar ao Ministro Eduardo Portella um documento a respeito das greves estudantis. A manifestação foi assistida por 150 PMs armados de espingardas e cacetetes.

Os estudantes não conseguiram ver o Ministro, que recebeu do Deputado Heitor Alencar Furtado (PMDB-PR) o documento.

Ao Deputado os manifestantes disseram que, ao recusar-se a recebê-los, o Ministro estava demonstrando que suas declarações em favor do diálogo "não passam de uma grande mentira".

O Deputado explicou: "Enquanto Ministro, ele estará sempre e constantemente aberto ao diálogo. Mas também tem de obedecer a legislação vigente, que não reconhece as entidades que subscrevem o documento". O professor Portella prometeu responder ao manifesto da UNE através da imprensa.

PT 1074.131

Reitor da UFMG acha reivindicação legítima

Belo Horizonte — “A Universidade não pode continuar mendigando no MEC na condição de pedinte diante das crises” — disse o Reitor da Universidade Federal de Minas, Celso de Vasconcelos Pinheiro, ao considerar legítimas as reivindicações dos estudantes que entraram em greve por mais verbas para a Educação, e as dos professores, paralisados por melhores salários.

Em Belo Horizonte não houve aulas na UFMG, com 23 mil alunos, na Universidade Católica, com 12 mil, e em 15 das 17 faculdades isoladas da Região Metropolitana. No interior do Estado, a maior parte das escolas superiores aderiu ao movimento organizado pela UNE. Segundo o dirigente das entidades estudantis, 85 mil dos 120 mil universitários mineiros não compareceram à aula no primeiro dia de greve.

NOS OUTROS ESTADOS

Em Pernambuco, com exceção dos alunos da Universidade Católica que, por divergência interna entre as lideranças estudantis, não aderiram à greve, as outras duas universidades — Federal e Rural — totalizando 20 mil estudantes, e as várias escolas isoladas pararam. Os professores da UFPE terminaram a greve de três dias.

No Rio Grande do Sul, com debates em quase todas as faculdades e cursos — sem que fosse registrado qualquer incidente — cerca de 100 mil universitários de três universidades federais, seis particulares e de diversos cursos superiores de instituições independentes aderiram ao movimento. A Associação de Docentes da UFRGS manifestou solidariedade aos estudantes, estimulando os professores a participarem dos debates e mobilizações.

No Pará, todas as escolas de ensino superior paralisaram suas atividades. Os 25 mil universitários, em vários locais, discutiram com os professores os problemas do ensino universitário brasileiro. Até o delegado regional do MEC, Meireval-

do Paiva, e o Secretário de Educação, Dionísio Hage, fizeram palestras, seguidas de debate, na Escola de Enfermagem Magalhães Barata.

Em São Luís, Maranhão, tendo uma repetição dos distúrbios ocorridos ano passado durante a campanha estudantil pela conquista da meia passagem nos ônibus, as autoridades suspenderam as aulas de todos os colégios secundários, particulares e oficiais, por causa da greve nacional dos estudantes e professores da UFMA e Federação das Escolas Superiores. O Reitor da Universidade Federal do Maranhão, José Maria Cabral Marques, afirmou que a greve dos estudantes e professores é “legal, porque os objetivos visados são viáveis pelos meios reivindicatórios normais”.

Sem incidentes, com a maior parte dos alunos preferindo ficar em casa a participar de debates e concentrações, os universitários amazonenses começaram a greve. Não houve piquetes e só foram dadas aulas em duas faculdades.

Com a paralisação das atividades na Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica e Escola Baiana de Medicina, 25 mil estudantes e dois mil professores entraram em greve. Amanhã haverá ato público em frente a Reitoria da UFBA para esclarecer à população sobre o movimento.

No Ceará, não houve aula na Universidade Federal e na Universidade Estadual. O Reitor em exercício da UFCE, José Anchieta Esmeraldo Barreto, se reúne hoje com os 1 mil 500 professores, aos quais exporá a situação financeira e material da instituição.

Na Paraíba, o Reitor da Universidade Federal, Berilo Borba, garantiu que não há nenhuma intenção de dispensar em massa os professores em greve, cujo movimento ele disse entender mas não poder concordar, “porque, antes da paralisação, existem outras alternativas, como a mobilização dos meios de comunicação e o diálogo direto com o Ministro da Educação”.

Professores param hoje pedindo que Governo atenda suas reivindicações

Professores da rede estadual de ensino de Londrina, a exemplo de seus colegas do Paraná, promovem hoje uma greve geral em protesto pelo não atendimento de suas reivindicações encaminhadas em memorial ao governo do Estado. Ontem em Londrina registrou-se intensa movimentação nas sedes das Associações dos Professores Licenciados do Paraná - APLP, do Pessoal do Magistério do Paraná - APMP e dos Professores do Paraná - APP, com as lideranças procurando ampliar o número de adesões ao movimento.

Além de não comparecer às aulas, os professores participam, à noite, a partir das 20 horas, do ato público, conjuntamente com os universitários em greve, na concha acústica, quando exporão ao povo as causas do protesto. O ato público coincide com o fim da greve dos universitários e será esta uma das poucas oportunidades em que mestres e alunos estiveram, em Londrina, reunidos num só movimento.

PRAÇA DO PROTESTO

As três entidades fizeram distribuir

ontem pela cidade um panfleto onde explicam as razões que levam os professores a realizar um dia de greve. Salientam que o gesto simbólico é para denunciar a situação da educação brasileira com mais de 15 milhões de crianças sem escolas, baixo nível do ensino; o descaso das autoridades para com a educação e os baixos salários pagos aos professores, principalmente os que atuam da 1a. a 4a. séries.

São estes também os mesmos motivos que levaram os universitários a entrar em greve por três dias, atendendo a orientação da UNE.

As entidades esperam também que um grande número de professores das cidades vizinhas compareça ao ato público e disseram que diversas caravanas já foram organizadas para vir a Londrina.

O MEMORIAL

No memorial que entregaram ao governador e cujas reivindicações não foram atendidas, os professores pleiteiam, basicamente, quatro itens, que consideram prio-

ritários: 1) salário base de três mínimos para professora primária; 2) reajustes salariais semestrais; 3) elevação da professora primária para o nível 2; e, finalmente, 4) o cumprimento de todos os itens do Estatuto do Magistério, que vem sendo burlado, sistematicamente.

Embora reconhecendo que a classe está unida em torno das reivindicações que a beneficia, a liderança reconhece que diversos diretores de colégios têm tentado colocar óbices à participação maciça dos seus colegas. Ouvidos ontem pela FO-LHA dirigentes de entidades lamentaram a atitude, lembrando, todavia, que o fato decorre mesmo de uma distorção da política educacional em vigor no Paraná. É que os diretores de escolas são escolhidos a revelia dos seus colegas, sempre através de critérios políticos, e, por isso mesmo "estão sempre dispostos a fazer o jogo do governo ao qual representam nos colégios". Contudo, ressaltaram que existem diretores que estão em perfeita consonância com a defesa dos interesses da clas-

se e têm, inclusive, hipotecado o seu apoio ao movimento. Para evitar as distorções preconizam que a escolha dos diretores de escolas seja feita através do critério democrático, com os seus colegas os elegendo, única maneira de uma efetiva representatividade.

ADESÃO

Ontem, os professores do Colégio Marista decidiram participar do ato público em solidariedade ao movimento dos seus colegas da rede estadual de ensino, como também, suspender as suas atividades. Embora não enfrentem os mesmos problemas, os mestres do Marista decidiram manifestar apoio por achar o movimento justo e também por desejar chamar a atenção dos seus alunos para o verdadeiro descalabro em que se constitui hoje a educação no país. Um representante do colégio lerá, durante o ato, uma moção de solidariedade, não somente aos colegas, mas também aos universitários que lutam por melhoria na qualidade do ensino no país.

Termina hoje a greve dos universitários em prol da melhoria no ensino brasileiro

Com um ato que realizarão conjuntamente com professores da rede estadual de ensino, na Concha Acústica, os universitários de Londrina que aderiram à greve nacional da UNE em prol da melhoria da qualidade da educação superior no país, dão por terminado hoje o movimento.

Durante três dias eles estiveram em greve e aproveitando o tempo vago para o levantamento de problemas relacionados com as suas instituições de ensino: a UEL e o Cesulon.

Segundo a programação, os estudantes da UEL deverão se concentrar às 17 horas, na caixa d'água, à Avenida Higienópolis, de onde caminharão, juntos,

ti, e diretor pedagógico do Colégio Marista, irmão Teófilo Bacha Filho, também estiveram presentes e se pronunciaram sobre a crise educacional que o Brasil inteiro está discutindo hoje.

Na opinião do irmão Teófilo, por exemplo, a situação é tão grave, tão caótica que ninguém pode negar. Ele salientou que esta greve nacional dos estudantes em protesto pelos poucos recursos que a educação vem recebendo dentro do sistema de dotação orçamentária da União significa um momento de reflexão muito importante, uma vez que servirá para um alerta geral não apenas às autoridades, mas

da, a atual situação da universidade que, segundo ele, "até o final de setembro não terá mais verbas". Ele enfatizou a necessidade da luta por mais recursos, enfocando que os universitários se ressentem, hoje, basicamente da falta de laboratórios, livros atualizados na biblioteca (segundo ele, os que estão lá são antigos e ultrapassados) e professores com condições de trabalhar. A falta de papel para a confecção de apostilas e outras deficiências também foram apontadas. O presidente do DCE disse que "se a UEL remunerasse melhor os professores, eles não teriam de trabalhar pela manhã, à tarde e à noite.

Conseqüentemente teriam

Concha Acústica, se unirão aos grevistas do Cesulon e aos professores da rede estadual de ensino para idêntica manifestação de protesto, cujo principal ponto é a conquista de condições ideais de ensino, tanto para alunos, como para professores. O encontro entre as três entidades num mesmo ponto e na mesma hora surgiu coincidentemente, quando buscavam se organizar para a manifestação no Dia Nacional do Protesto.

Os estudantes esperam a participação de grande número de pessoas da comunidade e para isso, intensificaram a distribuição de cartazes pela cidade, na tarde de ontem, convidando para a passeata e para o ato. Embora enfrentando alguns problemas no "campus", quando os cartazes foram arrancados sumariamente em alguns centros, como o CCH e CESA, os grevistas da UEL prosseguiram afixando-os, na medida do possível. No Cesulon, no entanto, as faixas solicitando a adesão à greve e a redução das anuidades, entre outras reivindicações, continuavam expostas na tarde de ontem.

DEBATE

Como parte das atividades da greve, foi realizado, ontem, um debate em uma das salas do Cesulon, promovido em conjunto pelos grevistas das duas instituições de ensino superior. Participaram representantes de entidades estudantis, entre eles o presidente do DCE-livre, Alberto de Paula Machado. O presidente da Associação dos professores Licenciados do Paraná, Dino Zambenedet-

alerta não apenas sobre os problemas da educação, mas sobre os reflexos que ela traz, já que todos os níveis do ensino estão sendo atingidos.

Para o educador, ensino público e gratuito para todos é uma meta que deverá ser perseguida incansavelmente e esta greve significou um primeiro passo para esse objetivo.

Ele acentuou, ainda, que um dos maiores problemas do Brasil não é tão somente verba irrisória para o setor educativo, mas também o mau emprego das poucas quantias que são destinadas ao setor. Ao seu ver, não existe uma escala de valores que determine sua divisão.

Depois de ressaltar que todo educador deve se posicionar por melhores condições de ensino, fortalecendo a luta deflagrada agora pela classe estudantil, irmão Teófilo concluiu que uma posição contrária a esta estaria contrariando os próprios interesses da nação.

UEL EM CRISE

O presidente do DCE-Livre, em entrevista à Folha destacou os pontos positivos da paralisação de três dias, lembrando que serviu para fortalecer a classe, e unir mais ainda os estudantes. Enfocou, posteriormente, a necessidade desse movimento continuar, não necessariamente em forma de greve, mas como manifestações em que os estudantes se unam em torno do mesmo objetivo.

Alberto de Paula Machado comentou, ain-

as aulas, proporcionando melhor nível ao ensino".

O líder dos estudantes comentou também a ausência do reitor José Carlos Pinotti, que não atendeu ao convite dos grevistas para participar do debate, tendo viajado para Curitiba. Ele salientou que seria muito importante a participação do reitor, dialogando com os universitários, para a solução de problemas que existem dentro da universidade. Na sua opinião, a participação do reitor era imprescindível.

HOJE

Foi adiada para hoje a conclusão do relatório final sobre as reivindicações que os alunos da UEL levantaram ontem e anteontem.

Cada curso em greve havia se reunido para discutir as questões inerentes a eles e a preparação; contudo, dada a intensa movimentação, não foi possível concluí-lo ontem, como estava previsto; a elaboração do relatório geral será efetivada, na manhã de hoje, no anfiteatro do CCB. Segundo o presidente do DCE-Livre, posteriormente será formada uma comissão para entregar as reivindicações ao reitor.

TEATRO FOI NEGADO

A reunião de ontem deveria ter se realizado no Teatro Filadélfia. Contudo os seus responsáveis, alegando tê-lo alugado anteriormente, não permitiram o uso de suas instalações. Isso concorreu para quebrar o brilho da promoção, pois, a sala onde se realizou o encontro era demasiadamente pequena e não coube o grande número de pessoas que compareceu, muitas das quais se retiraram. PT 1074-131

Boletim Gazeta de Buro
P. Greves
12/09/80 Estado PR

57

No Politécnico, debate sobre as universidades

Apesar de mais de 40 mil universitários do Paraná estarem participando da greve nacional, cerca de 200 estudantes estiveram ontem à tarde no Centro Politécnico no debate geral sobre as condições atuais das universidades brasileiras, mesmo assim, segundo os líderes da greve, o objetivo está sendo alcançado.

A atuação dos universitários durante o segundo dia da greve foi baseada em discussões mais amplas e que abrangessem as discutidas anteontem, quando alguns cursos debateram seus problemas internos. Houve, além disso, muita movimentação no tocante a divulgação do ato público a ser realizado hoje, quando alunos e professores se unirão, reivindicando melhores condições de ensino.

No mais importante acontecimento no Paraná, que foi a concentração e debate pelos estudantes de nível superior, no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, foram abordados os seguintes temas: Conscientização dos estudantes (pois alunos de muitas escolas ainda não aprenderam o que é uma greve e estão fazendo dela um "feriadão"); A falta de verbas para a educação (que seja atendida a reivindicação dos universitários no sentido de que 12% do orçamento da União seja destinado ao ensino); Democratização das universidades e principalmente, para que seja dada uma diretriz ao ensino universitário, através da criação de uma constituinte. "O debate foi caloroso".

Um ato público na Reitoria

A concentração de estudantes universitários, hoje às 17 horas no prédio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná e a

disse o Secretário Geral do DCE da Universidade Federal do Paraná, Pedro Luiz Longo, pois contou com a participação de professores, representantes e presidentes de associações. Ele explicou que não houve qualquer iniciativa de se tirar conclusões, mas sim de apenas discutir os problemas dos universitários brasileiros.

REPRESENTANTE DA UNE

Em visita a seus colegas curitibanos esteve ontem nesta Capital, o Secretário Nacional da Saúde, da UNE - União Nacional dos Estudantes, Gilberto Martins, que confirmou a participação de todas as instituições de nível superior do Paraná na greve nacional. Segundo ele, entre outras, estas são as cidades onde não estão havendo aulas: Londrina, Ponta Grossa, Arapongas, Maringá, Bandeirantes, Campo Mourão, União da Vitória, Paranavai e Cambé.

Lembrou ainda, que outras aderiram ao movimento após seu início, embora a "debandada" tenha ocorrido em grande escala, pois muitos estudantes apenas consideram a greve como um feriado a mais. "No entanto - disse Gilberto Martins - nossa maior vitória foi a paralisação de mais de 90% das aulas das universidades do país, façanha que alguns anos atrás era praticamente impossível". Em Curitiba, até estudantes do 2.º grau (da Escola Técnica Federal do Paraná) aderiram à greve e deixaram de comparecer às aulas.

Professores paranaenses paralisam hoje as aulas em 90% das escolas

"Os professores paranaenses estarão paralisando as aulas de hoje em aproximadamente 90% dos estabelecimentos estaduais de ensino, em protesto ao não atendimento de suas reivindicações salariais e profissionais, sendo que diversas manifestações ocorrerão durante todo o dia na maioria dos municípios do Estado."

A informação foi dada ontem pelo diretor Administrativo da Associação dos Professores do Paraná, Cleto Tamamini, acrescentando que esta será uma boa oportunidade para demonstrar aos órgãos governamentais a união existente em torno do professorado, pois além do magistério, haverá adesões de outras classes e dos próprios estudantes.

LUTA PELOS DIREITOS

"Ao decidir pela paralisação das aulas no Dia Nacional de Protesto, encetado por professores e estudantes universitários em torno de "Mais Verbas para a Educação", "Melhores Condições de Ensino e de Vida", a Assembleia Estadual dos Professores, realizada em meados de julho último no Colégio Estadual do Paraná, deu um passo importante na obtenção das reivindicações da classe, pois, está defendendo frontalmente os seus direitos, conscientizando também a opinião pública do desinteresse com que são tratadas as áreas de ensino, em qualquer nível, em nosso país", afirma Tamamini.

Segundo ele, a manifestação de todos os professores do Paraná, concedendo seu apoio a iniciativa, através de atos públicos, passeatas ou missas em ação de graças, de acordo com o posicionamento tomado em cada cidade, além de levar a público a insatisfação reinante no magistério, servirá como um alerta ao Governo, pois a classe encontra-se muito mais coesa agora do que há dois anos, quando foi realizada a greve dos professores.

Em Curitiba, os professores estarão se concentrando na Rua das Flores, mais precisamente na Boca Maldita, quando às 17h30min, será realizado o ato público de protesto, com fala de políticos e professores, sobre a situação precária da classe, cujos vencimentos encontram-se grandemente aviltados. De acordo com Cleto Tamamini, nenhuma repressão de qualquer ordem está sendo temida pelos professores, que, inclusive, já encaminharam ao Comando da Polícia Militar um pedido para o policiamento preventivo durante a manifestação. "Não obstante tratar-se de um ato pacífico e ordeiro - afirma o Diretor da APP -, com os professores não exigindo nada além de seus direitos, solicitamos o patrulhamento da PM nas áreas onde serão desenvolvidos os manifestos, que além do esquema de segurança montado por nós, para evitar infiltrações indesejáveis, estarão prevenindo a atuação de elementos desordeiros ou mal intencionados".

ENSINO PARALISADO

PT 1074.131

Um ato público na Reitoria

A concentração de estudantes universitários, hoje às 17 horas no prédio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná e a caminhada que realizarão pela Rua das Flores, até a praça Osório, será o acontecimento mais marcante da greve nacional dos estudantes universitários em Curitiba. Nas imediações da "Boca Maldita", alunos e professores se reunirão para fazer suas reivindicações através de um ato público.

Além da participação dos universitários, o ato público será reforçado pelas Associações dos Professores do Paraná, que decretaram greve também para o magistério no dia de hoje. As principais reivindicações são: mais verbas para a educação; melhores condições de ensino; ensino público e gratuito; melhores condições de vida. Conforme o Secretário Geral do Diretório Central dos Estudantes da UFP, Pedro Luiz Longo, "a importância deste acontecimento é grande, pois com a adesão de quase todas as instituições de ensino superior do País na greve

nacional, quem ganhou foi a União Nacional dos Estudantes, que mesmo sabendo e reconhecendo a falta de participação em massa dos universitários, sabe que a greve trará reflexos positivos. Também estarão presentes ao ato público, segundo Pedro Luiz, entidades representativas de setores da cidade. "Nosso objetivo é difundir o baixo nível de ensino nas escolas do Brasil e que a população fique a par do que realmente está ocorrendo".

Diálogo

Por outro lado, segundo Jorge Samy, vice-Presidente do DAST - Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia da UFP, "nem sempre as autoridades universitárias se mostram interessadas no diálogo com os estudantes". Segundo ele, uma prova de que isso realmente não existe é o fato de que o DCE da Universidade Federal do Paraná, ainda não é reconhecido pela Reitoria, mesmo tendo sido eleito livremente pelos estudantes.

Posição dos estudantes da UCP

Com sua participação considerada como reduzida na greve nacional dos estudantes universitários (pois na Universidade Católica do Paraná, somente o Curso de Filosofia discutiu seus problemas internos) o Diretório Central dos Estudantes da UCP se manifestou ontem, através de uma carta, justificando-se e apoiando os universitários do País, assim como os professores que se encontram em greve.

"Nós, do Diretório de Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências Biomédicas, assim como nosso DCE, denunciaremos também as críticas que temos recebido por parte de algumas lideranças do Movimento Estudantil, esclarecendo que sob hipótese algu-

ma aceitamos interferência de interesses escusos aos nossos ideais e metas de trabalho. Condenamos o patrulhamento ideológico que estamos sofrendo, alguns até de elementos alheios a nossa Universidade. Finalizando, solidarizamos-nos aos professores do Paraná e do Brasil, dando nosso inteiro apoio à campanha pela Aposentadoria aos 25 anos de Serviço, por julgá-la justa, visto que os mestres têm uma carga horária muito grande e que, por isso, seu desgaste físico e psíquico os faz envelhecer precocemente, conforme nos provam idôneas pesquisas. Uma sociedade mais justa, escola para todos, uma vida melhor é o que queremos! Natanael Ricci, Presidente do DCE.

sores não exigindo nada além de seus direitos, solicitamos o patrulhamento da PM nas áreas onde serão desenvolvidos os manifestos, que além do esquema de segurança montado por nós, para evitar infiltrações indesejáveis, estarão prevenindo a atuação de elementos desordeiros ou mal intencionados".

ENSINO PARALISADO



As universidades estão paralisadas devido à greve.

Folha São Paulo
P. Gomes
12 09 80

30

1.554 guardas dos presídios do Rio entraram em greve

RIO (Sucursal) — Os 1.554 guardas de presídio do Rio estão em greve desde às 8 horas de ontem e deverão continuar o movimento até que o governador Chagas Freitas aumente seus salários para o piso mínimo de Cr\$ 18.100,00. Para hoje, os grevistas prevêem problemas nos nove presídios cariocas, pois não haverá ninguém para abrir as celas às 7 horas, como é feito diariamente.

A greve, entretanto, é negada pelo diretor do Departamento do Sistema Penitenciário — Desipe — Antônio Vicente da Costa Júnior, que informou “estar já em mãos do secretário de Justiça, Erasmo Martins Pedro, o projeto de lei autorizando o aumento solicitado”. Na próxima segunda-feira, o governador deverá analisá-lo e enviá-lo à Assembleia Legislativa, pedindo autorização para transformá-lo em decreto.

NO HORÁRIO

Hoje, continuará de prontidão o 5.º Batalhão da PM carioca, que deverá intervir nos presídios em caso de tumultos, esperados sobretudo para domingo, quando as visitas aos presos terão que ser suspensas se a greve continuar. Segundo Alvaro Barbosa, presidente da Associação dos Servidores do Sistema Penitenciário do Rio, a “greve dos guardas de presídio cariocas está sendo realizada com a presença de todos no local de trabalho. Todos estão chegando no horário, assinando o ponto e cruzando os braços.”

PT 1074-131

Professores e alunos unidos no ato público em prol da educação nacional

Aproximadamente mil pessoas, a maioria universitários e professores, concentraram-se ontem às 18 horas, na concha acústica, onde foi realizado um ato público em protesto contra o baixo nível do ensino brasileiro e em favor de maiores verbas para a educação, com pronunciamentos de líderes estudantis e representantes do magistério. O ato marcou o final da greve nacional de três dias, convocada pela UNE - União Nacional dos Estudantes - e também à paralisação das atividades dos professores, ontem, em protesto pelo não-atendimento das reivindicações contidas no memorial encaminhado ao governador Ney Braga recentemente.

O clima proporcionado pelo movimento paredista dos universitários e professores, que acabou movimentando a cidade esta semana, intensificou-se ao final das greves, inicialmente através da passeata e, depois, com o ato público. Por volta das 17 horas, como estava previsto, os estudantes - cerca de 500, um número considerado irrisório pelo percentual dos universitários em greve - começaram a caminhar pela avenida Paraná, saindo da caixa d'água, na Higienópolis. Pelo menos 10 faixas, além de uma infinidade de pequenos cartazes carregados por grupos, davam conta dos problemas que afetam a educação no país, todos centralizando a falta de verbas, o descaso do Governo para com a Educação. Ao mesmo tempo, as propostas dos universitários sugeriam a educação como um direito de todo cidadão.

Aliado ao apelo por melhores condições de ensino, os estudantes traziam nas faixas alusões à invasão da Amazônia por estrangeiros, alta do custo de vida e outros fatores que



Durante toda a passeata os estudantes cantaram refrões de protesto



Unidos, grevistas do Cesulon, da UEL e do magistério ocuparam a praça para protestar contra as poucas verbas que a União concede ao setor educacional

blico os principais pontos da luta que empreendem. Um desses boletins, por exemplo, pedia a solidariedade da população para o movimento que reivindica, entre outras coisas, 12 por cento da verba da União para o setor educacional, melhores condições de ensino, uma universidade voltada para o interesse da maioria da comunidade brasileira e ensino gratuito para todos. Como argumento, os estudantes lembravam que o percentual de verbas para o setor tem diminuído sensivelmente de 64 para cá, estando, hoje, em torno de 4,5 por cento, enquanto as Forças Armadas desfrutam de 35 por cento. Eles ressaltavam, ainda, que pela Constituição de 46, era estipulado 12 por cento que exigem hoje.

"PRAÇA DO PROTESTO"
 Quando a passeata chegou



A charge na concha acústica ilustra a razão da luta dos alunos e professores

Reforçando o pensamento do vereador, o professor Hélio Duque (deputado federal pelo PMDB) foi aplaudidíssimo ao enfatizar que a situação da educação brasileira hoje, como de praticamente todos os setores da Nação é de calamidade. Depois de proceder a um breve retrospecto sobre o processo decrescente de verbas que o setor de ensino vem sofrendo, mais acentuadamente nos últimos anos, Hélio Duque abordou amplamente a problemática da situação econômica-política brasileira. Recolocou os mesmos pontos de vista e fez denúncias sobre a invasão de estrangeiros no país que o tem projetado nacionalmente, como a questão do Projeto Jari, a importação de gêneros alimentícios "num país de área geográfica tão intensa como o Brasil", por exemplo.

vam os refrões enfatizando o teor da manifestação, os líderes estudantis mantiveram praticamente a mesma linha de raciocínio, sempre voltado para as críticas ao Governo pela deficiência de verbas destinadas ao ensino. Pela UNE, falou o secretário do setor de saúde da entidade, Gilberto Martin, enquanto Alberto de Paula Machado, presidente do DCE-Livre, falou em nome deste organismo. Ademir Assunção, também da diretoria do DCE-Livre, representou os estudantes grevistas, com um breve pronunciamento.

Após proceder a um relato da situação das universidades brasileiras, a grande maioria em crise, e fornecer dados sobre a receptividade que a greve da UNE alcançou em nível nacional, o secretário do setor de saúde da entidade, con-

mento, salientando que os professores já não têm mais condições de exercer devidamente a função de educadores, devido às constantes abstenções que sofrem dos meios governamentais.

PROPOSTAS FINAIS

Falta de uma biblioteca equipada de maneira condizente com as necessidades dos alunos, livros específicos e atualizados para todos os cursos, principalmente para os recém-fundados, como Agronomia, Fisioterapia e Arquitetura; um restaurante universitário no "campus" e laboratórios melhor equipados. Essas as principais reivindicações constantes no relatório final sobre a situação da UEL, preparado pelos alunos nos dias de greve. Ontem pela manhã, houve uma reunião no CCB quando os grevistas analisaram os relatórios específicos de cada curso e deliberaram a preparação de um documento geral que será entregue ao reitor, José Carlos Pinotti no dia 25. No sábado próximo, uma nova assembleia será realizada, para a aprovação do relatório.

Além dessas questões, que praticamente atingem a todos os cursos, foram levantadas problemáticas com relação à contratação e demissões de professores que, segundo os grevistas, ocorrem, muitas vezes à revelia dos departamentos e dos alunos, havendo casos de demissões ou não-contratação por motivos políticos. Os universitários pretendem mudar esta situação, da mesma forma que tentarão participar do orçamento da universidade, tomando conhecimento da

PT 1074.131

do que passa o povo brasileiro".

Escortada por soldados da Polícia Militar, que controlavam o trânsito enquanto passava, a caravana de universitários fez todo o percurso cantando ou gritando refrões previamente preparados, preconizando universidade para o povo, uma sociedade mais justa e a união de todos em prol de saúde e educação. Nestas manifestações, estavam contidas severas críticas ao sistema governamental brasileiro bem como ao sistema de educação que é adotado, hoje, no País.

Grande número de populares assistiu à passeata, postando-se em janelas e sacadas de edifícios, portas de estabelecimentos comerciais e outros pontos estratégicos. Enquanto passavam os estudantes distribuíam boletins, explicando o teor da greve e tornando pu-

do Protesto", como foi recentemente denominada, eram poucas as pessoas que ali se aglutinavam. Mas em poucos minutos, a praça ficou completamente lotada, com todos os lugares tomados e muita gente em pé. Embora grande número de grevistas não tenha comparecido ao ato que eles próprios promoveram, cerca de mil pessoas compareceram ao ato, entre estudantes, professores e pessoas da comunidade. Como se esperava, muitos representantes do magistério de cidades vizinhas, como Apucarana, Araçongas, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul, e outras, prestigiaram o ato.

AMEAÇA DE ATENTADO

Ao abrir os trabalhos, o presidente da APLP - Associação dos Professores Licenciados do Paraná, Dino Zambenedetti, pediu aos presentes mu-

ta ordem e educação, ressaltando que aquela era uma concentração pacífica e que se alguma desordem fosse perpetrada não seria por parte dos manifestantes, mas sim por pessoas que não querem saber da Educação. Ele assim se referiu porque, na tarde de ontem, o pessoal encarregado da instalação do serviço de som, na praça, foi ameaçado por dois elementos que disseram que se o ato se realizasse, poderia ser estourada uma bomba.

Feito o esclarecimento, a professora Vera Manela (vereadora pelo PMDB) deu início ao ato, fazendo primeiramente um histórico sobre a Educação nos últimos anos. Em seguida apontou, entre outras coisas, o baixo salário dos professores e o descaso que as universidades têm pelo aluno, considerando-o apenas mais um número e não um indivíduo carente de aprender, co-

mo os principais através do setor. Ela salientou, ainda, a importância de união das duas classes para o fortalecimento da luta. Para ela, "só através da conquista de um estágio satisfatório da educação, o povo brasileiro conseguirá se libertar do obscurantismo que vive nos dias de hoje e caminhar para a reconquista da democracia e da liberdade.

Além da vereadora, a maioria dos líderes que se pronunciou deu muita ênfase a união entre professores e alunos, definindo esta como uma forma muito mais acessível de luta. Desta mesma opinião partilhou, por exemplo, o presidente do Sindicato dos Professores de Londrina, Francisco de Assis Lemos, e o professor Romeu de Oliveira (vereador pelo PMDB). Enquanto Lemos destacou que esta união é a grande arma para a luta por melhores condições de ensino,

ressaltando que o "lugar do professor não é apenas na sala de aula, mas também na praça, protestando contra as dificuldades que enfrenta", o vereador centrou seu pronunciamento na necessidade de uma conscientização política. Partindo da observação que o Governo tem elitizado o ensino, sistematicamente, transformando as faculdades em fundações, e, conseqüentemente, em ensino pago, conclamou os participantes do ato a criar forças para sair deste estágio de dominação.

Para o vereador, o governo brasileiro tem dado provas de que não tem qualquer interesse na educação do povo, pois a ele não interessa esta conscientização que traz em seu bojo duras críticas à maneira com que o país vem sendo dirigido e, conseqüentemente, pedem mudanças.

Para o deputado, a manifestação dos professores e alunos em praça pública é um protesto mais que justo, e da mesma forma, deveriam proceder os pais de família brasileiros e todos os representantes da comunidade para que seja restabelecida a prática democrática no Brasil. Ele enfatizou que um governo que está contra a educação e a favor da implantação de multinacionais no país, deve ser contestado até que a realidade seja transformada. Colocando-se inteiramente ao lado dos grevistas, Hélio Duque enfatizou que não apenas esta, mas todas as lutas em defesa da liberdade e igualdade entre os povos devem prosseguir.

OS ESTUDANTES

Várias vezes interrompidos pelos presentes que durante toda a realização do ato ecoa-

com os demais setores da comunidade para, através de uma única força, conquistarem as reivindicações que são feitas, hoje, pelos quatro cantos do País.

O presidente do DCE-Livre por sua vez, sugeriu a mesma união e salientou as principais necessidades que os alunos da UEL enfrentam, no momento, como a falta de condições materiais, baixo nível do ensino e a modificação sistemática dos currículos, sem que os alunos possam opinar, entre outras.

SOLIDARIEDADE

Os professores do Colégio Marista, embora pertencentes à rede particular de ensino participaram do ato, solidarizando com a classe. Através de uma moção de apóio, lida pelo professor Reinaldo Perlin, eles aderiram ao movi-

outros recursos.

PROBLEMAS ESPECÍFICOS

Por outro lado, muitos departamentos apresentaram casos particulares, enfrentados pela falta de recursos da universidade. Os que manifestaram maiores dificuldades foram justamente aqueles recém-criados, como é o caso de Agronomia, Arquitetura e Fisioterapia que, além dos gerais, sofrem problemas de infra-estrutura, entre eles, a falta de departamentos específicos através dos quais poderiam se organizar melhor.

Grande número de cursos, principalmente da área paramédica, como de Odontologia e Fisioterapia, por exemplo, ressentem-se de laboratórios e respectivos equipamentos de apoio aos estudos.

PT 1074.131

D Cláudio diz que apóia outra greve pacífica no ABC

São Paulo — Se houver outro movimento de metalúrgicos do ABC, com "reivindicações justas e modo pacífico de atuação", a Igreja e a Diocese voltarão a apoiá-lo, afirmou, em depoimento na auditoria militar no processo contra 13 dirigentes sindicais afastados, o Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes.

O Bispo disse que não houve incitamento à greve, mas respeito à decisão de uma categoria. Responsabilizou a repressão policial pelas violências em Santo André e São Bernardo do Campo, acrescentando que o comportamento policial se traduziu em "provocações" não aceitas pelos operários. O depoimento foi entregue por escrito ao Juiz Nelson Machado Guimarães pois D. Cláudio está em Roma participando do Sínodo dos Bispos.

DEPOIMENTO

Dom Cláudio Hummes explicou que a Igreja apoiou o movimento por considerá-lo "justo e pacífico" e que jamais pretendeu assumir sua direção ou organização. Considerou ainda um "mérito" os dirigentes sindicais terem dirigido uma greve reivindicatória em prazo "tão longo e com tanta repressão".

Revelou que o Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Desembargador Octávio Gonzaga Junior, o incentivou a participar das assembleias, porque sua presença atenuaria tensões e manteria a calma".

Segundo Dom Cláudio, a decisão do TRT, apesar de aumentar de 5% para 7% o índice sobre o INPC, não atendeu a "questões fundamentais como estabilidade e o delegado sindical", além de rebaixar o piso salarial obtido durante as negociações. A permanência em greve após a decisão do Tribunal, acrescentou, "significava mais uma demonstração da vontade dos trabalhadores pela reabertura das negociações

com os empresários e menos uma desobediência às leis".

PROMESSA

Dom Claudio lembrou que a greve terminou "tão logo foi publicada" uma declaração do Presidente João Figueiredo segundo a qual estaria aberto ao diálogo. Isso foi confirmado pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva, ao presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, mas até hoje o Presidente não recebeu uma comissão de metalúrgicos.

Ontem o Juiz Nelson Machado Guimarães ouviu mais três depoimentos de testemunhas de defesa: os jornalistas David de Moraes (presidente do Sindicato da categoria), Francisco Malfitani, da Rede Globo, e Robson Silva de O Estado de S. Paulo.

Robson Silva revelou violências praticadas pela Polícia Militar (ele mesmo sofreu fratura no braço esquerdo e golpes de fuzil na nuca) e invasão de um pronto-socorro da Prefeitura. Francisco Malfitani disse que viu pessoas não identificadas descerem de viaturas C-14, sem placas, e atearem fogo em madeira provocando distúrbios de rua no dia 5 de maio. Referiu-se ainda a vôos de helicópteros militares sobre a cidade.

MAIS DEPOIMENTOS

Hoje prestam depoimentos, como testemunhas de defesa, o jurista Dalmo de Abreu Dallari (preso por pessoas não identificadas e levado ao DOPS durante a greve); Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB, Severo Gomes, Ministro da Indústria e do Comércio do Governo Geisel e o jornalista Ricardo Kotscho.

Até agora, no processo movido contra Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e mais 12 outros dirigentes afastados, foram ouvidas 15 testemunhas de defesa.

Metalúrgico mineiro pronto para a greve

BELO HORIZONTE (AE — O ESTADO) — Os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, recusaram, em assembléia-geral, a contraproposta patronal para renovação do acordo salarial e iniciam hoje, com assembléias setoriais, a mobilização da categoria, "para chegar à greve, se não houver evolução nas negociações", segundo presidente do Sindicato, João Soares Silveira.

O líder sindical explicou que a recusa é uma reação da categoria a "manobra dos sindicatos patronais que anunciaram, até com publicação de matéria paga na imprensa, índices de produtividade de 8, 6 4 4 por cento. Na sua proposta, porém, reduzem estes índices para 4, 3, 1 e 2,2 por cento, pois incidem sobre os salários de outubro de 79".

Como reivindicam produtividade de 15

por cento, para todas as faixas salariais, além de piso salarial de Cr\$ 10 mil - os patrões contrapropuseram Cr\$ 6,6 mil. Os 3 mil metalúrgicos que participaram da assembléia geral não aprovaram o acordo. A recusa foi oficialmente comunicado ontem aos cinco sindicatos patronais e hoje começam as assembléias setoriais dos 65 mil metalúrgicos, para organização da greve.

O presidente Soares Silveira disse que "a disposição é de luta, e paralisação é o caminho, se os patrões mantiverem sua contraproposta, até ilegal, porque prevê a incidência da produtividade sobre os salários de outubro de 79, ignorando o reajuste semestral de março. Se as negociações não evoluírem para uma nova proposta, pelo menos razoável, a greve será a única alternativa da categoria".

Trabalhador paulista já tem reivindicação

OSASCO (AE — O ESTADO) — Reunidos em assembléia geral, os trabalhadores metalúrgicos de Osasco e de mais dez municípios da região Oeste da Grande São Paulo votaram o elenco de reivindicações que será encaminhado ainda nesta semana à classe patronal. Dos 20 pontos que compõe a lista de reivindicações, destacam-se como mais importantes: piso salarial de 13 mil cruzeiros, aumento de 20 por cento como produtividade acima do INPC decretado pelo governo, aumentos trimestrais em fevereiro, maio, agosto,

novembro, garantia de emprego, representação sindical junto às empresas e redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas.

O secretário geral do sindicato, Antônio Toschi, assinalou que a inflação nos últimos 12 meses chegou a 110 por cento, explicando que "por isso, queremos os 20% de aumento além do INPC porque é o mínimo que precisamos para reparar o poder de compra que perdemos neste ano. Sem isso, vamos continuar com a economia defasada, dando nossa força de trabalho em troca de salários inflacionados".

Toschi lembrou ainda: "Se em 1979 nossa greve não atingiu a meta, isso não significa que neste ano não a decretaremos novamente. Vai depender da vontade dos companheiros e também de forma como os patrões responderão às nossas reivindicações. O que conduz uma categoria à greve é a intransigência patronal, o trabalhador não faz greve por brincadeira, porque ela é sua última arma para conseguir o que pretende e se esta for deflagrada é apenas para conseguir a melhoria das nossas condições de vida".

JORNAL <i>Libertação do Brasil</i>
P- <i>Operários</i>
Data <i>12/10/80</i> Estado <i>PR</i>

Noite de vigília

RECIFE — (AE) — Os principais líderes do PMDB pernambucano viveram uma noite de tensão, quando a sede do partido, no bairro do Derby, ficou cercada durante nove horas, por cerca de vinte agentes da Polícia Federal que buscavam os líderes sindicais paulistas Ricardo Zarattini e Enilson Simões de Moura, o "alemão" dos metalúrgicos do ABC. Os dois estão em Recife, acompanhando a greve dos trabalhadores rurais.

JORNAL Folha de São Paulo
p. Queres
Data 02/10/80 Estado S.P.

35

“Alemão” e Zaratini foram ouvidos outra vez pela PF

RECIFE (Do correspondente) — O metalúrgico Enilson Simões de Moura, “Alemão” de São Bernardo do Campo e o engenheiro Ricardo Zaratini, que foram ao Recife como representantes da Unidade Sindical para apoiar as reivindicações salariais dos canavieiros, voltaram a depor ontem na Polícia Federal, onde permaneceram durante duas horas.

Ao saírem da Polícia Federal eles declararam que, ao contrário da vez anterior quando foram ouvidos sobre declarações que teriam feito durante o congresso de reorganização da União dos Estudantes de Pernambuco, ontem os agentes fizeram perguntas “sobre nossa vida privada”. Eles afirmaram que eram filiados ao PMDB e

atuavam para o setor trabalhista do partido.

Na última terça-feira, agentes da Polícia Federal haviam cercado a sede do PMDB com finalidade de prender “Alemão” e Zaratini por terem se recusado a cumprir uma intimação para prestar depoimento no dia anterior. O cerco só foi suspenso depois de entendimentos mantidos pelo deputado federal Roberto Freire, que obteve da Polícia Federal o compromisso de que os dois militantes trabalhistas apenas prestariam depoimento.

Zaratini e “Alemão” viajam hoje a João Pessoa, na Paraíba, onde participarão de um debate com o escritor e jornalista Fernando Gabeira, regressando em seguida a São Paulo.

O Movimento Trabalhista do

PMDB denunciou ontem no Recife que desconhecidos que diziam pertencer à Polícia Federal sequestraram o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, Vicente da Costa Coelho, cujo paradeiro era ignorado até o início da noite de ontem.

Segundo a denúncia, os supostos agentes estiveram antes na casa da funcionária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco Josefa Alves Lopes e a obrigaram a acompanhá-los até a casa de Vicente da Costa Coelho, onde ambos foram submetidos a interrogatório “e constantemente insultados, inclusive com ameaça de morte”. Um veículo pertencente ao sindicato teria também sido apreendido.

36

FORMA
Folha São Paulo
P- Genes
Data 05/10/80 Folha SP

Professores vão parar no dia 14

Os professores de todo País vão parar no dia 14 próximo, como forma de pressionar o Governo Federal a conceder reajustes semestrais para a categoria. A greve faz parte da Semana de Educação que começa no dia 9, quando serão recolhidos documentos contendo assinaturas, com protestos pela situação do professorado e que serão levados no dia 14 ao presidente João Batista Figueiredo.

Em São Paulo, o documento já tem mais de dez mil assinaturas, segundo a diretoria da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Ontem, em assembléia realizada em São Paulo, os professores discutiram as formas de encaminhamento da campanha salarial que será vinculada ao movimento que a entidade promove para manter a arrecadação dos sócios.

A Semana de Educação em São Paulo vai promover palestras e debates sobre a situação do ensino no Estado. No dia 9, às 20 horas, os professores discutirão "a Educação Hoje e suas perspectivas". No dia 11, às 14 horas, haverá palestra de professores de geografia sobre "Energia e Classes Sociais" e no mesmo dia, às 20 horas, vão discutir a problemática do professorado e a situação nacional.

Vagner Poletto, da diretoria da Apeoesp, afirmou ontem que do dia 6 a 14 deste mês, os professores vão formar "Comandos de Mobilização" para percorrer as diversas regionais da entidade em todo o Estado. Os Comandos para o Interior serão feitos nos dias 11 e 12.

JORNAL Folha de São Paulo
P. Opções
06/10/80 Estado SP

32

Advogado tentará provar inocência de metalúrgicos

A greve dos metalúrgicos do ABC, em abril-maio últimos, só foi efetivamente considerada ilegal três meses depois de ter sido encerrada. Essa tende a ser a tônica do depoimento que o deputado Almir Pazzianotto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, presta hoje na 2.ª Auditoria Militar, como testemunha de defesa dos 13 líderes sindicais acusados de incitamento à desobediência coletiva das leis.

A exposição de Pazzianotto se baseará, conforme as perguntas que lhe forem feitas, no fato de que a decisão do TRT paulista que considerou a greve ilegal não tinha caráter normativo, na medida em que cabia recurso. E tal recurso foi efetivamente impetrado pelos advogados do sindicato. A instância superior, o TST, só se manifestou no final de agosto, ou seja, três meses após o fim da greve.

Juridicamente, o depoimento de Almir Pazzianotto enfraquecerá ainda mais a acusação de incitamento à desobediência coletiva das leis, o que não significa, entretanto, que os acusados es-

tejam próximos da absolvição. Ocorre que o julgamento é claramente político, o que fica evidente até no enquadramento dos metalúrgicos na Lei de Segurança Nacional, quando dirigentes de outras categorias que também fizeram greves declaradas ilegais sequer chegaram a ser processados.

E, por se tratar de um processo político, ele implica um desgaste para ambas as partes: os metalúrgicos, principalmente Luis Inácio da Silva, Lula, ficam pendentes de uma condenação que pode estorvar seriamente a sua carreira política. E o governo vê transformado o banco de testemunhas da 2.ª Auditoria Militar num desfile de acusações à repressão policial e à ilegalidade das prisões, que estão na origem do processo em curso.

O que pode romper o impasse e quebrar, ao menos parcialmente, o conteúdo político do processo é o julgamento de recurso impetrado junto ao STM pelo advogado Luis Eduardo Greenhalgh, que defende dez dos 13 acusados, pedindo que se declare a incompetência da Justiça Militar no caso. (C.R.)

Cresce o protesto dos professores

Das sucursais e correspondentes

Professores da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro acusaram ontem a Secretaria de Educação da cidade de ter suspenso o feriado de hoje — Dia do Mestre — para impedir as manifestações de protesto programadas pelas associações da categoria. Enquanto isso, os docentes promoviam greves, concentrações e passeatas por salários maiores e melhores condições de ensino em São Paulo, no ABC, no Paraná, no Recife e na Paraíba. No Paraná, os dirigentes da greve do magistério, iniciada no último dia 8, não acreditam que a assembleia geral, marcada para as 9 horas de hoje, vá decidir o término do movimento, pois a Secretaria de Educação do Estado não ofereceu "nenhuma proposta mais ampla" para atender as reivindicações básicas da classe.

No Rio, os professores da rede municipal denunciaram ontem que estavam sendo obrigados, pelos Distritos Educacionais, a comunicar se compareceriam ou não hoje às escolas. Apesar do desmentido oficial a essa informação, alguns docentes confirmaram que os órgãos da Prefeitura encaminharam listas aos estabelecimentos de ensino para que nelas fossem relacionados os nomes dos que dariam aula no Dia do Mestre. Mas ontem mesmo uma ordem contrária suspendeu essa iniciativa.

O problema também ocorreu ao nível da Secretaria de Educação do Estado do Rio, onde os funcionários afirmaram ontem que "o Dia do Mestre não é oficialmente feriado, mas sim considerado dia de festa escolar. Nessas ocasiões — acrescentaram as fontes — fica a critério das diretorias das escolas promover alguma atividade festiva ou liberar os professores como num feriado".

Mesmo assim, o Sindicato dos Professores e o Centro Estadual de Professores confirmaram para as 14 horas de hoje a realização da "caminhada pela educação", que será iniciada na porta da Secretaria Estadual, no Passeio Público. Durante a manifestação, os docentes vão reivindicar melhores salários e condições de trabalho, 13º salário, reajuste semestral para as redes oficiais de ensino, pagamento de salários atrasados e efetivação dos conveniados do Interior do Estado.

No ABC, cerca de 50 das 230 escolas da rede oficial de ensino — incluindo as de Santo André, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra — paralisaram suas atividades na

manhã de ontem como parte do movimento nacional de protestos do magistério, reivindicando aumentos semestrais com índice de 15% sobre o INPC e acréscimo do número de vagas para o ensino público de 1º e 2º graus.

A informação sobre o número de escolas paradas na região do ABC foi dada ontem pelo vice-presidente da Apeoesp, Wagner Poletto, que durante todo o dia permaneceu na sede do órgão em Santo André, organizando a caravana de professores que se dirigiu à Capital com o objetivo de participar da caminhada em direção ao gabinete do secretário estadual da Educação, Luiz Ferreira Martins.

De acordo com o levantamento feito por Wagner Poletto, baseado nas visitas de docentes que recebeu na sede da Apeoesp, 13 das 80 escolas de Santo André pararam ontem, o mesmo acontecendo com quatro dos 29 estabelecimentos de São Caetano; cinco dos 40 de Mauá; três dos 16 de Ribeirão Pires; e um dos sete de Rio Grande da Serra. As demais escolas, ainda segundo o dirigente da associação, paralisaram suas atividades no período da tarde para que os professores pudessem participar da passeata em São Paulo.

O baixo índice de paralisação do magistério no ABC foi admitido pelo vice-presidente da Apeoesp, mas ele acha que mesmo assim "o movimento teve resultados muito positivos na região", porque a categoria esteve desmobilizada durante todo o primeiro semestre e "agora se rearticula, quando as condições de vida tornam-se cada vez piores".

NO PARANÁ

A Associação dos Professores do Paraná — APP — informou ontem que o movimento grevista do magistério continua crescendo no Estado, pois vem recebendo a adesão também dos colégios particulares. Os professores de três deles, em Curitiba — afirmou um dirigente da entidade, Edson Henning —, já comunicaram que paralisarão o trabalho hoje. Ele assegurou que 80% dos 50 mil docentes paranaenses encontram-se "parados e coesos em torno do movimento".

Por sua vez, o secretário da Educação do Paraná, Edson Machado, reuniu a imprensa para reiterar que não há condições de atender duas das reivindicações dos professores — piso de três salários mínimos e reajuste semestral —, mas que as outras duas, a promoção de docentes de certos níveis e a implantação plena do estatuto do magistério, podem ser negociadas. Ele ainda insistiu que o governo estadual vai reajustar

em 72% o salário de todo o funcionalismo a partir de janeiro, mas os professores dizem que praticamente não serão beneficiados por esse aumento.

"A educação no Paraná está sendo financiada pelo salário do professor." Foi o que afirmou ontem o dirigente da APP, Edson Henning, ao denunciar a perda do poder aquisitivo do salário do magistério estadual. Ele disse ainda que até os professores de 1º grau têm ajudado a pagar o salário dos demais docentes: "Em 1989, uma professora primária ganhava quase três salários mínimos. Hoje, ela ganha pouco mais de um salário. É claro que a quantia que o governo deixou de acrescentar aos rendimentos dela ajudou a contratar outros professores no Estado".

Em Londrina, são aguardados hoje os representantes do magistério de 100 cidades do Estado para a assembleia geral que vai avaliar o movimento grevista. Ontem, o secretário Edson Machado esteve no município, reunindo-se com diretores de escolas estaduais e com alguns grevistas da região, para explicar que "o Estado reconhece as dificuldades que a categoria vem enfrentando, mas não temos condições de dar mais nada além do que já foi anunciado. Estamos em dificuldades financeiras e a própria Secretaria de Educação não paga suas contas de luz há quatro meses. Só pedimos duas coisas a vocês: confiança no governo e tempo para que possamos resolver todos os problemas" — disse ele.

No Recife, cerca de 150 professores da rede oficial de ensino de Pernambuco fizeram ontem uma concentração durante uma hora e meia em frente ao palácio do governo, para protestar contra o PDS por ter bloqueado no Congresso Nacional a aprovação da aposentadoria da categoria aos 25 anos de serviço. Entretanto, eles não puderam entregar um documento reivindicatório ao governador em exercício, Roberto Magalhães, porque não havia audiência marcada, segundo alegou o secretário interino da Casa Civil. Para o presidente da Associação dos Professores, Paulo Santiago, "mais uma vez houve discriminação para com a classe".

Na Paraíba, os professores de 1º e 2º graus paralisaram ontem as aulas na rede oficial das principais cidades. Mas em João Pessoa o movimento foi esvaçado pela suspensão das aulas por causa da Semana dos Jogos Estudantis. Já em Campina Grande, 20 educandários pararam, com apoio da rede privada e de docentes universitários, segundo informou a Associação dos Professores Públicos da Paraíba.



Foto Sidney Corraldo

Várias reivindicações foram divulgadas durante a caminhada pelo centro da Capital

Depois da passeata a entrega do memorial

Em São Paulo, centenas de professores entregaram um memorial ao secretário da Educação, depois de caminharem pelas ruas centrais da cidade durante mais de duas horas. No documento eles acusam o secretário Luiz Ferreira Martins de estar bloqueando a expansão do 2º grau (o antigo colegial), que nos últimos dois anos — inclusive no próximo — não aumentou o seu número de classes:

"Não aceitamos mais os argumentos do secretário da Educação de que está dando prioridade ao 1º grau, conforme determina a Lei nº 5692/71, pois durante anos o governo do Estado vinha ampliando esse per-

mercado de trabalho dos professores que não podem ser assimilados pela rede escolar pública". O memorial é assinado pela professora Eiko Shiraiwa Campos Reis, presidente da Associação Paulista do Ensino Oficial de São Paulo — Apeoesp —, que foi também quem leu o documento para o secretário antes de entregá-lo.

Os participantes da II Caminhada de Luta pela Educação reivindicaram reajustes semestrais, mais verbas para o ensino, redução de carga horária de trabalho e aposentadoria aos 25 anos de serviço. Durante a passeata eles pararam várias vezes para ler uma carta aberta ao

um novo movimento

Da sucursal de
BRASÍLIA

Para reafirmar as reivindicações do magistério federal e definir uma nova paralisação nacional, por tempo indeterminado, até que os pedidos sejam atendidos, os professores universitários vão fazer uma greve de dois dias — 5 e 6 de novembro próximo. Esta decisão foi adotada por 27 entidades filiadas à Coordenação Nacional das Associações de Docentes, após uma reunião de dois dias realizada em Goiânia.

Ontem, em Brasília, a diretoria da Coordenação apresentou um pedido de audiência pública com o presidente Figueiredo, a ser feito por intermédio do senador Jarbas Passarinho. Neste encontro, os professores pretendem obter uma "definição do Executivo" sobre seus problemas. Além disso, nos comunicados das entidades divulgados ontem, os professores anunciam a instituição do "estado de mobilização permanente" a partir de hoje, Dia do Professor.

As reivindicações básicas dos professores são o reajuste salarial de 48% a partir de março de 1980, encaminhamento imediato do projeto de reestruturação da carreira do magistério, reajustes semestrais, revogação imediata da Lei nº 6.733, que retira da comunidade universitária o direito de escolher

seus dirigentes e mais verbas para a educação.

Além de uma audiência com o presidente da República, os professores estão pedindo a formação de uma comissão parlamentar pluripartidária que possa acompanhar permanentemente as suas reivindicações. Pretendem ainda manter uma representação da coordenação nacional em Brasília e, dia 12 de novembro, promover uma reunião nacional para reavaliação de seu movimento.

Segundo os documentos divulgados pelos professores, "a paralisação deve ter um cunho político, no sentido de levar ao conhecimento da população brasileira a crise por que passa a educação no País". Para as associações dos docentes, a crise da universidade brasileira atinge hoje seu ponto máximo: "Baixos salários, falta de verbas e má qualidade do ensino são alguns dos aspectos que mostram o quadro de falência do sistema universitário brasileiro. Este estado de coisas é consequência de um modelo de desenvolvimento imposto à Nação".

No final, os professores afirmam que "a classe docente exige do Estado um verdadeiro compromisso com a educação. Queremos que a educação seja um dos instrumentos efetivos de um processo de transformação que faça do homem o sujeito da vida na sociedade brasileira".

MEC prevê valorização

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro Eduardo Portella, da Educação, informou ontem que se encontram avançados os estudos e as negociações que vão garantir a valorização dos professores, pela dignificação salarial. Esta foi a providência mais objetiva revelada pelo ministro depois da mobilização geral dos professores universitários, de todo o País, ocorrida em setembro último.

Em mensagem dirigida à classe pela passagem hoje do Dia do Professor, Eduardo Portella acrescenta que "essas questões todas, que envolvem problemas acumulados durante anos, não podem ser conduzidas precipitadamente, nem solitariamente, mas com a participação de todos, coesamente".

O ministro da Educação acentua que, consciente de seus objetivos, suas responsabilidades e suas limitações, o MEC "da abertura política brasileira tem sido um ministério constantemente aberto. Sempre aberto ao diálogo, às críticas e às sugestões, como ministério do ouvir e do falar, buscando o saudável debate, indispensável ao equacionamento das questões, realística e produtivamente".

"O MEC não é, e nem deve ser o ministério do silêncio — afirma o ministro. Mas, o ministério do diálogo, da negociação, que está trabalhando intensamente para converter seus propósitos em realidade." E tem razões para acreditar que está próximo de ser alcançado o objetivo maior, ou seja, "o encontro com suas metas básicas, entre as quais se destaca o reconhecimento do professor como operário da construção qualificada, que significa a própria edificação nacional ou a construção da nova sociedade brasileira".

O ministro reafirma sua confiança na sensibilidade do governo, "permanentemente atento às mais relevantes questões da educação e da cultura", e lembra que o esforço feito até agora, voltado essencialmente para o fortalecimento das estruturas básicas, já apresenta resultados concretos que considera significativos: "O redimensionamento do 1º e 2º graus, a ampliação substancial da assistência aos estudantes carentes com material didático, o aumento da distribuição da merenda escolar e sua regionalização, e o atendimento inicial a mais de 400 mil pessoas, com ações sócio-educativas e culturais nas periferias urbanas e zonas rurais".

Seplan promete Cr\$ 4,4 bilhões às universidades

Da sucursal de
BRASÍLIA

Uma dotação de Cr\$ 4,4 bilhões está em processo de liberação para suprir as necessidades mais urgentes das universidades do País, segundo informou, ontem, o secretário-geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora, a uma comissão de cinco estudantes de Medicina do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, que reivindicaram recursos para manter a instituição em funcionamento.

Pécora garantiu que dentro de dez dias toda a tramitação estará concluída, quando então o ministro do Planejamento autorizará o repasse dos recur-

sos diretamente às universidades. Aos estudantes goianos, que lotaram três ônibus de turismo para, em comissão de mais de 100 membros, reivindicar uma dotação de Cr\$ 22 milhões, indispensável ao funcionamento do hospital, Pécora disse que esse recurso será atendido pela parte destinada à Universidade de Goiás, do total de Cr\$ 4,4 bilhões.

O secretário-geral da Seplan, após receber os estudantes, manteve contato com o secretário-geral do MEC, Guilherme Aragão, sugerindo-lhe que recebesse a mesma comissão de cinco alunos, para que eles próprios transmitissem às autoridades do Ministério da Educação as informações recebidas do Planejamento.

nosso modelo de educação para atender aos legítimos interesses da população. Nós achamos que o 2º grau deve ser estimulado, pois ele é parte do ensino público e gratuito para todos. Para nós, o Estado deve assumir todos os níveis de ensino a fim de que nenhum brasileiro sequer fique fora de escola por falta de recursos financeiros."

O mesmo documento afirma ainda que o governo do Estado atenta contra o ensino público, submetendo o docente à condição de subempregado, pelas suas baixas condições salariais, e que "a Secretaria da Educação só tem conseguido fechar o

dor Paulo Matur "mente sobre nossas escolas e sobre a situação do ensino", acrescentando que professores e pais é quem têm de custear as APMs "e viver promovendo festas para sustentar desde a compra de uma lâmpada até o pagamento de funcionários, pois se dependêssemos das migalhas do governo nossas crianças acabariam sem ter onde estudar".

Na passeata, como sempre ocorre, o governador foi também lembrado nos slogans repetidos pelos professores, provocando risos e palmas nas pessoas que paravam para ver as manifestantes.

A PUC de Campinas pode decretar recesso

Da sucursal de
CAMPINAS

Um recesso escolar poderá ser decretado ainda este mês na PUC de Campinas, caso a situação não se normalize. A advertência foi feita ontem pelo reitor Heitor Regina, ao analisar as crises financeira e acadêmica da Universidade, agravadas com o boicote às anuidades promovido pelos estudantes — por causa do aumento de 50% — e com a greve dos professores, iniciada ontem, em protesto contra o não pagamento dos salários, o que deveria ter sido feito até o quinto dia útil deste mês, conforme prevê o estatuto da instituição.

Ontem, enquanto o reitor afirmava taxativamente que somente autorizará o pagamento aos professores "se o boicote às mensalidades for suspenso", o movimento grevista dos docentes atingia a adesão quase total e era aprovada a decisão de manter a paralisação das aulas até sexta-feira, quando será discutida a continuidade da greve. Ao mesmo tempo, os estudantes aprovavam, em assembleia, o prosseguimento do boicote que, segundo informação do DCE, já conta com mais de 8 mil carnês recolhidos, o que significa, em dinheiro, uma quantia superior a Cr\$ 30 milhões.

Por outro lado, enquanto o reitor vincula diretamente o boicote às mensalidades ao não cumprimento da folha de pagamento dos professores, estes

afirmam que não aceitam essa desculpa, "uma vez que os alunos estão retendo os carnês referentes ao mês de outubro, e o nosso salário é de setembro". Todavia, o reitor diz que a situação financeira da Pucamp é "dramática", e que a Universidade não pode prescindir das parcelas das anuidades, que se constituem praticamente na única fonte de receita da instituição.

A Pucamp, com cerca de 1.200 professores e 25 mil alunos, possui atualmente o maior patrimônio do ensino superior privado do País — avaliado em Cr\$ 2 bilhões — e um déficit financeiro que ultrapassa a casa dos Cr\$ 500 milhões. Além disso, a Universidade vem funcionando com um déficit operacional de cerca de Cr\$ 100 milhões, acumulados nos últimos quatro meses — período de gestão de Heitor Regina — por haver protelado o reajuste das anuidades.

Segundo o reitor, com o reajuste concedido aos professores no período 79/80, a folha mensal de pagamento está em Cr\$ 80 milhões. "A Universidade vem tendo um déficit operacional de Cr\$ 25 a Cr\$ 30 milhões por mês", disse Heitor Regina, acrescentando que "a sociedade mantenedora não tem condições de absorver essas diferenças". De acordo ainda com o reitor, a Pucamp poderá criar fontes alternativas de receita somente a partir do próximo ano, "já que não houve tempo suficiente neste exercício, e a administração anterior não cuidou do problema".

JORNAL: *de Brasil*
P. *Opines*
Data: *15 10 80* Estado *RJ*

39

Prefeito de Caxias não recebe professoras que decidem manter a greve

Continuam em greve as duas mil professoras das 63 escolas da rede municipal dos quatro distritos de Duque de Caxias, — Centro, Campos Elísios, Imbariê e Xerém. Ontem, às 18h, as professoras tentaram contato com o Prefeito, Coronel Américo Gomes, que não as recebeu porque, segundo o assessor de Comunicação Social, Antonino Marques, estava em reunião com representantes da Associação dos Funcionários Fiscais do Município.

As professoras se reuniram por quase uma hora com o Secretário Municipal de Educação, Joubert de Oliveira, que reafirmou não ter a Prefeitura condições de aceitar suas reivindicações e fez um apelo para que encerrassem a greve a fim de que os 30 mil alunos não fiquem sem aulas. As professoras informaram que continuarão em greve por tempo indeterminado até que o Prefeito concorde em retomar as conversações iniciadas há cinco meses. Elas reivindicam, além de melhores condições de trabalho, quatro salários mínimos para as que lecionam da 1ª à 4ª série do 1º grau, seis mínimos para as da 5ª à 8ª série, e o fim da taxa escolar.

Em São Paulo

Cerca de 2 mil pessoas participaram da passeata que finalizou o dia de paralisação dos professores paulistas. A presidenta da Associação dos Professores da rede oficial de ensino do Estado, Eiko Campos Sales, entregou um memorial de reivindicações ao Secretário de Educação, Luís Ferreira Martins, pedindo a ampliação do número de vagas para a 1ª série do 2º grau.

Essa foi a única reivindicação específica dos professores paulistas, porque desde 1979 foi suspenso o aumento do número de classes do antigo colegial no Estado, por determinação da Secretaria. Para a presidenta da Apeoesp, o 2º grau deve ser estimulado, "pois é parte do ensino público e gratuito para todos".

Em Pernambuco

Apesar de a Associação de Professores do Ensino Oficial de Pernambuco ter informado que mais de 80% das escolas públicas paralisaram suas atividades, pela passagem do Dia Nacional do Protesto, o Secretário de Educação, Joel Holanda, assegurou que apenas três estabelecimentos escolares pararam, mas acrescentou que a frequência de professores foi muito reduzida nos que funcionaram.

Os professores pernambucanos acrescentam à reivindicação nacional, relativa ao reajuste semestral:

Pagamento pela qualificação, de acordo com a Lei 5 692/71; redução da carga horária sem redução de salário; regularização da contratação dos professores-estudantes; pagamento do adicional noturno previsto na CLT.

No Paraná

Entupir uma das avenidas mais largas de Curitiba com uma gigantesca passeata — que termine em concentração de professores de todo o Paraná, diante do Palácio Iguazu — foi a proposta aprovada por unanimidade na assembléia de 2 mil professores na Capital, que será defendida na assembléia estadual de professores de 1º e 2º graus hoje em Londrina.

O Movimento de Educação e Justiça, deflagrado há uma semana, mantém paralisadas as aulas em todas as escolas estaduais de mais de 160 dos 297 Municípios do Paraná. Segundo a Associação dos Professores, mais de 80% dos 45 mil professores aderiram, reivindicando melhores salários. Reajustes semestrais. Cumprimento do Estatuto do Magistério e elevação de nível para 22 mil professoras da 1ª a 4ª séries.

Mensagem de Portella pede compreensão

Brasília — Em mensagem em que reconhece "resultados significativos" no esforço de fortalecimento das estruturas do ensino, o Ministro Eduardo Portella pede aos professores, no dia a eles dedicado, a compreensão para "os obstáculos da jornada" que enfrentam junto com o MEC. A mensagem afirma que "se encontram bastante avançados os estudos e as negociações destinados a garantir, oportunamente, a adequada valorização da classe docente, através da dignificação salarial."

PT 1074-131

Greve no Sul pára 100 mil professores da rede estadual

JORNAL: <i>do Brasil</i>
<i>P. Gomes</i>
Data <i>04/11/80</i> Estado <i>RJ</i>

Porto Alegre — Cem mil professores iniciaram uma greve que paralisou as aulas de 442 escolas da rede pública estadual da capital e tem a adesão de 80% a 90% da classe no interior, reivindicando reajuste de 45,27% (equiparação salarial do nível 5 com os técnicos científicos) e 100% a partir de janeiro de 1981.

A 20ª Delegacia de Ensino garante que em seis municípios da região do Alto Uruguai (entre eles Palmeira das Missões, terra natal do Governador Amaral de Souza), 2 mil professores não aderiram à greve. Em Porto Alegre, a diretora do colégio padrão da rede de ensino público, Instituto de Educação General Flores da Cunha, Maria Azambuja, apóia a greve e entregou o cargo à disposição da Secretaria de Educação.

Sob pressão

O Secretário de Educação, Ricardo Leônidas Ribas, depois de se reunir com o Governador Amaral de Souza, disse que ainda é cedo para falar de punições a professores, mas não afastou a possibilidade de contratar professores ou admitir os que esperam nomeação, em substituição aos grevistas.

Afirmou que as negociações com o magistério só se iniciarão após o término da greve:

— O Governo não negocia sob pressão.

Segundo ele, as reivindicações são financeiramente inviáveis e seu atendimento elevará a folha de pagamento do magistério para Cr\$ 3

bilhões mensais (a arrecadação mensal do ICM prevista para este ano é de Cr\$ 6 bilhões 500 milhões).

Bola de neve

A vice-presidenta do Centro de Professores do Estado, Maria Augusta Feldemann, diz que a greve do magistério público estadual "é uma bola de neve". Ontem, em pelo menos 18 municípios gaúchos todos os professores estavam parados, e em Venâncio Aires (a 127 quilômetros da Capital) o movimento obteve a solidariedade da rede particular que, hoje, também entrará em greve.

A Secretaria de Educação reconhece que no interior a greve atinge de 80% a 90% da classe. Os 2 mil professores do Alto Uruguai que não encampam o movimento alegam que a greve por tempo indeterminado prejudicará professores e alunos porque representará o prolongamento do ano letivo.

No 1º dia de greve, ontem, os alunos ainda chegaram a comparecer às escolas, mas foram dispensados pelos professores. Os professores, por sua vez, apenas assinaram o ponto e quando a direção dos colégios não permitiu a assinatura abriram listas para comprovar o comparecimento às escolas, embora sem dar aulas.

O Centro dos Professores, que comanda o movimento, afirmou que a greve se deve à falta de definição do Governo estadual de clima favorável às negociações.

Cariocas mantêm as reivindicações

Com as mesmas reivindicações (reajuste salarial de 48%, retroativo a março; envio ao Congresso Nacional do anteprojeto do MEC de reestruturação da carreira do magistério superior; e reajuste semestral) os professores das universidades federais autárquicas do país paralisarão, pela terceira vez este ano, suas atividades acadêmicas, amanhã e quinta-feira.

O presidente da Associação de Docentes da UFRJ, professor Luís Pinguelli Rosa, acredita que, caso o Governo não atenda às pretensões dos professores, será inevitável uma radicalização do movimento:

— Não suportamos mais o arrocho salarial que estamos sofrendo, somado à indiferença do MEC com relação às reivindicações de mudanças na carreira docente.

Atividades

Das 18 universidades federais autárquicas do país, 16 aderiram à última greve, de 8 a 15 de setembro, período denominado de Semana Nacional da Mobilização. Elas reúnem cerca de 30 mil docentes, dos quais 5 mil 800 são das universidades do Estado do Rio — UFRJ, Universidade Federal Fluminense e Universidade Rural.

Os objetivos de mais esta paralisação são, como das outras vezes, pressionar as autorida-

des públicas para o atendimento das reivindicações dos professores e criar condições para que sejam discutidos os problemas da categoria e as formas de encaminhamento de sua luta. Durante a greve haverá atividades em todas as unidades da UFRJ.

Em atividade prévia, os docentes da UFRJ realizam hoje, às 14h30m, no Fundão, uma mesa-redonda sobre a democratização nas universidades, na qual discutirão as eleições diretas para a escolha do reitor e diretores de unidades. Participarão professores de outros Estados, entre os quais a Reitora da PUC de São Paulo, recentemente reconduzida ao cargo em eleição direta, professora Nadir Kfourri.

Amanhã à tarde será realizada uma mesa-redonda no campus da Praia Vermelha sobre a crise na universidade, com a participação do professor Sérgio Neves, Sub-Reitor da UFRJ, e de Antônio Cândido. Quinta-feira os professores promoverão ato público no Largo de São Francisco, em frente ao prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, às 11h30m. À tarde haverá uma assembleia-geral para tratar, além do encaminhamento das reivindicações, da criação de uma entidade de professores a nível nacional.

USP protesta contra redução de verbas

São Paulo — Os professores da USP (Universidade de São Paulo) paralisarão suas atividades amanhã e quinta-feira, segundo decisão adotada na assembleia da Associação dos Docentes da USP (Adusp) contra as constantes

— Imperatriz é a cidade que mais cresce no Maranhão, mas a Prefeitura está praticamente falida.

As duas propostas

cidade de São Paulo) paralisarão suas atividades amanhã e quinta-feira, segundo decisão adotada na assembléia da Associação dos Docentes da USP (Adusp) contra as constantes reduções das verbas destinadas às escolas públicas superiores".

Os professores alegam que a USP sofreu um acréscimo de 0,07% no seu orçamento de 1980, em relação ao de 1979. Os docentes realizarão hoje na Cidade Universitária um encontro preparatório para a greve de dois dias.

Em nota, a Adusp explica: "A decisão foi adotada para atender a Coordenação Nacional de Associações de Docentes Universitários, com a finalidade de defender a dignidade do magistério ameaçada com as constantes reduções de verbas às escolas superiores."

Imperatriz

Setecentas professoras e servidores dos colégios municipais de Imperatriz estão em greve há nove dias, reivindicando salário mínimo e pagamento de três meses atrasados. Exigem ainda jornada de trabalho de oito horas (muitos trabalham 12 horas por dia) e a demissão do Secretário Municipal de Educação, Osman Oliveira, acusado de insultar uma comissão de grevistas.

O Prefeito Carlos Amorim reconhece que os professores ganham pouco e trabalham excessivamente, mas alegou que os recursos da Prefeitura são insuficientes para atender as exigências apresentadas:

Caxias substitui as grevistas

O Prefeito de Duque de Caxias, Coronel Américo Gomes de Barros Filho, informou que novas professoras contratadas tomarão posse a partir de amanhã para ocupar as vagas das professoras que estão em greve há 25 dias, "o que está prejudicando cerca de 30 mil alunos que frequentam as escolas do Município".

Adiantou o Prefeito que 40% das 63 escolas da rede municipal voltaram a funcionar normalmente ontem, com grande comparecimento de alunos, diretoras e professoras. As professoras estão em greve desde o dia 9 de outubro, protestando contra o Prefeito que há cinco meses prometera solucionar seus problemas, estudando suas reivindicações. Inicialmente pediam aumento de quatro a seis salários mínimos, 20% por regência de turma e novos critérios para difícil acesso.

Piso salarial

Após vários contatos com o Prefeito, as professoras decidiram que aceitarão pelo menos a equiparação do piso salarial com a rede

Maranhão, mas a Prefeitura está praticamente falida.

As duas propostas

O movimento começou como "greve de advertência" de cinco dias, mas, como as reivindicações não foram atendidas, transformou-se em greve por tempo indeterminado. A maioria dos grevistas recebe Cr\$ 1 mil 600 mensais (o salário mínimo no Maranhão é de mais de Cr\$ 4 mil).

Até agora, duas propostas apresentadas pelas autoridades foram rejeitadas: uma da Prefeitura, que ofereceu aumento de 20% e outra do Governador João Castelo, que propôs 50%.

A Câmara Municipal de Imperatriz, com maioria do PDS, enviou na semana passada ofício ao Prefeito Carlos Amorim, apolando as exigências dos grevistas, que recebem assistência da seção regional do PT e do Núcleo da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. O Prefeito, então, procurou o comando da greve para oferecer "uma contribuição pessoal" ao fundo de greve, recusada.

Na visita do Ministro das Minas e Energia, César Cals, sexta-feira, ao município, as professoras realizaram uma pequena manifestação. Informado de que iriam vaiá-lo, o Prefeito Amorim cancelou o discurso que ia fazer. O Governador João Castelo acabou sendo vaiado por alguns grevistas, que exibiam uma faixa comparando o salário dos professores aos gastos realizados durante a visita do Presidente João Figueiredo a Imperatriz, dia 16 de outubro.

particular, Cr\$ 8 mil 200. Na ocasião o Prefeito, alegando falta de verba, não atendeu à reivindicação, afirmando que só daria um aumento de 20% a partir de janeiro de 1981.

Protestando contra a presença de policiais fardados — PMS do 15º BPM — que acreditam ter sido solicitados pela Prefeitura, em frente de algumas escolas do Centro de Caxias, as professoras acreditam que até amanhã uma solução satisfatória seja encontrada pelo Prefeito e a comissão de professores que negocia com ele. Hoje haverá um ato público às 15h em frente à Câmara Municipal da cidade em protesto pela contratação das novas professoras que preencherão as vagas das grevistas.

Ao tomar conhecimento do protesto das professoras, o Prefeito Américo Gomes, através do seu assessor de imprensa, Antonino Marques, desmentiu que havia solicitado policiamento para a porta de estabelecimentos de ensino da rede municipal. Disse o Prefeito que o policiamento visto pelas professoras grevistas é de rotina.

Mantenedoras assinam Protocolo

Um Protocolo de Intenções, que cria quatro Comissões Paritárias, destinadas a debater e formular sugestões para a disciplina dos principais aspectos interessantes ao fortalecimento do ensino superior, foi firmado, ontem, entre a Associação de Mantenedoras de Escolas Superiores do Estado do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro.

O documento foi assinado pelos representantes das duas entidades, professores Cândido Mendes e Luís Morrevi Filho, em solenidade na Delegacia Regional do Trabalho.

Acertar as arestas

Além dos presidentes das duas entidades, estiveram presentes os diretores do Sindicato dos Professores, Eduardo Quadra e Jansen Machado, e os representantes de oito faculdades que integram a Associação de Mantenedoras: Sérgio Pereira da Silva (Cândido Mendes), Mário Fonseca (Morais Jr.), Vera Gissoni (Castelo Branco), Lídia Gomes (Jacobina), Amélia Lacombe (CUP), Janir de Carvalho (Nuno Lisboa), Waldir de Carvalho (ABE), Mhertes Wenzel (FACEN) e Hélio Alonso (Facha).

Na abertura da solenidade, o presidente do Sindicato dos Professores, Luiz Morrevi Filho, salientou a necessidade do "diálogo permanente para acertar as arestas".

O presidente da Associação de Mantenedoras de Escolas Superiores, professor Cândido Mendes, ressaltou:

— O problema da garantia de emprego tem uma grande importância, pois entendo o professorado não como uma categoria a mais, mas como uma atividade diversa, que tem de estar ligada a uma garantia de

respeito. Nossa intenção é examinar, no diálogo, aquilo que precisa se transformar numa reivindicação.

As quatro Comissões, que iniciarão seus trabalhos a partir de dezembro, têm os seguintes objetivos básicos:

Comissão de Garantia de Emprego e Estabilidade: estabelecimento de prazos fixos para a dissolução da relação salarial, sempre tendo em vista a específica qualificação da atividade universitária diante das prestações convencionais do trabalho numa economia de mercado; e consulta e informação permanente à comunidade acadêmica.

Comissão de Estudo da Atividade do Magistério: reforço das presentes garantias do professorado, através de institutos que assegurem a plena qualificação do trabalho intelectual que as caracteriza, emendando e ampliando a presente proposta de consolidação do Estatuto do Magistério; e negociação permanente entre os dois Sindicatos.

Comissão de Aperfeiçoamento da Qualidade do Ensino Superior: implantação de instituições de amparo e intrínseca melhoria do rendimento da atividade do magistério, tendo em vista a sua criatividade, a sua reciclagem, e o estímulo às atividades de produção intelectual, ao lado das relativas ao estrito exercício do magistério; e atualização constante dos currículos e das cargas horárias.

Comissão de Negociação Permanente (Acordo Coletivo): plena integração da docência na vida universitária, mantido o propósito de assegurar-lhe, quando indicado, o regime de dedicação exclusiva, e a total participação na organização didática dos estabelecimentos, através dos Departamentos e Conselhos Departamentais.

Villa São Paulo
R. Juss
Data 05/11/80 Estado SP

41

Começa a greve de professores universitários

A greve geral de dois dias dos professores universitários, proposta pela Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários, começa hoje em pelo menos dezessete instituições federais de ensino e nas três universidades públicas paulistas: USP, Unicamp e Unesp. A paralisação foi proposta pela Coordenação Nacional em sua última reunião, realizada no mês passado em Goiânia, e aprovada em assembleias nas escolas.

Os professores reivindicam, basicamente, mais verbas para a Educação; 48% de abono a contar de 1.º de março passado; aumentos salariais semestrais; aprovação em regime de urgência de projeto de reestruturação da carreira do magistério; e revogação da Lei n.º 7.633, que retirou da comunidade acadêmica o direito de escolher seus dirigentes.

O prof. Osvaldo Maciel, membro da Coordenação Nacional e presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Santa Catarina, disse ontem, por telefone, que o importante nessa mobilização é a reflexão que será feita nas escolas sobre a entidade nacional dos professores, a ser definitivamente criada em fevereiro de 1981, durante reunião em Campinas.

Ele informou que, até ontem, tinham confirmado a adesão à paralisação as seguintes universidades federais: do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rural do Rio de Janeiro, Fluminense, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte. Na Universidade Federal de Minas Gerais, a greve é parcial, porque os docentes da instituição eram favoráveis à greve por tempo indeter-

minado de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a maior parte das unidades da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Em todas elas, a discussão dos docentes girará em torno da forma de criação da entidade nacional, campanha salarial e balanço da mobilização.

Na Universidade de São Paulo, hoje, está programado ato público, às 10 horas, no anfiteatro do curso de Psicologia. Às 15 horas, os docentes iniciarão assembleias setoriais. Amanhã, às 15 horas, haverá assembleia geral, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; e, às 19 horas, ato conjunto com professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Escola Paulista de Medicina, na sala 40 da PUC.

A Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, também aderiu à paralisação por dois dias, e estará igualmente discutindo as propostas da Coordenação Nacional.

Na Unicamp, os docentes realizaram assembleia ontem, com a presença de 150 professores e foram registrados cinco votos contrários à paralisação e seis abstenções. Hoje, às 10 horas, no Instituto de Física, o debate será sobre Verbas e Orçamentos da Unicamp, com a presença da Comissão de Orçamento e Finanças da Universidade; às 14 horas, a discussão girará em torno da criação da entidade nacional; às 16 horas, será discutido o regimento interno da Universidade, tendo em vista sua democratização. Amanhã, às 9 horas, o tema da discussão será a situação trabalhista e a carreira do magistério; às 14 horas, "Perspectivas Salariais"; às 16 horas, encerramento, com assembleia geral e avaliação do movimento. A Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp) informou que a Faculdade de Ciências Médicas em virtude da

PT 1074.131

Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte. Na Universidade Federal de Minas Gerais, a greve é parcial, porque os docentes da instituição eram favoráveis à greve por tempo indeterminado. A Escola Paulista de Medicina (federal) também aderiu à paralisação.

SÃO PAULO

Em São Paulo, aderiram à greve de dois dias a Univer-

salários, as 100 horas de fechamento, com assembleia geral e avaliação do movimento. A Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp) informou que a Faculdade de Ciências Médicas, em virtude da paralisação de um mês ocorrida recentemente, aderirá ao movimento somente amanhã, para manifestar solidariedade ao movimento.

Alunos de Geologia mantêm paralisação

Os alunos do curso de Geologia da Universidade de São Paulo, que desde anteontem ocupam as dependências do Departamento de Geologia Geral do Instituto de Geociências — em sinal de protesto contra a direção da escola, "que se nega a atender suas reivindicações básicas" — anunciaram ontem que a paralisação das aulas, que já dura 90 dias, prosseguirá até que sejam consideradas suas propostas. Segundo eles, caso não haja consenso nos próximos dias entre as duas partes conflitantes, também os outros departamentos do Instituto de Geociências deverão ser "tomados pacificamente".

As notícias que correram nos últimos dias, de que todos os 150 alunos que participam da greve (deflagrada no dia 4 de agosto) estariam reprovados por faltas no 2º semestre, acirraram os ânimos dos estudantes de Geologia, que afirmaram que se manterão irredutíveis quanto a seus requisitos para o retorno às aulas.

A principal reivindicação dos alunos é a anulação da pena de suspensão a seis estudantes do curso de Geologia, a qual classificam de injusta e arbitrária. A pena, conforme revelou Raquel Franco de Sousa, membro da diretoria do Centro Acadêmico do Instituto de Geociências, de 15 dias de suspensão, foi aplicada a seis

alunos do curso, que no final do primeiro semestre (em junho) se rebelaram, assim como todos os outros, contra o critério de avaliação adotado por um professor, "que aplicou uma prova sobre uma matéria que não havia ministrado".

No retorno às aulas, no segundo semestre — disse — os alunos foram cientificados da punição. A direção da unidade informou que a punição era baseada no comportamento dos alunos, "que sequestraram o professor em questão, alegação que não tem qualquer fundamento". Embora a suspensão tenha sido cumprida automaticamente, os estudantes pleiteiam sua revogação, para que ela não conste no currículo escolar.

A reestruturação do Departamento de Geologia Geral é a outra reivindicação básica dos alunos, que criticaram severamente o chefe da unidade, Umberto Cordani, "o principal responsável pelo esvaziamento que vem sofrendo o curso". Segundo eles, "por uma questão estritamente política, Cordani vem provocando há vários anos a dissolução de equipes de ensino, através de reformulação no sistema didático e de pesquisas científicas, tentando nos impor um método muito mais apropriado ao ensino americano, bem distante da realidade brasileira".

Docentes entram em greve na Federal de Minas Gerais

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Os professores da Universidade Federal de Minas Gerais paralisaram as aulas ontem, por tempo indeterminado, até que o governo se manifeste sobre suas reivindicações. Eles querem reajuste salarial de 48%, retroativo a março passado, reajustes semestrais de salários, envio ao Congresso do projeto que reestrutura a carreira do magistério (elaborado pelo Ministério da Educação), equiparação de seus salários com os dos docentes das universidades federais sob regime de fundação e mais verbas para a Educação.

A paralisação por tempo indeterminado foi decretada ontem de manhã, em assembleia geral iniciada com a participação de cerca de 500 dos 2.800 professores da instituição, representando todas as unidades da UFMG, exceto as faculdades de Direito e de Arquitetura e o Conservatório. Antes de decretada a greve, um grupo de professores se retirou, em protesto, e apenas 367 participaram da votação, que apresentou o seguinte resultado: paralisação por tempo indeterminado, 254 votos; paralisação por tempo indeterminado a partir de março do próximo ano, 80; greve de advertência, com duração de 10 dias, 33. Oito

professores se abstiveram de votar.

A PROPOSTA APROVADA

De acordo com a proposta aprovada, os professores paralisarão as atividades docentes mas comparecerão diariamente às escolas, para assinar ponto, fazer seus trabalhos de pesquisa e discutir a situação do ensino superior e problemas específicos da universidade. Na próxima quinta-feira eles realizarão nova assembleia para avaliação do movimento e decisão sobre a manutenção ou suspensão da paralisação.

Caso a paralisação se prolongue até o fim do semestre letivo, previsto para o dia 12 de dezembro, os alunos serão prejudicados. Com a paralisação, os professores não aplicarão provas e não lançarão notas no diário de classe. Ninguém será aprovado e, com isso, a universidade não terá condições de abrir novas vagas.

O reitor em exercício da UFMG, prof. José Henrique dos Santos, disse ontem que considera justas e legítimas as reivindicações dos professores, mas não quis julgar a oportunidade da paralisação. Segundo ele, a Reitoria nada pode fazer em relação às reivindicações, todas dirigidas ao governo federal.

INFLUÊNCIA

O diretor da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, prof. Renato Ortiz, disse por sua vez que a decisão dos docentes da UFMG influenciará professores de outras universidades federais do País, sob regime de autarquia, que estão realizando ou programando assembleias para decidir se também entram em greve (a primeira a decretar a paralisação por tempo indeterminado foi a Universidade Federal de Goiás, no último fim de semana).

Segundo Renato Ortiz, o magistério superior não suporta mais a situação a que foi levado pelo governo. Nos últimos anos — observou — os salários dos professores vêm se deteriorando cada vez mais, pois são reajustados abaixo do índice de inflação, do custo de vida e do próprio salário mínimo. Lembrou que este ano os professores da rede federal autárquica receberam aumento de 56%, quando a inflação supera os 100%.

Disse também considerar iníqua a discriminação feita pelo governo com os funcionários públicos. "Basta dizer que os servidores públicos não têm aumentos semestrais, como todos os trabalhadores brasileiros, não podem negociar seus salários e são proibidos de fazer greve."

JORNAL: *do Brasil*
p- *Quinas*
Data *15/11/80* Estado *SP*

43

Greve de professores das universidades federais ganha adesão de 7 Estados

Goiânia — No 14º dia de paralisação dos professores universitários goianos, aderiram à greve por tempo indeterminado, até que o Governo federal atenda as reivindicações de melhoria salarial e melhores condições de ensino, as Universidades de Alagoas, Bahia, Pará, Juiz de Fora, Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná e Minas.

Os professores goianos consideraram da maior importância a adesão dos colegas de Minas Gerais. Amanhã, em Goiânia, representantes das associações de docentes terão reunião, quando serão definidos os rumos do movimento.

EM MINAS

Em 15 das 19 escolas da Universidade Federal de Minas Gerais não houve aulas. Houve aulas nas Escolas de Direito, Arquitetura, Engenharia e Música.

A comissão de greve discutiu ontem se paralisará também o atendimento ambulatorial na Faculdade de Medicina e os estudantes de Psicologia debateram uma forma de apoio aos professores, sem prejuízo da formatura.

Os professores querem, além do abono, o envio ao Congresso do anteprojeto de reestruturação da carreira do magistério, equiparação salarial dos professores de autarquias com os de fundações federais e inclusão destes profissionais na política de reajustes semestrais, e mais verbas para a educação — 12% do orçamento da União.

EM ALAGOAS

Cerca de 200 professores, apoiados por 500 alunos, decidiram paralisar as atividades na Universidade Federal de Alagoas, até que o Governo se pronuncie sobre suas reivindicações.

O grande problema, levado por um grupo de estudantes e debatido pelos professores, é o caso dos formandos deste ano, que serão prejudicados. Decla-

rou o presidente da Associação dos Docentes da UFAL, professor Marcelo Lavenere Machado:

— Esse problema nós vamos estudar, porque não pretendemos prejudicar os formandos. Mas em hipótese alguma recuaremos da nossa posição, se não obtivermos respostas concretas para o que pedimos.

NA BAHIA

Reunidos por mais de duas horas, os professores da Universidade Federal da Bahia decidiram, por unanimidade, entrar em greve por tempo indeterminado. Segundo o presidente da Associação dos Professores Universitários da Bahia, Carlos Moreira, a paralisação dos mais de 2 mil professores da UFBA não foi uma atitude emocional ou precipitada, mas "um consenso quanto à necessidade de se adotar um posicionamento mais agressivo, através da utilização de instrumentos mais contundentes para se conseguir o atendimento das reivindicações".

Até o final da tarde, o comando da greve, sediado no Instituto de Física, recebeu informações de paralisação das unidades do campus da Federação. As faculdades do campus do Canela e as Escolas de Economia e Letras não haviam informado sobre greve.

UFRJ em assembléia decide não aderir

Na maior e numa das mais agitadas assembléias deste ano, os professores da UFRJ decidiram não entrar em greve por tempo indeterminado, mas poderão reconsiderar, em reunião marcada para terça-feira, se na reunião nacional de amanhã, em Goiânia, 10 universidades votarem pela paralisação

O grupo que defendeu a greve argumentou que a Universidade Federal de Goiás já está em greve por tempo indeterminado e salientou os baixos salários dos professores. Para eles, a não adesão da UFRJ significaria a quebra do movimento nacional.

PT 1074.131

PT 1074.131

Na maior e numa das mais agitadas assembleias deste ano, os professores da UFRJ decidiram não entrar em greve por tempo indeterminado, mas poderão reconsiderar, em reunião marcada para terça-feira, se na reunião nacional de amanhã, em Goiânia, 10 universidades votarem pela paralisação agora.

Na assembleia de ontem, com quase 500 professores, foi apresentada, além da proposta vencedora da diretoria da Associação de Docentes da Universidade, uma defendendo a greve imediata até o atendimento das reivindicações da categoria, subscrita pelos professores de Medicina, Biologia, Microbiologia e Letras.

FRACASSO

Ao defender a proposta vencedora, o professor Alexandre Magalhães, da diretoria da ADUFRJ, ressaltou que uma greve agora levaria o movimento ao fracasso porque a paralisação não foi amplamente discutida pelos docentes.

O grupo que defendeu a greve argumentou que a Universidade Federal de Goiás já está em greve por tempo indeterminado e salientou os baixos salários dos professores. Para eles, a não adesão da UFRJ significaria a quebra do movimento nacional.

A proposta vencedora é favorável à realização de assembleias em todas as associações de docentes no início das aulas, no próximo ano, para deliberar, caso as reivindicações da categoria não sejam atendidas até lá, a realização de uma greve nacional no 1º semestre de 1981, por tempo indeterminado.

A diretoria da ADUFRJ propôs ainda a criação de uma comissão de negociação salarial para atuar junto ao DASP, e de outra de negociação de carreira, com prazo até março. As propostas do Governo serão levadas pelos representantes das associações de docentes nessas comissões, para serem submetidas a assembleias dos professores, para deliberação.

Gaúchos têm proposta de 100% de aumento

Porto Alegre — Proposta negociada entre a direção do Centro de Professores e o Secretário de Educação, Ricardo Leônidas Ribas — que poderá determinar o término da greve do magistério público estadual — prevê um aumento geral em torno de 100%, em várias parcelas, e piso salarial de Cr\$ 12 mil 500 (o atualmente é Cr\$ 6 mil 250), ambos com vigência a partir de 1981.

A proposta foi entregue ao Governador Amaral de Souza para a apreciação final quanto à repercussão no orçamento do Estado. Hoje o Governador deve-se manifestar sobre o reajuste que, se aceito, determinará a convocação de uma assembleia-geral do magistério público estadual para discutir o fim da greve que se prolonga há 13 dias.

NEGOCIAÇÃO

Sem divulgar os valores exatos da proposta negociada, que depende da apreciação do Governador, o Secretário de Edu-

cação afirmou que o único impasse diz respeito à antecipação de um percentual este ano. A antecipação, uma das exigências da direção do Centro de Professores, depende da disponibilidade financeira do Estado.

Acredita-se que os professores conseguirão a fixação de um coeficiente fixo de reajustes anuais para a classe, como forma de evitar a repetição da campanha reivindicatória a cada ano.

No final da última reunião, ontem, com o Secretário de Educação, o presidente da Confederação dos Professores do Brasil e membro do comando de paralisação do Centro de Professores, Hermes Zanetti, manifestou esperança de que também seja fixado um percentual do orçamento do Estado para a educação em torno de 20% a 22%.

A greve do magistério público estadual, que se prolonga há 13 dias, tem a adesão de 90% dos 100 mil professores.

JORNAL: *O Est. de Paraíba*
P. Gomes
Data *15/11/80* Estado *PR*

Começa greve de professores

JOÃO PESSOA (AE — O ESTADO) — Cerca de 223 professores, reunidos em assembleia geral na manhã de ontem, votaram pela paralisação por tempo indeterminado na Universidade Federal da Paraíba, reivindicando reajuste salarial de 48 por cento, com efeito retroativo, reajustes semestrais, revogados da lei 6.733, que nega autonomia universitária para a escolha dos dirigentes, e ainda por mais verbas para educação. A assembleia recusou uma proposta do centro de educação dos professores que recomendava a paralisação de todas as atividades (inclusive administrativas), simpósios, cursos de convênio, ressalvados "casos prioritários", como por exemplo o funcionamento do Hospital Universitário).

A direção da ADUF-PB acredita na adesão dos 1.200 docentes do "campus" de João Pessoa e já foi informada de paralisações também nos "campi" de Areia e Cajazeiras. A maior resistência na capital parte dos docentes da área médica. Durante a assembleia, foi divulgado documento em que os professores explicam a paralisação e conchamam outras universidades a apoiar o movimento. Uma nova assembleia foi convocada para quarta-feira para deliberar sobre a programação de atividades durante a paralisação.

JORNAL: *República do Paraná*
P. Gomes
Data 19.11.1980 Estado PR

4/5

Mestre faz greve em Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS — (AE) — Cerca de três mil professores das escolas públicas do Estado de Santa Catarina estão em greve desde ontem em protesto contra as promessas não cumpridas do governo do Estado. A greve foi decretada numa assembléia geral, realizada em Blumenau, com a presença de representantes de 57 municípios, mas ontem os professores do Instituto de Educação de Florianópolis, o maior de Santa Catarina, com cerca de dez mil alunos, e do Colégio Aderbal Ramos da Silva, também aderiram à greve.

Os professores querem reajuste salarial de 70 por cento a partir de novembro, extensivo também aos auxiliares de ensino, serventes e dire-

tores das escolas, ontem o secretário da Educação do Estado, Antero Nercolini, disse considerar a greve "injusta e ilegal", frisando que ela vem em prejuízo dos alunos. Informou que os professores terão aumento salarial a partir da aprovação do projeto de reclassificação da carreira do magistério, a ser enviado à Assembléia Legislativa no final deste mês, e que passará a vigorar a partir de março, além do aumento que será concedido em maio.

Esse argumento, no entanto, não convenceu os professores a retornarem as aulas. Eles pretendem paralisar suas atividades até sábado e, se as reivindicações não forem atendidas, a greve continuará.

JORNAL *Edna de Ardiua*
P. Soares de Jesus
Data *20/11/80* Estado *PE*

46

Vereador acusa jornal

“Quando reassumi minha cadeira nesta Casa, depois de ter o mandato cassado a 4 de janeiro deste ano, disse que voltava sem rancor e sem ódio. E assim quero continuar, porque esse procedimento aprendi em casa, com meus pais, quando criança. No entanto, não posso me calar diante do que querem fazer comigo. Existe uma corrente, de não sei de quem, e a quem está servindo, que procura me desmoralizar, denegrir minha pessoa”.

A declaração foi feita pelo vereador Paulo Sérgio Ferreira, ao pronunciar-se no final do expediente, na última sessão da Câmara.

Segundo ele, essa corrente “tem o apoio de alguém dentro do jornal local. Um jornal que lutou pela minha cassação. Não sei porque, esse veículo que sempre norteou a opinião pública do Estado, procurava publicar coisas para me desmoralizar. Quando chegava o momento de me defender, e isso é previsto na Lei de Imprensa, procuravam cercear-me” — disse Paulo Sérgio.

De acordo com o vereador “o jornal local (ele não cita o nome) vem publicando cartas com nomes de pessoas inexistentes e cujos endereços são falsos. Isso pode ser comprovado no Juízo Eleitoral de nossa cidade, onde procuramos identificar aquelas pessoas. Ainda no domingo uma nova carta foi publicada, cujo endereço era rua Nevada, 103. Fomos até lá e só encontramos um terreno baldio. E eu pergunto, qual é o interesse daquele veículo? Denegrir

este vereador? Continuar denegrindo esta Casa?”

FAIXAS DE REPÚDIO

Paulo Sérgio falou também sobre as faixas de repúdio à sua volta, apresentadas nas galerias da Câmara no dia do seu retorno. “Essas faixas eu sei muito bem de quem partiu; sei que foram fabricadas por meia dúzia que não desejava a minha volta. Mas enfrentarei a tudo isso de cabeça erguida, como encaro minha família em casa. Lembro ainda que lutarei por esse mandato até o último dia da minha vida, enfrentarei a todos, não admitirei ataques pessoais. E, finalmente, dou pesames ao responsável pela seção de cartas da “FOLHA”, e ainda digo que podem me perseguir o quanto quiserem, porque eu continuarei lutando”.

NOTA DA REDAÇÃO:

Equivoca-se o sr. Paulo Sérgio Ferreira quando pensa que este jornal move-lhe campanha de descrédito. Não somos nós quem o fazemos. Não foi o jornal que cassou o seu mandato, mas a própria Edilidade. O que fizemos foi apenas divulgar fatos. Quanto à nossa seção de cartas, já fizemos de público um apelo aos leitores para que forneçam os seus verdadeiros endereços. As cartas chegam, algumas das quais em defesa do vereador e as temos publicado, indiferentemente da posição esboçada pelos leitores que, afinal, são os destinatários da seção.

JORNAL Folha de São Paulo
 P. Opções
 Data 21/11/80 Estado SP

Novas adesões à greve de docentes

Atividades paralisadas em 16 instituições federais

Do Serviço Local, das Sucursais e dos Correspondentes

"Um quadro inédito"

Professores de mais três universidades federais — Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte — aderiram ontem à greve por tempo indeterminado, informou o Comando Geral de Greve, instalado em Goiânia. Agora, são dezesseis as instituições federais de ensino superior onde os docentes paralisaram suas atividades. Ontem, na Paraíba, a greve estendeu-se aos oito campus da Universidade Federal, que se encontra totalmente paralisada, com o vestibular, suspenso, cancelamento da seleção de candidatas a mestrado e grande parte do setor administrativo sem trabalho.

Estão em greve as universidades federais de Goiás, Bahia, Alagoas, Minas Gerais, Juiz de Fora, Pará, Paraíba, Santa Catarina, Santa Maria, Rio de Janeiro, Pernambuco, e Rio Grande do Norte, e quatro institutos isolados: Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Escola Superior de Ciências Agrárias de Mossoró (RN), de Ciências Agrárias de Areias (PB) e Centro de Tecnologia da Bahia.

No Rio Grande do Norte, o reitor Diógenes da Cunha Lima, sem respeitar a decisão da assembleia que reuniu quatrocentos professores, na noite de anteontem, determinou a realização de plebiscito na próxima segunda-feira, para que houvesse manifestação oficial do corpo docente. A Associação de Docentes local protestou contra a decisão e passou a recomendar, de classe em classe, a anulação da medida.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em assembleia que contou com a presença de mil docentes, a decisão foi também por greve por tempo indeterminado. Em Pernambuco, a decisão foi assumida por unanimidade. Em Belo Horizonte, os docentes confirmaram a continuidade da greve, com a adesão dos professores da Faculdade de Direito, que ainda resistiam ao movimento. Tanto na Universidade Federal de Minas Gerais quanto na do Rio de Janeiro, as atividades do Hospital-escola estão sendo paralisadas progressivamente, para evitar surpresas à população.

BRASILIA (Sucursal) — Em nota distribuída ontem à tarde na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a Secretaria Nacional do Comando Grevista de docentes universitários denunciou a existência de "setores governamentais" contrários à solução imediata dos problemas do magistério, mas reafirmou a sua esperança em alcançar o atendimento às reivindicações que vêm sendo feitas pela categoria desde o ano passado.

A nota é a seguinte, na íntegra:

"Como é do conhecimento público, o movimento nacional dos professores universitários, que teve início com a greve deflagrada pela Universidade Federal de Goiás, encontra-se em franca expansão. No momento, já atinge quase 20 instituições de ensino superior, o que significa 15 mil professores universitários em greve, acarretando a inatividade de 100 mil estudantes.

"Diante de um quadro inédito como este, que alcança o País de Norte a Sul, o único ato concreto do governo foi o convite do professor Tarcísio Della Senta, secretário de Ensino Superior

do MEC, aos representantes do movimento grevista, para um diálogo, convite este prontamente atendido na tarde do dia 18. Na oportunidade, os professores tomaram conhecimento da proposta de dar início à negociação, para a qual manifestaram sua disposição, reiterando a postura que tem caracterizado o movimento dos professores ao longo dos últimos 12 meses de luta e reivindicação.

"Lamentavelmente, a esse ato positivo do Ministério da Educação e Cultura, respondeu logo a manifestação em sentido contrário de outros setores do governo, refratários a negociações. Esta deplorável ocorrência impede uma rápida e justa resolução da questão.

"Em contatos anteriores dos docentes junto ao Congresso Nacional, os parlamentares acharam justas as nossas reivindicações. No entanto, nesse momento, mais do que simpatia, os docentes necessitam do apoio efetivo e imediato dos parlamentares, sob forma de atuação junto às áreas responsáveis do governo, no sentido de que sejam removidos os obstáculos para a abertura das negociações e atendimento de nossas reivindicações".

atingir ainda hoje as universidades federais do Ceará e do Espírito Santo, onde estão sendo apurados os votos de plebiscitos que decidirão a adesão. Na Faculdade Federal Fluminense (RJ), Faculdade de Ciências Agrárias de Lavras, Federal do Rio Grande do Sul e Escola Paulista de Medicina, a decisão dos docentes também deverá ser conhecida até amanhã.

Na Bahia, docentes da associação local foram à Assembleia Legislativa e obtiveram o apoio de parlamentares de todos os partidos políticos. O deputado Jutahi Magalhães Filho entrou em contato com o ministro Eduardo Portela, para estudar a possibilidade do envio imediato ao Congresso do projeto de reestruturação da carreira do magistério, elaborado pelo MEC e parado na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan). Esta é uma das reivindicações básicas dos docentes, que também querem 48% de abono, a contar de março passado; mais verbas para a Educação; e revogação da Lei n.º 6.733, que retira da comunidade universitária o

poder de escolher seus dirigentes.

AVALIAÇÃO

Na Universidade Federal de São Carlos, a única fundação que até o momento está se mobilizando junto com os docentes das universidades autárquicas, houve assembleia ontem e decidiu-se por um dia de paralisação, no próximo dia 26, quarta-feira. Nesse dia, haverá assembleia geral de docentes pela manhã e assembleia universitária à tarde. A Associação dos Docentes manifestou apoio à greve por tempo indeterminado das autarquias e vai se mobilizar para auxiliar a formação do fundo de greve.

Por seu turno, a Coordenação Nacional das Associações de Docentes vai se reunir amanhã, às 9 horas, na Faculdade de Educação em Goiânia, para fazer a avaliação do movimento. Ontem, uma comissão de professores membros do comando grevista foi a Brasília para distribuir manifesto no qual solicita apoio concreto de deputados e senadores, de modo que colaborem para a remoção das barreiras que vêm impedindo as negociações.

POSSÍVEIS ADESÕES
Segundo o Comando de Greve, o movimento deverá

PT 1074-134

JORNAL: Folha de Londrina
P. Greves
Data 23/11/80 Estado PR

49

Oficiais de Justiça querem reclassificação este ano (caso contrário, podem parar)

MARINGÁ (Da sucursal) —Oficiais de Justiça, escrivães do Crime e auxiliares de cartórios criminais de dezenas de cidades paranaenses estarão reunidos hoje à tarde, em Maringá, para discutir o projeto de reclassificação do pessoal do Poder Judiciário, que está tramitando nas secretarias do Governo do Estado há vários meses.

O projeto, que reajusta os salários dos serventários de Justiça e concede outros benefícios à classe, pode não ser votado até o dia 15 de dezembro, data em que o Legislativo entra em recesso.

O objetivo do encontro de hoje, segundo informaram ontem oficiais de Justiça de Maringá é formar uma comissão que irá a Curitiba tentar apressar o encaminhamento do projeto ao Legislativo, para que seja aprovado ainda este ano. "Se isso não acontecer, podemos votar uma proposta de greve, que seria deflagrada a partir do dia 15 de dezembro em todo o Estado" —disse um dos oficiais de Justiça à FOLHA.

SALÁRIOS

De acordo com os profissionais do setor, o projeto de reclassificação deve ser aprovado e executado ainda neste ano em função do baixo salário que recebem e também em virtude da in-

flação. Atualmente, o salário de um oficial de Justiça é de Cr\$ 6.800,00 e um escrivão do Crime recebe Cr\$ 14 mil mensais, incluídos os benefícios determinados pela legislação em vigor.

"Se o projeto não for aprovado até o dia 15 deste mês, será remetido para o mês de abril, devido ao recesso legislativo. Enfão, nossa luta perderá o sentido, porque a inflação se encarregará de corroer o pouco que ganhamos hoje" —disse um escrivão de Maringá.

A comissão que será formada hoje vai elaborar um documento a ser encaminhado na próxima semana ao governador Ney Braga e ao Secretário da Justiça, Octávio Cesário Pereira Júnior, solicitando maior desempenho das autoridades no sentido de acelerar o processo de tramitação do projeto. Ainda no documento os serventários e escrivães deixarão claro que pretendem entrar em greve a partir do dia 15 de dezembro, caso a reclassificação não seja aprovada e executada até aquela data.

A reunião começará às 14 horas, na Câmara Municipal e os organizadores esperam contar com 200 trabalhadores, representando dezenas de cidades do Paraná.

JORNAL: *do Brasil*
 P. *Opinões*
 Data: *22/11/80* Estado *RJ*

Greve de professores atinge 16 universidades federais

Porto Alegre e Fortaleza — Com a adesão dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Federal do Ceará, do Espírito Santo e a Rural do Rio de Janeiro, sobe para 16 o número de universidades federais em greve por reajuste de 48% de salário a partir de março, envio ao Congresso do projeto de reestruturação da carreira do magistério e mais verbas para a educação.

Estão em greve, também, as Universidades Federais de Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Pará, Paraíba (incluindo os campi de Bananeiras, Campina Grande, João Pessoa, Patos, Cajazeiras, Areias e Souza), Juiz de Fora, Alagoas, Santa Maria, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.

Unidade sem aula

Estão paradas, também, a Faculdade de Ciências Agrárias de Belém (Pará), Escola Superior de Agricultura de Mossoró (Rio Grande do Norte), Faculdade de Maringá (Paraná) e Centro Técnico da Bahia. Entre federais, estaduais e particulares, há agora 26 unidades paradas no país. Estão sem greve a Federal Fluminense e a do Paraná, as estaduais de São Paulo (USP, UNESP e Unicamp) e as fundações.

Ainda não se tem percentual de adesão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ao todo, são 1 mil 800 professores). A assembléia de docentes contou com a participação de 150 professores, que, após decidir pela paralisação, dirigiram-se às suas unidades buscando ampliar o movimento.

A presidenta da Associação dos Docentes da UFRGS, Rejane Carrion, disse que a paralisação não é simbólica, lembrando que as aulas se encerraram ontem na Universidade:

— O fato de que as aulas terminaram não significa que os professores estejam em férias, que são de 45 dias e devem ser marcadas na Rectoria. Nesse caso, podemos decidir que nenhum professor pedirá

férias. E ainda não decidimos se entregaremos os conceitos finais dos alunos.

Fundo de greve

Na Universidade Federal de Santa Maria, os professores arrecadaram Cr\$ 17 mil para o fundo de greve, com a venda de pastéis, bolos e um plástico em que se vê um livro preso por um cadeado, com a inscrição: "Participe do Fundo de Greve", vendido a Cr\$ 50. O fundo de greve será usado para compra de material, papel para boletins, passagens de avião para os professores que irão a Brasília e telefonemas para todo o Brasil acompanhando a movimentação nacional.

Nova negociação

Em Pelotas, a 255 quilômetros da Capital, os professores municipais, parados há três dias, tentaram nova negociação com o Prefeito Irajá Rodrigues (PMDB), que reiterou que não tem recursos para atender a reivindicação do magistério de piso de um salário mínimo e meio e 80% de aumento em duas parcelas de 40% em janeiro e maio.

Os professores analisarão em assembléia a contraproposta de 40% em janeiro sobre o vencimento de outubro e 40% em maio, além de 10% por regência de classe e 10% de gratificação para os professores que utilizam ônibus para dar aulas na área rural.

O magistério particular de Porto Alegre, com 7 mil professores, realiza assembléia dia 29 para debater as bases do dissídio de março. Segundo o presidente do Sindicato dos Professores Particulares, Mendes Gendelmann, os quatro pontos básicos para discussão serão o índice de aumento salarial, piso salarial (que a classe não tem), limitação de alunos por turma e um adicional por triênio. O salário do professor particular varia conforme a escola, de Cr\$ 45 a Cr\$ 200 por aula.

Ministro acha reivindicações justas

Brasília — O Ministro Eduardo Portella afirmou que as reivindicações dos professores são procedentes e que em nenhum momento deixou de lutar por elas. "Continuarei nessa mesma linha de ação. Lamento ainda não poder dizer coisas mais auspiciosas aos professores, mas nem por isto perdi a esperança."

Disse que os professores não podem ser tratados como funcionários públicos comuns, necessitando de tratamento especial por sua própria condição de "servidores públicos muito peculiares".

Salário esvaziado

— A classe docente universitária — disse o Ministro — sofreu um esvaziamento

salarial que vem de longe. Por mais respeito que nos mereçam os funcionários públicos, temos de reconhecer que o professor universitário é um servidor peculiar, com formação especial, com deveres extremamente exigentes e um volume de responsabilidade também peculiar.

Disse o Ministro Portella que quando a educação brasileira faz a opção da qualidade, "por reconhecer nela a única forma de ascensão social legítima e verdadeira, é justo que todos aqueles que conduzem o processo educacional, público ou privado, saibam que nenhum avanço será feito se não houver disposição de pagar o preço da qualidade".

UFRJ pára e a Rural adere

A exceção da Faculdade de Direito, onde

Penha, e aos postos do INAMPS da ilha e de Bonsucesso

— A classe docente universitária — disse o Ministro — sofreu um esvaziamento que nenhum avanço será feito se não houver disposição de pagar o preço da qualidade”.

UFRJ pára e a Rural adere

A exceção da Faculdade de Direito, onde alguns poucos professores deram provas, todas as atividades acadêmicas da UFRJ foram paralisadas. No Hospital Universitário, o atendimento foi normal, mas, a partir de segunda-feira, estarão suspensas as consultas de primeira vez, as matrículas e as internações eletivas (não urgentes).

A Universidade Federal Rural, que este ano já parou suas atividades por três meses e meio, aderiu à greve numa assembléia que contou com a participação de 100 dos seus 400 professores. Também entraram em greve os professores do Colégio de Aplicação da UFRJ, por reivindicações específicas.

Casos especiais

Em todas as escolas da UFRJ, os professores se reuniram pela manhã para escolher representantes do comando de greve e para a comissão de ética, que ficara encarregada de estudar os casos especiais, como, os formandos que necessitarem urgentemente de notas ou os casos que devam ou não ser atendidos no Hospital Universitário.

No Hospital, onde estão lotados 450 professores que orientam 1 mil estudantes, são atendidos por dia, em média, 120 doentes no setor de emergência, 300 no ambulatório e 200 na triagem. Os médicos decidiram parar progressivamente o atendimento e, caso ocorra represália a qualquer professor em greve, estas medidas serão aceleradas.

No ambulatório, só serão atendidos os pacientes antigos e, quanto ao setor de emergência, a decisão será tomada em outra reunião marcada para segunda-feira. Os médicos estão pedindo aos pacientes para se dirigirem aos hospitais Paulino Werneck, na Ilha do Governador, e Getúlio Vargas, na

Penha, e aos postos do INAMPS da ilha e de Bonsucesso.

● reitor Luís Renato Caldas teve contato, durante todo o dia, com as diversas unidades da UFRJ e disse que a situação na Universidade estava tranqüila, apesar de não haver aulas ou provas. Afirmou que muitas pesquisas de laboratório continuavam a ser feitas e que não irá à reunião dos reitores em Brasília, marcada para segunda-feira, devido à situação da UFRJ.

Também os formandos, em assembléia, decidiram apoiar as reivindicações dos professores grevistas e responsabilizar o Governo pelo atraso de sua formatura. Pretendem entregar ao Ministro da Educação, quarta-feira, um abaixo-assinado pedindo a reabertura das negociações entre Governo e grevistas, para que seja encontrada uma solução imediata para a crise.

Os estudantes de Medicina armarão bancas no Centro da cidade, semana que vem, para tirar a pressão dos passantes, destinando o dinheiro recolhido ao fundo de greve dos docentes. Foi marcada para sexta-feira, no Fundão, uma assembléia dos 25 mil alunos da UFRJ para a organização do calendário de conclusão do período, com provas e trabalhos.

Reivindicações

Os professores do Colégio de Aplicação da UFRJ, na Lagoa, reivindicam a aprovação do projeto de carreira dos docentes de 1º e 2º graus das autarquias federais, de autoria do MEC; participação na eleição do diretor da escola, atualmente nomeado pelo Governo; contratação dos colaboradores; aprovação dos regimento interno elaborado por eles e mudança da escola para um prédio mais apropriado.

Reitor da Bahia apóia a greve

Salvador — O reitor da Universidade Federal da Bahia, Luís Fernando Macedo Costa, enviou ao Ministro Eduardo Portela uma nota de apoio ao movimento grevista dos professores.

A nota crítica à política orçamentária do Governo para educação e diz que a qualidade do ensino superior está comprometida pela deterioração dos recursos destinados pela União às universidades.

Colar grau

Belo Horizonte — Oitenta formandos de 17 cursos apolaram, em assembléia na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, a greve dos professores, mas não chegaram a uma conclusão sobre

como colar grau este ano. Nas 19 escolas da Universidade não houve aula ontem.

Os cinco hospitais do campo da saúde não receberam internações nem atendimentos ambulatoriais, à exceção de casos de urgência. Na Faculdade de Medicina, os professores Tarcísio Lemos e Aloísio Prado disseram que o Conselho Administrativo do Hospital das Clínicas afirmou que ia contratar outros médicos, mas eles não acreditam que isto ocorra.

Os formandos de Engenharia compareceram à assembléia para informar a decisão de enviar cartas ao reitor da UFMG e ao MEC para explicar que apoiam a greve dos professores mas não abrem mão da formatura. Já estão estudando a possibilidade de contratar um advogado.

Pernambuco ganha 95% de adesão

Recife — A greve dos professores da Universidade Federal de Pernambuco chega ao seu 4º dia com a adesão de 95% dos docentes e a paralisação de 53 dos 58 departamentos universitários, segundo informa a presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, Silke Weber.

Os professores comparecem todos os dias à universidade e se reúnem pela manhã e à tarde no Centro de Educação. Segunda-feira

os professores terão um debate sobre o acordo nuclear e um concerto experimental, no Centro de Arte. Terça-feira, às 9h, o Senador Marcos Freire falará aos grevistas sobre Educação na Realidade Brasileira, no Auditório de Economia, onde, à tarde, se realiza uma assembléia geral para avaliação da greve. Quarta-feira, o professor Paulo Freire fala sobre Experiência do Professor Universitário após 16 anos.

Greve dos docentes para 20 instituições

Professores aderem em mais quatro universidades

A greve por tempo indeterminado dos docentes universitários federais ampliou-se ontem, atingindo agora vinte instituições de ensino superior. Segundo o Comando Geral de Greve, instalado em Goiânia, quatro universidades federais — Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rural do Rio de Janeiro — aderiram ao movimento grevista. De acordo com o comando, dos 33 mil docentes que lecionam nas escolas superiores federais autárquicas, mais de 27 mil paralisaram suas atividades, deixando cerca de duzentos mil estudantes de graduação e pós-graduação sem aulas.

Por outro lado, o Comando Geral de Greve informou também que a Universidade Federal Fluminense antecipou, para a próxima segunda-feira, a assembléia que decidirá a adesão dos docentes ao movimento. Ainda não se manifestaram sobre a questão a Universidade Rural de Pernambuco, a Federal do Paraná e a Escola Paulista de Medicina, em São Paulo.

Quanto às escolas estaduais particulares do Estado de São Paulo, o representante da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo junto à Coordenação Nacional de Associações de Docentes Universitários, Laurindo Leal Filho, disse ontem que será levada proposta hoje à reunião da Coordenação, de um dia de paralisação na próxima semana, reivindicando mais verbas para a Educação e também manifestando, dessa forma, a solidariedade de todos os docentes paulistas aos professores das escolas federais.

20 INSTITUIÇÕES

Encontram-se em greve por tempo indeterminado as universidades federais do Ceará, Bahia, Espírito Santo, Federal Rural do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Alagoas, Goiás, Juiz de Fora, Minas Gerais, Santa Maria, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além de quatro institutos isolados: Escola Superior de Agronomia de Mossoró (RN), de Ciências Agrárias do Pará, Ciências Agrárias de Areias (PB) e Centro Tecnológico da Bahia.

Ontem, em Brasília, uma comissão de docentes grevistas, ao lado de representantes da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Paraná, esteve no Congresso para manter contato com deputados, tendo obtido apoio de todas as lideranças. O deputado Marcondes Gadelha, líder do PMDB, leu o manifesto dos docentes no plenário e o deputado Benedito Marcillo, do PT, através de indicação, conseguiu o apoio dos demais parlamentares para o encaminhamento das reivindicações dos docentes. Por seu turno, Jutai Magalhães (PDS-BA) pediu contato com a Secretaria de Ensino Superior do MEC para que as autoridades mantenha diálogo com os grevistas. Paralelamente, o PP e o PMDB cederam sala e telefone, em Brasília, para os professores realizarem seus contatos na capital federal.

Na próxima segunda-feira, o Comando Geral de Greve estará reunido com a Frente de En-

tidades de Brasília, Confederação de Trabalhadores em Comunicação e Federação de Jornalistas, para ampliar o apoio ao movimento. Na terça-feira, a deputada Cristina Tavares (PMDB) irá manifestar-se sobre a greve, na Câmara Federal. O fundo de greve está se ampliando e, na 4.ª feira, haverá leilão de obras de arte oferecidas por artistas, em solidariedade ao movimento.

REIVINDICAÇÕES

As reivindicações dos docentes são: 48% de abono, a contar de março passado; mais verbas para a Educação; envio imediato do projeto de reestruturação da carreira do magistério, ao Congresso, na forma elaborada pelo MEC, e que se encontra retido na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, (Seplan); e revogação da lei n.º 6.733 que retira da comunidade universitária poderes para escolher seus dirigentes.

Nas universidades federais sob forma de fundação, cujos docentes recebem salários até três vezes maiores que os das autárquicas, a única instituição que se manifestou solidária e que promoverá um dia de paralisação na próxima quarta-feira, foi a de São Carlos (SP). Além dela, a Associação de Docentes da Universidade de Brasília, cuja nova diretoria tomará posse na próxima quarta-feira, também manifestou apoio ao movimento. Seus representantes estarão, ao lado de demais docentes da UnB, na próxima terça-feira, em Brasília reunidos com membros da Coordenação na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, e é possível que o próprio ministro Portela esteja presente.

A Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) e a dos professores da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas manifestaram apoio às reivindicações dos docentes grevistas. A USP, Unesp e Unicamp estão discutindo a forma de dar apoio ao movimento. Em Goiás, a Associação de Docentes da Universidade Federal fez apelo para que sejam feitas doações ao fundo de greve, diretamente para Goiânia.

Em Campina Grande, campus 2 da universidade Federal da Paraíba, os docentes, em assembléia realizada ontem, decidiram parar por completo suas atividades de pesquisas, ensino, extensão e administrativas. Com o apoio das entidades estudantis realizaram passeata no centro da cidade e estão programando diversas atividades para manter os professores no campus.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Colégio de Aplicação também aderiu à greve. Como a unidade é de ensino de 1.º e 2.º graus, há reivindicações específicas, como a aprovação do projeto de carreira do magistério de 1.º e 2.º graus; participação na eleição do diretor do colégio; contratação dos professores sem vínculo empregatício; aprovação do regimento interno elaborado pelos docentes; e a própria mudança do colégio para local "mais apropriado".

JORNAL Folha de São Paulo
7 - Quarta
Data 22/11/80 Estado SP

58

Oficiais de Justiça vêm paralisação

Cerca de cem oficiais de Justiça, reunidos ontem à tarde na Câmara Municipal, decidiram convocar uma assembléia geral da categoria para a próxima semana, a fim de deliberar sobre a deflagração de uma greve branca. Eles reivindicam, entre outras coisas, aumento salarial e pagamento da condução utilizada para a entrega de intimações.

Os oficiais de Justiça, de acordo com Cláudio Minhoto, um dos articuladores do movimento, recebem um salário médio de Cr\$ 13 mil e reivindicam o enquadramento de sua atividade na referência 42 do funcionalismo público, o que lhes daria um salário de Cr\$ 32 mil.

Eles reclamam também do horário de trabalho, que é, segundo Minhoto, de 12 horas seguidas, muitas vezes, prolongando-se por fins de semana e feriados. "Como se já não bastassem todos esses problemas, diz Minhoto, a profissão de oficial de Justiça traz perigo de vida, já que muitos intimados reagem violentamente."

Uma comissão de representantes dos oficiais de Justiça já encaminhou as suas reivindicações às secretarias estaduais da Justiça e da Administração, mas, como até agora não recebeu resposta, decidiu convocar uma assembléia geral para discutir a paralisação.

Existem, na comarca de São Paulo, 1500 oficiais de Justiça, distribuídos por 86 cartórios. A assembléia deverá ter sua data divulgada no começo da próxima semana.

Ministério estuda concessão de abono

Paralisação continua em 20 instituições federais

Do Serviço Local das Sucursais e dos Correspondentes

O secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Tarcísio Della Senta, manteve conversa ontem com membros do Comando Geral de Greve dos professores universitários federais, quando declarou que o Ministério está estudando a viabilidade do abono de 48%, contado a partir de março passado, a ser dado aos docentes de instituições federais que se encontram paralisados por tempo indeterminado. Até o momento, são vinte as escolas e universidades federais que se encontram em greve, reivindicando o abono, mais verbas para a Educação, envio imediato ao Congresso, de projeto de reestruturação da carreira do magistério, na versão do MEC, e revogação da Lei n.º 7.633, que retira da comunidade universitária o poder de escolher seus dirigentes.

Encontram-se paralisadas as seguintes universidades federais, todas elas autárquicas: Goiás, Minas Gerais, Juiz de Fora, Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Federal Rural do Rio de Janeiro, Santa Maria, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de quatro institutos isolados: Escola Superior de Agronomia de Mossoró (RN); de Ciências Agrárias do Pará, Ciências Agrárias de Areias e Centro Tecnológico da Bahia.

POSSÍVEIS ADESOES

Outras escolas ainda poderão manifestar-se, aderindo ao movimento, como é o caso da Federal de Engenharia de Itajubá, cuja Associação acaba de se formar; a Federal Fluminense, que faz assembleia amanhã e a Escola de Agronomia de Lavras (MG). Dessa forma, a greve atinge a quase 33 mil docentes, não tendo ainda se manifestado quanto ao movimento a Federal do Paraná e a de Mato Grosso, ambas também autárquicas. Em São Paulo, aguarda-se a manifestação dos docentes da Escola Paulista de Medicina, federal isolada.

GREVE GERAL
Além disso, a Coordenação

solicitando o apoio da CNBB para que amplie o apoio ao movimento.

Na reunião de ontem do Comando Geral de Greve, em Goiânia, estiveram presentes representantes de dezenove associações de docentes universitários, que contaram com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE). O vice-presidente da entidade, o universitário Luis Mariano, esteve presente à reunião, manifestando o apoio dos estudantes brasileiros ao movimento docente.

Os reitores deverão manifestar sua posição amanhã, em reunião do Conselho Nacional de Reitores, a realizar-se em Brasília.

EM MINAS GERAIS

Os professores universitários mineiros, em greve desde o último dia 13, ganharam um importante apoio do Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais. Em nota distribuída à imprensa, o conselho afirma que "vem de público manifestar sua irrestitível solidariedade às reivindicações dos docentes expressa pelo movimento de paralisação das universidades, em prol da melhoria das condições de trabalho na universidade".

A nota do conselho assegura que as reivindicações dos docentes foram por diversas vezes encaminhadas ao MEC, e preconizam que o tratamento a que vem sendo submetidas as universidades federais fatalmente as levará ao desaparecimento.

Para o conselho tem se evidenciado uma política de transformação do sistema universitário, com intuito de desobrigar o governo de cuidar do ensino superior gratuito, e seus membros citam como exemplo a criação de fundações universitárias e a proliferação de escolas superiores privadas.

"Todo esse processo — afirma a nota —, que mais se acentuou nos últimos anos, afeta em níveis críticos a credibilidade e a eficácia da universidade brasileira. Ela tem sido e ainda é a instituição capaz de, com independência e com responsabilidade, dominar, criticar e gerar conhecimentos em benefício do desenvolvimento da qualidade de vida da comunidade."

Afirma ainda o conselho da UFMG que, ao ver-se reduzido e impedido de mostrar sua colaboração à sociedade, cabe-lhe "reagir, nunca omitir-se".

Hora de provar força do MEC

IREDE A. CARDOSO

A semana se encerra com vinte instituições de ensino superior federal paralisadas por tempo indeterminado. Curiosamente, um dos motivos básicos para tal movimento, que chegou a surpreender a própria Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários, foi um projeto de reestruturação de carreira, elaborado pelo MEC, depois de ampla consulta à categoria. Esse projeto, que "vazou" numa das reuniões da Coordenação, realizada em João Pessoa em março passado, é uma prova de que existe nitida desafinação entre Ministérios, uma vez que se

Por outro lado, sabe-se que as relações do ministro com um certo reitor poderoso não são, a bem dizer, das melhores. A esse reitor é atribuída a paternidade da Lei n.º 6.733, que retira da comunidade universitária o poder de escolher seus dirigentes e cuja extinção é outra das reivindicações dos docentes, causa da paralisação. Mais uma identificação, ao que tudo indica, que empurra os professores das instituições de ensino superior para o movimento de greve por tempo indeterminado. O mais curioso é que essa lei se aplica apenas às fundações que, de modo geral, encontram-se quase totalmen-

PT 1074-131

docentes, não tendo ainda se manifestado quanto ao movimento a Federal do Paraná e a de Mato Grosso, ambas também autárquicas. Em São Paulo, aguarda-se a manifestação dos docentes da Escola Paulista de Medicina, federal isolada.

GREVE GERAL

Além disso, a Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários decidiu aprovar ontem, em sua reunião em Goiânia, proposta de greve geral nacional, por um dia, de todas as instituições de ensino superior (fundações federais, particulares, estaduais e municipais), para apoiar a luta dos professores das autarquias e reivindicar mais verbas para a Educação. Essa greve deverá ser feita na próxima quarta-feira, dia 26, quando será discutida, em todas as escolas que aderirem ao movimento, a forma que a entidade nacional dos docentes deverá assumir, o que será decidido em fevereiro próximo, na cidade de Campinas, São Paulo.

Por outro lado, circulou a notícia, entre os membros da Coordenação, que o ministro Portela estaria apresentando proposta ao presidente Figueiredo ontem mesmo, durante a viagem do Executivo ao Rio de Janeiro.

Paralelamente, várias atividades estão sendo organizadas pela Coordenação, que recomenda a todas as Associações de Docentes que promovam atos públicos durante a próxima semana. Já está marcado ato público na próxima terça-feira, na Cinelândia, no Rio, às 11h30, promovido pelas associações de docentes da Federal do Rio e da Rural. No mesmo dia, em Brasília, uma caravana de docentes estará na reunião da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, na qual é esperada a presença do ministro Portela, para organizar ato público, com o apoio da Associação de Docentes da Universidade de Brasília, cuja direção é recém-eleita e tomará posse na próxima quarta-feira.

Uma outra vitória foi conquistada pelos docentes: no Rio Grande do Norte, o reitor da Universidade Federal decidiu, ante o protesto da direção da associação de docentes local, adiar a realização de plebiscito que iria contra a decisão da assembléia dos professores que optou pela greve por tempo indeterminado.

Em Juiz de Fora, os membros da Comissão de Vestibular da Universidade Federal aderiram à greve, de forma que, se a greve perdurar, poderá ser suspenso o concurso de ingresso nessa instituição de ensino de Minas Gerais.

Os docentes estão também

clacões de Docentes Universitários, foi um projeto de reestruturação de carreira, elaborado pelo MEC, depois de ampla consulta à categoria. Esse projeto, que "vazou" numa das reuniões da Coordenação, realizada em João Pessoa em março passado, é uma prova de que existe nitida desconfiança entre Ministérios, uma vez que se encontra engavetado na Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan).

A disposição para a negociação mostrada pelo MEC, nessa mobilização docente, é muito forte, ao que indicam as conversas mantidas pelas grevistas com o secretário do Ensino Superior, Tarcísio Della Santa. Além disso, se os docentes querem mais verbas para a Educação, assinalando a taxa de 12% para o orçamento da União que deveria ser a ela destinada, o próprio ministro Eduardo Portela, declarou que deseja não 12%, mas 13%. Intrigantemente, sua expressão ao fazer essa afirmação não era a de alguém que considerava a exigência exagerada.

Dessa maneira, o ministro Portela pode ser considerado o único, no governo federal, que conseguiu mobilizar toda uma categoria em seu próprio favor, identificando-se com as reivindicações básicas do movimento de greve.

outra das reivindicações dos docentes, causada da paralisação. Mais uma identificação, ao que tudo indica, que empurra os professores das instituições de ensino superior para o movimento de greve por tempo indeterminado. O mais curioso é que essa lei se aplica apenas às fundações que, de modo geral, encontram-se quase totalmente alheias ao movimento. As fundações, como se sabe, dispõem de reitores com maior influência política e os recursos conseguidos por estas instituições permitem que os docentes recebam até três vezes mais que os que lecionam nas autarquias.

Há, nesse campo de forças, um grande pulsar de influências, algumas das quais soprando do lado da abertura do presidente Figueiredo. A hora é — como afirmam os docentes — do ministro Portela vir a público e mostrar qual a força do MEC.

Suinocultores interditam rodovias no Paraná

Em 13 pontos estratégicos nas rodovias do Sudoeste do Paraná, e em cerca de 15, no Oeste de Santa Catarina, os suinocultores colocaram em prática a interdição de todos os veículos com carga relacionada a suínos, obrigando os caminhões a voltarem. Contudo o movimento é pacífico, não sendo registrado nenhum incidente apesar do grande número de pessoas envolvidas - de 1.500 a 2.000 em cada ponto. As informações ao final da tarde de ontem, tanto na Secretaria da Agricultura, com o Secretário Reinhold Stephanes, como nos Sindicatos, Fetaep e Contag destacavam que o movimento vinha sendo conduzido em caráter transitório - mas nas Assembleias Gerais os produtores reafirmavam a disposição de a partir do próximo sábado, caso não surjam soluções, não permitir o escoamento de qualquer produto agropecuário, forçando uma crise no abastecimento das cidades.

Em Curitiba, o Governador Ney Braga, falando aos jornalistas, recomendou que os suinocultores confiassem em suas gestões junto ao Ministério da Agricultura - já havia mantido oito contatos recentes - e garantiu de que está tra-

balhando para resolver a situação. Já o Secretário Reinhold Stephanes informava que somente uma barreira não permitiu a passagem de cargas, e destacando o caráter pacífico do movimento, lembrou que o preço mínimo já foi dado - o que se trata de uma grande conquista - agora apenas se discute se esse preço mínimo está alto ou baixo.

MAIORIA

Na análise de Stephanes, cerca de 70% dos produtores conseguem formar o porco para abate a custos ainda abaixo dos fixados no preço mínimo Cr\$ 48,00 para o tipo carne. Os outros 30%, por razões várias, têm custos de produção superiores - quer por não terem milho de produção própria, quer por terem terminado os seus estoques e outros. Alertou ainda que, se o movimento perdurar, os frigoríficos vão continuar abatendo, e São Paulo e Minas Gerais aumentarão os preços dos seus suínos.

As medidas, ainda segundo o Secretário, já foram tomadas e agora a Secretaria faz o acompanhamento da si-

tuação, informando as autoridades de Brasília na busca de soluções.

NO INTERIOR

Pouco antes de iniciar a Assembleia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, o presidente da FETAEP, Agostinho Bukoski fez um balanço da situação, juntamente com o Secretário Geral do Contag, Gelindo Ferri. O relato foi feito pelo advogado Bráulio Moreira, da Fetaep, informando que num dos pontos de parada haviam os produtores obrigados a 20 veículos voltarem atrás. Os agricultores acamparam em 13 pontos estratégicos, fazendo uma severa fiscalização.

Conforme a Fetaep os pontos interditados são os seguintes: os portos de Lupião, Arnaldo Busato e Alegria, sobre o Rio Iguaçu; as pontes sobre o Rio Chopim; no Rio Iguaçu na rodovia que liga o Sudoeste a Curitiba, próximo a Pato Branco; em Rincão Torcido, em Clevelândia; na localidade de São Lourenço, em Vitorino; em Camporê, em

Marmeleiro; Flor da Serra com Salgado Filho; e na divisa dos municípios Barracão com Aluizio Marques, já próximo a Argentina.

Em Dois Vizinhos, até o início da tarde - o movimento começou - às 9.00 horas da manhã - haviam voltado 25 caminhões que foram obrigados a retroceder diante do esquadrão montado - faixas, cartazes com "Pare para Dialogar Com o CNBB - Sul II. Hoje uma comitiva de deputados dos três Estados Sulinos chegará à área que vem recebendo especial proteção da Política Rodoviária, o ao aconselhar os caminhoneiros não enfrentarem as barreiras. Também a Polícia e o Exército estariam dando toda a proteção, "por entender que se trata de movimento justo e pacífico".

Os suinocultores querem, entre outros benefícios, o preço mínimo estipulado ontem em Cr\$ 48,00, para um mínimo de Cr\$ 75,00 o quilo, garantindo os 30% de lucro que cada criador teria direito.

JORNAL: Folha de São Paulo
 P. 3
 Data: 26/11/80 Estado SP

53

Ministro apela aos docentes grevistas

Figueiredo pode anunciar hoje uma solução

Da Sucursal e dos correspondentes

O ministro da Educação, Eduardo Portela, dirigiu ontem um apelo aos professores de 21 instituições federais de ensino superior, em greve por tempo indeterminado, para que restaurem "a normalidade da vida acadêmica, sem que ninguém seja prejudicado, deixando que os estudos se concluem e as soluções sejam anunciadas naturalmente".

Segundo fontes do governo, em Brasília, o presidente João Batista Figueiredo

deverá anunciar hoje, em pronunciamento pelo cinquentenário de criação do MEC, medidas para pôr fim à greve dos docentes universitários federais. O discurso será proferido no auditório do Itamarati, onde o presidente chegará às 18h15.

Também hoje em todo o País, em diversas instituições estaduais e municipais de ensino superior, os docentes deverão paralisar suas atividades para manifestar sua solidariedade ao movimento dos professores universitários federais.

A nota oficial do ministro

Em mensagem dirigida ontem aos professores das universidades federais e instituições de ensino superior paralisadas, o ministro Eduardo Portela sugeriu que abandonem a greve e reasumam as suas funções acadêmicas, para que "os estudos em curso se concluem e as soluções sejam anunciadas naturalmente".

"O presidente João Figueiredo sempre mostrou-se altamente sensível à questão dos docentes brasileiros. Antes mesmo da paralisação, o assunto já estava sendo estudado pelos órgãos competentes e em vias de solução. Os professores brasileiros contribuirão substancialmente para a superação das dificuldades atuais se restaurarem a normalidade da vida acadêmica, sem que ninguém seja prejudicado, deixando que os estudos se concluem e as soluções sejam anunciadas naturalmente", diz a mensagem.

O documento dos reitores

A mensagem do ministro não foi a única nota oficial a circular ontem pelo Ministério da Educação. A tarde, após serem recebidos pelo ministro, os reitores das universidades federais distribuíram um documento em que manifestam a posição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras a respeito da crise do magistério.

Na nota, eles reiteram as reivindicações que já formularam em diversos documentos encaminhados ao governo federal: o reajuste de salários do pessoal docente, o encaminhamento do anteprojeto de reestruturação da carreira do magistério ao Congresso e a destinação de recursos necessários à manutenção da educação nacional.

Ao mesmo tempo, lamentam que o não-atendimento às suas reivindicações e àquelas da comunidade

Portela debate na Câmara

"Há uma solução em curso para a greve dos professores, que poderá ocorrer a qualquer momento", disse ontem, em Brasília, o ministro da Educação, Eduardo Portela, perante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. A questão da greve provocou um nervoso debate entre o ministro e parlamentares e o deputado Aírton Soares (PTD-SP) questionou o ministro sobre a possibilidade de o movimento passar a ser tratado, além da esfera educacional, a nível dos setores de segurança.

Portela reconheceu que as reivindicações dos docentes são justas e válidas, mas disse não poder concordar com as greves, "em respeito às leis". Disse ainda esperar que o assunto não ultrapasse o âmbito de seu Ministério, pois, no seu entender, "os tratamentos de choque não são adequados para estes momentos" e "estamos marchando para uma solução e não cabem atos de desespero, que podem tirar o problema da esfera da Educação".

Na conferência que antecedeu aos debates, Eduardo Portela falou aos parlamentares sobre o que idealiza como projeto de educação e cultura para o Brasil.

A seu ver, a educação só se converterá num instrumento real de transformação social se for capaz de se articular e se afirmar para além dos limites partidários, transformando-se realmente numa tarefa de união nacional.

Concretamente, isso implicaria numa série de compromissos democráticos, alinhando-se como o primeiro a mobilização de toda a sociedade e a consciência de que vive-se uma fase de

sigilo legitimado comunitária. Se esse ato é originariamente um ato pessoal, ele deve, urgentemente, procurar essa legitimação para que se transforme verdadeiramente num ato de conteúdo social", assinalou.

O terceiro nível foi por ele definido como o da emergência e da oportunidade da negociação. Conforme disse, o Ministério da Educação está procurando institucionalizar a negociação, o que não significa pretender a unanimidade, pois esta "é uma espécie de núcleo formado de um inconveniente silêncio", enquanto o consenso — que é o seu objetivo — "é a capacidade que temos de caminhar numa direção mesmo que não estejamos exatamente identificados".

O resultado prático desses compromissos democráticos — como acentuou — seria o surgimento do planejamento participativo da educação, em que as decisões resultassem de sugestões de todas as partes envolvidas com o processo educativo-cultural e tivessem como principal alvo as populações negligenciadas, dando como frutos a redistribuição da renda cultural brasileira e até a redistribuição da própria renda nacional.

Criticando o concentracionismo urbano e o sistema tributário vigente — "altamente centralizador" — Eduardo Portela assinalou que se recusa a aceitar o modelo tecnocrático "por se tratar de um modelo não só autoritário, mas porque autoritário e excludente". O modelo tecnocrático — acrescentou — funciona com a eliminação do outro; não existe composição, não existe mediação, não existe negociação na soberania absur-

Concretamente, isso implicaria numa série de compromissos democráticos, alinhando-se como o primeiro à mobilização de toda a sociedade e à consciência de que vive-se uma fase de transição, onde não funcionam modelos ideais. Isso, segundo o ministro, significa que existem tensões cronológicas, que há uma espécie de dessincronização, que existem avanços e recuos, contradições adicionais com as quais se precisa conviver.

Para Portela, o segundo nível desses compromissos seria a busca da legitimação comunitária. "Não me parece que nenhum ato político, nenhum ato de governo tenha a necessária e conveniente consistência se ele não expõe, não traz con-

tratar de um modelo não so autoritário, mas porque autoritário e excludente". O modelo tecnocrático — acrescentou — funciona com a eliminação do outro; não existe composição, não existe mediação, não existe negociação na soberania absurda da decisão tecnocrática.

Apontou como resultado da centralização tributária a própria situação do ensino, uma vez que a legislação entregou ao município e ao Estado, respectivamente, a competência do ensino de 1.º e 2.º graus, quando estes se encontravam esvaziados financeiramente. Para ele, confundiu-se a descentralização do ensino com abandono, e o resultado a curto prazo foi uma queda substancial na qualidade e na oferta de educação nesses níveis.

Congresso e a destinação de recursos necessários à manutenção da educação nacional.

Ao mesmo tempo, lamentam que o não-atendimento às suas reivindicações e àquelas da comunidade acadêmica, "tenha levado a tão alto grau de insatisfação a classe docente, a ponto de paralisar as suas atividades didáticas". Eles reconhecem que nas suas universidades vem sendo mantido um clima de serenidade, que consideram imprescindível ao atendimento desejado para a solução dos problemas universitários, e manifestam ainda a convicção de que "somente o inadiável atendimento dessas reivindicações preservará a eficiência e a dignidade das instituições universitárias e dos seus docentes".

21 instituições paradas

O Comando Geral de Greve dos docentes universitários federais anunciou ontem a adesão dos professores da Escola de Engenharia de Itajubá à paralisação por tempo indeterminado. Assim, sobe a 21 o número de instituições federais de ensino superior paralisadas parcial ou totalmente.

Os docentes reivindicam abono de 48%, a contar de março passado, mais verbas para a Educação, envio imediato ao Congresso de projeto elaborado pelo MEC para a reestruturação da carreira do magistério e revogação da Lei n.º 7.633,

que retirou da comunidade universitária o poder de escolher seus dirigentes.

Estão em greve docentes de dezesseis universidades federais autárquicas — Goiás, Minas Gerais, Juiz de Fora, Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio de Janeiro, Rural do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Maria, Espírito Santo, Ceará e Santa Catarina — e de cinco institutos isolados: Escola de Engenharia de Itajubá (que aderiu ontem), Escola Superior de Agronomia de Mossoró, de Ciências Agrárias do Pará, Ciências Agrárias de Areias e Centro Tecnológico da Bahia.

NO PARANA

Docentes da Universidade Federal do Paraná, realizaram ontem reunião, convertida em assembléia, decidindo participar hoje da paralisação de um dia programada para todas as instituições de ensino superior do País. Cerca de 250 professores presentes decidiram ainda propor hoje, às 20 horas, no auditório da Reitoria, que os docentes da instituição se manifestem sobre a adesão à greve por tempo indeterminado. A atual direção da associação de docentes foi repudiada pelos professores, acusada de omissão.

Na Universidade Estadual de Campinas, os docentes participam da paralisação de um dia realizando assembléia, a partir das 12h30, para discussões sobre reajustes salariais do magistério.

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e na Universidade de São Paulo, houve mobilização, ontem, para que os docentes participem maciçamente da paralisação de um dia que apóia o movimento dos docentes federais.

Na Unimep, os alunos cancelam a "invasão"

Os estudantes da Universidade Metodista de Piracicaba desistiram da anunciada "invasão" da tesouraria da entidade como forma de pressão para evitar o pagamento das sobretaxas. Preocupados com as advertências do reitor, Elias Boaventura, de que tal iniciativa viria a fortalecer os setores conservadores da instituição, e diante de sua decisão de romper o diálogo com os alunos, caso a invasão se concretizasse, os estudantes procuraram a Reitoria ainda na madrugada de ontem, para iniciar negociações.

Uma comissão de alunos e outra formada por administradores da Unimep discutiram a questão durante todo o dia de ontem e, ao final da tarde, a administração propôs o pagamento de metade da sobretaxa no ato da matrícula, ainda em dezembro, e o restante em quatro parcelas mensais, de janeiro a abril de 1981.

Os estudantes, embora esperando maiores avanços, aceitaram discutir a proposta com seus colegas. Hoje, às 14 horas, a comissão de alunos vai reunir-se novamente com a comissão da administração.

Ainda ontem, o Conselho Universitário, o Conselho de Diretores de Centro e a Associação dos Funcionários da Unimep manifestaram seu apoio ao reitor, lamentando a atitude dos estudantes de propor a invasão da tesouraria.

Docentes federais avaliam movimento hoje em Goiânia

Do Serviço Local,
das Sucursais e
dos Correspondentes

O Comando Nacional do Movimento Grevista dos professores universitários federais convocou representantes de todas as associações de docentes universitários do País para uma reunião, hoje, em Goiânia, para avaliação do movimento.

Docentes de todas as dezoito universidades federais autárquicas e de mais sete institutos isolados estão em greve por tempo indeterminado, reivindicando abono de 48%, a contar de março passado, mais verbas para a Educação, envio imediato — ao Congresso — de anteprojeto de reestruturação, da carreira do magistério, na forma elaborada pelo MEC, e revogação da Lei n.º 6.733, que retira da comunidade universitária o direito de eleger seus dirigentes.

Estão em greve as seguintes universidades federais autárquicas: de Goiás, Minas Gerais, Juiz de Fora, Pará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Bahia, Rural do Rio de Janeiro, Pernambuco, do Rio de Janeiro, Fluminense, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Santa Maria e Rio Grande do Sul. Também aderiram ao movimento a Escola Paulista de Medicina (SP), Escola Superior de Agronomia de Lavras (MG), de Engenharia de Itajubá (MG), Superior de Agronomia de Mossoró (RN), Ciências Agrárias do Pará, Ciências Agrárias de Areias (PB) e Centro Tecnológico da Bahia.

A reunião de hoje, em Goiânia, dará prosseguimento aos encontros que vêm sendo mantidos entre membros das associações de docentes desde ontem à noite, mas, segundo membros do Comando, tais eventos nada têm a ver com o novo ministro da Educação, gal. Rubem Ludwig, que os docentes esperam ver assumir a Pasta, para retomar as negociações.

A Secretaria de Segurança Pública de Goiás permitiu ato público, que será realizado hoje, em Goiânia, às 11 horas, saindo da Catedral e indo até a praça do Trabalhador. O objetivo da passeata é o de esclarecer a população sobre as reivindicações dos docentes e angariar maior apoio da comunidade para os assuntos da Educação.

MINAS GERAIS

Os docentes da Universidade Federal de Minas Gerais, por seu turno, depois de assembleia realizada ontem, decidiram paralisar também todas as atividades de pesquisa e não mais participar das formaturas "simbólicas", programadas pelos alunos.

Durante a assembleia, o vice-presidente da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Angelo Machado, leu telegramas enviados pela entidade ao Comando-Geral da greve dos professores, em Goiânia. Machado também hipotecou solidariedade ao presidente da República e demais autoridades, solicitando-lhes urgência no atendimento das reivindicações dos docentes. A proposta aprovada pela assembleia foi de paralisação "tão completa quanto pos-

sível das atividades de pesquisas da UFMG, que não importem em prejuízo insanável". Os docentes decidiram manter em funcionamento as atividades administrativas, desde que "colocadas a serviço da greve e dos professores", segundo a proposta do prof. Angelo Machado. Hoje, entretanto, os funcionários da UFMG realizam assembleia para decidir se paralisam as atividades administrativas.

CEARA

Em Fortaleza, Ceará, a Assembleia Legislativa, por unanimidade, hipotecou solidariedade à greve, ontem, durante a sessão, da tarde. Centenas de universitários e professores ocuparam as galerias da Assembleia e outros permaneceram fora do prédio, por falta de espaço nas galerias. Os deputados do PDS foram os que mais manifestaram solidariedade aos professores e estudantes e os que mais criticaram o governo "pela situação a que foi levado o ensino no Brasil". O prof. José Furtado, da tribuna, fez relato sobre a situação do ensino e sobre a greve. O deputado Aquiles Mota, (PDS), presidente da Assembleia, propôs a criação de comissão formada por deputados e professores, para revelar a situação da Universidade Federal do Ceará e encaminhar o documento final ao MEC.

Os coordenadores cearenses do movimento grevista declararam ontem que os estudantes identificam-se com a luta dos professores, pois têm agido em "função da identidade da bandeira de luta, qual seja, a da união para salvar a universidade, ameaçada que está de extinção por uma política educacional que relega a Educação à posição residual e marginalizada no contexto da ação governamental".

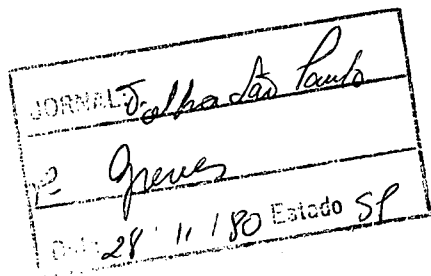
RIO DE JANEIRO

Mais de mil professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro aprovaram ontem em assembleia, por aclamação e com palmas durante cinco minutos, o prosseguimento da greve por tempo indeterminado. A assembleia não aprovou moção de apoio ao ex-ministro Portela mediante a consideração de que ele, muitas vezes, ignorou o movimento dos professores, que já dura um ano.

Na segunda-feira, as três universidades federais do Estado — Fluminense, do Rio de Janeiro e Rural — promovem ato cultural na Cinelândia, com representação teatral por grupo da Faculdade de Letras e venda de livros. Foram convidados parlamentares de todos os partidos para o ato e para a caminhada que, às 17 horas, os professores farão até o pátio do prédio onde funcionava o Ministério da Educação.

PARANA

Em Curitiba, apesar das críticas da vice-reitoria e pró-reitoria, os docentes continuam em greve parcial, que já atingiu quase a metade dos 1.500 docentes da instituição. A mobilização dos grevistas, que se organizaram em piquetes, faz prever, segundo os membros do Comando, ampliação do movimento.



JORNAL: *Veilleira da Manhã*
P. *Opinões*
Data: *06.12.80* Estado *PR*

Mestres querem saber quanto irão ganhar

GREVE VAI CONTINUAR

BELO HORIZONTE (AE) — Os professores da Universidade Federal de Minas Gerais decidiram ontem permanecer em greve até que o governo apresente à categoria "algo concreto", ou seja, o texto do decreto-lei implantando a nova estrutura da carreira do magistério e o percentual de reajuste salarial que será concedido à categoria. Se esses dados forem divulgados na terça-feira, conforme prometido, os professores mineiros farão nova assembleia na quarta, às 9 horas no Auditório da Faculdade de Medicina.

A decisão de manter a greve foi tomada em assembleia realizada ontem de manhã, com participação de cerca de 500 professores. De acordo com a comissão encarregada de analisar a primeira resposta do governo, o fato de ter sido adotado como base o projeto do MEC e não o substitutivo do Dasp "já é um indicio de que o governo está com boa disposição". Os professores mineiros consideraram, no entanto, que os dados apresentados são "insuficientes" para uma decisão e que eles não poderiam analisar "em cima de conjecturas". Ressaltaram ainda que o ministro não fez referência ao índice de reajuste salarial.

SANTA CATARINA FLORIANÓPOLIS (AE) — Em assembleia geral realizada ontem pela manhã, os professores da Universidade Federal de Santa Catarina decidiram continuar em greve até que o governo dê conhecimento dos níveis salariais contidos no plano de carreira que passará a vigorar a partir de janeiro. Os professores entendem que apenas a informação de que o plano de carreira passará a vigorar por decreto conforme informou o ministro da Educação, Rubem Ludwig - não é suficiente. Eles querem que o MEC divulgue a tabela salarial que está contida no plano para que os professores tomem conhecimento de quanto irão receber.

GAÚCHOS PORTO ALEGRE (AE) — Os professores da Universidade de Santa Maria (RS) decidiram continuar em greve, alegando que o governo não deu uma resposta concreta às suas reivindicações e não foi explícito quanto ao que pretende fazer, conforme Maria José Scarinci, do comando de paralisação. Cerca de 800 professores, de um total de 1.200, participaram da assembleia realizada ontem pela manhã que decidiu pela continuidade da paralisação.

RIO (AE) — Por aclamação, professores da UFRJ e da Universidade Rural decidiram ontem pela continuação da greve no Rio. Na próxima segunda-feira os professores da UFRJ voltam a se reunir em assembleia para debater o movimento que estará em discussão a nível nacional hoje e amanhã, durante a reunião convocada em Goiânia pelo comando nacional de greve. Para justificar a insistência na paralisação, os professores da UFRJ alegaram o desconhecimento do teor do projeto - denominado de "pacote do magistério" - apresentado pelo ministro Rubem Ludwig em reunião com reitores e docentes das universidades federais autárquicas.

SÃO PAULO
SÃO PAULO (AE) — A Escola Paulista de Medicina, única autarquia federal de ensino do Estado, aceita o plano de reestruturação da carreira de magistério, o chamado MEC-80, proposto pelo governo, mas não concorda em receber reajuste salarial inferior aos demais funcionários públicos, como já anunciou o ministro da Educação. Assim, essa divergência poderá causar mais embaraços nas tentativas feitas pelo Ministério da Educação para pôr fim à greve dos professores universitários de estabelecimentos federais. Tudo por que, a posição tomada pelos professores de São Paulo, provavelmente já indique uma tendência por parte das outras escolas federais do país.

"Os professores da Paulista aceitaram a proposta do MEC, que retirou três itens das reivindicações originais, mas não aceitam receber menos que os funcionários públicos em geral, como já nos adiantou o ministro da Educação. Segundo ele, os docentes receberão menos que o funcionalismo, que terá seu reajuste anunciado no início da próxima semana", explica o médico Paulo Pontes.

INCIDENTE BRASÍLIA (AE) — Uma entrevista concedida ontem pelo ministro da Educação, general Rubem Ludwig, num clima de muita tensão e indignação, tanto da parte do ministro, como dos jornalistas, terminou com o registro do primeiro incidente sério em seu relacionamento com a imprensa. Ludwig, depois de travar um áspero diálogo sobre cultura, desligou subitamente o gravador, colocou-se de pé e deu a entrevista por encerrada. Durante os 15 minutos da conversa com os credenciados, afirmou: "O monopólio da boa intenção eu não admito. E eu tenho o direito de não responder a todas essas perguntas que se fazem a um artista de televisão". E, parafraseando o professor Eduardo Portella, completou: "Eu estou hoje um ministro de Estado".

O encontro com a imprensa credenciada junto ao gabinete do MEC, que deveria ter sido dividido em três entrevistas exclusivas, transformou-se numa coletiva bastante tumultuada. A reclamação dos repórteres quanto à decisão de não se realizar mais as exclusivas irritou o general Rubem Ludwig, logo de início. A entrevista, já começou em clima de nervosismo, embora Ludwig tenha respondido ainda com certa calma as primeiras perguntas formuladas sobre censura. Em dado momento, um dos jornalistas sugeriu que os "pedaços da verdade é uma série de exclusivos que se juntaram". Respondeu secamente o ministro: "Eu espero que sejam rápidos".

58

JORNAL Folha de Londrina
P. Greves
06 12/80 Estado PR

Também oficiais de Justiça podem decidir pela greve

Cerca de 300 oficiais de Justiça, escrivães do Crime, de Menores e auxiliares de cartório, de diversas cidades do Paraná, reúnem-se hoje, em Maringá, para apreciar relatório de uma comissão de classe que manteve encontro com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Marino Bueno Brandão Braga, a respeito de reajustes salariais.

Apesar de haver uma proposta do Tribunal, em elevar para 70 a 80 por cento a gratificação de 33 por cento recebida atualmente, os serventuários insistem na aprovação do Projeto de Reclassificação, ou que lhes

seja concedido aumento de 100 por cento. Se até o dia 20 próximo não for concedida nenhuma das melhorias pleiteadas, a categoria poderá paralisar atividades, segundo as lideranças.

Ao comentar, ontem, a proposta do Tribunal, o oficial de Justiça Paulo Rastelli, de Maringá, disse que o índice proposto não resolverá o problema da categoria, que está lutando pela aprovação do projeto de reclassificação, que há meses tramita nas secretarias do Governo, mas ainda não analisado e votado pelos deputados".

Greve do ensino: hoje a decisão

BRASÍLIA — (AE — O ESTADO) — Somente hoje as Associações Docentes das Universidades e Estabelecimentos Isolados de Ensino, organizados sob forma de autarquias, decidiram sobre a continuação ou não do movimento grevista que se estende desde o dia 6 de novembro. Ontem, o comando de greve instalado em Brasília passou o dia coletando informações dos Estados e analisando o decreto presidencial, assinado na última terça-feira, que instituiu o plano de reestruturação da carreira do Magistério Superior e a nova tabela de vencimentos.

Das 17 universidades federais que comunicaram, até às 21 e 30 de

ontem, suas decisões ao comando nacional de greve, dez foram favoráveis ao retorno às aulas, enquanto as sete restantes queriam a continuidade da greve. Todas elas, no entanto, fizeram a ressalva de que acatam a deliberação do comando nacional, que esteve reunido durante toda a madrugada de hoje cedo enviará sua decisão às universidades.

As propostas apresentadas pelas oito instituições são bem diferentes entre si, apesar de considerarem, em sua maioria, o momento oportuno para retornar às aulas, decretando "uma trégua temporária". Segundo nota distribuída pelo comando de greve, na tarde de ontem "a greve atingiu seu ponto máximo de conquista e

a partir de agora deve-se fazer uma análise crítica das implicações de sua continuidade, tanto em termos de conquista de objetivos ainda não atingidos como da organização e unidade do momento que podem ser mantidas ou perdidas".

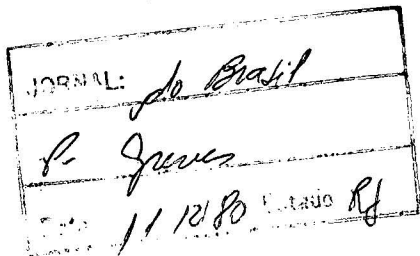
Para o comando do movimento, "a continuação da greve não deve se basear apenas na sua disposição, mas sim em uma avaliação criteriosa dos possíveis ganhos e eventuais perdas decorrentes de seu prosseguimento. Lembramos que a combatividade do movimento também pode ser expressa em outras formas de luta. Algumas das reivindicações não atendidas — segundo a nota dos professores, bem como os novos problemas trazidos

pelo decreto — a democratização e autonomia da universidade —, exigem claramente a formação de uma base social mais ampla, dentro e fora da comunidade acadêmica".

Dizem ainda os docentes reunidos no comando geral de greve, na mensagem que foi distribuída a todas as associações de classe espalhadas pelas 19 universidades autárquicas e quatro estabelecimentos isolados de ensino superior, que a greve, até o momento, apresenta, a nível de seus resultados, aspectos positivos e negativos. "Conforme a nota, algumas reivindicações relativas à carreira do magistério foram incluídas no decreto e o reajuste salarial, em média, foi superior ao do

funcionalismo público. "Por outro lado, o modo unilateral com que essas medidas foram tomadas nos afastou de sua discussão direta e ensejou a inclusão de dispositivos que atingem seriamente a autonomia universitária, com a intervenção do DASP e da Seplan, inclusive em assuntos puramente acadêmicos". Frisam os docentes, por fim, que não obtiveram "sequer o compromisso de atendimento de reivindicações básicas de nosso movimento: reajuste semestral, 12 por cento do orçamento da União para a educação e a revogação da lei 6.733", que autoriza o presidente da República a nomear diretamente reitores e vice-reitores de universidades organizadas sob forma de Fundação.

JORNAL: <i>Estado de São Paulo</i>	
<i>M. Jurek</i>	
Data: <i>11.11.60</i>	Estado <i>SP</i>



Professores suspendem greve em 11 universidades federais

Brasília — O comando geral da greve das universidades federais informou que, até as 23h de ontem, 11 universidades, entre as quais a UFRJ, a Fluminense e a Rural do Rio, votaram, em assembleias-gerais, o retorno às aulas. Incluindo todos os campos e as escolas isoladas, são 27 os votos dentro do comando. Seis universidades decidiram manter a greve.

Votaram pelo retorno: UFRJ, Fluminense, Rural do Rio, Santa Catarina, Ceará, Goiás, Juiz de Fora, Agronomia do Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Escola de Engenharia de Lavras. Querem continuar a greve: Paraíba (campos de Campina Grande e João Pessoa), Paulista de Medicina, Santa Maria (RS), Engenharia de Itajubá e Escola Superior de Agricultura de Mossoró (RN).

Polêmica na UFRJ

No Rio, em assembleia confusa e polêmica, em que houve descontentamento pelo projeto de carreira do magistério, os professores da UFRJ puseram fim à sua greve, que durou 20 dias. Mas as atividades acadêmicas, de pesquisa e de atendimento no Hospital Universitário só serão normalizadas amanhã.

Hoje, os professores estarão reunidos, nas 26 escolas da Universidade, com os alunos, para discutir o calendário de aulas e provas e, caso 10 das universidades grevistas decidam continuar com o movimento, a UFRJ realizará, hoje à tarde, nova assembleia para discutir a forma de apoio aos colegas. A Universidade Federal Rural volta às aulas hoje.

Pela manhã, os professores da Faculdade de Medicina da UFRJ, em assembleia, decidiram pela manutenção da greve, sob o argumento de que o decreto governamental não satisfaz suas reivindicações básicas e que o aumento salarial, para a maioria dos docentes, fica abaixo da média de 82% concedida para os funcionários públicos federais.

Os professores da Faculdade de Medicina, no entanto, deliberaram acatar a decisão da maioria na assembleia. Em quase todas as outras unidades da UFRJ, os professores também estiveram reunidos pela manhã. A maior

parte votou pelo fim da greve, mas algumas escolas não trataram do assunto, uma vez que consideravam o fim da greve certo, como deliberado na assembleia de segunda-feira.

A diretoria da Associação de Docentes da UFRJ está estudando o projeto de carreira do magistério e prometeu, para hoje, manifestar-se sobre ele e os ganhos e perdas para os professores da Universidade, que têm características peculiares em relação a outras instituições do país, como o caso dos colaboradores, que, este ano, por concurso interno e que não tem validade de acordo com o projeto, passaram a auxiliares de ensino.

Vertical e horizontal

Alexandre Magalhães, vice-presidente da Associação, defendeu a volta às aulas e afirmou que o projeto do Governo é positivo do ponto-de-vista da carreira do magistério, uma vez que permite a progressão vertical e horizontal, por tempo de serviço, por titulação e por experiência acadêmica.

— Quanto à sua interferência na autonomia universitária, é um fato que pode acontecer, mas, até que ponto, é uma incógnita. O fato é que temos que lutar por esta autonomia, que nunca tivemos.

A interferência, segundo ele, pode acontecer devido aos artigos 21 e 30 do projeto. O artigo 21 estabelece que vários critérios, como o de seleção para os auxiliares de ensino que passarão a assistentes, serão estabelecidos pelo MEC, pelo DASP e pela Seplan. O artigo 30 cria uma comissão permanente de pessoal docente, cuja composição ficará a cargo do MEC.

— A maior crítica que os professores estão fazendo ao projeto — ressaltou — é que grandes grupos de docentes terão aumento inferior ao dos demais funcionários públicos federais. Nossa reivindicação é que todos os professores tenham aumento igual, mas esse é um assunto que tem de ser examinado mais profundamente.

Na assembleia, foi aprovada moção sugerindo que os professores entrem na Justiça se o projeto significar aumento inferior a 82%.

Magistério acha índices baixos

Brasília — A principal queixa do magistério em relação ao decreto-lei de carreira do magistério é a questão salarial: o índice de reajuste máximo para os professores, a partir da nova tabela de salários, fixado em 117%, atinge, na verdade, a parcela pequena do professorado que chegou ao topo da carreira.

Para o restante dos professores, a média de reajuste, segundo o MEC, ficará em torno dos 70%, ou seja, 12% abaixo do aumento concedido ao funcionalismo público. Argumentam assessores da Secretaria de Ensino Superior que, com a atual inflação, um reajuste de 70% em salário é preferível a um de 82% dividido em duas parcelas.

Os professores se preocupam também com a tabela especial, ainda a ser feita pelo DASP, em que serão incluídos os docentes contratados pelas instituições de ensino superior a partir de 1979.

mentos mais extensos da classe e, até agora, um dos menos beneficiados.

Segundo os professores, o decreto tenta, salarialmente, dividir os professores entre aqueles que serão melhor aquinhoados e os que terão ganhos irrisórios. Vale ressaltar — observa o comando geral de greve — que não foi atendida a reposição salarial reivindicada. Pela tabela apresentada, os docentes terão aumentos médios ligeiramente superiores aos do funcionalismo. Descontados os 82% que teriam de aumento pelo fato de serem servidores públicos, o ganho obtido foi insignificante.

Autonomia ferida

Um outro ponto de insatisfação é o Artigo 21 do decreto-lei, inexistente no projeto inicial do MEC, que dá ao DASP e à Seplan o poder de atribuição e alteração dos regimes de trabalho, os critérios para a fixação de carga didática

com a atual inuição, um reajuste de 70% em janeiro é preferível a um de 82% dividido em duas parcelas.

Os professores se preocupam também com a tabela especial, ainda a ser feita pelo DASP, em que serão incluídos os docentes contratados pelas instituições de ensino superior a partir de 1979.

Tabela especial

Esta tabela ocupará, provisoriamente, o quadro dos auxiliares de ensino, estruturado, por sua vez, para assegurar a absorção dos professores colaboradores. Com a aplicação da nova estrutura da carreira, as instituições de ensino deverão abrir, imediatamente, concursos para promoção dos professores atualmente dentro da categoria de auxiliares a assistentes. Serão abertas, com isso, 12 mil vagas de auxiliares.

Nem todos os professores atualmente incluídos na categoria dos colaboradores terão imediato acesso a ela. Os que foram contratados depois de dezembro de 1979 ficarão em uma tabela especial, na qual permanecerão até 1982, quando poderão prestar concurso para a categoria. Esta tabela, porém, ainda não foi elaborada — e os professores temem que os salários sejam tão baixos quanto os pagos atualmente aos colaboradores, que constituem um dos seg-

MEC não vai alterar o calendário

Brasília — O Ministro da Educação, Rubem Ludwig, disse que não haverá necessidade de alterar o calendário escolar universitário em decorrência da greve nacional dos professores, "salvo alguns ajustamentos de ordem regional, a serem determinados pelas universidades afetadas".

O Ministro Ludwig despachou 45 minutos com o Presidente Figueiredo e afirmou acreditar no fim da greve dos professores universitários a partir de hoje, porque uma das principais reivindicações da classe, a reestruturação da carreira do magistério, foi atendida pelo Governo.

Considerou mal-informados os professores

Mineiros param até segunda-feira

• **Belo Horizonte** — Seiscentos professores da Universidade Federal de Minas Gerais, em assembléia na Faculdade de Medicina, decidiram manter a greve iniciada há 28 dias até segunda-feira. O vice-presidente da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, Renato Ortiz, considerou um ganho político a greve nacional. A decisão de voltar às atividades didáticas segunda-feira venceu as duas posições de continuar ou parar a greve, que dividiam a assembléia.

Salão de Atos

• **Porto Alegre** — Apesar de o comando de greve da UFRGS ter apresentado proposta de encerramento da paralisação, os 300 participantes da assembléia realizada à noite, no

Salão de Atos de serem servidores públicos, o ganho obtido foi insignificante.

Autonomia ferida

Um outro ponto de insatisfação é o Artigo 21 do decreto-lei, inexistente no projeto inicial do MEC, que dá ao DASP e à Seplan o poder de atribuição e alteração dos regimes de trabalho, os critérios para a fixação de carga didática semanal média por docente, o processo de acompanhamento e avaliação de atividades, e o sistema de acompanhamento das progressões horizontal e vertical. Este artigo, alegam, fere a autonomia universitária.

Outras reivindicações relevantes, que os professores pretendiam alcançar com o projeto, foram suprimidas: o reajuste semestral, a aposentadoria integral por tempo de serviço e a licença sabática. Para o comando geral de greve, o decreto-lei está longe do projeto que a classe pretendia que fosse encaminhado ao Congresso: "Podemos afirmar que o conteúdo original do projeto foi subvertido. O decreto-lei mantém a sua forma, destruindo, porém, o seu espírito. A já tão parca autonomia das instituições de ensino superior fica, agora, comprometida. Foi promulgado, sem a nossa participação, um decreto que só modestamente corresponde às nossas reivindicações e que, em contrapartida, amplia o controle do Governo sobre a Universidade."

que estão criticando o novo plano de carreira do magistério, e aconselhou a eles uma leitura mais demorada do documento. Informou que só hoje o Presidente Figueiredo assinará o decreto-lei.

A opção pelo decreto-lei foi justificada pelo Ministro como alternativa mais prática, porque, do contrário, o Executivo teria de enviar um projeto de lei ao Congresso, provocando atraso na aprovação final da matéria.

O Ministro Ludwig disse estar sempre "disposto a dialogar com a classe", respondendo a uma pergunta se receberia novamente os líderes do comando geral da greve. Sobre um encontro com os dirigentes da UNE, disse não ter pensado ainda no assunto.

Salão de Atos da Reitoria, até às 22h, ainda divergiam.

Parte dos professores considera que o decreto-lei assinado pelo Presidente Figueiredo não correspondeu às expectativas e mantinha a decisão de continuar a greve.

Recife unânime

• **Recife** — A greve dos professores da Universidade Federal de Pernambuco foi encerrada, após a realização de uma assembléia em que a medida foi aprovada por unanimidade em segunda votação.

Ficou decidida a criação de várias comissões para acompanhar a aplicação do projeto de carreira do magistério que entra em vigor dia 1º.

JORNAL Folha de São Paulo
P. 2
De 12/12/80 Estado PR

Professores universitários encerram greve

BRASILIA - Reunido durante toda a noite, o comando de greve dos professores universitários decidiu ontem de madrugada terminar o movimento de paralisação. A decisão foi baseada no resultado das assembleias da maioria das Universidades que deliberaram pelo fim da greve. Ontem de manhã o comando soltou a nota oficial informando que as atividades acadêmicas voltarão ao normal a partir de hoje. Ao mesmo tempo, os professores consideraram lamentável a posição do Governo em não negociar, mas sim estabelecer algumas melhorias para a categoria através de decreto-lei. Segundo eles, esta atitude visava dividir os professores, já que não atende a categoria como um todo, principalmente no plano de classificação, quando somente depois de um concurso os profissionais e alunos da UFRJ se reuniram ainda ontem para acertar o calendário para o final do ano letivo.

Em Goiás os professores da Universidade Federal também decidiram retornar às aulas, em tumultuada assembleia geral da categoria na manhã de ontem. Em que pesem as resistências das inúmeras tendências da esquerda, a decisão foi acolhida unanimemente pelos profes-

sores.

Tão logo se decidiu a paralisação da greve, foi lida a nota do Comando Nacional de Greve, elaborada em Brasília, após três dias ininterruptos de discussões e análises em que se anuncia a suspensão da greve a partir de hoje em todo território nacional. As atividades docentes se normalizam a partir de segunda-feira.

É a seguinte a nota do Comando Nacional de Greve:

"A greve, que durante trinta dias paralisou as atividades acadêmicas de 35.000 professores, envolvendo a totalidade das Universidades e escolas federais autárquicas, foi o ponto culminante de um processo de mais de um ano de lutas reivindicatórias encaminhadas através das associações de docentes de todo o País.

"O movimento obteve importantes conquistas, embora muitas de nossas reivindicações não tenham sido atendidas.

"Alguns ganhos salariais e de reestruturação da carreira foram obtidos graças à força política de nosso movimento, que se caracterizou pela participação maciça e democrática dos docentes, pela sua coesão e unidade, as quais foram fortalecidas pelo próprio movimento. É importante ressaltar que

as conquistas não se efetivaram através de um processo de negociação, devido a postura antidemocrática do Governo, que nos colocou diante do fato consumado de um Decreto-Lei. Esse instrumento foi utilizado para a distorção do projeto do MEC e a inclusão de dispositivos que golpeiam frontalmente a autonomia da Universidade.

"Compelido a responder as nossas demandas, o Governo procurou dividir a categoria através de índices de reajustes salariais diferenciados e tratamento discriminatório contra os professores contratados em 1980.

"Contudo, o movimento respondeu às manobras governamentais e buscou, ainda que sem maior sucesso, elevar o nível das conquistas.

"Com base nas deliberações de assembleias-gerais de professores em todo o País, o Comando Nacional considerou que a greve esgotou o seu potencial de conquistas. Por esta razão, decide suspendê-la a partir de zero hora do dia 12 de dezembro de 1980, em todo o território nacional.

"As reivindicações não atendidas, bem como os problemas gerados pelo Decreto-Lei fixam, de imediato, as metas da etapa de luta que ora se inicia.

"O movimento dos professores é hoje mais forte do que nunca. A greve foi uma escola da qual tiramos valiosas lições. Aprendemos a conhecer nossa força. Estamos organizados a nível nacional, e conquistamos um espaço político permanente. Éramos colegas; hoje somos companheiros de luta".

Brasília - 11 de dezembro de 1980.

Comando Nacional de Greve."

Em Curitiba, a situação dos formandos e dos alunos que se encontram na dependência de exames finais fez com que a diretoria e o Conselho Deliberativo da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná decidissem pelo fim da greve dos docentes.

Eles retornaram ontem às suas atividades, após 16 dias de paralisação, mas segundo nota oficial, a entidade reconhece que o ato presidencial recentemente publicado "não atende às reivindicações dos professores das Universidades Federais".

A volta às aulas - afirma o documento - "representa um crédito de confiança ao Ministro da Educação e Cultura, mas não desobriga que a associação continue lutando pelas justas e específicas aspirações do magistério".

1981

600

1981

JORNAL *Trabalho e Luta*
P. Soares
 Data *30/04/81* Pág. *38*

Motoristas fizeram greve de advertência em Maringá

MARINGÁ (Da sucursal) - Revoltados com o não cumprimento da tabela de fretes por parte de algumas empresas transportadoras, cerca de 150 motoristas, que carregam com soja seus caminhões em Ubitatã para entregar na Copasa em Maringá, realizaram ontem, nesta cidade, uma greve-relâmpago, condicionando o descarregamento ao pagamento integral do frete, estipulado para o percurso em Cr\$ 716 a tonelada.

Os motoristas, embora tivessem conhecimento do preço da tonelada, aceitaram a Cr\$ 300 quando o sindicato de Cr\$ 716, fato que levou o presidente do atribuir parcela de culpa aos próprios filiados. Resolvendo, entretanto, que as empresas transportadoras estão burlando a tabela, já que elas assumem compromissos com terceiros a preços inferiores e de alegam que não podem pagar o valor constante da tabela.

O movimento dos motoristas começou

anteontem à tarde, assim que chegaram a Maringá para descarregar a soja na Copasa. Eles informaram que aceitaram a soja a Cr\$ 500 a tonelada porque nenhuma empresa transportadora, em Ubitatã, aceitou pagar os Cr\$ 716 estipulados pela tabela, alegando - Cr\$ 35 a saca, pagando, portanto, apenas Cr\$ 30 ao motorista.

Em sinal de protesto e visando exigir a reposição da quantidade tabelada, quando chegaram a Maringá os motoristas recusaram-se a descarregar a soja. Como já haviam sido feitos os contratos e veículos, a alternativa expressa dos motoristas, não restou outra senão negociar com o sindicato, Oswaldo Gimenes, sendo acordado, segundo o qual doravante todos os carregamentos serão como base os preços de tabela.

A greve somente terminou quando as empresas de Ubitatã se comprometeram a não carregar mais nenhuma carga fora da tabela, independentemente do aceite feito com seus clientes.

Ontem à tarde, ao encerrarem o movimento, os motoristas informaram que se a tabela for novamente burlada, serão realizados piquetes em Maringá e Campo Mourão, visando impedir qualquer descarregamento. Informaram que grande qualquer preço real, sempre mediante alegação de que os preços baixos da região não estão pagando os transportadores. Este fato para nós é irrelevante - disse Gimenes - pois se as empresas acertam preços inferiores, os motoristas nada têm a ver com isso e não devem, em hipótese alguma, serem prejudicados pelas gentilezas de alguns empresários. Adiantou que o acordo seja feito entre os motoristas e as transportadoras, mesmo que para isso tenham nossos filiados que adotem piquetes ou outras posições mais radicais, como, por exemplo, a recusa ao descarregamento.

CONDIÇÃO

Ontem à tarde, ao encerrarem o movimento, os motoristas informaram que se a tabela for novamente burlada, serão realizados piquetes em Maringá e Campo Mourão, visando impedir qualquer descarregamento. Informaram que grande qualquer preço real, sempre mediante alegação de que os preços baixos da região não estão pagando os transportadores. Este fato para nós é irrelevante - disse Gimenes - pois se as empresas acertam preços inferiores, os motoristas nada têm a ver com isso e não devem, em hipótese alguma, serem prejudicados pelas gentilezas de alguns empresários. Adiantou que o acordo seja feito entre os motoristas e as transportadoras, mesmo que para isso tenham nossos filiados que adotem piquetes ou outras posições mais radicais, como, por exemplo, a recusa ao descarregamento.

Lei de greve deverá desaparecer: Macedo

BRASILIA — (AE-GP) — O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse que a Lei de Greve n.º 4.330 de 1964, "vai desaparecer quanto a sua forma atual, pois está impregnada de pressões e tensões sociais da crise vivida pelo país àquela época".

— Hoje, com a abertura liderada pelo Presidente Figueiredo, afirmou temos um novo momento, marcado por instituições consistentes, inclusive os próprios sindicatos. Nosso empenho é no sentido de reduzir a lei trabalhista ao essencial. Aliás este é o espírito da comissão especial que reformula CLT.

O Ministro salientou no entanto que a autonomia sindical restabelecida totalmente com o fim da lei de greve, "não pode significar pura e simplesmente a liberdade de criar um poder paralelo ao Estado, contestá-lo e substituí-lo na realização dos interesses nacionais".

Para Macedo, o mandato do Estado, "é muito mais amplo do que o mandato dos sindicatos, e quem fala em autonomia sindical não pode colocar de lado este fato mais importante".

Ele admite que tanto o Ministério do Trabalho quanto a sociedade brasileira



Murilo Macedo.

"precisam aprender a conviver com um sindicalismo novo, autônomo, pois a sociedade brasileira não teve esse hábito em toda a sua história: com a revolução de 1964 os sindicatos foram manietados e antes eram teleguiados".

DEFESA SINDICAL

Disse que somente agora a autonomia sindical começa

a ser praticada e que para haver verdadeira liberdade sindical, "é preciso que os trabalhadores defendam seus interesses sem a presença do governo nem dos políticos".

Macedo disse, por outro lado, que o governo precisa preservar o interesse da sociedade:

— Eu pergunto: a opinião pública apoiaria o governo se ele não promovesse as atividades paralisadas pela greve, deixando a sociedade sem gêneros e serviços essenciais? A sociedade acharia justo o governo se abster de qualquer ação policial, quando o movimento grevista se degenerasse em violência e desrespeito à liberdade alheia?

Para o Ministro, o governo preserva o interesse da sociedade quando "preserva o interesse do trabalhador como integrante da sociedade e, para agir, o governo aciona os mecanismos determinados pela lei, pois é a lei que diz o que o Estado deve fazer. E a lei é a vontade da sociedade, se ela não é boa, caberá à sociedade, representada pelo legislativo, mudá-la para aperfeiçoá-la e ajustá-la a realidade, corrigindo suas deficiências e distorções".

JORNAL: *Folha de Paranaíba*
P. Greves
Data *28/04/81* Estado *PR*

65

Greve na Implast: salários atrasados

Os cerca de 500 trabalhadores das fábricas Implasp e Modelo (ambas pertencem a uma mesma administração) estão em greve desde ontem, às 7h30min, e só retornam ao trabalho se receberem os três meses de salários atrasados. As demais reivindicações, como fundo de garantia não depositado e férias não pagas, eles aceitam negociar após o pagamento do salário. Segundo o advogado dos grevistas, Edésio Passos, o movimento de paralisação está se processando de forma pacífica e legal, com acompanhamento inclusive da Delegacia do Trabalho. "Os patrões prometeram pagar amanhã, mas os trabalhadores estão cansados de ouvir promessas e só voltam ao trabalho com seus salários em dia".

Ontem pela manhã, uma comissão de representantes dos grevistas esteve na administração da Implasp, acompanhada pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Curitiba, pelo advogado Edésio Passos, e pelo presidente da Federação dos

Trabalhadores nas Indústrias, Alienor Matias, onde ouviram a promessa de pagamento em troca do retorno ao trabalho. "Os operários não aceitaram, e vão fazer uma assembleia amanhã, às 17 horas, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, para verificação se realmente saíram os pagamentos e para decidir o rumo do movimento".

JANEIRO

O problema vem se arrastando desde janeiro, segundo os trabalhadores, incluindo além do atraso de pagamento, férias e horas extras, mais a falta de depósito do fundo de garantia. Houve uma série de conversações com as empresas, mas que não resolveram nada, o que levou a categoria a procurar uma solução através do Sindicato. Foi dado o prazo de 72 horas previsto em Lei, mas a Implasp não se manifestou, levando os operários a optarem pela paralisação. Agora, só retornam com o salário no bolso, afirma o presidente do Sindicato, Gilberto Ratt.

JORNAL	<i>Paraná</i>
<i>R. - Das</i>	<i>Med. Genes</i>
Data	<i>28 04 81</i> Estado <i>Pr.</i>

Residentes daqui não entrarão em greve

Os médicos e os residentes do Paraná trabalharão normalmente, hoje, pois não participarão da greve nacional de protesto pelo não atendimento de suas reivindicações. Londrina será uma das poucas exceções. Em Curitiba, os médicos irão até a Assembléia Legislativa, onde exporão a situação aos deputados e realizarão um ato público. Os residentes também decidiram em assembléia não participar da greve, que no caso será por período indeterminado, como forma de pressão para aprovação do substitutivo de regulamentação didática e trabalhista da residência médica.

Entre os fatores que influenciaram

a decisão dos médicos do Paraná estão as ameaças de demissões aos médicos do serviço público que participaram da última greve, o encaminhamento de solução da parte salarial aos empregados pela Previdência Social, e os problemas que a última paralisação causou aos previdenciários em trânsito, que procuraram os ambulatórios no dia da greve. Já os residentes decidiram não participar pois a paralisação será por período indeterminado, mas, dependendo de mobilização a nível nacional, pretendem discutir o assunto novamente. Ainda esta semana deverão realizar nova assembléia.

tribuna do paraíba
8 = Greves
28/04/81
PL

67

Médico que aderir à greve vai ser punido

BRASÍLIA (AE) - Os Ministérios da Saúde e da Previdência Social serão apenas os executores das punições que vierem a ser estabelecidas pelo DASP e pelo Palácio do Planalto para os médicos que aderirem aos movimentos de paralisação que será deflagrado hoje, disse ontem o ministro Waldyr Arcovede, da Saúde.

Somente diante do fato já existente, segundo a interpretação do ministro, é que será possível avaliar a repercussão do movimento para os serviços de saúde prestados à população. "Não temos idéia de como vai ser a greve. Não sabemos se será uma greve federal, estadual, municipal ou apenas do setor privado. Há inúmeros tipos de greve e cada um tem uma repercussão diferente para a população disse Arcovede.

Em termos mais práticos, o ministro observou que, se realmente for iniciado o movimento, o Inamps terá condições de implantar um sistema de atendimento emergencial, no Rio de Janeiro. Waldyr Arcovede recusou-se, contudo, a detalhar melhor a estratégia do governo para enfrentar a greve de médicos, para não ficar trabalhando com dados hipotéticos. "Nunca recebi a informação oficial de que haverá uma greve - afirmou o ministro da Saúde, lembrando que "existem greves e greves".

NOTA OFICIAL

BRASÍLIA (AE) - Se for concretizada a paralisação das atividades médicas, marcada para hoje, será aplicada a legislação vigente aos servidores, com a contratação de médicos em número suficiente para atendimento da população, a fim de substituir os que não comparecerem ao serviço. É o que diz nota distribuída ontem pelo Palácio do Planalto, cuja íntegra é a seguinte:

"O governo federal analisou todas as reivindicações da classe médica e, examinando-as quanto ao mérito, definiu as concessões cabíveis.

Se concretizada a paralisação das atividades médicas, aplicar-se-á aos servidores a legislação pertinente, promovendo a contratação de médicos em número suficiente ao atendimento da população, na forma da exposição de motivos do Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de substituir aqueles que não comparecerem ao serviço.

Com relação às pessoas físicas e jurídicas que executam atividades médicas mediante credenciamento, este cessará imediatamente, com a necessária comunicação da medida aos credenciamentos, proceder-se-á sua rescisão imediata, com novas contratações de serviços que atendam à população".

Greve pelos salários

OSASCO — (AE) — Aproximadamente 210 operários de duas indústrias metalúrgicas em greve ontem reivindicando o pagamento dos salários do mês de março que estão atrasados 17 dias. Enquanto os operários da metalúrgica de Carapicuíba se mantinham dentro da fábrica aguardando uma manifestação dos empresários, os trabalhadores em Osasco promoviam passeatas pelas ruas de Presidente Altino, dirigindo-se a sede do Sindicato, onde instalaram uma assembléia permanente.

A Mecânica Sampson, em Osasco é fabricante de guindastes e torques utilizados na construção civil, tem 160 operários e o trabalho foi paralisado totalmente ontem às seis horas da manhã. Os empregados costumam

receber seus salários no dia 10 de cada mês, mas até ontem a empresa não conseguira regularizar a situação, alegando dificuldades financeiras. Ela apenas liberou vales pequenos para os que ganham até três salários mínimos.

Além do atraso nos salários do mês de março, os operários reclamaram também o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o que não está sendo feito com regularidade, enquanto as homologações de trabalhadores demitidos têm demorado até dois meses para serem efetivadas pela empresa. Na Mecânica Sampson nenhum diretor atendeu a imprensa para explicar as razões do atraso nos pagamentos dos salários dos empregados, porque, segundo funcionários da portaria, eles não se encontravam na empresa.

Ameaça para os grevistas

JOÃO PESSOA (AE) - O governo da Paraíba determinou ontem o retorno imediato às salas de aula dos professores da rede oficial de ensino em greve desde quinta-feira, já que o movimento foi declarado ilegal pelo Ministério do Trabalho, segundo telex recebido ontem. Para garantir os prédios públicos e os professores que queiram dar aulas, o governo enviará policiais para os colégios e grupos escolares. Além disso, as faltas dos grevistas serão computadas para desconto na folha de pagamento e os dias perdidos serão descontados no calendário escolar até o fim do ano.

As providências foram anunciadas por assessores do Palácio da Redenção, acrescentando ainda que foi aberto inquérito para apurar um incidente ocorrido no grupo escolar "Antenor Navarro" em Guarabira, a 80 quilômetros de João Pessoa, cuja diretora, Célia Galvão de Brito, denunciou ter sido

impedida pelos grevistas de dar expediente. A diretora disse ter sido agredida moralmente pelos professores Roberto Nobrega de Carvalho, Ebenezer Pernambucano e Waldir Duarte e em consequência passou mal, sendo levada a um hospital com crise de hipertensão.

Em nota distribuída aos jornais, o governo diz que não está disposto "a tolerar que milhares de alunos da rede estadual continuem sendo prejudicados por grupos de professores que insistem em reivindicar um aumento salarial diferenciado do restante do funcionalismo". Os grevistas, que segundo a AMPEP, entidade de classe, são cerca de 70 por cento no Estado, reivindicam aumento de 120 por cento a partir de março. A coordenação do movimento informou ontem que, "apesar da repressão, ele prosseguirá", estimando que a maior adesão é nos principais centros urbanos da Paraíba.

PT 1074-131

LSN para os PMs que fizeram greve

Da sucursal de
SALVADOR

O IPM instaurado pela 6ª Região Militar para apurar a greve da Polícia Militar da Bahia concluiu pelo enquadramento de 12 oficiais PM na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal Militar, sugerindo pena disciplinar para estes 12 e mais outros 10 integrantes da corporação. O resultado do IPM constou do boletim reservado nº 17, do Comando-Geral da Polícia Militar de anteontem, e sabe-se que já há oficiais e sargentos cumprindo prisão disciplinar.

Entre os oficiais enquadrados na LSN, além do coronel Oto Aguiar e do major Etienne Falcão está, também, o tenente João Mário de Almeida Lima, que ficou paraplégico no episódio do incidente com os fuzileiros navais, no qual morreu o tenente Valmir Alcântara. Os indiciados no IPM contrataram os serviços dos juristas Heleno Fragoso e Jaime Guimarães, este da Bahia. Guimarães, que anteriormente havia sido contratado individualmente pelo coronel Oto Aguiar, contará com a ajuda do advogado Deraldo Brandão.

Apesar de apenas os implicados e os oficiais superiores da PM terem tomado conhecimento do boletim reservado, a conclusão do IPM causou intensos (embora velados) comentários em diversos círculos da corporação. Os comentários abordam especialmente determinados detalhes do IPM e alguns

aspectos do desdobramento da greve, ocorrida nos dias 13 a 15 do mês passado. Enquanto o indiciamento do tenente João Mário provocava comoção entre os oficiais, dois comentários eram feitos com insistência: a punição recomendada no IPM para o comandante da Companhia de Choque, capitão Salomão Gonzaga Cabral, bem como a prisão disciplinar de 30 dias cumprida por outro capitão, Edson Martins Barbosa. No primeiro caso, comentava-se que o capitão Salomão teria sido dispensado da punição pelo comandante-geral da PM, o coronel demissionário Sílvio Matos, pelo fato de o capitão ter agido como informante durante o movimento. No outro, sabe-se que o capitão Barbosa ficou um mês preso incomunicável no quartel do Forte de São Pedro, da Sexta Região Militar, sob acusação de ter usado o telex da PM para pedir apoio a oficiais das polícias de outros Estados.

Agora comenta-se que no IPM constatou-se ser ele inocente e tornaram sem efeito a punição. O capitão havia sido preso por ordem expressa do governador Antônio Carlos Magalhães. Comentavam-se, também, as prisões disciplinares do sargento Aderval Ferreira de Souza, presidente da Associação dos Sargentos e do 2º tenente Antônio Ferreira de Souza, este último por ter criticado publicamente as declarações do governador do Estado, sobre a greve, em uma revista de circulação nacional.

JORNAL *Dist. de Paraná*
R. Gomes
Data *07/05/81* Estado *PR*

69

Evangélica entra em greve com HC

Os médicos residentes do Hospital de Clínicas terão hoje a adesão dos 42 colegas do Hospital Evangélico, que paralisarão as atividades por 24 horas, em solidariedade ao movimento nacional para regulamentação didática e trabalhista da residência médica. Já no sétimo dia em greve, os 175 residentes do HC não pensam em retornar às atividades, pois o movimento "só vem crescendo no sentido de pressionar o governo a aprovar o substitutivo de regulamentação da residência", que tramita na Comissão de Educação do Senado Federal.

A comissão de imprensa do movimento deu ontem uma entrevista coletiva lembrando que, mesmo no HC, ainda falta a regulamentação trabalhista para que sejam atendidas suas reivindicações. Hoje os representantes dos residentes dos dez Estados que estão em greve participarão de uma audiência com a assessoria do MEC, em Brasília. No Brasil, há oito mil residentes, e aderiram ao movimento os dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro,

Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais.

Hoje às 9:30h os residentes terão uma reunião com o secretário da Saúde Oscar Alves para pedirem apoio ao substitutivo. Às 10 horas discutirão o projeto com o advogado Cláudio Pereira, da OAB, para debater os aspectos trabalhistas. Às 21 horas no auditório do Colégio Estadual do Paraná será exibido o filme "Pixote" de Hector Babenco e a renda reverterá para o fundo de greve.

Os residentes voltaram a explicar que a existência de lei regulamentando a residência acabaria com as deformações, como a existência de falsas residências, que na verdade são formas de exploração do médico recém-formado, como mão-de-obra barata, além de ter baixo nível científico. Atualmente os residentes não têm vínculo empregatício. Uma das reivindicações é de anotação em carteira de trabalho, que implicará também em desconto para a Previdência Social, para contagem de tempo de serviço para a aposentadoria.

JORNAL: *do Brasil*
R. Gomes
n.º 11.051 81 Estado RJ

20

Médicos do Rio se reúnem hoje em assembléia para decidir se voltam à greve

Os médicos do Rio se reúnem hoje, às 20h30m, em assembléia-geral convocada pelo sindicato da classe, no Clube Municipal, Rua Haddock Lobo, 359 Tijuca. O objetivo é decidir se voltarão a entrar em greve depois de amanhã por tempo indeterminado, caso o Governo não dê ainda hoje uma resposta concreta às suas reivindicações nas áreas federal, estadual e municipal.

O secretário-geral do sindicato, Eraldo Bulhões, disse que só foi debatida na mesa de negociações a reivindicação do pagamento da insalubridade e do nível universitário, e mesmo assim as autoridades não estabeleceram o percentual. Quanto às outras reivindicações, acrescentou não ter havido até agora nenhuma manifestação oficial por parte do Ministro da Previdência Social, Jair Soares, ou do Secretário estadual de Administração, Mauro Dias.

ATO PÚBLICO

A assembléia-geral de hoje foi marcada semana passada na ABI, quando os médicos deram um prazo de uma semana para o Governo estudar suas reivindicações: piso de 10 salários-mínimos, 142% de aumento a partir de 1º de maio, enquadramento definitivo no Plano de Classificação de Cargos, pagamento do 13º salário, reajustes semestrais, regulamentação da residência médica, adicional de insalubridade e nível universitário.

Os médicos residentes farão ato público hoje às 11h, em

frente à Assembléia Legislativa, para comunciar à categoria a decisão tomada pelo Ministro da Educação, Rubem Ludwig, sobre a regulamentação da residência médica. Nos dias 13 e 14 representantes de 40 entidades médicas, debaterão na Câmara Federal, com a Comissão de Saúde, a Lei Especial do Médico, que substituirá a Lei 3 999, de 12 de dezembro de 1961.

Eraldo Bulhões explicou que "a categoria médica não pretende comemorar o 20º aniversário" da Lei 3 999, que estabelece em apenas três mínimos o piso salarial dos médicos.

JORNAL Folha de Londrina
P. R. Greves
15.05.81

Polícia dispersa piquetes de camioneiros na BR-277

(mas não consegue parar a greve)

CASCADEL (Da sucursal) Enquanto as empresas usuárias do transporte rodoviário se recusaram, na manhã de ontem, a entrar em acordo com uma comissão composta pelo Sindicato dos Condutores autônomos de Veículos Rodoviários de Cascavel, um grupo de policiais militares tentou dispersar o movimento grevista que mais de 700 camioneiros de vários estados brasileiros fazem há dois dias nesta cidade do oeste do Paraná.

Ostentando ameaçadoramente metralhadoras e cassetetes, a PM conseguiu desativar os piquetes que estavam sendo feitos ao longo da BR-277, que demanda a Foz do Iguaçu, mas não evitou que o movimento continuasse no dia de ontem. Os próprios camioneiros admiraram um esvaziamento da ordem de 20 por cento, porém mais de 200 caminhões deixaram Cascavel ontem, temerosos de uma nova intervenção policial.

TIROS

Ao que tudo indica, a intervenção da Polícia aconteceu após um incidente havido num dos piquetes que tentavam angariar "um tanto rudemente" a adesão de novos companheiros. Um camioneiro não identificado recusou-se a obedecer, sacando de um revólver e disparando duas vezes para o ar, o suficiente para causar uma grande confusão, que resultou em ferimento na perna de outro motorista. O Comando da Polícia Militar viu nisso razão suficiente e interveio, desmantelando os piquetes. A maioria dos camioneiros refugiou-se nos postos de combustível existentes no trecho, mas não deixou o local.

Para o vereador Caetano Bernardini, que está acompanhando a movimentação ao lado dos camioneiros, "a tentativa da Polícia de dissolver o movimento, a pedido das multinacionais, é uma arbitrariedade que deve ser repudiada, porque não é a vontade de meia dúzia de abastados empresários que vai prevalecer sobre a vontade de centenas de camioneiros". Segundo o líder do Partido Popular em Cascavel, "a PM não teve habilidade suficiente para dissolver o movimento sem o uso da força".

Ao repudiar a intervenção policial, os líderes do movimento, como o presidente do sindicato da classe, Vitorio Martini, classificaram o incidente havido com um dos motoristas como um caso isolado. "Pensamos até que o motorista deixou a arma cair e ela detonou. De qualquer forma, vamos continuar o movimento até que as empresas paguem os reajustes de 32 por cento sobre a tabela anterior"

PRECONCEITO

O impasse entre os grevistas e os embarcadores parece ter se acentuado depois que um representante de uma empresa multinacional teria dito que "os camioneiros não tem respeito e nível para conversar conosco". A afirmação foi vista como uma ofensa e pode representar o recrudescimento dos protestos na BR-277. Anteontem, uma reunião realizada na sede da Associação Comercial para estudar a questão acabou não decidindo nada.

Reconvocada para a manhã de ontem, a reunião acabou não acontecendo, porque a presença de apenas dois representantes de em-

barcadores (Mitsui e ContiBrasil) foi considerada insuficiente para a solução da greve. Agora os motoristas acham que as usuárias do transporte são safadas pelo fato de acatarem a reunião mas não comparecerem.

As posições dos embarcadores não ficaram apenas nas afirmações jocosas sobre os motoristas. Alegam as empresas que em primeiro de março entrou em vigor uma nova tabela, com um reajuste de 35 por cento (só entrou em vigor depois que os motoristas fizeram três dias de greve em Cascavel) e agora surgiu outro reajuste de 32 por cento sobre a tabela de frete de março.

A Cooperativa Agropecuária Cascavel - Coopavel - uma das poucas usuárias do transporte que não são multinacionais, considera que o aumento "é um pouco grande para ser absorvido de uma vez". Seus representantes propõem que o aumento seja dividido em duas ou três vezes para satisfazer ambas as partes. Porém, outro ponto considerado pelas usuárias é que o aumento da tabela de frete "é uma mera decisão classista" da Fencavir - Federação Nacional dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários - e não do Conselho Interministerial de Preços.

Antes da tabela de março, uma viagem rendia bruto cerca de 70 cruzeiros numa distância entre Cascavel e Paranaguá (700 km), para cada saca de 60 quilos transportada. Posteriormente, a saca passou a custar 99 cruzeiros e agora deveria render bruto no mínimo 130 cruzeiros. As empresas admitem pagar apenas 100 cruzeiros.

JORNAL: Folha de Paranaíba
R. Greves
Data 16/05/81 Estado PR

72

Camioneiros suspendem greve sem nada conseguir

CASCADEL (Da sucursal) — O movimento grevista dos camioneiros, iniciado quarta-feira em Cascavel, reunindo mais de 700 motoristas de todos os Estados da Região Sul, acabou se esvaziando na manhã de ontem, sem que eles sequer recebessem um centavo de aumento sobre a tabela de fretes de primeiro de março.

Os embarcadores (empresas usuárias) se uniram na decisão de não manter negociações com o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários sob a mediação da Associação Comercial de Cascavel.

INTERVENÇÃO

A intervenção da Polícia Militar, anteontem, desmantelando os piquetes armados na BR-277, também funcionou como um "banho de água fria" no ânimo dos camioneiros, que já se encontravam irritados com o fato das empresas que se utilizam do transporte rodoviário

permanecerem irredutíveis na questão do aumento de 32 por cento nos preços dos fretes.

Na manhã de ontem os últimos caminhões que estavam estacionados deixaram o pátio do Posto Cataratas. Alguns motoristas criticaram os próprios líderes do movimento, taxando a greve de "fria". Se não fosse a confusão originada entre camioneiros que eram contrários à greve, talvez a Polícia Militar não tivesse intervenido e o movimento teria prosseguido normalmente.

SEM DIÁLOGO

O próprio mediador da questão, presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, Rubens Carlos Buschmann, admitiu ontem que "as empresas usuárias não tinham interesse em fazer acordo com os camioneiros e, por isso, se recusaram a manter diálogo com a comissão de grevistas".

Razões para não acatar o aumento, as empresas — a maioria

multinacionais — têm muitas: além de considerarem "abusivo" o reajuste de 32 por cento, os embarcadores alegam que atualmente os fretes estão rareando em virtude da entressafra agrícola. Além do mais, as viagens para o porto de Paranaguá foram interrompidas temporariamente, até que o porto livre-se de seus estoques. Os recebimentos em Paranaguá foram suspensos até segunda ordem, enquanto não se corrige o atraso na chegada de vários navios importadores.

Sem os piquetes na BR-277, os camioneiros perderam muito de sua força, mas afirmam que continuarão lutando para que a tabela estabelecida pelo próprio sindicato de Cascavel e aprovada pela Federação Nacional da classe seja devidamente reajustada. A derrota na segunda greve deste ano (a primeira, em março, conquistou 35 por cento de aumento), é atribuída pelos motoristas a "uma manobra das multinacionais dos cereais".

JORNAL *do Estado do Paraná*
P- Operes
Data *20 05 / 81* Estado *PR*

73

Greve dos camioneiros

LONDRINA — (Sucursal) — Inesperadamente, como que levados por um consenso latente, cerca de cinquenta camioneiros autônomos paralisaram suas atividades anteontem na BR-369, próximo ao posto Boiadeiros em Londrina, em virtude do não cumprimento das transportadoras no atendimento ao valor de tabela

em vigor desde o início deste mês, para os casos de fretes.

Ontem pela manhã, o número de caminhões parados alcançava aproximadamente duzentos veículos, sem que uma solução imediata estivesse à vista, já que o presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos, Salvador Pereira, não

havia definido data para uma reunião com o sindicato das empresas transportadoras, em Curitiba.

Basicamente os motoristas em greve pleiteiam o aumento de 15 a 30 por cento estipulado em acordo, quando os camioneiros pararam suas atividades no começo de maio.

“A greve é pacífica — disse um dos grevistas — mas ela vai continuar até os empregadores atenderem o pessoal”.

Com este espírito de luta é que os motoristas efetuaram diversos piquetes ao longo da estrada, durante a noite e parte do dia de ontem. Só passavam os empregados de firmas e motoristas transportando cargas perecíveis.

Entre outros preços, os camioneiros exigem por exemplo que o frete até mil quilômetros seja pago a Cr\$ 3.172,00 por tonelada, enquanto de 501 a 550 quilômetros, Cr\$ 1.925,00 por tonelada. Por outro lado exigem também que seja paga a estadia, após doze horas de transporte. Até 24 toneladas Cr\$ 3.600,00 e após 24 horas de espera Cr\$ 7.200,00.

1074: Folha de Curitiba
p. 1. Greves.
21/05/81

74

Os camioneiros já voltaram para a estrada, sem vitória

Os camioneiros que na segunda-feira iniciaram uma nova greve visando o cumprimento da tabela nacional de fretes, já voltaram para a estrada. Só que sem nenhuma vitória: as transportadoras continuarão pagando preços abaixo dos oficiais, porque o movimento terminou bruscamente, ontem, sem que nada ficasse estabelecido com as empresas.

O presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Autônomos de Londrina, Salvador Pereira de Moraes, resolveu liberar as notas de cargas dos respectivos caminhões e isso provocou um esvaziamento imediato, com cada um seguindo seu destino. O fim da greve foi marcado, porém, por ferrenhas discussões dos camioneiros com Moraes (que, no entender deles, jamais deveria ter tomado essa atitude), por descontento de informações, muito nervosismo e sobretudo a certeza de que a situação para os que vivem na estrada continuará a mesma.

Não só isso: em meio à confusão que tomou o lugar da greve, Moraes chegou a confessar ter recebido pressão da Delegacia do Paraná da Federação Nacional dos Condutores Autônomos para soltar as notas, fato com que se preocuparia em desmentir depois.

A greve teve dois pontos básicos em Londrina: na saída para Ibiporã, em frente ao Posto Boiadeiro e nas proximidades do trevo da saída para Cambé. No meio da tarde de ontem quase já não havia motoristas nesses dois lugares. A dispersão ocorreu de maneira bastante rápida depois que Salvador Moraes chegou ao posto, por volta das 10h30m, decidido a mudar o rumo da situação, seguindo depois para o trevo para tomar atitude idêntica.

COM POLICIAIS
Diversos camioneiros garantiram que Moraes foi ao posto acompanhado de vários policiais ("uns oito ou dez"), pois temia as consequências de seu ato, embora

O presidente do sindicato da classe pôs um fim ao movimento grevista e a tabela de fretes continuará sendo desrespeitada



A áspera discussão dos grevistas com Salvador Moraes (à direita)



À tarde já eram poucos os motoristas que permaneciam em frente ao posto "Boiadeiro"



José Garcia: em campanha pela presidência do Sindicato

nhor nunca foi a Curitiba ou a Brasília para lutar por nós, afirmou um motorista. O senhor é presidente de uma classe desmoralizada.

- São vocês mesmos que aceitam pegar fretes abaixo da tabela - disse ele.

- Mas o Sindicato tem que fazer cumprir a tabela, senão como é que faz? perguntou um condutor. "O senhor em vez de viajar pra Capital pra lutar pela gente, prefere ir pescar no Tibagi".

- Vou pescar, sim. Ninguém me proíbe disso - retrucou Salvador.

"PRESSÃO". "ORIENTAÇÃO"

O "diálogo" caminhava para um beco sem saída. Um repórter quis saber se Salvador teria recebido algum tipo de pressão. "Só recebi pressão para deixar apenas os caminhões autônomos". Ele chegou a informar que a pressão partiu do delegado da Federação, Luiz Maldonato, com quem manteve contato durante a greve.

Maringá: só 50 adesões

MARINGÁ (Da sucursal) - Para exigir o cumprimento da tabela nacional de fretes, cerca de 50 camioneiros de Maringá, apoiados pelo Sindicato da classe, iniciaram anteontem à noite uma greve marcada logo nos primeiros minutos por alguns incidentes motivados por piquetes defronte à Central de Fretes, onde começou o movimento.

Ontem à noite, após reunião no Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos, os camioneiros realizaram passeata com seus caminhões por toda a extensão da av. Colombo, onde tentaram conseguir a adesão de outros colegas. Apesar do número não superior a 50 grevistas, os profissionais foram impedidos pela Polícia de continuar o piquete na av. Colombo. Para conseguir maior adesão, eles dirigiram-se às portas das transportadoras, visando impedir que os colegas carregassem ou descarregassem os caminhões, mas nestes locais a Polícia também entrou em ação e os dispersou pacificamente.

Por volta de 18 horas de ontem, o presidente do Sindicato, Osvaldo Gimenes, reuniu o comando de greve para estudar uma nova tática para ser colocada em prática na manhã de hoje, uma vez que não conseguiram até ontem mobilizar nem 10 por cento da categoria em torno da greve.

INCIDENTE

Anteontem à noite, cerca de 50 motoristas concentraram-se defronte a Central de Fretes, no Parque Emilio Médici, onde tentaram todos os recursos para conseguir adesão de companheiros. Um camioneiro, ao recusar participação no movimento, foi

para serem entregues na Valcoop. A exemplo de outros, a ação definida: "Sou a favor

verificado. Duas viaturas da Rádio Patrulha estiveram no local, disseram. De seu lado, Salvador nega isso e diz apenas que pediu auxílio ao Departamento de Estradas e Rodagem no sentido de enviar mais policiais rodoviários na saída para Ibiporã ("apenas três"), pois haveria uma saída maciça de caminhões, uma vez que havia dezenas deles estacionados lá, o que motivaria a necessidade de um bom disciplinamento das manobras, para não prejudicar o tráfego na BR-369.

O que se seguiu depois foi o suficiente para impedir que a reivindicação dos camioneiros resultasse em algo concreto: Moraes, segundo os motoristas, foi imediatamente para a cabine de um caminhão onde estavam sendo guardadas todas as notas dos grevistas desde que o movimento iniciou. Apanhou os papéis e começou a entregá-los aos respectivos motoristas. Era o começo do fim: os condutores passaram a ir embora porque o próprio presidente do Sindicato da classe estava mandando. Os que ficaram e eram favoráveis, a qualquer custo, ao prosseguimento da greve ficaram possessos, mas já não tinham como evitar a ação dos colegas, que estavam saindo em peso. "Ele começou a distribuir notas pra todo mundo, sem mais nem menos", disse um irado motorista.

CONFUSÃO MAIOR

Moraes permaneceu cerca de meia hora em frente ao posto e na saída para Cambé não hesitou, também, em liberar os caminhões. A confusão maior, porém, se verificaria no local anterior: de acordo com os motoristas, depois de distribuir uma série de notas, o presidente do Sindicato simplesmente abandonou, ali, o maço de papéis, não deixando ninguém encarregado de ao menos disciplinar a entrega. As notas rodaram nas mãos dos condutores e neste momento já se tornaram mais difícil ainda tentar manter qualquer ordem no movimento.

Muitos motoristas queixavam-se de que suas notas haviam sumido e o desespero, em casos como esse, aumentava porque não tinham como descarregar: "E agora, o que é que eu faço?", perguntava Antonio de Mello Rocha, em cujo caminhão estavam 8 toneladas de milho, trazidas de Sapopema

nr: "Se eu não entregasse a nota, eles me batiam". Mello encostou seu caminhão ontem, em frente ao posto, às 8 horas e até o fim da tarde não tinha uma definição do que fazer. "Pior é que tudo acabou dando em nada; todo mundo foi embora, o presidente do Sindicato atrapalhou tudo, vão continuar pagando pra gente preços abaixo da tabela. Ficou tudo na mesma".

Mais: "O Salvador não deu apoio nenhum. Se o próprio presidente do Sindicato está contra nós, o que é que se pode fazer? Ficamos desmoralizados", concluía, por sua vez, o motorista Carlos Alberto Carreira.

Os casos eram muitos: Gerson Adelino Cardoso ficou três dias com o caminhão parado, em greve, e no final não concebia que tudo continuasse no mesmo. "Estou aqui com o mesmo frete. E quem é que vai pagar a minha estadia?". Ao aderir ao movimento, Gerson interrompeu uma viagem que estava fazendo ao IBC do Rio de Janeiro.

Um colega seu, Severino Gomes, de 40 anos, de Ibiporã, estava mais nervoso com uma constatação feita ainda ontem, logo após o término da greve: "Fui pegar uma carga na Transportadora Oliver e o preço que me ofereceram continua baixo".

JOSÉ, EM CAMPANHA

Em meio ao clima tenso de fim de greve, um tema aflorou: a substituição de Salvador do Sindicato, onde ocupa a presidência há 12 anos. Quem trouxe a questão à tona foi o motorista de táxi José Garcia Maldonado, o mais interessado de todos por um motivo simples: vai concorrer nas eleições da entidade, no dia 15 de agosto. Ele criticou severamente Salvador, "que deixou todo mundo aí, sem qualquer assistência, e sem se preocupar em regularizar a situação do pessoal, que acabou ficando nervoso e desistiu da greve".

José Garcia mostrava-se em plena campanha: tão logo soube da confusão, foi ao Posto Boiadeiro, apoderou-se das notas e procurou ir resolvendo a situação de cada um. Eram muitos os papéis, pois pela manhã diversos motoristas tentaram descarregar sem nota. Se eleito, Garcia diz que "centrará fogo" na questão do cumprimento da tabela nacional de

nosso País".

"TENHO AUTORIDADE"

Eleição à parte, a figura central continuou sendo Salvador Moraes que resolveu retornar ao posto no início da tarde, experimentando, então, um ligeiro mas áspero diálogo com diversos motoristas que não hesitaram em abordá-lo tão logo ele desceu de sua Brasília. Os condutores queriam maiores explicações e logo que o carro de Moraes estacionou, a vários metros de onde estavam, correram para lá. Não houve nenhum atrito físico, mas o improvisado debate foi ferrenho. Aos jornalistas, o presidente explicou que recebeu orientação da Delegacia da Federação Nacional dos Condutores de Veículos Autônomos para que na greve ficassem apenas os veículos autônomos, liberando-se os de carga própria, os de placa amarela e os caminhões próprios das empresas. "Foi isso que eu fiz", disse ele. Os condutores não concordaram: "Você começou a soltar todo mundo e acabou com o nosso movimento", disse um deles.

Um outro complementou: "O senhor mesmo ajudou a organizar a greve e como é que faz isso agora? Como é que acaba com tudo?"

- Não organizei nada - retrucou.

- Antes de começar o movimento, nós fomos pedir sua orientação - rebateu um motorista. A essa altura, o diálogo (acompanhado pelas câmaras de televisão), já se desenvolvia quase aos berros.

- Sou um presidente sindical e tenho autoridade para liberar os caminhões - disse Salvador.

- Um presidente de uma classe tem que representar essa mesma classe. O senhor não representa a gente, o se-

possem, alocaria palavra "pressão" por "orientação". Não só isso: em dado momento, Salvador chegou a afirmar que, na realidade, "não há maneira de se fazer cumprir a tabela".

Um condutor resolveu fazer as notas voltarem às mãos de Salvador, para que ele terminasse o que havia iniciado, visto que não havia mais como reiniciar a greve. O presidente jogou os papéis no banco traseiro de seu carro e prosseguiu, por alguns minutos, a discussão com os inconformados condutores que não pouparam palavras para classificar a atitude de Salvador, a quem chamaram, entre outras coisas, de "irresponsável".

No fim da tarde praticamente já não haviam caminhões nos dois locais da greve. Salvador, de posse dos papéis procurava entregar as notas para os poucos motoristas que estavam por ali, sendo que os demais que ainda estão sem suas notas, deverão apanhá-las na sede do Sindicato.

Além dos motoristas, um outro teve um motivo especial para lamentar o fim da greve: o proprietário da garapeira que se instalou em frente ao Posto Boiadeiro e que experimentou nesses três dias um movimento fora do normal.

pára-brisa de seu caminhão estilhaçado por um tijolo arremessado por um grevista, atingindo inclusive um menor que se achava na cabine. O agressor foi preso e autuado em flagrante na 9a. SDP, enquanto o garoto, sem maior gravidade, era medicado num dos hospitais da cidade.

A partir desse fato, aliado à exaltação de alguns paredistas, o movimento foi dispersado pela Polícia, sob acusação de alguns motoristas de que os soldados "foram os causadores do tumulto". Por volta de 22 horas, nenhum camioneiro se encontrava no local do início da greve, considerada mal planejada e precipitada por alguns paredistas.

NOVA TÁTICA

Ontem pela manhã, embora com reduzido número, não superior a 40, os camioneiros voltaram a se reunir na sede do Sindicato, onde ficou decidida a passeata pela av. Colombo. Com faixas de protesto e buzinando, os caminhões percorreram toda a extensão da avenida, seguidos de perto pela Polícia Militar.

Posteriormente, os paredistas dirigiram-se de frente às empresas transportadoras, visando impedir que os colegas descarregassem seus veículos. Também ali foram dispersados pela Polícia, que alegava estar cumprindo "ordens superiores".

O presidente do Sindicato, Osvaldo Gimenes, diante da pronta ação da Polícia e percebendo que não conseguiria reunir maior número de motoristas ao movimento - tanto em função da falta de planejamento, motivado pela pressão, quanto pela apatia dos próprios profissionais - decidiu suspender temporariamente a greve para estudar uma nova estratégia através da qual pudesse ganhar a simpatia dos colegas.

"Uma coisa é certa - disse Gimenes - não vamos permitir que as empresas transportadoras continuem a lesar os direitos adquiridos dos camioneiros. Muitas delas estão pagando até 40 por cento abaixo da tabela, conquistada às duras penas por todos os profissionais do volante do Brasil. Ou elas cumprem a tabela ou faremos um boicote geral, através da greve".

Hoje pela manhã, segundo o presidente do sindicato, os motoristas terão uma nova reunião na sede da entidade, onde serão oferecidas as coordenadas visando a continuidade do movimento.

Greve de camioneiros em Maringá prossegue, mas sem piquetes

MARINGÁ (Da sucursal) - Apesar da decisão dos camioneiros de Londrina, de por fim à greve que não durou nem 48 horas, visando obter o cumprimento da tabela de fretes elaborada a nível nacional, os motoristas de Maringá decidiram, ontem, em assembléia na sede do Sindicato, manter o movimento iniciado na última terça-feira à noite, mas a adesão é pequena, não superior a 50 profissionais.

Outra decisão, tomada em assembléia, foi a suspensão dos piquetes realizados de frente as empresas transportadoras, numa tentativa

de conquistar a simpatia dos colegas. O presidente do Sindicato, Osvaldo Gimenes, explicou que os piquetes estavam sendo reprimidos pela polícia e que caso persistissem com aquela ação, poderiam dar margens a novos incidentes, como os que aconteceram na véspera.

Para estudar novas estratégias, principalmente ligadas ao fortalecimento do movimento, Gimenes convocou nova assembléia geral da classe para o próximo domingo, na sede do Sindicato, onde são esperados mais de 200 camioneiros.

PRAZO

Diante de alegações de empresários ligados às firmas transportadoras, de que não conhecem a nova tabela e que por isso "não sabem exatamente quanto devem pagar", Osvaldo Gimenes disse que vai providenciar a confecção de centenas de tabelas para distribuir às empresas.

"Sabemos que alguém já afirmou que não conhece a nova lei e que por isso é que estão pagando até 40 por cento abaixo da tabela. E sabemos também que isso é uma inverdade, pois a tabela foi publicada amplamente na imprensa e

eles próprios receberam uma cópia. Agora, vamos tomar as providências para que ninguém alegue ignorância posterior" - disse o dirigente da classe.

Além da assembléia que será realizada em Maringá, domingo, Gimenes entrou ontem em contato com seus colegas sindicalistas de Londrina e Cascavel, pedindo-lhes que promovam idêntico encontro para a tomada de novas diretrizes. Assim, segundo Gimenes, os empresários teriam prazo até dia 30 deste mês para cumprirem a tabela de fretes.

"Do contrário - expli-

ca o líder sindical - promoveríamos uma assembléia geral, reunindo representantes de todas as cidades do Paraná, para tomar uma posição firme, isto é, deflagrar greve geral em todo o Estado a partir de 1.º de junho, se até lá os empresários ainda não tiverem cumprido a tabela".

Os cerca de 60 motoristas de Maringá que continuavam paralisados ontem, reuniram-se apenas pela manhã na sede do Sindicato e depois se dispersaram. Eles vão aguardar a assembléia de domingo próximo e, nesse período, tentarão conquistar novas adesões ao movimento.

Jólio de Lourenço

P. Opinto

22.05.81

fl

PT 1024-131

JORNAL Tribuna do Paraná
p. Greves
22 05 81

76

Caminhoneiro em greve

MARINGÁ (Sucursal) - Enquanto em Londrina o movimento chegava ao fim, em Maringá a greve dos caminhoneiros autônomos, que ontem entrou em seu terceiro dia, apesar do recuo estratégico com o fim dos piquetes nas principais saídas da cidade, parece recrudescer com a posição adotada pelo sindicato classista, podendo levar a uma paralisação a nível estadual, como ocorreu em 78, quando o movimento ganhou força em Maringá e se estendeu pelo Estado.

O Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, com cerca de 600 associados locais, decidiu ontem realizar assembleia extraordinária no domingo, em sua

sede, com a finalidade de traçar uma estratégia para que as empresas contratantes de transporte tomem conhecimento oficial da tabela em vigor, aprovada no início deste mês.

O presidente do Sindicato, Oswaldo Gimenez, deve manter novos contatos, hoje, com colegas sindicalistas de Londrina e Cascavel, onde estima existirem cerca de 10 mil motoristas autônomos dos mais de 20 mil do Estado, para que se realizem nessas cidades assembleias idênticas, objetivando a busca de consenso entre as reivindicações apresentadas. Ele adverte que "já que as empresas dizem não conhecer oficialmente a tabela, pagando até

40 por cento abaixo dela, angariaremos de seus representantes assinaturas para que ninguém alegue ignorância se houver a greve geral".

Se as empresas não reajustarem os preços dos fretes, está prevista assembleia para 30 de maio, visando fazer com que a classe decida se deve ou não deflagrar o movimento a partir de primeiro de junho. Quanto à desmobilização dos piquetes, Gimenez diz que ocorreu por questão de bom senso, a fim de evitar novos conflitos entre grevistas e os que não aderiram, conforme se registrou na terça-feira, quando um caminhão, na saída para Londrina, foi apedrejado por não atender o sinal de parar.

JORNAL: <i>Estado de São Paulo</i>
<i>P. J. J. J.</i>
Data: <i>06/181</i> Estado <i>SP</i>

72

Médicos adiam a greve nacional

Apenas em três Estados haverá paralisação

A greve nacional dos médicos, marcada para amanhã e depois, foi suspensa "temporariamente", por decisão do comando geral do movimento, informou ontem o Sindicato dos Médicos de São Paulo, acrescentando que naqueles dias serão realizados vários atos de protesto contra o governo, exigindo melhores salários e condições de trabalho.

Segundo Aitan Miranda Sipahi, diretor do Sindicato, "a greve foi suspensa porque em alguns Estados as entidades de classe não conseguiram mobilizar a categoria". A greve só foi confirmada no Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul. Dia 27, representantes de todo o País se reunirão em São Paulo para avaliar a disposição da categoria.

A Associação Paulista de Medicina divulgou nota, ontem, confirmando o adiamento da paralisação nos dias 3 e 4. Acrescentou ser necessário "que o conjunto da categoria estude as concessões" feitas pelo governo aos médicos do Inamps, através do Decreto-lei n.º 1.873". Já o Sindicato salienta que "embora pouca coisa se tenha conseguido, tudo foi conquistado de uma mobilização que pretendemos ampliar a partir de agora".

Os médicos estão reivindicando dez salários mínimos por quatro horas de trabalho, limite de 12 consultas por turno, adicional de insalubridade de 20% sobre a remuneração total e mudanças na política de saúde.

PT 1074-131

Notas

2

Ex-dirigente médico enquadrado na LSN

JORNAL O Dia das Américas
R. J. J. J.
Data 27/06/81 Estado RJ

Das sucursais e do serviço local

O presidente do Sindicato dos Médicos do Rio, Roberto Chabo, preso desde anteontem, foi enquadrado ontem no artigo 35 da Lei de Segurança Nacional, devendo permanecer preso por mais 30 dias, conforme anunciou ontem o diretor-geral do Departamento de Polícia Política e Social, do Rio, Antônio Junqueira. Enquanto isso, em Brasília, o deputado Marcelo Cerqueira (PMDB-RJ) entrou com habeas corpus em favor de Roberto Chabo junto ao Superior Tribunal Militar. O pedido de Cerqueira, que alega ter sido a prisão "ilegal

e sem causa justa", deverá ser distribuído segunda-feira e julgado, provavelmente, quarta-feira, última sessão do STM antes do recesso.

O deputado Célio Borja (PDS-RJ) considerou "um absurdo a aplicação de uma lei extravagante, como é a Lei de Segurança Nacional, a problemas oriundos da relação do trabalho". Já o ministro da Previdência, Jair Soares, voltou a advertir a categoria, em Brasília, de que "o governo somente retomará o diálogo se a greve for suspensa". O secretário-geral do Ministério do Trabalho, Geraldo Nogueira Miné, condenou a radicalização

da greve, "que não conduz a bom termo o entendimento visando à solução de naturais divergências que surgem nas relações trabalhistas".

Ontem, os médicos decidiram que a greve continua e marcaram nova assembléia para quarta-feira. O único incidente do dia foi a morte de um ambulante que esperou duas horas para ser levado ao Hospital Miguel Couto. Hoje, representantes de sindicatos médicos de todos os Países estarão reunidos no Rio para debater a paralisação nacional marcada para terça-feira podendo prolongar-se, em solidariedade à greve carioca.

Quotado em 20/07
Quis Nogueira

Pedida prisão à Justiça Militar

O diretor-geral do Departamento de Polícia Política e Social, Antônio Junqueira, enviou ontem à tarde à Justiça Militar o pedido de prisão contra o presidente deposto do Sindicato dos Médicos do Rio, Roberto Chabo, preso desde a manhã de anteontem na sede do Departamento e enquadrado no Artigo 35 da Lei de Segurança Nacional. Ele deverá permanecer preso pelo menos 30 dias, e o prazo poderá ser prorrogado, de acordo com a Lei de Segurança Nacional. O juiz Antônio Siqueira Filho, da II Auditoria do Exército, foi designado para acompanhar o processo.

Roberto Chabo recebeu ontem a visita de sua mulher, Madalena, que saiu do DPPS bastante tranqüila e acreditando que tudo vai terminar "bem e cedo". Ela revelou que seu marido está bem, recebe um tratamento ótimo, e está encarando a situação com naturalidade.

O advogado do Sindicato dos Médicos, Celso Soares, também esteve no DPPS e saiu de lá com uma notícia tranqüilizadora para os dirigentes depostos: eles não serão levados para depor como foi o presidente da entidade — preso sem mandado e levado numa Kombi, escoltada por soldados da PM. Esclareceu que o DPPS vai, a partir de segunda-feira, enviar convites para que eles compareçam à sede do Departamento.

Por determinação do secretário de Segurança, general Waldir Muniz, dois parlamentares tiveram autorização para visitar Roberto Chabo:

Marcelo Cerqueira, do PMDB, e Léo Simões, do PDS, amigo pessoal do presidente João Figueiredo. Os dois permaneceram menos de meia hora com o presidente deposto. Cerqueira disse, ao sair, que Chabo está constangido, mas não está em cela. Encontra-se numa sala do 3º andar do prédio da Secretaria de Segurança. Léo Simões disse ter constatado que existe uma "grande disposição" do presidente deposto para encontrar uma saída honrosa para os médicos e o governo.

DEMISSÕES

Os 40 chefes de equipe do Hospital dos Servidores do Estado — um dos maiores do Rio — colocaram ontem seus cargos à disposição do diretor, enquanto os 26 chefes de serviço do hospital do Inamps, em Ipanema, pediram demissão de seus cargos, em caráter irrevogável. A decisão dos 40 chefes de equipe do HSE foi em protesto contra a prisão do presidente deposto do Sindicato dos Médicos, Roberto Chabo, e em repúdio à intervenção na entidade.

Os 26 chefes de serviço do Hospital de Ipanema, um dos mais conceituados do Inamps no Rio, pediram demissão dos seus cargos em comissão, por não concordarem com a demissão do diretor, Waldemar Colli. A razão do afastamento de Colli, segundo o Inamps, foi a de que ele não conseguiria o fim das comissões de triagem, por meio das quais os médicos em greve decidem quais são os casos de emergência e que, portanto, devem ser atendidos.

Para o lugar de Colli foi chamado, e tomou posse pela manhã, o brigadeiro-médico Artur Borges Dias, que dirigia o Pronto Atendimento Médico (PAM) do subúrbio de Campo Grande, a 60 quilômetros do centro do Rio. Segundo um dirigente afastado do Sindicato dos Médicos, o brigadeiro foi escolhido "depois de ter informado ao Inamps que no PAM de Campo Grande não houve greve", o que, ainda segundo o mesmo dirigente sindical, "não é verdade".

Com a demissão irrevogável dos chefes de serviço, o Hospital de Ipanema ficou acéfalo em seus diversos departamentos, onde, a partir das primeiras horas do dia, um residente ou um ex-chefe eram a mesma coisa do ponto de vista hierárquico. À tarde, o ambiente era calmo no hospital, com pouco movimento e clientes. A greve foi mantida por decisão dos seus 300 médicos.

MORTE

O ambulante Ernesto Pereira de Lima, de 68 anos, morreu na noite de anteontem, depois de esperar quase duas horas por uma ambulância do hospital Miguel Couto. Ernesto morava na favela da Rocinha e passou mal, conseguindo chegar até um posto do Departamento de Estradas de Rodagem, na entrada do túnel Dois Irmãos, a cinco quilômetros do Miguel Couto. Os agentes do DER fizeram quatro ligações para o hospital, mas a ambulância levou duas horas para chegar e o ambulante morreu.

A Secção de

Devolvido em

PT 1074-131

Diário da Manhã de 27/06/81

PT 1074-131

enviar convites para que eles compareçam à sede do Departamento.

Por determinação do secretário de Segurança, general Waldir Muniz, dois parlamentares tiveram autorização para visitar Roberto Chabo:

gundo o ministro, foi a de que ele conseguiria o fim das comissões de inquérito por meio das quais os médicos em greve decidem quais são os casos de emergência e que, portanto, devem ser atendidos.

Irmãos, a cinco quilômetros do Miguel Couto. Os agentes do DER fizeram quatro ligações para o hospital, mas a ambulância levou duas horas para chegar e o ambulante morreu.

Diálogo depende do fim da greve

O ministro do Trabalho, Murillo Macedo, esteve ontem à tarde no Rio, durante uma hora, em sigilo. Ele foi à Delegacia Regional do Trabalho, onde conversou com o delegado Luís Carlos de Brito. Após a reunião, soube-se que a delegacia não servirá de mediadora num possível entendimento entre os grevistas e o governo.

Em Brasília, o secretário-geral do Ministério, Geraldo Nogueira Miné, disse, ao condenar a radicalização dos médicos, que o ministro "continua empenhado em defender a negociação como único caminho para superação das divergências entre empregados e empregadores". Ele não quis comentar a prisão de Roberto Chabo, alegando que o problema foge da competência do Ministério. Mas ressaltou que "o desrespeito à lei teve a natural expectativa de aplicações de sanções previstas na própria lei pela sociedade, através do Legislativo, que estabelece os padrões de comportamento de cada cidadão e as sanções quando ocorrem atitudes que ferem tais princípios". No final, disse esperar que a greve seja suspensa para que as negociações possam ser reiniciadas.

O término da greve para reinício das negociações também foi o tema central do telex que o ministro da Previdência, Jair Soares, enviou aos Sindicatos dos Médicos do Rio Grande do

Sul e São Paulo, dos Psicólogos do Rio e à Associação de Eletricistas e Gasistas do Rio Grande do Sul, que haviam pedido, anteontem, a retomada do diálogo.

O ministro disse não existir direito de greve para servidores públicos, observando que "a relação jurídica do servidor público com os serviços emana de fonte legal, pois é a própria lei que a define". E citou o artigo 162 da Constituição, onde diz que "não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais definidos em lei".

NEGOCIAÇÕES

Depois de amanhã seguirá para Brasília uma comissão de alto nível, composta de médicos e diretores de hospitais do Rio, que proporão ao governo a reabertura das negociações, com base na nova lista de reivindicações, muito mais branda que a inicial, mas que não evitou que o sindicato sofresse intervenção e seu presidente fosse preso.

Ao dar ontem essa informação, em entrevista coletiva na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio, o ex-presidente do Sindicato dos Médicos, João Carlos Serra (a quem Roberto Chabo sucedeu) disse que uma outra comissão, esta formada por parlamentares de todos os partidos, também irá à Capital Federal, a fim de tentar uma

solução política para o impasse entre médicos e o governo.

Serra afirmou que a greve continua e só será sustada, apesar das pressões governamentais, se a assembléia-geral de quarta-feira decidir em contrário. Essa assembléia, segundo o ex-presidente do Sindicato, poderá ser antecipada, se aparecer uma contra-proposta do governo à nova lista de reivindicações.

Para terça-feira, foi marcado um ato público em solidariedade aos médicos, na Cinelândia, centro do Rio, mas a polícia já informou que impedirá a manifestação, por ser de solidariedade a uma greve que viola dispositivo da Lei de Segurança Nacional.

ENFERMEIROS

Cerca de três mil auxiliares de enfermagem, técnicos de laboratório e radiologistas do Estado do Rio iniciam terça-feira uma campanha por melhores salários. Eles querem um piso de seis salários mínimos, reposição do adicional noturno e taxa de insalubridade. Atualmente, eles ganham, em média, Cr\$ 17 mil e se as pretensões salariais foram atendidas, receberão em torno de Cr\$ 55 mil. A classe revelou que a um ano recebia um salário equivalente a Cr\$ 24 mil, mas que foram cortados os benefícios de insalubridade e adicional noturno, e a média salarial caiu para Cr\$ 17 mil.

Em debate, paralisação na 3ª

Os médicos de São Paulo e Minas Gerais, em assembléias realizadas nas sedes de seus sindicatos, decidiram ontem paralisar suas atividades terça-feira, em solidariedade aos grevistas do Rio. Já os médicos gaúchos não estão pensando na greve nacional e organizaram apenas um movimento de apoio, com coleta de fundo de greve. Hoje, dirigentes de todos os sindicatos de médicos do País estarão reunidos no Rio, para discutir a paralisação.

O diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, José Carlos Soveral, garantiu que "a adesão da classe paulista à paralisação nacional convocada para terça-feira é total. Além do apoio de todas as entidades médicas, contamos com a adesão de 71 entidades civis, como sindicatos e associações". A decisão de só atender casos de urgência terça-feira foi tomada

na madrugada de ontem, pelos 144 médicos presentes à assembléia. Como parte do protesto, eles farão ato público em frente à Faculdade de Medicina e, possivelmente, em frente ao Tribunal Regional do Trabalho.

O dinheiro arrecadado com a venda de chaveiros e camisetas será enviado como contribuição ao fundo de greve e uma comissão de solidariedade estará de plantão para qualquer necessidade.

A decisão da assembléia dos médicos mineiros deverá ser ratificada, ainda, por reuniões nos hospitais e postos de atendimento. Nova assembléia foi marcada para a noite de terça-feira, em Belo Horizonte, para decidir se a greve continuará por tempo indeterminado.

Já os médicos gaúchos, segundo o presidente do Sindicato da categoria no

Rio Grande do Sul, Carlos Sá, não pensam em aderir à greve nacional, pois entendem que o governo sofreu um desgaste muito grande com a intervenção na entidade carioca: "Por isso, esperamos um declínio deste desgaste, para, então, vermos da conveniência ou não de fazermos um greve no Estado". Em assembléia realizada ontem à tarde, em Porto Alegre, os profissionais condenaram os últimos atos do governo e organizaram uma campanha de apoio aos grevistas cariocas, inclusive com fundo de greve.

Os médicos de Florianópolis deverão discutir hoje a paralisação de terça-feira e os de Joinville, por meio da Sociedade Joiniense de Medicina, protestaram, em nota oficial, contra a prisão de médicos e intervenção no Sindicato do Rio.

JORNAL: Folha da Manhã
 P. 1º
 Data 1º de 01/81 Estado PL

Camioneiros de Itaipu entram em greve por melhor preço do frete

MARINGÁ (Da sucursal) — Cerca de 200 camioneiros que transportam cargas da Estação de Transbordo de Maringá da Hidrelétrica de Itaipu para o canteiro de obras da usina, em Guaíra, entraram em greve no início da noite de anteontem, exigindo da Transportadora Hass (empreiteira responsável) um reajuste de 30 por cento no preço do frete, atualmente em Cr\$ 1.000, a tonelada, como condição para retornarem ao trabalho. Essa reivindicação decorre do novo preço do óleo diesel — que de Cr\$ 32,50 subiu para Cr\$ 42 — em vigor desde domingo.

Ontem à tarde, o diretor da Transportadora Hass, José Marcílio, reuniu-se com uma comissão de camioneiros e propôs um reajuste de 20 por cento, elevando o preço da tonelada para Cr\$ 1.200. Os grevistas, entretanto, recusaram e fizeram uma contra-proposta da ordem de 25 por cento, não aceita pela empresa. Enquanto persistia o impasse, os cerca de 200 caminhões — uns carregados e outros vazios — permaneciam estacionados em longa fila à margem da rodovia Maringá-Campo Mourão.

PREJUÍZO

Ao comentar a paralisação, decidida desde domingo à noite, os camioneiros alegaram que percebiam pequena margem de lucro com os Cr\$ 1.000 por tonelada e que "seria impossível" continuar transportando a esse preço, a partir do novo reajuste do diesel. "Transportamos material pesado e de alta responsabilidade de nossa parte. Assim, é até mesmo arriscado continuar a trabalhar com esse preço do frete, pois o desgaste geral dos caminhões é muito grande" — comentou um dos paradedistas.

A direção da Transportadora Hass — empresa sem vínculo direto com a Itaipu Binacional, mas responsável por todo o transporte a partir da Estação de Transbordo, em Maringá — apressou-se em encontrar uma solução para o problema e ontem mesmo convocou uma comissão de grevistas para o diálogo e primeiras negociações. No entanto, até o final da tarde de ontem empresa e grevistas não haviam chegado a um acordo, quando então decidiu-se por uma nova reunião à noite.

O presidente do Sindicato dos Condutores

Autônomos de Veículos de Maringá, Osvaldo Gimenes, informou ontem que "a preocupação em terminar com a greve o mais rápido possível não é só da empresa, mas principalmente dos motoristas, que sofrem grandes prejuízos com a paralisação". Segundo ele, "essa é uma daquelas greves cuja solução é encontrada imediatamente", antevendo um desfecho para ontem mesmo, ou mais tardar, hoje pela manhã.

Defendendo a reivindicação dos camioneiros, Gimenes disse que todas as empresas transportadoras de cargas devem se ajustar à realidade imposta pelos novos preços do petróleo. "Ninguém deseja a greve, muito menos os camioneiros. Mas se as empresas não se conscientizarem e por si mesmas não tomarem uma decisão de aceitar os aumentos, temos que nos valer da única arma de que dispomos, ou seja, a paralisação".

No caso da greve dos 200 camioneiros ligados à Transportadora Hass, não houve necessidade da intervenção direta do sindicato nas negociações, isto porque a própria empresa tomou a iniciativa de dialogar, acolhida pelos paradedistas.

A Secção de

..... de de 19.....

Devolvido em de de 19.....

Superintendente

Ao investigador.....

Em / /

Chefe de Secção

PT 1074-131

JORNAL: *Diário da Manhã*
P. Greves
 Data *de 07/81* Estado *PR*

Greve poderá parar ônibus em Londrina

O deputado Flori Luiz comentou ontem na Assembleia Legislativa o aumento das tarifas dos ônibus urbanos, que deverá ser decretado a partir do próximo mês. Disse que o Governo não tem autoridade para falar em transporte de massa. O trabalhador está sendo criminosamente massacrado com os sucessivos aumentos. Em Londrina, em poucos meses, a passagem acumulou aumentos de quase 200%, subindo de 7,00 para 11,00; de 11,00 para 13,00 e agora falamos em 19,00. E o pior é que o Conselho Nacional do Petróleo aumentou o óleo diesel de 32,50 para 42,00, com majoração de 29,2%. Aliás, nos três aumentos deste ano (fevereiro 26,00, abril 32,50 e junho 42,00) a soma de majoração foi de 62%. De fevereiro de 1979, quando o diesel custava 4,60, até hoje, o aumento foi de 900%", disse Flori.

Em Londrina, ele destacou que o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários exige para a classe, aumento proporcional ao reajuste, pois os motoristas e cobradores serão reajustados em 47% agora em julho, sendo que o aumento da tarifa atingirá 75%. O custo do trabalhador é fixo, daí o empenho da classe no sentido de negociar com a empresa Transportes Grande Londrina, aumento proporcional à tarifa, única maneira de não achatá-la ainda mais o salário do trabalhador".

Flori acredita que, caso a empresa não concorde com o aumento proporcional, os motoristas poderão paralisar as atividades, criando um problema social de graves consequências

"uma vez que os funcionários não abrem mão de seus direitos, muito embora reconheçam que a política do Governo tem sido impiedosa até com os empresários e prova disso é o aumento, decretado pelo CNP, de quase 30% no óleo diesel".

O deputado comentou também o movimento em Curitiba, onde 32 entidades criaram a comissão de Negociação da Campanha pelo Congelamento das Tarifas de Ônibus, dizendo: "Essa comissão entregou ao prefeito Jaime Lerner um abaixo-assinado com 90 mil assinaturas e um documento onde pede o congelamento das tarifas; a encampação do transporte coletivo pela municipalidade e participação popular no Conselho Municipal de Transporte".

"Ora — disse o parlamentar — em Londrina, de janeiro para cá tivemos dois aumentos e agora a imprensa já anuncia nova majoração, que pode chegar a Cr\$ 19,00. Se a gente computar todos esses aumentos, atingiremos o percentual de aproximadamente 160%, enquanto o salário-mínimo em janeiro era de Cr\$ 5.788,00 e em maio foi reajustado para Cr\$ 8.404,00, totalizando o percentual de 50,82%". O Governo precisa saber que o orçamento familiar é destituído não só ao transporte, mas também para alimentação, saúde, moradia, educação, etc. O transporte como um meio fundamental para o deslocamento dos trabalhadores para a produção e os serviços, não deveria onerar o bolso do trabalhador, nem significar uma forma de enriquecimento para aqueles que o exploram".

A Seção de

....., de de 19.....

Devolvido em de de 19.....

Superintendente

Ao investigador.....

Em / /

Chefe de Seção

JORNAL: *Gazeta do Lobo*
de Greves
Data: *24 07/81* Estado *PR*

18

Trabalhadores da Cimo adiam início da greve

Os operários da Indústria de Móveis Cimo de Rio Negrinho-SC suspenderam a decisão de entrar em greve esta semana, na tentativa de receber, amigavelmente, os salários atrasados referentes a maio e junho últimos. Esta medida foi tomada de comum acordo pelos 550 operários, pelo menos até o início do mês que vem, que é quando o juiz da Justiça Comum da Comarca de Rio Negrinho, Osmar de Geus, retorna de suas férias, já que ele deverá examinar o processo de pedido de rescisão indireta de contratos de aproximadamente 340 empregados.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio Negrinho, José Lourenço Machado, disse ontem que a greve foi suspensa temporariamente, tendo em vista que a empresa deve aos funcionários, entre salários e mais os encargos com a Previdência Social e FTGTS, em torno de 400 milhões de cruzeiros, enquanto o patrimônio da indústria, em Rio Negrinho, deve atingir a casa dos Cr\$800 milhões. Ele acredita que a Indústria de Móveis Cimo deva resolver esta questão já na próxima se-

mana, pois trata-se de uma empresa que tem prestígio no país e os móveis que ela fabrica têm aceitação em todo o país. Segundo ele, a empresa tem um número muito grande de pedidos que não esta sendo atendido por falta de matéria-prima na fábrica.

DESVIO DE RECURSOS

Para o líder sindical, a empresa chegou à situação em que está unicamente por falhas administrativas. Lourenço Machado afirmou ainda que estivera reunido há dias com o presidente da fábrica, Felipe Lutfalla, quando este o garantiu que a crise vivida pela Cimo era por problemas e "furos" de caixa deixados pelos antigos diretores, mas a firma deveria resolver esta questão muito breve. A fábrica é uma das mais bem montadas da América Latina, no setor moveleiro, conforme o líder classista, por isto há grandes probabilidades de os pagamentos em atraso serem feitos logo.

Ao fazer ainda uma análise das condições da empresa, Lourenço Machado chegou a levantar a hipótese de que a empresa estaria desviando recursos do seu capital de giro para

aplicação em outros setores ou mesmo em outras empresas que poderiam ser vinculadas ao grupo. Aliás, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio Negrinho chegou a considerar que a Indústria de Móveis Cimo de Rio Negrinho poderia até ser do grupo da Tecelagem Lutfalla de São Paulo, cujos proprietários seriam parentes do governador Paulo Maluf.

A produção de móveis da empresa está paralisada, segundo José Lourenço Machado, por falta de matéria-prima. Ele considerou que esta falta de material poderia também ser relacionada a atrasos de pagamentos junto aos seus fornecedores. A indústria, segundo ele, tem o conceito de seus produtos com larga vantagem em relação aos seus concorrentes de mercado, mas as filiais da Indústria de Móveis Cimo no Paraná foram todas vendidas para cobertura de encargos financeiros. A última fábrica do grupo, acrescentou ainda Lourenço Machado, seria esta de Rio Negrinho, cujos equipamentos de produção apresentam elevado grau de sofisticação.

Coletivos: promessa de greve



Os motoristas prometem uma greve dentro de 15 dias.

A insatisfação dos motoristas de ônibus começa a preocupar. Em muitos coletivos, na manhã e durante a tarde de ontem, ouviu-se comentários sobre um movimento paradedista que estaria no nascedouro, devido à perspectiva do não cumprimento, por parte das empresas, do último acordo, com o aumento automático nos salários de julho.

Acontece que ontem foi dia de vale, nas empresas de transporte coletivo, de 50 por cento do valor do salário. Na maioria das empresas os vales foram nos mesmos valores dos meses anteriores, em torno de sete mil cruzeiros, o que levou muitos motoristas a pensarem que o aumento não virá.

INSATISFAÇÃO

Um motorista da linha dos Estudantes; discutia em voz alta, por volta de 12h30min, com uma senhora de idade, passageira, sobre o problema. A passageira reclamava que os cobradores ficam com os cinquenta centavos de troco e dizia que bem faz o prefeito Jaime Lerner, que quer reduzir a passagem para 17 cruzeiros, com a finalidade de colir esse abuso contra o bolso do povo.

O motorista retrucou, dizendo que o prefeito é responsável pelo não cumprimento do acordo da classe, pelas empresas, que não querem dar o aumento devido, nos salários, em razão do reajuste das tarifas ter sido liberado pelo prefeito, abaixo do que as empresas

esperavam e somente agora, quase no final do mês. Segundo outro motorista, da Auto Viação Nossa Senhora da Luz, "as empresas foram reajustadas".

Algumas empresas entretanto, como a Cristo Rei, deu o vale ontem, de 13 mil cruzeiros, já dentro dos valores do reajuste de julho. Outras como a Marechal e a N. Sra. da Luz segundo os motoristas, deram vales apenas de sete mil cruzeiros.

A direção do sindicato da classe esteve durante toda a tarde de ontem, em reunião, na Federação dos Trabalhadores do Comércio e não foi contactada por um grupo de motoristas que queria maiores explicações sobre o problema, na Praça Tiradentes.

Metalúrgico prepara greve em São Paulo

SÃO PAULO e SÃO BERNARDO DO CAMPO (AG—O ESTADO) —

Depois de uma série de diligências realizadas nos últimos dez dias pela Delegacia de Sindicatos e Associações de Classe, da Divisão de Ordem Social do DOPS, o delegado Octacílio de Oliveira Andrade, determinou a instauração de inquérito policial a respeito de uma greve geral a ser decretada nesta capital e na região do ABC, como protesto pela onda de desemprego.

No dia 23 passado, foram detidos e depois liberados, na estação ferroviária de São Caetano do Sul, Joaquim Moraes, de 29 anos, bancário; Nelson Ramos Morato, desempregado, de 23 anos; Nelson Bertarello, auxiliar de contabilidade, de 24 anos; Cilene Felipe de 20 anos, secretária; e Wagner

Pepias, cobrador, de 24 anos. Eles distribuíam panfletos concitando os trabalhadores e uma greve geral contra o desemprego e pela estabilidade no emprego, a ser deflagrada no mês de outubro.

Em São Bernardo, Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente nacional do PT, negou anteontem que o partido estivesse convocando uma greve geral dos trabalhadores da capital e ABC, para o dia 1º de outubro, em protesto contra o desemprego.

DEMISSÕES

A Volkswagen deverá demitir milhares de funcionários estes dias, a fim de não pagar o aviso prévio em dobro, conforme prevê a atual política salarial, que determina o pagamento de 480 horas para aqueles que

forem dispensados um mês antes do reajuste semestral de outubro. Essa previsão foi feita anteontem por "Lula" nas reuniões realizadas no pátio interno da fábrica.

Para a imprensa, porém, Lula levantou a hipótese de a Volkswagen iniciar as dispensas a partir de segunda-feira para esperar que um maior número de trabalhadores aceite sua proposta inicial, divulgada no comunicado interno, de permitir demissão, para receber dois avisos prévios, ao invés de um.

Lula disse ter conhecimento de que até o momento apenas 200 funcionários atenderam o pedido da empresa. A Volkswagen, por sua vez, não divulgou qualquer informação oficial, mas admitiu que o número de operários que desejam ser demitidos é bem superior.

JORNAL *Tribuna São Paulo*
P. Greves
Data: *10/10/42* Estado *S.P.*

69

Grevistas absolvidos em S. Paulo

O juiz José Kallas, da 2.^a Vara da Justiça Federal de São Paulo, absolveu ontem quatro metalúrgicos que participaram da greve no ABC do ano passado e que estavam sendo processados pela Lei da Greve, sob acusação de "piquete e obstrução violenta ao trabalho".

O juiz aceitou as provas apresentadas pelo advogado de defesa, Luis Eduardo Greenhalgh, inocentando os metalúrgicos Rubens Coelho, Milton Ferreira da Silva, José Luis Coelho e Xisto Mar-
te.

Como se recorda, a greve dos metalúrgicos redundou em vários processos, um dos quais acusando o presidente nacional do PT, Luis Inácio da Silva, Lula, e outros doze sindicalistas, de incitarem à desobediência coletiva das leis. Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, os treze sindicalistas chegaram a ser condenados em primeira instância, sentença que acabou sendo invalidada pelo Superior Tribunal Militar, por esta corte ter considerado nulo o julgamento. Outros processos contra diversos metalúrgicos foram paralelamente abertos, com base na Lei da Greve e ontem o primeiro desses processos foi julgado, com a respectiva absolvição.

Médicos ameaçam entrar em greve

O presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, Élio Fiszbejn, afirmou ontem que os médicos assalariados do setor privado do Estado — hospitais, clínicas e empresas de Medicina de grupo — poderão entrar em greve, caso persistam as demissões que, em apenas dois meses, “já atingiram cerca de mil profissionais”. O secretário-geral da Associação Médica Brasileira, Herval Pina Ribeiro, confirmou esses dados e denunciou que as demissões estão sendo feitas de forma fraudulenta.

Pelo relato apresentado, para os médicos demitidos em outubro, a homologação da demissão ocorreu em 31 de julho, com efeito retroativo, sem que os direitos trabalhistas fossem pagos com base nos reajustes do dissídio coletivo da classe, cuja data-base é 21 de setembro. “Nas dispensas feitas a partir de 1º de agosto, já incidem os novos reajustes” — explicou o presidente do Sindicato.

Além disso, os médicos assalariados, com vínculo empregatício, são demitidos e recontratados com o mesmo salário sem reajuste mas como autônomos, perdendo todos os direitos trabalhistas como 13º, Fundo de Garantia ou férias. Fiszbejn

acrescentou que isso já está ocorrendo no Same-Serviço de Assistência Médica —, que nos últimos dias demitiu 300 médicos, e também obrigou outros a constituir uma firma de prestação de serviços, sem qualquer vínculo empregatício.

Na Amesp-Assistência Médica de São Paulo — também ocorreram demissões e posteriormente contratações com salários mais baixos, assim como no Hospital Nossa Senhora da Penha e no Hospital Santa Marcelina, em Itaquera, onde foram registradas, em agosto e setembro, 140 demissões. “Com a falta de vínculos, todos os meses os médicos perderão 50% de seu salário — ressaltou Herval Ribeiro. Com isso, eles terão que trabalhar mais horas, ganhando menos, e em consequência cairá a qualidade do atendimento médico, prejudicando a população.”

Para o presidente do Sindicato dos Médicos, o que está cansando este problema no mercado de trabalho médico é principalmente, o apoio jurídico dado às empresas médicas pelo sindicato patronal, que instrui seus filiados a dispensar funcionários na época do dissídio, para assim garantir maiores lucros.

Fiszbejn e Herval Ribeiro acham

que a atual situação poderá levar a consequências desastrosas, “cujos responsáveis serão os empregadores, porque nós estamos lutando apenas para defender os direitos dos médicos que estão sendo usurpados”.

Hoje, a partir das 20 horas, na sede do sindicato, haverá uma assembléia dos médicos da Amesp para discutir a situação do hospital e as medidas a serem tomadas. Também para amanhã está marcada uma assembléia entre os médicos do Same para analisar as demissões nessa empresa.

ASSEMBLÉIA

A atual diretoria da Associação Médica Brasileira, presidida por Pedro Kassab, convocou ontem uma Assembléia Geral de seus 110 delegados de todo o País, para se realizar sábado, dia 24, em Belo Horizonte, a fim de examinar as normas eleitorais, questões financeiras e reforma de estatutos. Segundo o secretário geral eleito da AMB, Herval Pina Ribeiro, membro da chapa da oposição liderada por Mário Barreto Lima, Kassab “não se conforma com a perda do mandato e tentará nessa reunião tumultuar a homologação dos resultados eleitorais e obter a impugnação”.

Federais decidirão no dia 30 se fazem greve

BRASÍLIA (Sucursal) — Professores das dezenove universidades federais autárquicas e mais oito escolas federais isoladas de nível superior entrarão em greve no dia 3 de novembro, caso o Ministério da Educação e Cultura não atenda de forma satisfatória às reivindicações da categoria. Os docentes reivindicam 45% de reposição salarial, reajuste semestral de salário e o enquadramento dos professores "colaboradores-80" no plano de carreira do MEC.

A decisão foi tomada ontem, em Brasília, durante o segundo dia de sessões do 3.º Conselho Nacional de Associações de Docentes (Conad), que, além dos representantes das universidades autárquicas, reúne, ainda, os docentes das fundações universitárias, particulares e estaduais. O Encontro termina hoje.

A deliberação sobre a proposta do 3.º Conad, de deflagração de uma greve nacional, vai ser confir-

mada pelos professores das universidades federais no próximo dia 30, um dia depois da audiência que o ministro Rubem Ludwig concederá à diretoria da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

Segundo o prof. Carlos Alberto Tomás, vice-presidente regional da Andes, as associações de docentes de todas as universidades federais autárquicas farão assembleias no dia 30 e analisarão se a resposta do ministro Rubem Ludwig é satisfatória, ou não às suas reivindicações. Caso não seja, os professores entrarão em greve a partir do dia 3 de novembro.

Além dessa decisão, os professores das autárquicas federais reiteraram a posição do movimento docente nacional contrário à transformação das universidades autárquicas em fundação, proposta pelo MEC. Os professores afirmaram que não aceitarão qualquer negociação que

tenha por base essa mudança no modelo jurídico das universidades federais, ou qualquer outra que implique nas mesmas consequências.

UNICAMP

A atual situação da Universidade Estadual de Campinas foi também discutida pelos professores. Eles emitiram uma nota protestando "contra a violenta intervenção do governo estadual de São Paulo na Unicamp" ação que — segundo os professores — fere a autonomia universitária e contraria o princípio da democratização".

"A luta contra a intervenção transcende o limite da Unicamp e se torna uma luta nacional dos docentes em defesa da autonomia e da democratização" — disse o presidente da Andes, Osvaldo Maciel. Ele informou que, amanhã, representantes da Associação irão a Campinas participar de uma reunião e tentarão encontrar-se com o reitor da Universidade para discutir a situação.

COM LUDWIG

A expectativa que se cria para os professores, em razão da audiência com o ministro Rubem Ludwig, pode — de acordo com Osvaldo Maciel — ser frustrada, se esse encontro não significar o atendimento das reivindicações ou o início de um processo efetivo de diálogo e negociação.

Para o presidente da Andes, negociar é da essência do processo democrático, e

a greve, como instrumento de luta plenamente válido, deve ser usada quando outros recursos não derem resultados. Sou contra o uso indevido da greve — disse ele — ressaltando que os professores não podem desconsiderar essa possibilidade, se os outros caminhos se fecharem.

CARREIRA

Professores das fundações universitárias federais decidiram entregar ao ministro Rubem Ludwig um abaixo-assinado pedindo a exclusão das fundações universitárias da Lei n.º 6.733 e a elaboração de um plano de carreira para os professores dessas instituições.

Docentes das fundações, mesmo tendo apoiado a proposta de greve geral do Conad, frisaram a inexistência, atualmente, nas fundações de mobilização suficiente para a efetivação de uma greve. Pelo mesmo motivo, também as universidades estaduais e as particulares também não entrariam na greve, que assim desprestigiaria as universidades federais.

Professores das universidades particulares realizarão, em dezembro, um encontro nacional da categoria e discutirão a situação do movimento e as formas de luta a serem tomadas para o atendimento das suas reivindicações.

Hoje, último dia de reunião do 3.º Conad, os professores presentes discutirão a questão do 1.º Congresso da Andes, no próximo ano.

JORNAL: O Est. Paraná
P. Opções
Data 14/11/81 Estado PR

87

UFPr em greve na segunda-feira

A greve na Universidade Federal do Paraná, em adesão ao movimento do magistério das universidades autárquicas federais terá início segunda-feira, e será por tempo indeterminado, até o atendimento das reivindicações pelo Ministério da Educação. Os professores pedem reposição salarial de 45 por cento retroativo a março, reajuste semestral, e 12 por cento do orçamento federal para a educação. A decisão de participação na greve nacional foi tomada por escassa maioria em assembleia realizada, anteontem à noite, em que participaram 350 docentes.

Agora a UFPr deixa de estar entre as únicas universidades que ainda não haviam decidido participar da paralisação, faltando apenas a adesão do Rio Grande do Norte e Ceará. A assembleia dos professores contou com a participação de pró-reitores, diretores de setor, chefes de departamentos, coordenadores de curso e maciço comparecimento de docentes na área tecnológica e saúde, a maioria disposta a votar contra a paralisação, mas que foi voto vencido. E que assumiu compromisso tácito de acatar democraticamente as decisões da assembleia.

Os professores contrários à paralisação defendiam a

mesma posição do reitor em exercício, Alsedo Leprevost, de que faltando apenas duas semanas para o término do período letivo aos estudantes que não precisarão prestar exames, a greve seria inoportuna. De acordo com o presidente da Associação dos Professores da UFPr, Carlos Roberto Antunes dos Santos, os professores que votaram pela greve estão altamente interessados em resolver também as questões da universidade, pois a melhoria salarial permite melhores condições de vida e trabalho, que automaticamente acarretará melhor qualidade do ensino, cujo produto final é encaminhado ao próprio estudante.

COMANDO DE GREVE

Para a APUFPr, a assembleia representou um verdadeiro exercício da democracia, porque a representatividade dos representantes "permitiu um pluralismo de idéias, provocando um fértil confronto de pensamento e de linguagem num debate efervescente que durou cinco horas. Foi rejeitada a proposta de realização de um plebiscito para definir a posição dos professores porque a assembleia se considerou altamente representativa para deliberar. Assim, decidida a paralisação, foi formado um comando de greve, que funcionará

na própria APUFPr, e que possui um professor de cada um dos oito setores da Universidade.

No entender de Carlos Roberto, a assembleia se tornou um verdadeiro fórum de debates, a respeito da Universidade, da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior - Andes, e da própria APUFPr. Cada orador procurou defender sua proposta de maneira mais firme possível, e a presença de posição houve a máxima preocupação em fazer a maior mobilização possível, para que a assembleia fosse representativa, segundo o presidente da APUFPr.

MOBILIZAÇÃO

Ontem e hoje o comando de greve está promovendo um trabalho de conscientização dos dois mil professores para que seja total a participação na greve segunda-feira. Foi marcada nova assembleia para terça-feira, às 20 horas, também no Edifício D. Pedro I, do setor de Educação, anfiteatro do 1º andar, para uma primeira avaliação do movimento. Também há preocupação da diretoria da APUFPr em elaborar calendários de atividades culturais nos dias de paralisação de forma a motivar os professores.

A Andes avalia que até ontem mais de 30 mil docentes estavam parados em todo o Brasil, com 19 universidades participando da greve, e assegurou que os alunos não serão prejudicados pelo movimento, pois serão estudadas formas de recuperação, prorrogando o calendário escolar. Também recomendou que no dia 18 todas as Associações Docentes promovam atos públicos para explicar o movimento à população. A APUFPr foi informada ontem que uma comissão parlamentar no Congresso, entregou ao líder do PDS, Cântido Sampaio pedido para que o MEC promova a abertura de negociações com a Andes, o que deverá ocorrer em meados da próxima semana.

Na opinião do Secretário geral da APUFPr Emmanuel Appel que amanhã viaja a Brasília para integrar-se ao comando nacional de greve para participar das negociações com o MEC, os professores da UFPr revelaram maturidade política e solidariedade de classe, e souberam compreender que apesar das legítimas divergências acerca da oportunidade deste movimento grevista, sua unidade nacional é o único caminho capaz de pressionar o governo e abrir negociações que vem sendo tentadas nos últimos seis meses.

UEM pode parar por 3 dias

MARINGÁ — (Sucursal) — A decisão do governo do Estado em recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, após perder a questão na Junta de Conciliação e Julgamento local, em primeira instância, e em segunda no Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba, na ação trabalhista movida por mais de 500 professores e funcionários, que pleiteam enquadramento na lei 6.708 (reajustes semestrais), pode provocar paralisação das atividades por três dias, a partir da próxima semana.

A greve por tempo determinado será objeto de discussão e votação, em assembleia extraordinária da Aduel, entidade representativa dos professores, marcada para terça-feira, segundo informou ontem a presidente, Nadir Aparecida Cancian.

EM PROTESTO

Como se recorda, foram impetradas centenas de ações contra a universidade no sentido de, como emprega-

dora, pagar reajustes semestrais de acordo com a legislação trabalhista vigente e baseada em percentuais do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Em novembro do ano passado, a justiça reconheceu o direito dos impetrantes, determinando o imediato pagamento dos reajustes em atraso.

Em decorrência da morosidade no cumprimento da lei, os professores deram continuidade à greve que, ao final, se arrastou por mais de 30 dias no final do segundo semestre, encerrando o ano letivo de 80 na primeira quinzena de janeiro de 81.

Para contornar a situação, o governo do Estado alocou recursos da ordem de 80 milhões de cruzeiros, visando possibilitar a UEM quitar os débitos para com funcionários, que, apesar de vitoriosos, não tinham segurança de que seriam ou não enquadrados na Lei 6.708.

O governo estadual, como parte

interessada, recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho, que, em sentença proferida semana passada, ratificou a decisão em primeira instância. Havia a palavra do próprio governador Ney Braga de que, caso os impetrantes ganhassem em segunda instância, o Estado não entraria com recurso em Brasília. Isto, na prática, acabou não ocorrendo, tendo já o governo recorrido ao Tribunal Superior do Trabalho.

Diante do impasse, Nadir Cancian não vê outra saída, a não ser colocar em discussão proposta de greve por tempo determinado, que poderá continuar, dependendo da decisão de outra assembleia. "Se existe uma lei para ser cumprida e é reconhecida até pelo Tribunal Regional do Trabalho, não entendemos porque protelar o seu cumprimento", afirma, ao dizer que, com isto, o governo pretende não perder as redes de controle sobre os professores.

PT 1074-131

JORNAL: *Opinista do Povo*
de Opúsculos
Data: 15/11/81 Estado: *PR*

Destacada a produção no Centro-Oeste

BRASILIA (AG-GP) —
“A comunidade mundial terá, nesta década, que realizará uma profunda transformação na sua estrutura sócio-econômica para satisfazer a necessidade alimentar das nações menos desenvolvidas. E isto terá que ser feito através da introdução de novos modelos para a produção, de alimentos, geração de novas fontes de energia e ampliação da oferta de empregos”.

A afirmação é do Ministro do Interior, Mário Andreazza, para quem o Centro-Oeste brasileiro reúne hoje todas as condições de se transformar na melhor alternativa para solução dos problemas nacionais, como um instrumento viável para a contribuição

brasileira a uma nova ordem do comércio internacional, por representar talvez a maior e última fronteira de ocupação ainda disponível em todo o mundo.

Citando dados da FAO, o Ministro enfatizou o aspecto da produção. Hoje, segundo ele, os países em desenvolvimento acumulam cerca de 70 por cento da população mundial e são responsáveis por apenas 28 por cento da produção de alimentos, enquanto as nações ricas, com muito menos habitantes (30 por cento) produziram muito mais alimentos (72 por cento).

— Nós, entretanto, somos uma nação privilegiada, porque dispomos de um potencial inestimável. Se



Mário Andreazza

aproveitada em toda sua plenitude, a região Centro-Oeste tem condições de alimentar cerca de 500 milhões de pessoas, o que significa que além de praticamente abastecer todo o mercado interno ainda há condições de gerar excedentes exportáveis, afirmou.

Andreazza ressaltou, porém, que a região ainda não alcançou os níveis de desenvolvimento compatíveis com sua grandeza, e por isto está o governo firmemente disposto a alterar esta situação, fortalecendo sua infra-estrutura, ampliando a produção agropecuária e implementando o setor secundário da economia, através da agroindústria.

Presidente da ANDES apela para a conciliação da greve

BRASILIA - (AE-GP) -
“Já é tempo para que todos trabalhem, em tempo integral, na solução da greve” - disse ontem o professor Osvaldo Maciel, presidente da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior, após a reunião do comando geral da greve do Magistério realizada em Brasília. Durante todo o dia de ontem, o representante dos docentes enviou também, como o fez o Ministro da Educação, um telegrama a todos os reitores das universidades federais autárquicas, afirmando que os professores “esperam posição favorável dos reitores quanto à extensão do prazo para apresentação de propostas de reestruturação da universidade brasileira”.

ções que levam a categoria à greve nacional”. Maciel considerou natural que o Ministro tenha convocado os reitores para uma reunião na próxima terça-feira, “pois eles são responsáveis pela administração das universidades e estão diretamente envolvidos com o movimento de greve”.

Dos 340 votantes no plebiscito da Escola Paulista de Medicina, 226 foram favoráveis à greve, e dos 975 votantes no plebiscito da Universidade Federal do Ceará, 838 foram favoráveis a greve - informou o comando. “A maioria se manifestou de forma silenciosa e democrática a favor de uma greve e isto deve

me divulgado por Osvaldo Maciel, reafirmaram ontem a “justeza das reivindicações, cujo não atendimento levou os professores universitários a se mobilizarem em greve nacional”. Para o presidente da Associação, as reivindicações não são novas: “A reposição salarial e o reajuste semestral são resíduos da greve do ano passado. O reajuste constitui hoje uma aspiração de todos os servidores públicos, que foram excluídos do benefício da lei salarial por uma discriminação absolutamente injusta”.

Osvaldo Maciel recusou a acusação de negligência com o ensino dirigida aos professores pelo Ministro da Educação: “Se estamos em greve é porque não

docentes. Desde maio último estamos aguardando uma resposta, e desde o início de setembro mostramos ao MEC que a questão salarial, era insuportável. Diante desta situação de retardamento das soluções, tem diminuído a credibilidade nas perspectivas abertas pelo governo no sentido de atender às reivindicações dos professores”.

Os professores estão especialmente preocupados, segundo o presidente da Andes, com a intransigência, “das áreas financeiras do governo, em cujo poder tem esbarrado as tentativas de melhoria do Magistério e do aumento dos recursos para manutenção dos níveis de qualidade do ensino. Isto é o que tem

PT-1074-131

aos reitores esperar "que a atuação dos administradores das universidades contribua, como no ano passado, para superar insatisfa-

CE adere

FORTALEZA - (AG-GP) - Os professores da Universidade Federal do Ceará decidiram ontem, em plebiscito, entrar em greve a partir de amanhã por tempo indeterminado, com um percentual de 86 por cento a favor do movimento. O resultado da consulta foi conhecido depois de dois dias de votação, ficando 132 docentes (13 por cento) dos 965 votantes contra a paralisação das aulas na UFC.

Com a adesão dos professores cearenses, a greve nacional nas universidades federais e autárquicas conta agora com 20 instituições, perfazendo 31 mil o número de grevistas. Os mestres reivindicam 45 por cento de reposição salarial retroativa a março de 81, e aumento semestral de salário.

Em Recife, o reitor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Naldo Pires Halliday, disse considerar sem sentido a paralisação dos professores universitários, por considerar descabida a reivindicação da reposição salarial de 45 por cento, apesar de admitir o movimento vitorioso, do ponto de vista de adesão.

Segundo ele a classe não tinha razões para decretar greve nacional, uma vez que quase todas as reivindicações, na medida do possível, foram atendidas pelo Governo Federal, o que vem representar uma grande vitória

de informação do MEC, para quem o movimento, é uma manifestação minoritária" - afirma Maciel. Os professores, através de infor-

Comando contesta acusação

BRASILIA (AJB-GP) - O Comando Nacional de Greve dos Professores Universitários divulgou ontem nota oficial contestando as acusações do porta-voz do MEC, Antonio Praxedes de que a paralisação está provocando uma queda na qualidade do ensino. No 4.º dia de greve, os professores responderam que não aceitam as acusações e responsabilizam as áreas financeiras do governo pela intransigência em barrar as tentativas de aumento dos salários e dos recursos para custear e manter a qualidade do ensino. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior enviou ainda um telegrama a cada um dos 19 reitores de universidades autárquicas que participarão na terça-feira de uma reunião com o Ministro Rubem Ludwig, para que tomem uma posição fa-

vorável à proposta dos professores pedindo que só no 1.º semestre do ano que vem sejam apresentadas as propostas do plano de reestruturação da universidade brasileira alegando que é necessário mais tempo para a tarefa.

O Comando Nacional de Greve se reúne segunda-feira, no início da tarde, para uma nova avaliação do movimento grevista e o exame da posição do MEC que segundo a nota oficial divulgada ontem "tem estado aberto ao diálogo e fechado a negociação com os docentes".

Os professores querem também participar da reunião convocada para 3.ª feira, entre o Ministro Ludwig e o Conselho dos Reitores.

O professor Oswaldo Maciel, presidente da Asso-

bilizações de alunos e professores em defesa de condições mínimas para o desempenho da atividade acadêmica".

ciação Nacional dos Docentes do Ensino Superior disse que se as pessoas não entenderem que esse é um momento especial vão cometer um erro político".

O professor Maciel recebeu informes que 18 universidades federais autárquicas estão em greve e 2 escolas isoladas. É que mais uma universidade aderiu a paralisação. Foi a Universidade Federal do Ceará onde 838 docentes votaram a favor de participarem da greve contra 132 e 5 abstenções. A única universidade que ainda não entrou em greve é a Federal do Rio Grande do Norte, que tem seu plebiscito marcado para amanhã. O Comando Nacional de Greve fez seu plantão no Sindicato dos Professores de Brasília, e por telefone está mantendo contatos com as entidades regionais.

Problemas no Congresso da UNE

CABO FRIO - (AE-GP) - Cerca de 250 estudantes que participam, na cidade fluminense de Cabo Frio, do 33.º Congresso da UNE, ocuparam na madrugada de ontem as dependências de duas escolas da rede oficial do Estado, onde pretendem permanecer até hoje, em acampamento improvisado nas salas de aulas, quando o encontro será encerrado.

A invasão daquelas duas escolas, o Colégio Estadual Miguel Costa, localizado no centro da cidade, e o Colégio Almirante Frederico Villar em Arraial do Cabo, foi comandada pela diretoria da entidade, porque - segundo alegaram - o governador Chagas Freitas não cumpriu a promessa de ceder os estabelecimentos para os participantes do congresso.

O diretor do Colégio Estadual Miguel Costa, Antonio Ferreira da Cruz, que chegou a solicitar, tão logo tomou conhecimento da ocorrência através do vigia noturno, a presença dos soldados do 7.º BPM acabou, ainda na madrugada de ontem, concordando em deixar que os estudantes ficassem instalados nas 45 salas de aulas.

Segundo ele, apesar dos estudantes terem garantido que o deputado Miro Teixeira, principal assessor do governador do Estado, havia garantido o uso das escolas estaduais localizadas na cidade, "a ordem que recebi - disse o professor - foi justamente o contrário. Já na quinta-feira falei por telefone com o deputado e ele deixou claro que aquelas escolas não poderiam ser cedidas aos estudantes em hipótese nenhuma".

A autorização para o uso daquela escola partiu do próprio diretor, após ter tentado inutilmente contato com o Secretário de Educação do Es-

tado, Arnaldo Niskier. Ontem de manhã, o professor Cruz anunciava o propósito de manter os estudantes nas escolas até amanhã de manhã, se for o caso antes do primeiro turno de aulas".

Outras três escolas estaduais, a 31 de março, a Praia da Siqueira e a Vinte de Julho, por pouco também não foram invadidas, durante a madrugada, pelos estudantes, pois muitos deles ainda não conseguiram acomodações para passarem a noite. Essas invasões, no entanto, foram evitadas não só porque os portões daquelas escolas ofereceram maior resistência, como também pela ação da polícia.

Apesar da noite inteira em prontidão - o que vem sendo feito desde quinta-feira, quando o 33.º Congresso da UNE foi aberto - os soldados do 7.º BPM só efetuaram, até agora, a prisão de um jovem, não identificado,

detido em flagrante por porte de maconha, durante a "blitz" que a corporação fez, pela manhã, na estrada que liga Cabo Frio a Arraial do Cabo.

A operação foi realizada porque aquela é a única via de acesso ao Estádio Ermenegildo Barcellos, o Barcelão, onde durante todo o dia de ontem foi realizada uma assembléia para definir os nomes dos futuros candidatos à nova diretoria da entidade, em uma das mais movimentadas já programadas durante o encontro.

Os dois candidatos à presidência da UNE, o baiano Francisco Javier Alfaya, apoiado pelo Partido Comunista do Brasil, e o pernambucano Luis Alercar Falcão, pelo MR-8, disputam a preferência dos delegados presentes ao encontro, manifestada sempre através de slogans gritados, às vezes, ao mesmo tempo por várias correntes estudantis.

Grevistas poderão receber punições

Das Sucursais
de Brasília e Rio

Punir os professores grevistas é uma hipótese que não se descarta no Ministério da Educação e Cultura. Ontem, conversando com a Imprensa, o ministro Rubem Ludwig disse que a punição também está sendo estudada e que "no momento oportuno serão tomadas as medidas necessárias".

"É uma greve ilegal e que agora está tendo um tratamento que nós esperamos que seja aquele mais consentâneo com a realidade que está se esboçando", acrescentou o ministro, para quem "o governo tem pressa em resolver o problema, principalmente por ser um assunto que afeta diretamente a vida universitária".

O governo, como já anunciou, pretende conceder um reajuste salarial aos professores de forma a reduzir as diferenças de vencimento existentes entre as autarquias e as fundações universitárias, mas o ministro Rubem Ludwig informou que os valores ainda não foram definidos.

"Nós não temos esse índice pronto, mesmo porque há uma variação de salário de fundação para fundação e será necessário estabelecer um fator de referência que ainda está sendo estudado."

A expectativa do ministro é que a greve termine o mais breve possível.

REAJUSTE SEMESTRAL

Além do aumento salarial, os professores reivindicam reajuste semestral de salário. Pela legislação, no entanto, isso é impossível, pois seria necessário mudar a lei que rege os servidores públicos. Interrogado se isso seria possível através de um decreto presidencial, Ludwig respondeu que este é um assunto que escapa à ação do MEC.

SEGUNDO O MINISTRO

O Dasp tem anunciado estudos nessa direção, mas até agora não foram conclusivos ou pelo menos não entraram em fase de decisão. Essa questão, no seu entender pode ser resolvida mediante a reestruturação do modelo jurídico das universidades autárquicas, proposta que já está sendo estudada no meio acadêmico.

"Se nós não mudarmos o sistema de origem da universidade — afirmou o ministro —, estaremos enfrentando sempre problemas que decorrem de uma estruturação que não permite resposta a esse tipo de reivindicação como autonomia, democratização e outras."

ESTADO DE GREVE

No fim da tarde, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, informou que até o momento não tinha recebido nenhuma solicitação do MEC para reconhecer o estado de greve dos professores.

Esta formalidade legal é imprescindível para se aplicar qualquer punição.

Reitor falará por docentes

No oitavo dia da greve dos professores das universidades federais autárquicas, um fato novo: o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Diógenes da Cunha Lima, vai participar, em nome dos



No Rio, os professores grevistas fizeram ato público.

No Rio, ato público explica o movimento

Os professores universitários em greve no Rio de Janeiro realizaram ontem, nas escadarias da Câmara dos Vereadores, na Cinelândia, um ato público com a presença de representantes de várias entidades de classe, professores das universidades Federal do Rio de Janeiro, Federal Fluminense e Federal Rural do Rio de Janeiro, além de políticos

de oposição. Os estudantes apóiam o movimento dos professores e que as aulas serão repostas, sem prejuízo para os alunos. Negou que o ministro da Educação, Rubem Ludwig, esteja aberto ao diálogo, "porque até agora ele não recebeu nenhum professor ou entidade de classe para conversar".

Houve vários discursos de políticos durante o ato público, entre os quais os dos deputados Raimundo de Oliveira, Heloneda Stuart e José Eudes. "Esse governo é engraçado, afirmou Eudes, tem tempo para receber um agente do imperialismo internacional, Henry Kissinger, em seus gabinetes, mas não tem tempo para receber os trabalhadores." Raimundo de Oliveira disse que "verbas existem, mas são desviadas para energia nuclear".

O ato público — das 11 às 13 horas — foi assistido por cerca de mil pessoas, entre manifestantes e curiosos. Durante a manifestação foi improvisada uma banca para venda de livros, com a receita revertendo para o fundo de greve.

Com faixas e cartazes — "reajuste semestral", "prioridade para Educação", "45% de reposição", entre outras —, os professores distribuíram folhetos explicando ao povo o porquê da paralisação nacional desde o dia 10 deste mês. Hoje, eles terão uma assembleia no Fundão, na Ilha do Governador, quando farão uma avaliação do movimento. Ontem, os professores-médicos do Hospital Universitário aderiram à greve.

O presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Erikson Alameda, disse que os es-

professores e reitores, da comissão técnica interministerial que estuda o índice de aumento salarial a ser concedido aos docentes.

A decisão foi anunciada ontem pelo próprio reitor, ao final da reunião de representantes do ministro da Educação e Cultura com todos os diretores das escolas superiores federais isoladas e reitores das 19 universidades federais autárquicas.

A partir de hoje, o Conselho de Reitores iniciará negociações com a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

Com base na sua participação na comissão e nas discussões que, segundo disse, se processarão a partir de agora com toda a comunidade universitária, o prof. Diógenes da Cunha Lima acredita que a greve dos docentes terminará na próxima semana.

Além de representar os professores na comissão interministerial, o presidente do Crub tentará obter aumento salarial também para os funcionários administrativos das universidades federais.

Nova reunião hoje na Câmara

BRASILIA (Sucursal) — Uma comissão interpartidária, formada por líderes e vice-líderes dos partidos oposicionistas, convocou para hoje, na Comissão de Educação da Câmara, reunião de todos os reitores e representantes da Secretaria de Ensino Superior do MEC para tentar uma solução para a crise nas universidades federais.

Em nota oficial emitida ontem, os membros da comissão, da qual fazem parte Luis Cechinel, pelo PT, Ubaldo Dantas e Pimentada Veiga, pelo PMDB, Alceu Colares, pelo PDT e Carlos Santana, pelo PP, manifestam "integral apoio" às reivindicações dos professores e reclamam negociações diretas entre o governo e os docentes.

"A intransigência até aqui demonstrada pelo governo — diz a nota — em nada contribui para o retorno à normalidade."

PT 1074-131

Professores da UEM continuam a trabalhar

MARINGÁ (Sucursal) - Os 500 professores da Universidade Estadual de Maringá, de acordo com assembleia geral extraordinária, não mais paralisarão as aulas por três dias, conforme estava previsto, no sentido de forçar o reitor Neumar Adélio Godoy a enquadrar o quadro de funcionalismo na Lei 6.708 (reajustes semestrais), conforme determinou a Justiça Trabalhista em duas instâncias: municipal e estadual.

Ao dar esta informação ontem, a presidente da Aduem, entidade da categoria, Nadir Aparecida Cancian, anunciou pressões no sentido de a Reitoria adotar posição oficial a respeito do assunto, estando previsto para os próximos dias ato público na área central da cidade como forma de protesto.

SUSPENSÃO

Antes da assembleia extraordinária, realizada no anfiteatro do Dacese no começo da noite de terça-feira, a própria Nadir Cancian dizia não ser interesse da classe a paralisação, quando faltam pouco mais de 30 dias para o encerramento do segundo semestre letivo, previsto para o dia 13 de dezembro. Mesmo assim, argumentava ser uma boa alternativa para pressionar o reitor Neumar Godoy a se definir sobre a questão.

Na reunião, ficou claro que uma ligeira maioria não concorda com a suspensão temporária (por três dias) das aulas, pois os próprios alunos, que na greve de 31 dias do ano passado se solidarizaram com os professores, seriam os primeiros a se posicionar contra, principalmente os formados.

A Reitoria, por sua vez, ameaçava suspender o segundo semestre, caso ocorresse paralisação de mais de três dias, uma vez que as aulas já começaram atrasadas, devido ao movimento paredista verificado no final do semestre de 80.

Apesar de não ter sido apoiada a inter-

rupção das aulas e demais atividades da UEM, Nadir Cancian considera de fundamental importância a interferência do Conselho Universitário junto ao governador Ney Braga, no sentido de que este retire recurso interposto junto ao Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, após a Universidade perder ação movida por 400 funcionários, na grande maioria professores. A Aduem insiste apenas num ponto básico: Ney Braga deve cumprir a promessa de, conforme dissera, enquadrar os 1.100 funcionários da escola na política de reajuste semestral, caso o Tribunal Regional do Trabalho assim entendesse a questão.

Na prática, o chefe do Executivo paranaense quer ir até o último recurso, a fim de protelar o benefício, uma vez que, para efeitos legais, a Justiça Trabalhista enquadra a UEM como entidade de Direito Privado e não de Direito Público. Daí a necessidade da lei 6.708 ser aplicada na íntegra.

O governo do Estado não quer abrir precedentes pois, caso isto aconteça, as outras duas universidades estaduais (de Londrina e Ponta Grossa), através de seus funcionários, deverão pleitear o mesmo benefício, o mesmo ocorrendo com outras fundações da mesma natureza jurídica, como ITC, Iparde e outras.

Nos meios oficiais, existe outra argumentação para não pagar de acordo com o INPC, cuja majoração ocorre a cada seis meses: os cofres públicos estão baixos. Para se ter uma idéia da enorme quantidade de recursos necessários para atendimento das quase 40 fundações de direito privado, basta informar que a UEM teve que desembolsar ano passado cerca de 80 milhões de cruzeiros a fim de pagar reajustes salariais em atraso, de acordo com o INPC de junho de 80 (36,8 por cento). Esta soma equivale somente aos atrasados de julho a dezembro de 80.

Governo pode desistir

A possibilidade de o governo do Estado desistir do recurso já impetrado no Tribunal Superior do Trabalho, numa última tentativa de ganhar a causa no sentido de não pagar reajustes semestrais aos professores da Universidade Estadual de Maringá, foi admitida, ontem, pelo procurador geral do Estado, Ivan Righi. Segundo ele, a Secretaria da Educação está atuando no sentido de se solucionar o impasse, através de composição com os professores, que já ganharam a causa na Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá e também no Tribunal Regional do Trabalho.

O procurador disse que teve que inter-

por recurso porque a composição ainda não havia saído. Righi concorda que a tese é controversa, porque enquanto o Estado argumenta que a UEM é uma entidade de direito privado e como tal não tem obrigatoriedade de cumprir a lei 6708 os juizes até agora deram ganho de causa aos professores e funcionários da autarquia. Segundo o procurador, o advogado tem o dever do esforço, a fim de vencer a causa, mas que pessoalmente ele não faz nenhum empenho nisto. Assim, tudo indica que haverá composição logo e a retirada do recurso pelo Estado.

Na UFPr, expectativa

Agora com a paralisação praticamente total, hoje no quarto dia em greve, os professores da Universidade Federal do Paraná esperam poder discutir o quanto antes a resposta do MEC às suas reivindicações. A dúvida é se esperam a definição do índice (que ontem o MEC disse que pode chegar a até cem por cento) do aumento diferenciado prometido para janeiro, de forma a terem os vencimentos iguais aos dos docentes das fundações. Enquanto não se define a situação que poderia alterar os rumos do movimento, os professores discutem o novo modelo de universidade.

A discussão sobre o assunto, ontem, foi a partir da palestra do professor Wolfgang Leo Maar, da Universidade de São Carlos. Um dos aspectos que ele enfatizou foi o fato do MEC tratar como correção do des-nível salarial entre os docentes de autarquias e os de fundações a reivindicação de reposição salarial de 45 por cento retroativo a março. Ele questionou se esta equivalência salarial não implicaria também na adoção do modelo jurídico de fundação para os professores de autarquias, porque com isso haveria problemas.

Isto porque no sistema de fundação há uma paulatina desobrigação com o ônus

financeiro da educação, o que segundo o professor, implicaria na implantação do ensino pago. Além do que a estrutura de poder na fundação é ainda mais autoritária que nas autarquias, com a nomeação do conselho de curadores e outros órgãos superiores. Citou ainda o risco da fundação ter que buscar no financiamento de grandes grupos sua sustentação econômica, levando a total perda de autonomia. No caso da Universidade de São Carlos, que é uma fundação Leo Maar disse que o reitor é visto como excelente monarca, mas o conjunto dos professores ainda prefere um presidente com defeitos.

Quanto a esse movimento nacional de todas as universidades autárquicas federais o professor da Universidade de São Carlos acha que é importante, como foco de instabilidade na calmaria com que o governo quer apresentar o País neste ano pré-eleitoral, e assim não deixa de ser uma pedra no sapato do governo. Em segundo lugar considera que num País como o nosso, que é administrado pela dívida externa, as solicitações para os setores Saúde, Educação e Transporte mostram que a fachada do governo não se orienta para os problemas nacionais, mas para dar conta no setor internacional.

PT 1074-131

JORNAL <i>Sab. do Paraná</i>
<i>P. Opere</i>
Data <i>08/12/81</i> <i>folha 18</i>

97

Polícia Civil de Alagoas pode entrar em greve

Com a maioria ganhando cerca de 13 mil cruzeiros mensais, além dos escreventes e motoristas, cujos rendimentos já foram ultrapassados até mesmo pelo salário mínimo, os policiais de Alagoas estão ameaçando deflagrar uma greve, caso o governo do Estado não assine o plano de reclassificação. Os policiais, segundo disse o presidente da Associação dos Policiais Civis, José de Oliveira Barbosa, estavam pretendendo entrar em greve imediatamente, "uma vez que já estão cansados de esperar", no entanto, decidiram aguardar o dia 14 deste mês, atendendo a um apelo do secretário de segurança, Lincoln Gomes de Almeida. Ele prometeu entrar em entendimentos com o governador Guilherme Palmeira sobre o assunto ainda esta semana.

JORNAL: O Globo

ff. Opereus

Data: 16/12/81 Estado RJ

88

Greve da PM baiana: três oficiais são condenados

SALVADOR (O GLOBO) — O Conselho Especial de Justiça do Exército da VI Circunscrição Judiciária Militar condenou ontem à pena mínima de um ano de prisão o capitão Fábio Olegário Muller, o primeiro-tenente Almir Andrade Fernandes e o segundo-tenente Gilson Santiago Messias, da Polícia Militar, por terem liderado a greve da corporação, ocorrida em março na Bahia. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

O coronel Otto Freitas Aguiar, também denunciado, foi absolvido pois o Conselho de Justiça acatou as ponderações da própria acusação, no sentido de que sua participação na assembleia-geral que deflagrou o movimento foi apenas para evitar um mal maior.

O julgamento durou 12 horas, com intervalo para o almoço. Funcionou na acusação o procurador Kleber Carvalho Coelho e, na defesa, os advogados Heleno Fragoso, Jaime Guimarães e Deraldo Brandão.

O procurador militar pediu o enquadramento do capitão Fábio Muller e do tenente Gilson Santiago no artigo 35 da LSN por terem promovido a paralisação de serviço essencial, como forma de coagir poderes da República, e do tenente Almir Fernandes no artigo 44, por incitamento ou apologia de crime previsto na Lei de Segurança Nacional.

A promotoria constantemente citava o capitão Muller e o tenente Santiago como coordenadores do movimento de paralisação da PM e insistiu na tese de que o movimento atropelou a disciplina e a hierarquia militares, além de colocar em risco a ordem pública, ao suspender o policiamento ostensivo da capital. O promotor lembrou ainda que chegou a haver uma

ameaça da oficialidade da PM de fazer a greve durante o Carnaval, o que somente não ocorreu, segundo ele, porque o memorial de reivindicações dos oficiais ainda não estava concluído.

DEFESA

O advogado Heleno Fragoso iniciou a defesa dos acusados, elogiando o trabalho do coronel João Magalhães, encarregado do IPM, e classificando seu relatório de "excelente trabalho, por ter levantado as causas justas que levaram a PM à paralisação, últimos recurso usado pelos trabalhadores em suas reivindicações salariais".

Heleno Fragoso arguiu ainda a falta de tipicidade do crime que era imputado aos acusados, afirmando que nenhum deles havia "promovido" a greve, termo constante da LSN, esim participado da assembleia, com atitudes moderadas.

VERTIGEM

Durante a leitura de decisão do Conselho, o tenente Almir Fernandes sentiu-se mal e lívido sentou-se. O juiz auditor, Valdir Silveira Melo, pediu que ele se levantasse, mas não foi atendido. O advogado Jaime Guimarães disse então que ele estava passando mal, mas o tenente permaneceu na sala até o final da leitura.

Na decisão do Conselho de Justiça do Exército consta que os oficiais poderão recorrer da medida em liberdade, por serem réus primários.

O Conselho Especial de Justiça foi formado pelos coronéis Jairo Braga Duarte Moreira, que presidiu a sessão, Francisco Demiurgo Cardoso, Francisco de Paula Machado e Mário Americano Junior.

Reajuste desaponta servidores que lançam campanha de mobilização

SALVADOR (O GLOBO) — O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Archimedes Pedreira Franco, disse ontem que o reajuste do funcionalismo, anunciado na véspera pelo Governo Federal, "nos termos em que foi concedido, não satisfaz os servidores, porque fica abaixo do índice de inflação de 1981".

— Na verdade — disse Archimedes — o anunciado aumento de 96 por cento não passa, a rigor, de 80 por cento, porque entre a vigência dos primeiros 40 por cento, em janeiro, e o segundo reajuste, também de 40 por cento em maio, existe a defasagem do período, resultando, na prática, em um aumento de apenas 80 por cento. O índice de inflação deste mês foi de quatro por cento. Admitindo que se conserve nesse patamar até maio, entre janeiro e aquele mês teremos 16 por cento de inflação. E, pela mais elementar matemática, 96 menos 16 dá exatamente 80. Ou não é?

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil insistiu em que o reajustamento anunciado não satisfaz à classe "que esperava, no mínimo, o equivalente ao índice de inflação de 1981, e, além disso, que o aumento fosse concedido de uma só vez e não parceladamente".

Archimedes Pedreira Franco lembrou ainda que a categoria está começando a

se mobilizar a nível nacional e vai realizar uma campanha de conscientização dos servidores em torno de uma série de reivindicações. Esta campanha, segundo Archimedes, terá início imediato, com a distribuição de panfletos, e a realização de palestras, assembléias-gerais e reuniões setoriais, visando basicamente a luta pelos reajustes semestrais para os servidores públicos, reposição salarial, 13º salário e direito à livre sindicalização.

Archimedes Pedreira Franco informou também que ontem passou um telegrama ao diretor-geral do Dasp, José Carlos Freire, em nome dos servidores públicos brasileiros, considerando insuficiente o reajuste concedido e acentuando a necessidade de ser concedido o reajuste semestral aos funcionários públicos ainda no ano de 1982.

EM MINAS

Em Belo Horizonte, o presidente da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP), Geraldo Bizzotto, disse que todos os representantes da entidades da classe no Estado vão se reunir na primeira semana de janeiro para avaliar o aumento concedido pelo Governo. No encontro deverão ser tratadas também as formas de mobilização para a conquista do 13º salário e reajuste semestral dos salários.

Bizzotto anunciou que a categoria irá se mobilizar para ir a Brasília na época da votação pelo Congresso do projeto de lei

que estende à classe o reajuste semestral dos salários.

— Pretendemos reunir um número de pessoas bem superior aos quatro mil servidores que compareceram a Brasília no início de dezembro.

EM S. PAULO

Em São Paulo o presidente da União Nacional dos Servidores Públicos, seção paulista, Hélio de Melo, disse ontem que o reajuste dos vencimentos do funcionalismo federal em 96 por cento não satisfaz a categoria porque, "os próprios dados oficiais dão conta de que a inflação chegou ao índice de cem por cento".

Hélio de Melo ressaltou que "já houve uma grande defasagem com o reajuste de 82 por cento este ano, o que comprova que o funcionalismo está sempre perdendo". Ele alertou para o fato de que "o percentual de 96 por cento, na verdade não representa um aumento real já que se divide em uma parcela de 40 por cento e outra, também de 40, incidindo sobre este primeiro reajuste".

NO SUL

O reajuste salarial anunciado pelo Governo não agradou à direção da Federação Gaúcha dos Servidores Públicos Federais, mas a questão será mantida em compasso de espera, segundo o secretário do Clube do Inapírios no Estado, Rômulo Ouriques.

Os servidores gaúchos, no entanto, não marcaram reuniões para o período e pretendem esperar o desenrolar dos acontecimentos a nível nacional.

95

Servidores de todo País podem entrar em greve

PORTO ALEGRE (AE) — Os funcionários públicos federais e estaduais de todo o País poderão fazer um dia de paralisação, em janeiro, para pressionar o governo a rever os índices de reajustes de seus vencimentos e atender a uma série de reivindicações que estão fazendo.

A informação foi dada ontem em Porto Alegre pelo presidente da Federação Gaúcha dos Servidores Públicos Federais, Joel Sarruá Rodrigues. Noventa e sete por cento dos 40 mil servidores federais do Rio Grande do Sul aderiram ao protesto do dia 16, quando apenas bateram o ponto, sem trabalhar. Agora, eles querem a adesão de colegas do resto do País, inclusive os estaduais. Rodrigues conta como muito provável a adesão de São Paulo, Rio, Distrito Federal e Minas.

A decisão de dar um prazo de aproximadamente um mês ao governo para responder às suas reivindicações foi aprovada em assembléia geral pelos funcionários públicos federais gaúchos na noite de terça-feira. A partir de agora, eles estão contando com colegas de outros Estados para conseguir adesão ao novo movimento, caso o governo não responda no prazo previsto.

AS REIVINDICAÇÕES

As reivindicações básicas dos federais são: 120% de reposição salarial retroativa a 1º de novembro; reajuste semestral a partir de maio, com base no INPC; 13º salário; novo estatuto profissional e piso salarial de dois salários mínimos e meio. Desde novembro os servidores do Rio Grande do Sul estão fazendo uma "operação tartaruga",

e desde o dia 17 comparecem ao trabalho com uma tarja preta no casaco. Os de São Paulo aderiram à "operação tartaruga". Sarruá Rodrigues considera a diferenciação de reajustes entre civis e militares, decretada pelo governo, uma "discriminação odiosa".

Já os funcionários públicos estaduais gaúchos decidiram não aceitar a segunda parcela de reajustes salarial, que seria dada em julho de 60 por cento a primeira, a vigorar em janeiro (de 40 por cento), foi aprovada, mas eles pretendem negociar um aumento mais alto para julho. Como este impasse ocorre também em outros estados, Sarruá Rodrigues tem esperanças de que federais e estaduais se unam na paralisação de janeiro, o que dará mais força ao movimento.

Est. Paraná
P. Greves
19 01 82

95

Médicos decidem por greve

LONDRINA (Sucursal) — A nossa posição e aquela tomada em assembléia, quer dizer, manteremos a proposta de greve, caso o dinheiro não chegue em tempo hábil". Assim o presidente da Associação Médica de Londrina, Wolney Rodrigues, manifestou-se a respeito do impasse criado na classe devido ao atraso no pagamento por parte do Inamps, no setor relativo a atendimentos hospitalares.

Por outro lado, na superintendência do órgão previdenciário, em Curitiba, uma assistente do superintendente Alceni Guerra informava ontem à tarde que a diretoria deveria manter uma reunião para definir o caso: "o senhor telefone amanhã (hoje) pela

manhã que teremos resposta", disse apenas.

Mas, considerando declarações do próprio Alceni Guerra, na imprensa, domingo, é de se prever que a verba destinada aos médicos não chegue hoje, o que fatalmente provocará o início do movimento paredista, em protesto pelo atraso de quase quatro meses. Ontem à noite, aliás, os médicos reuniram-se em assembléia para ratificar a deliberação pela greve, o que deve ocorrer a partir de hoje. Segundo os médicos, só serão atendidos os casos hospitalares de urgência, enquanto o atendimento ambulatorial deverá ser paralisado a partir de 26 deste mês.

Alta do ônibus gera protesto

A Associação dos Vendedores Ambulantes e a Associação dos Moradores e Amigos de Vila Camargo divulgaram nota, ontem, protestando contra "mais um absurdo aumento nos preços das tarifas dos transportes coletivos". Diz a nota que, levando em conta o poder aquisitivo da moeda brasileira, "este aumento de Cr\$ 6,00 não tem lá tanto valor; no entanto, deve-se levar em conta que são os trabalhadores da faixa de sala-

rio mínimo os mais prejudicados". Segundo Otávio Barbosa, presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes, haverá uma reunião, domingo, para a qual são convidadas todas as entidades, quando novamente será discutido o aumento do ônibus e o do custo de vida em geral. A reunião está marcada para as 16 horas, na Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

COMPANHEIROS!

O TRIBUNAL JULGOU A GREVE ILEGAL.

FAZER O NO NÚMERO 1 (UM) É:

- VOLTAR AO TRABALHO ATÉ ÀS 13 HORAS DE HOJE.
- ACEITAR A DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
- RECEBER OS DIAS DE GREVE E TAMBÉM O DOMINGO.
- NÃO SOFRER PUNIÇÃO POR HAVER PARTICIPADO PACIFICAMENTE DA GREVE.
- A PARTIR DE 1º DE DEZEMBRO SALÁRIO DE:

SERVENTE	cr.\$ 15,26 por hora	cr.\$ 3.662,00 por mês
MEIO PROFISSIONAL	cr.\$ 14,70 por hora	cr.\$ 4.009,21 por mês
PROFISSIONAL	cr.\$ 22,47 por hora	cr.\$ 5.392,78 por mês
CONTRA MESTRE	cr.\$ 24,70 por hora	cr.\$ 5.927,34 por mês
MESTRE	cr.\$ 32,30 por hora	cr.\$ 7.751,14 por mês

FAZER O NO NÚMERO 2 (DOIS) É:

- CONTINUAR EM GREVE - NÃO VOLTAR AO TRABALHO.
- NÃO RECEBER OS DIAS DE GREVE.
- FICAR SUJEITO À LEI.
- AUMENTO DE SALÁRIO A PARTIR DE 1º DE DEZEMBRO DE ACORDO COM A LEI.

PT 1074.131

